

HISTÓRIA

CULTURA E SOCIEDADE

TEORIAS E METODOLOGIAS DE PESQUISA (PPGH – UFCG)

ORGANIZADORES

ANTONIO CLARINDO BARBOSA DE SOUZA

JOACHIN DE MELO AZEVEDO NETO

MARTHA PRISCILA BEZERRA PEREIRA



HISTÓRIA

CULTURA E SOCIEDADE

TEORIAS E METODOLOGIAS DE PESQUISA (PPGH – UFCG)

ORGANIZADORES

ANTONIO CLARINDO BARBOSA DE SOUZA

JOACHIN DE MELO AZEVEDO NETO

MARTHA PRISCILA BEZERRA PEREIRA



CAMPINA GRANDE, 2024

**EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE – EDUFCG**
atendimento@editora.ufcg.edu.br

Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho
Reitor

Prof. Dr. Mario Eduardo Rangel Moreira
Cavalcanti Mata
Vice-Reitor

Prof. Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo
Diretor EDUFCG

Everton Avelino
Revisão

Thiago Almeida
Diagramação

Thiago Almeida
Capa

CONSELHO EDITORIAL

Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)

Janiro Costa Rego (CTRN)

José Wanderley Alves de Sousa (CFP)

Marcelo Bezerra Grilo (CCT)

Mário de Sousa Araújo Filho (CEEI)

Marisa de Oliveira Apolinário (CES)

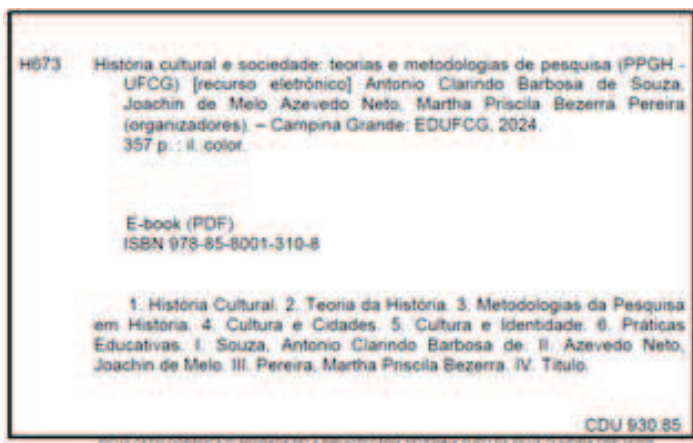
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)

Andréa Maria Brandão Mendes de Oliveira (CCTA)

Rogério Humberto Zeferino Nascimento (CH)

Saulo Rios Mariz (CCBS)

Valéria Andrade (CDSA)



PPGH Universidade Federal de Campina Grande
Pós-Graduação em História
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Publicação digital financiada com recursos do Programa: 15467 - Programa de Redução de Assimetrias na Pós-Graduação (PRAPG/CAPES) – Edital nº 14/2023 - Processo - 88887.909451/2023-00
Instituição: Programa de Pós-Graduação em História-UFCG

SUMÁRIO

Parte I – HISTÓRIA E POLÍTICA (DAS ARTES DO PODER).....	15
1.1 – A democracia no Brasil – (1985-2024) – José Luciano Queiroz Aires.....	16
1.2 – As estradas de ferro nas cidades de Nordeste entre o Império e a República: rotas submetidas a grupos dominantes política e economicamente – Gervácio Batista Aranha.....	32
1.3 – Conceitos e Disputas Políticas no Ceará provincial: Dr. Ibiapina, o primeiro juiz de Direito da Comarca de Quixerabomim-CE – Noemia Dayana de Oliveira e Michelly Pereira de Sousa Cordão.....	50
1.4 – Pensamento pós-colonial e teoria decolonial: Uma proposta intercultural – Marival Matos Santos e Rosilene Dias Montenegro.....	67
1.5 - Na intersecção de histórias femininas e sindicais no Brejo Paraibano - Dayane Nascimento Sobreira e Michelly Pereira de Sousa Cordão.....	86
Parte II – HISTÓRIA E CULTURA – (DOS DISCURSOS E SENSIBILIDADES).....	99
2.1 – Geografia, História e sensibilidades: algumas possibilidades de pesquisa - Martha Priscila Bezerra Pereira.....	100
2.2 – Vivências humanas e história ambiental: a construção de territorialidades na Comunidade Chico, Gomes – Crato – CE – Iranilson Buriti de Oliveira e Rubia Micheline Moreira Cavalcanti.....	118
2.3– “O espelho da boca”: interfaces entre a implantação de clínicas escolares dentárias e a assistência à saúde bucal infantil nos Anais dos Congressos odontológicos Latino-americanos (19120-1929) – Iranilson Buriti de Oliveira.....	146
2.4 – Embates entre a Igreja Católica e a Doutrina Espírita em torno do discurso médico na Imprensa Católica da Paraíba republicana – José Pereira de Sousa Junior.....	158
2.5 – Guido Thomaz Marlière: a biographical reinterprtation acording na indigenous perspective – José Otávio de Aguiar.....	177

Parte III – HISTÓRIA E CIDADES (DAS ARTES E ASTÚCIAS DE VIVER O URBANO)...197

- 3.1 – Lazer e protagonismo no Clube Gaurany em Gurjão (1960-1990) –
Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges e Keila Queiroz e Silva.....198
- 3.2 – José Pinheiro Relicário Urbano Cultural de Campina Grande (PB) –
Xisto Serafim de Santana Souza Junior.....214
- 3.3 – A memória em disputa: O museu do Algodão de Campina grande
(1973-2013) - Severino Cabral Filho.....234
- 3.4 – Fotografias, Elites e Modernidade na cidade da Parahyba do Norte a
partir das páginas da revista Era Nova (1920-1930) - Marília Cristina de
Queiroz e Joachin de Melo Azevedo Neto.....247

Parte IV – HISTÓRIA E FONTES (DOS USOS DAS FONTES E OUTRAS ARTES).....271

- 4.1 – Nordeste do Brasil entre 1930 e 1950 através dos cordéis: o amor
como risco e promoção de saúde - Thais Costa de Almeida e Martha
Priscila Bezerra Pereira.....272
- 4.2 – A modernidade pernambucana presente em livros – Alcília Afonso de
Albuquerque e Melo.....287
- 4.3 – A questão religiosa na correspondência de Mário de Andrade
te Alceu Amoroso Lima (1925-1944): Considerações à luz
da história, literatura e ciências das religiões - Giuseppe
Ponce Leon, Paulo Samuel Viana Castro e Maria Letícia Costa
Vieira.....317
- 4.4 – MIA COUTO: O tecelão de fios historiados - representações sobre as
mulheres negras na literatura africana de língua portuguesa - Antonio
Clarindo Barbosa de Souza e Karla Dayana Cardoso Veríssimo.....336

APRESENTAÇÃO

O presente livro, que está editado no formato ebook, é resultado das reflexões elaboradas por um conjunto de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Os possíveis leitores desta obra trarão contato com várias teorias que embasam os trabalhos nas áreas de História e Geografia, já que muitos colaboradores do PPGH são da área de Geografia, e com as temáticas desenvolvidas pelos discentes em suas dissertações de mestrado. A presente obra traz reflexões que embora estejam divididas em quatro eixos, contribuem para entender diferentes teorias, campos, fontes e abordagens que os pesquisadores (docentes e discentes) do PPGH vem utilizando em suas pesquisas e na escrita de seus trabalhos.

Na primeira parte, **HISTÓRIA E POLÍTICA - DAS ARTES DA POLÍTICA**, apresentamos quatro textos que tratam desde os movimentos políticos no Brasil nos últimos quarenta anos; passando pelas articulações políticas e econômicas que afetaram a implantação e desenvolvimento das ferrovias na região nordeste e chegando às disputas políticas e jurídicas em uma pequena vila provincial no interior do Ceará. A política nos parece o eixo norteador dos textos desta primeira parte, embora as relações culturais, sociais e jurídico-políticas possam ser visualizadas em todos os textos.

O capítulo “**A democracia no Brasil: (1985-2024)**”, de José Luciano Queiroz Aires, problematiza, a partir do campo da história contemporânea, os impactos que a recente e duramente conquistada democracia brasileira vem sofrendo a partir dos conchavos e tramas de poder mantidas pelas classes dominantes. Queiroz perpassa, pela ótica da longa duração, as especificidades da ditadura civil-militar e continuidades de seu legado autoritário. Lamentável legado esse que segue sabotando a atuação efetiva de governos progressistas, mandatos presidenciais legitimamente conquistados, tal qual o da ex-presidenta Dilma Rousseff e que culminou na barbárie golpista e anti-patrimonial dos apoiadores do ex-presidente de extrema-direita Jair Messias

Bolsonaro, no fatídico 08 de janeiro de 2023. Nesse sentido, o atraso e o moderno no Brasil, longe de constituírem um dualismo excludente, na verdade, formam um par dialético complementar compatível com o desenvolvimento do capitalismo dependente na periferia.

No capítulo **“As estradas de ferro nas cidades de Nordeste entre o Império e a República: rotas submetidas a grupos dominantes política e economicamente”**, Gervácio Batista Aranha discute como o projeto nacional de construção de ferrovias, pensado no intuito de interligar algumas áreas rurais com centros urbanos mais desenvolvidos, principalmente em se tratando da região Norte, a qual englobou o atual Nordeste até o começo do século XX, foi gestado natimorto. Embora a construção de ferrovias e a circulação dos trens tenham tido um certo ápice, entre os anos de 1926 até 1930, durante o mandato do presidente Washington Luís, pode-se verificar a decadência completa desse processo histórico na década de 1950, quando o então presidente Juscelino Kubitschek priorizou as rodovias e automóveis enquanto fatores de desenvolvimento econômico nacional. O historiador aborda, portanto, particularidades que envolvem a atuação de políticos, bem como outros atores sociais e a instalação da malha ferroviária em Estados como Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte em recorte que parte de 1870 até meados do século XX.

Em **“Conceitos e Disputas Políticas no Ceará provincial: Dr. Ibiapina, o primeiro juiz de Direito da Comarca de Quixerabomim-CE”**, Noemia Dayana de Oliveira e Michelly Pereira de Sousa Cordão abordam como o contexto da década de 1830 remete a um significativo quadro histórico de criação e manutenção de instituições laicas no qual a então pequena cidade de Quixerabomim, conhecida como o “coração do Ceará”, foi palco para a atuação do magistrado José Antônio Pereira Ibiapina (1806-1883), que foi professor, deputado federal, chefe de polícia, juiz de direito e advogado, antes de se ordenar padre e começar seu trabalho missionário pelo interior do Nordeste que o consagrou como o Padre Mestre Ibiapina. Nesse sentido, ao ser nomeado por carta imperial datada de 13 de dezembro de 1833, o Dr. Ibiapina, formado em Direito na primeira turma da Academia de Olinda-PE, realmente teve como intuito se valer da autoridade legal para coibir e punir crimes

na região, porém suas prerrogativas, segundo as autoras, acabaram esbarrando na precariedade das instituições e desmandos das oligarquias locais.

O capítulo **“Pensamento pós-colonial e teoria Decolonial: Uma proposta intercultural”**, de autoria de Marival Matos Santos e Rosilene Dias Montenegro, traz instigantes reflexões ensaísticas acerca do aparato conceitual, teórico e metodológico que remete à consolidação das chamadas correntes decoloniais de pensamento acadêmico. Assim sendo, os autores discutem como determinados pensadores, intelectuais e estudiosos críticos à visão eurocêntrica, colonial, dominante, fazem usos de aportes teóricos com objetivos de construir novas epistemologias, as quais devem partir de realidades e interesses locais, específicos, relacionados às particularidades que constituem suas identidades. Ou seja, a decolonialidade busca compreender, de forma crítica, culturas de populações submetidas à visão racista e segregadora das grandes metrópoles colonialistas. Portanto, a teoria decolonial abarca processos históricos enfrentados por nações de desenvolvimento tardio, levando em conta suas necessidades e trajetórias para a reivindicação de independência econômica e política, liberdade e dignidade para povos tidos como supostamente atrasados.

O capítulo **“Na intersecção de histórias femininas e sindicatos no Brejo Paraibano”**, de autoria de Dayane Nascimento Sobreira e Michelly Pereira Cordão, as autoras ao estudar as formas de estar e viver no Brejo paraibano pretendem compreender que para a construção de uma fissura nas histórias hegemônicas, é necessário, portanto, dar vazão à produção de sujeitos/as historicamente subalternizados/as: afrodescendentes, indígenas, e, principalmente: mulheres rurais, que têm encabeçado a luta (no Brasil e no mundo) por territórios e políticas públicas que respeitem seus modos de vida e seus conhecimentos. Além disto, as autoras entendem que o feminismo decolonial auxilia a refletir sobre essa ação e a configuração de um feminismo rural no Brasil. Em crítica ao pensamento feminista hegemônico, as feministas decoloniais partem do entendimento de que se o feminismo é toda luta das mulheres contra o patriarcado, por isso deve retomar histórias, em muitos lugares e tempos, quase ou nunca contadas. Costuram uma proposta de anulação da universalidade, característica fundamental da modernidade

ocidental e de seu projeto de colonialidade do poder. (Curiel, 2009; Oyěwùmí, 2019). As escritoras do capítulo entendem que o feminismo rural (contra-hegemônico ou contra-colonial) é uma navalha afiada diante de tudo que hierarquiza, a começar do reconhecimento de pautas específicas dentro dos feminismos, sua descolonização, leia-se sua *desurbanização*.

Na segunda parte, **HISTÓRIA E CULTURA-DOS DISCURSOS E SENSIBILIDADES**, as sensibilidades norteiam o olhar para os fatos históricos buscando ressignificações e reinterpretações. Seja a partir de partir de campos temáticos, da ressignificação da identidade e territorialidade no sentido de mudar a relação entre os moradores de uma comunidade, demonstrando como a união e ação de uma classe profissional pode mudar a situação de saúde e a qualidade de vida de uma população, através de guerras discursivas sobre o que seria normal e patológico, superstição e ciência, verdade ou charlatanismo, ou mesmo pela reinterpretação biográfica a partir de uma perspectiva diferenciada.

No capítulo “**Geografia, História e sensibilidades: algumas possibilidades de pesquisa**”, de Martha Priscila Bezerra Pereira, estão demonstradas algumas possibilidades de pesquisa na linha 03 do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH, intitulada “História cultural das práticas educativas e das sociabilidades - Hisculpe”, sendo enfatizados os campos temáticos: a) aprendizados em espaços da vida; b) espaço da relação saúde-doença; c) espaço escolar e d) aprendizados a partir da genealogia/biografias.

O capítulo “**Vivências humanas e história ambiental: a construção de territorialidades na Comunidade Chico, Gomes – Crato – CE**”, de Rubia Micheline Moreira Cavalcanti e Iranilson Buriti Oliveira, trata da ressignificação da identidade e territorialidade no sentido de mudar as relações entre os moradores da comunidade Chico Gomes (Crato - CE) com o ambiente, a cultura, o território, a memória e a saúde. Desse modo, o conceito de territorialidade é entendido, no referido artigo, como portador de uma dimensão mais estritamente política. Ou seja, territorialidade diz respeito, também, às relações socioeconômicas e político-culturais. A História Oral foi o principal aporte metodológico dos autores no sentido de possibilitar a problematização das relações entre a comunidade estudada e o meio

ambiente.

Em “**O espelho da boca’: interfaces entre a implantação de clínicas escolares dentárias e a assistência à saúde bucal infantil nos Anais dos Congressos odontológicos Latino-americanos (19120-1929)**”, Iranilson Buriti Oliveira analisa as aproximações entre países e a circulação de prescrições educativas em torno da saúde bucal na América Latina nas décadas de 1920 e 1930. Estavam envolvidos nesses congressos países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Peru, Uruguai e Venezuela. Partindo de uma história global das práticas de saúde, o autor discute projetos para a saúde bucal nas Américas, a contribuição do dentista para o progresso da nação e a importância da implantação do serviço dental escolar e de clínicas escolares dentárias. As mazelas que atingiam a população da América Latina ocupavam as mentes dos congressistas, desejosos por um novo tempo: uma nova hora para essa “sofrida” gente do continente americano.

O capítulo “**Embates entre a Igreja Católica e a Doutrina Espírita em torno do discurso médico na Imprensa Católica da Paraíba republicana**”, de José Pereira de Sousa Júnior, tem como objetivo analisar o papel da imprensa católica paraibana em publicar matérias contendo os discursos médicos sobre o espiritismo e seus participantes ao longo da primeira República, em particular aqueles que tinham a mediunidade, tidos e vistos como loucos e demoníacos. constatamos que os ataques ao Espiritismo e seus adeptos era justificado pela psiquiatria da época como sendo desequilíbrios mentais em decorrência da mediunidade, assim como as práticas de cura nos centros espíritas serem feitas sem registro médico. O autor salienta esta e outras matérias contribuíram para aumentar as críticas e perseguições do Clero ao movimento espírita, endossado por médicos e psiquiatras que viam no movimento espírita um retrocesso à superstição e questionavam as teorias espíritas e a sua pretensão de legitimá-las nos domínios do campo médico/científico.

No capítulo “**Guido Thomaz Marlière: a biographical reinterpretation according na indigenous perspective**”, originalmente escrito em inglês, o autor, José Otávio de Aguiar, mostra que entre os

muitos franceses que desembarcaram no Brasil em 1808, um ficaria conhecido por sua atuação como Diretor dos Índios entre 1813 e 1829. Suas ações moldariam as políticas de ocupação da região serrana oriental do recém-criado Império do Brasil.

Em uma aproximação biográfica sobre Marlière, o autor demonstra que as concepções teóricas e retratos dos povos indígenas elaboradas pelo intelectual francês, apontam para o seu desejo de incluí-los politicamente na sociedade em desenvolvimento se destacaram não apenas por serem únicos na época, mas também pelo tom secular. Estas ideias eram diferentes dos anteriores projectos “civilizatórios” levados a cabo pelo Império Ultramarino Português.

De certa forma, Marlière se beneficiou da militarização originada na lei “Diretório Pombalino dos Índios”. Esta lei do século XVIII abriu caminho para a criação de cargos de gestão de indígenas nas capitânias e, posteriormente, nas Províncias, no início do século XIX. O objeto deste artigo é então mostrar a singularidade do pensamento e das ações de Marlière. Historiar a respeito de sua atuação a partir de uma percepção dos protagonistas indígenas e um horizonte desejável.

Na terceira parte, **HISTÓRIA E CIDADES - DAS ARTES E ASTÚCIAS DE VIVER O URBANO**, a qual reúne pesquisas desenvolvidas na Linha 01 do PPGH da UFCG, intitulada “História, Cultura e Cidades”, pesquisadores do Mestrado em História e egressos da referida Linha elaboraram importantes reflexões em torno das relações entre lazer e cotidiano, memória coletiva e usos dos espaços urbanos, identidade local e lugares oficiais de memória, bem como acerca das tramas de poder entre imagens, imprensa e modernização.

Em relação ao capítulo “**Lazer e protagonismo no Clube Guarany em Gurjão (1960-1990)**”, Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges e Keila Queiroz e Silva abordam a edificação do Clube Guarany e, conseqüentemente, as experiências de diversão de moradores negros, analisando, assim, os prazeres, as sensibilidades, subjetividades e práticas culturais dançadas ao som das marchinhas de carnaval ou do forró no Cariri Paraibano. Trata-se de um estudo fundamentado em fotografias e depoimentos dos moradores que foram frequentadores do citado Clube fundado em 1960. Hoje em ruínas, o clube Guarany,

portanto, já foi palco de muitos festejos populares e essa é, portanto, uma temática bastante instigante para historiadores e outros estudiosos do urbano.

O capítulo “**José Pinheiro: relicário urbano cultural de Campina Grande – PB**”, de Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior, trata da trajetória espacial e histórica do bairro José Pinheiro, localizado na zona leste de Campina Grande, Paraíba. O citado bairro, formado na década de 1950, é um espaço urbano de grande relevância histórica, cultural e socioeconômica para a urbe campinense. A abordagem metodológica do autor combina técnicas qualitativas e quantitativas, incluindo a aplicação de questionários e entrevistas com moradores, comerciantes e líderes comunitários. O foco está em compreender como a centralidade do bairro contribui para o desenvolvimento urbano de Campina Grande, mas também como os contrastes socioterritoriais moldam a percepção e o cotidiano dos que ali vivem.

No capítulo “**A memória em disputa: O museu do Algodão de Campina Grande (1973-2013)**”, Severino Cabral Filho objetiva discutir um dado projeto de memória para Campina Grande. Tal projeto e tal memória têm se imposto por meio do acervo que constitui o Museu do Algodão de Campina Grande (MACG), composto por fotografias, utensílios, acessórios e equipamentos que datam do século XIX à década de 1990. Por meio de algumas dessas imagens fotográficas, Cabral Filho apresenta e questiona o que essa instituição oficial cristaliza e preserva como sendo uma memória coletiva. Essas problematizações foram feitas a partir dos conceitos de *iconologia* e *iconografia*, tratados como subsídios para uma base metodológica robusta em se tratando da análise de determinadas fotografias presentes no acervo da instituição. Nesse sentido, o autor recorre aos conceitos de *iconografia* – que compreende a descrição das imagens fotográficas – e de *iconologia* – que diz respeito à análise dessas imagens, considerando o conhecimento histórico do período em que estas searas documentais foram produzidas.

O capítulo intitulado “**Fotografias, Elites e Modernidade na cidade da Parahyba do Norte a partir das páginas da revista Era Nova (1920-1930)**”, de Marília Cristina de Queiroz e Joachin de Melo Azevedo Neto, parte das reflexões teóricas de Roland Barthes e Susan

Sontag, em torno do ato fotográfico, para compreender como a revista paraibana *Era Nova* - fundada inicialmente na cidade de Bananeiras por Severino Lucena e depois transferida para a capital Cidade da Parahyba do Norte - foi um importante instrumento de propaganda dos ritos sociais e da pauta de costumes das elites locais que se engajaram com as reformas urbanas. O magazine de variedades *Era Nova* foi criado no sentido de endossar um projeto eugenista e higienizador de uma Parahyba moderna, industrializada e urbana. Esse impresso quinzenal constitui, portanto, importante e riquíssima fonte iconográfica da sociedade paraibana das primeiras décadas do século XX, apresentando tanto as principais diretrizes da ideia de civilização mantidas pelas elites da época, bem como registrando, em textos e imagens, diversos aspectos do processo excludente de modernização da Parahyba.

Na quarta parte, **HISTÓRIA E FONTES - DAS FONTES E OUTRAS ARTES** estão incluídos quatro capítulos que buscam em fontes como cordéis, livros, correspondências e literatura informações sobre as representações sociais do amor, da modernidade, das questões religiosas e da história a partir do olhar decolonial, se considerarmos que são elaborações fora do contexto Europeu, local hegemônico da origem da epistemologia da ciência.

O capítulo “**Nordeste do Brasil entre 1930 e 1950 através dos cordéis: o amor como risco e promoção de saúde**”, Thais Costa de Almeida e Martha Priscila Bezerra Pereira, buscam entender a representação social do amor nos cordéis publicados entre 1930 e 1950 no Nordeste do Brasil e como esse amor pode se configurar em risco ou promoção da saúde a depender de como ocorre o desfecho da história publicada no cordel.

O capítulo “**A modernidade pernambucana presente em livros**”, de Alcilia Afonso de Albuquerque e Melo, busca contribuir para futuras análises historiográficas que poderão ser realizadas para a criação de uma base documental da modernidade arquitetônica pernambucana, regional e nacional. Sendo assim, trata-se de um primeiro passo importante visando uma melhor sistematização do trabalho de preservação cultural para ações de salvaguarda e conservação do acervo patrimonial. Através da coleta de dados a partir de artigos, monografias,

dissertações, teses doutorais, a autora buscou analisar livros que trataram sobre a modernidade arquitetônica pernambucana - e que, por isso, não foi um processo aleatório, mas sim, um caminho que permitiu informações precisas e confiáveis a serem aqui apresentadas. Portanto, esse é um dos métodos dessa criteriosa pesquisa que compara opiniões e teses de diferentes autores que abordaram a modernização urbana do Estado de Pernambuco. Iniciativa epistêmica que irá permitir posteriormente, análises e conclusões de outros pesquisadores sobre o tema.

Em **“A questão religiosa na correspondência de Mário de Andrade e Câmara Cascudo e Alceu de Amoroso Lima (1925-1944)”**, Giuseppe Ponce Leon parte do consolidado campo de estudos da história dos intelectuais para investigar as sociabilidades e reflexões místicas partindo das missivas trocadas entre o escritor paulista Mário de Andrade (1893-1945) e o crítico literário carioca Alceu Amoroso Lima (1893-1983), duas figuras notáveis da literatura e do chamado modernismo brasileiro. O contato epistolar que ambos tiveram compreende os anos de 1925 a 1944, totalizando a troca de 56 documentos, entre cartas e bilhetes. Tais documentos são tomados como fonte de análise na medida em que apresentam elementos imprescindíveis para problematizar a relação desses intelectuais com o divino, temática tão latente nesses escritos pessoais, denominada no artigo de “questão religiosa”.

O capítulo intitulado **“Mia Couto: o tecelão dos fios historiados - representações sobre as mulheres negras na literatura africana de língua portuguesa”** de Karla Dayana Veríssimo Cardoso e Antonio Clarindo Barbosa de Souza, tratam das formas como o autor moçambicano Mia Couto representa um conjunto de personagens femininas em duas de suas obras - *A Confissão da Leoa* (2012) e *O outro pé da Sereia* (2006) com o intuito de mostrar que a submissão feminina no mundo de tradições moçambicanas pode ser criticado e ficcionado de maneira que o leitor possa ver outras nuances da história das mulheres no continente africano.

PARTE I
HISTÓRIA E POLÍTICA
(DAS ARTES DO PODER)

1.1 – A DEMOCRACIA NO BRASIL (1985-2024)

José Luciano Queiroz Aires

INTRODUÇÃO: A ESCALAS DO TEMPO HISTÓRICO BRASILEIRO

Comecei a escrever esse texto no dia em que se completava o primeiro ano dos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023. Dia em que a pergunta que se fazia aos quatro cantos do debate político brasileiro era se a democracia havia saído arranhada ou fortalecida daquele domingo fatídico. O presidente Lula afirmou o seguinte no X (antigo Twitter): *“Democracia inabalada e fortalecida. Neste 8 de janeiro, um ano depois da tentativa de golpe, Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal reforçam o compromisso com a Constituição do Brasil. A defesa da Carta Magna é dever de todas e de todos. A democracia nos une. Bom dia”*¹. A maioria dos jornalistas da grande mídia liberal fez coro com o presidente e seguiu na leitura de que as instituições democráticas brasileiras debelaram a tentativa de golpe e que, mesmo enfrentando ataques da extrema-direita, ao fim e ao cabo, saíram fortalecidas. De ministros do STF ao Ministério Público Federal, foi chancelada essa narrativa de que a democracia brasileira saiu inabalada e maior. Atos de rua foram convocados por movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos de esquerda *“em defesa da democracia”*. Mas, afinal, que democracia é essa que temos que defender? O Brasil pós 1985 é uma democracia? Que tipo de democracia?

Chegamos ao 8 de janeiro depois de termos passado pelo 31 de agosto². Em 2016, sim, houve um golpe autocrático burguês sem precisar de um tanque na rua nem invasões palacianas. A classe dominante brasileira, de dentro do aparelho de Estado, decidiu trocar a chefia do governo para salvaguardar seus interesses diante dos efeitos da crise mundial de 2008 e da intensificação da luta de classes no Brasil em 2013. Já em 2023, a intentona fascistóide na frente de quartéis, no bloqueio de estradas e na invasão da sede dos três poderes, não contava com o apoio significativo do grande capital, apesar de alguns burgueses financiarem a aventura. Por isso, não resistiu às canetadas de Lula e Alexandre de Moraes.

O fato é que chegamos a essa conjuntura dramática, também, porque

1 <https://twitter.com/LulaOficial/status/>. Acesso: 8 de janeiro de 2024. Em março de 2024, porém, o próprio Lula “recomendava” seu governo a cancelar uma programação esboçada pelo Ministério dos Direitos Humanos em alusão aos 60 anos do Golpe de 1964. A conciliação com militares e golpistas de ontem e de hoje falou mais alto.

2 Data da consolidação do golpe contra o mandato de Dilma Rousseff.

não rompemos de todo com o passado. Se colocada na espessura temporal braudeliano da longa duração, percebemos que o legado estrutural do escravismo colonial e do patriarcalismo cristão da casa grande, ainda determina comportamentos de setores médios e burgueses que nutrem um preconceito visceral contra os grupos sociais subalternos e sequer aceitam as tintas da Lei Áurea ou do Bolsa Família. O velho latifúndio colonial se modernizou para continuar dominando, a escravidão deu lugar ao capitalismo-racista e a casa grande de ontem anda de braços dados com os empresários de hoje. A velha sesmaria, transformada em mercadoria por meio da Lei de Terras, tem a assinatura de muitos reis do gado que, em 1964, não viram problema algum em se aliarem às frações modernas do capital multinacional/associado. Assim, como bem demonstrou Francisco de Oliveira, o atraso e o moderno no Brasil, longe de constituírem um dualismo excludente, na verdade, formam um par dialético complementar compatível com o desenvolvimento do capitalismo dependente na periferia.

No tempo conjuntural das mais importantes rupturas e continuidades da História brasileira o que se apresentaram foram saídas autocráticas, como bem analisado por Florestan Fernandes. Nossa Independência, em que pese ter aberto o caminho para a revolução burguesa brasileira, manteve intacta as estruturas coloniais, incluindo a escravidão. Nossa república veio por meio de uma passeata militar, com as classes subalternas assistindo com indiferença a troca de regime político. Sem falar que o projeto triunfante foi o do liberalismo oligárquico com uma cidadania bastante excludente. A Revolução de 1930 e o Estado Novo deram um golpe de misericórdia na ossatura de sustentação do coronelismo para inaugurar as bases do populismo brasileiro. Estrutura de poder, essa, que incorporaria demandas da classe operária com um olho na construção do mercado interno e outro no consentimento hegemônico ao projeto industrializante mediado pelo *Estado de Compromisso*. Sem desconhecer as conquistas trabalhistas pautadas pelo movimento operário durante a Primeira República, deve-se ressaltar o preço pago pela classe trabalhadora incorporada à cidadania por meio de um regime ditatorial e de sua tutela ao Estado autocrático burguês. Tudo feito por cima, visando sempre afastar a participação popular e sem grandes rupturas revolucionárias como reza a tradição das *revoluções passivas*³.

3 Entendemos que a Revolução de 1930 e o Golpe de 1937 podem ser definidos à luz da teoria gramsciana da revolução passiva. Em países de industrialização tardia convivendo com relações sociais de produção arcaicas, a entrada na modernidade capitalista é realizada por meio de uma aliança entre o novo e o velho, arbitrada por meio de um Estado centralizado que funciona com relativa autonomia em relação

O Golpe de 1964 selou a tradição autocrática do Estado burguês brasileiro durante o século XX. Conforme destacaram autores como René Dreiffus, Octávio Ianni e Florestan Fernandes, se tratou de um golpe de classe orquestrado pela burguesia nacional articulada com setores multinacionais e imperialistas, aliados com o velho latifúndio, contra a classe trabalhadora e os grupos sociais subalternos. Na tradição dos golpes do final do século XX, acionaram os quartéis para pôr fim à crise de hegemonia burguesa. Um golpe preventivo. Desta feita, a classe dominante golpeou para tomar de assalto o aparelho de Estado brasileiro, por isso, precisou colocar a derradeira par de cal no túmulo do populismo a fim de conquistar o aparelho estatal para consolidar a acumulação capitalista sob a égide de um novo regime político. Como demonstrou Florestan Fernandes, à tardia revolução burguesa brasileira não correspondeu uma forma política democrática, como no caso das revoluções clássicas. Por razões históricas e estruturais específicas à nossa formação, o coroamento do capitalismo monopolista brasileiro se deu sob o signo da “ditadura aberta e rígida” e não mais “dissimulada e paternalista”, como no tempo do populismo.

Entre as décadas de 1940 e 1980, no contexto da guerra fria, a democracia liberal se consolidou nos países de capitalismo central, mesmo combinando elementos democráticos com formas autocráticas do despotismo burguês; enquanto isso, nos países periféricos irradiava o Estado autocrático em suas diversas variações: oligarquismo, populismo ou ditaduras militares. A experiência histórica dos países centrais, segundo Florestan Fernandes, se constituía uma “democracia forte”, ao passo em que na periferia se estabelecia uma “democracia restrita” - (voltada para acomodar interesses interburgueses) ou uma “democracia de cooptação” - (voltada para a integração passiva dos trabalhadores e suas organizações à ordem burguesa).

Ainda no movimento do tempo conjuntural de média duração, é preciso situar o quanto de passado recente da ditadura brasileira ainda temos na Nova República. A começar pelo projeto de acumulação capitalista que o Golpe de 1964 consolidou e que a transição de 1985 só fez aprofundar na atual fase neoliberal. Além do conteúdo, a forma como se deu a transição diz muito desse passado que teima em não passar, que se reconfigura e se transforma,

às frações de classes e grupos sociais. O avanço da luta da classe operária funciona com uma mola propulsora que leva a uma conciliação pelo alto entre os setores modernos e arcaicos resultando em uma revolução restauração. A teoria do Estado de Compromisso esboçada, por exemplo, na obra de Francisco Weffort explica essa realidade brasileira nos pós 1930 à luz dos estudos de Gramsci para o caso italiano do Risorgimento.

mas mantendo a essência do despotismo burguês. Mais uma vez, a tradição de saídas autocráticas, conciliatórias, explica a persistência de uma cultura política brasileira em que não se fez memória, verdade e justiça, lançando o país no rol dos que mais desrespeita direitos humanos no mundo. Militares e burgueses não apenas foram anistiados como mantiveram intacta a defesa de seus interesses sagrados depois de 1985, incluindo o aprofundamento da dependência externa a partir dos anos 1990 no contexto do capitalismo neoliberal. Em síntese:

□ Entre 1974 e 1985, no contexto da crise mundial do capitalismo e da crise do padrão de acumulação desenvolvimentista da ditadura brasileira, o governo Geisel encaminha a abertura lenta, gradual, segura e pelo alto, como forma de resolver os impasses da crise de hegemonia burguesa. Nesse período da luta de classes as forças autocráticas- (frações burguesas, militares, burocracia estatal, etc) - vão enfrentar as antiautocráticas - (PT, CUT, MST, ala esquerda do PMDB e PDT, setores da igreja como CEBs, CPT, MAB, UNE, etc). Para as primeiras, o projeto político defendido era fazer a transição da institucionalidade autoritária para a democrática mantendo o Estado autocrático; já para as segunda, se tratava de uma perspectiva contra hegemônica transformadora da sociedade e daquele Estado, incluindo aí, a construção da democracia de participação ampliada;

□ No chão concreto da História, venceram as forças autocráticas. Mudou-se a forma política da ditadura militar para a democracia formal, mantendo-se a essência despótica do Estado burguês e a tradição da Revolução Passiva em 1985;

□ Durante o Governo Sarney (1986-1989), ocorreria uma nova etapa desse processo denominada, por David Maciel, de “segunda transição”. Diante da crise de hegemonia burguesa, das divisões entre suas frações, dos insucessos na política econômica de controle da recessão e da inflação, além da intensificação de greves e mobilizações sociais por parte das forças antiautocráticas, fora mantida a estratégia da Revolução Passiva da “primeira transição”. A reforma do Estado autocrático-burguês, viabilizada pela instalação da institucionalidade democrático-liberal, impediu justamente que a crise

do bloco desenvolvimentista da ditadura abrisse caminho para o triunfo de um projeto alternativo e antiautocrático. Desse modo, a democracia se constituiu em forma política essencial para a consolidação de uma nova hegemonia burguesa, neoliberal, e de um novo bloco de poder a partir dos anos 1990. (MACIEL, 2012, p. 23);

□ O processo de transição da Ditadura Militar para a Nova República, ainda segundo David Maciel, permitiu a substituição do cesarismo militar pelo civil, embora durante o Governo Sarney os militares tenham voltado a ocupar uma posição de tutela, passando, não apenas a se posicionar sobre assuntos de ordem corporativa, como também sobre questões cruciais da ordem institucional democrática. De certo modo, “diante da crise da hegemonia burguesa os militares reassumiram progressivamente a direção política do governo e do bloco no poder, ao contribuírem para que os elementos autoritários herdados da Ditadura Militar fossem mantidos ou ligeiramente reformados, e não abolidos, na nova ordem institucional e ao funcionarem como elementos de contenção do avanço das classes subalternas e das forças antiautocráticas”. (MACIEL, 2012, p. 26);

□ Entre 1986-1989 a luta de classes se amplia. Porém, contraditoriamente, esse fortalecimento não se constituiu em um projeto concretamente capaz de derrotar as forças autocráticas e construir uma hegemonia alternativa. A institucionalidade democrática exerceu um controle apassivador junto aos movimentos sociais e políticos dos subalternos, alimentou a ilusão ideológica democrática e canalizou esse conjunto de forças populares para favorecer a ordem burguesa controlada por forças conservadoras e tutelada por militares. A vitória de Collor selou essa derrota popular. (MACIEL, 2012)

□ Citando mais uma vez David Maciel em passagem bastante gramsciana, sintetiza o autor: “Em suma: a nova institucionalidade teve efeito de canalizar as demandas sociais e políticas das classes subalternas para as esferas da representação de um Estado autocrático, relativamente imunizado diante das pressões populares, e para uma arena da disputa

política regida pela lógica da ‘conciliação pelo alto’, do conservadorismo e das práticas políticas antipopulares, revelando um amplo e duradouro movimento *transformista*”. (MACIEL, 2012, p. 28, grifo no original)

□

O DEBATE SOBRE SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA DURANTE A ABERTURA

No contexto da crise de hegemonia burguesa e da intensificação da luta de classes entre 1974-1985, ocorreu um importante debate na esquerda brasileira sobre a relação entre o papel da sociedade civil e a democracia em construção naquele momento. Esse debate foi recuperado pelo historiador Mauro Iasi por ocasião dos 50 anos do Golpe de 1964, a partir da leitura da obra de Maria Lúcia Duriguetto. Considero pertinente voltar àqueles textos dos anos 1980, sobretudo, para estabelecer pontes de diálogos a respeito do projeto de democracia hegemônico daquele processo histórico, não apenas por ocasião dos 60 anos do golpe, mas também dos 39 de democracia blindada⁴.

Em síntese, Iasi aponta duas linhas de análises que se debruçaram sobre aquele processo: a) uma linha conservadora reformista que criticava a concentração de poder político e econômico e defendia o fortalecimento da sociedade civil como espaço representativo dos diversos interesses sociais na possibilidade de ser canal de negociação das políticas públicas junto ao Estado⁵; b) uma segunda linha, ligada ao reformismo de esquerda que entendia e defendia também o fortalecimento da sociedade civil, mas diferentemente da primeira, como condição para superação da via prussiana (Carlos Nelson Coutinho), ou como ampliação da participação popular (Francisco Weffort), ou ainda, como construção de espaços políticos capazes de criar novas formas de relacionamentos sociocultural, com ênfase na autonomia e independência do movimento da classe trabalhadora; (Marilena Chauí). A concordância geral entre as duas linhas, segundo Iasi, era a busca da forma política democrática e as condições políticas para a sua eficácia. No caso da primeira linha, se tratava

4 Faço uso do conceito de democracia blindada a partir concepção desenvolvida pelo historiador Felipe Demier. Democracia adequada às necessidades da acumulação capitalista nos países de capitalismo tardio, no contexto da crise dos anos 1970. Blindada no sentido de fechada a pressões populares e profundamente contrarreformista.

5 Linha representada por nomes como Wanderley Guilherme dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier. Em síntese, defendiam um conceito de sociedade civil esvaziado da luta de classes, como sendo um conjunto de organismos representativo dos interesses sociais como canal de negociação com o Estado

da consolidação da democracia burguesa, enquanto no caso da segunda, do caminho na perspectiva do socialismo: a democracia como campo favorável à luta de classes (Coutinho), como aumento da participação popular desde baixo (Weffort), como propulsora de espaços de sociabilidade política com ênfase nas lutas cotidianas (Chauí). As duas linhas, entretanto, cerravam fileiras na defesa do fortalecimento da sociedade civil, seja como expressão de uma economia de mercado (no caso da primeira), seja como expressão das lutas sociais e sua organização (no caso da segunda).

Gostaria de refazer a pergunta levantada por Mauro Iasi a dez anos atrás: “o que se consolidou nessas três décadas que nos separam da crise da ditadura?”. Não custa lembrar que o autor lançou essa questão ainda durante o período da hegemonia lulista, portanto, antes dessa quadra histórica que começou com o golpe de 2016 e desaguou no 8 de janeiro de 2023. De lá para cá, muita água correu no sentido contrarreformista da democracia blindada. O fato é que as possibilidades esboçadas pelos intelectuais da segunda linha, a reformista de esquerda, não se concretizou durante a Nova República, uma vez que as forças antiautocráticas foram derrotadas pelas forças autocráticas. A sociedade civil de fato se ampliou, mas o projeto democrático triunfante, nem ampliou o espaço da participação política desde baixo, nem colocou burgueses e proletários em patamar de relativo equilíbrio na correlação de forças para interferir na agenda estatal e de governos, nem pavimentou a estrada em direção ao socialismo. Na crise da transição, entre a alternativa do reforço autocrático ou da construção de uma “democracia de cooptação”, a burguesia entrelaçou “os mecanismos de uma democracia de cooptação com a organização e o funcionamento do Estado autocrático”. (FERNANDES,) Dialeticamente, Florestan Fernandes faz realçar esse caráter da dominação burguesa na transição para a democracia, ou seja, em vez de considerar que houve uma transição da ditadura (coerção) para a democracia (consenso), o autor considera que a “democracia de cooptação” possível se deu num quadro de intensificação e não de relativização dos aspectos autocráticos do Estado burguês no Brasil. (IASI, 2014, p. 87)

Sendo assim, pelo alto, a burguesia triunfou na luta de classe, derrotou a classe trabalhadora e entregou a faixa presidencial a Tancredo/Sarney. A abertura lenta, gradual, segura e controlada, a Lei da Anistia, a derrota das Diretas Já! e a costura da chapa presidencial nas hostes palacianas e com um candidato a vice, explicitamente, vinculado à ditadura, expressam os limites da forma democrática blindada inaugurada em 1985. Ainda de acordo com a leitura de Mauro Iasi (2014, p. 87), “não se trata de mera continuidade

da forma autocrática, que como vimos é sempre, por sua natureza, uma solução provisória, mas de uma mudança de forma na qual persistem certas características autocráticas, exatamente porque não são possíveis de serem eliminadas, porque não pertencem à lógica da forma, mas à substância que define o caráter do Estado burguês no Brasil”.

A partir dos anos 1990 o Brasil vai se inserindo na lógica global de todo processo de reestruturação produtiva pós-fordista ensejado, sobretudo, a partir da crise do socialismo real e do triunfo da globalização neoliberal. De acordo com David Maciel (2022), a mercantilização de direitos, o ataque neoliberal aos direitos e às organizações dos trabalhadores, vem enfraquecendo a legitimidade do Estado como benfeitor e promotor da seguridade social. De modo que, “ao transferir para o mercado a ‘oferta’ e o acesso a bens sociais e públicos, o neoliberalismo deslocou o papel do Estado burguês para sua condição tradicional de garantidor da lei e da ordem”. (MACIEL, 2022, p. 45) Isso tem conduzido à mundialização da democracia liberal, embora com tendência para a autocratização do Estado burguês levando para o centro do capitalismo características marcantes até então na órbita periférica do sistema. Os governos FHC prepararam o Brasil para entrar em sintonia com a acumulação capitalista mundial, contando com o expediente da democracia blindada para: a) a desregulamentação dos direitos trabalhistas; b) as reformas da previdência; c) a privatização das estatais; d) a redução da intervenção do Estado na economia; e) o controle da política monetária e cambial por parte do Banco Central; f) criação de agências reguladoras.

Segundo Felipe Demier (2017), esse período também foi acompanhado por um processo de *transformismo* no seio das principais representações políticas e sindicais da esquerda brasileira: CUT e PT. Abandonaram a defesa das reformas sociais e o combate à política neoliberal e foram se transformando cada vez mais em importantes agentes dos interesses do capital. Em vez da plataforma dos direitos sociais universais, outrora defendida, passou-se à implementação de políticas sociais focalizadas e das contrarreformas. A chegada de Lula à presidência em 2003 consolidou esse processo de modo que “o PT, no poder, contribuiu, portanto, para a blindagem do regime democrático-liberal brasileiro, cada vez mais imunizado em face às pressões populares”. (DEMIER, 2017, p. 63) A classe trabalhadora foi ficando órfã de suas maiores representações políticas e sindicais e, assim, sentencia Demier: “A democracia blindada estava finalmente implantada no Brasil”.

DEMOCRACIA BLINDADA (1988-2024)

Muito se argumenta que a Constituição de 1988 avançou bastante na letra

da lei quanto à conquista de direitos sociais. Contudo, em que pesem algumas conquistas legais colocadas no papel pela pressão dos movimentos sociais na constituinte, o fato é que sua concretização na prática muitas vezes tem se tornado inviável. Assim como também o texto de 1988 já sofreu inúmeras emendas contrarreformistas desfazendo o pouco que se conquistou ao menos no âmbito legal⁶. Basta ver a questão da previdência social. A pretexto de um suposto déficit, a burguesia contou com jornalistas da grande mídia, parlamentares, forças coercitivas estatais e governos de plantão, para fazer várias contrarreformas da previdência, incluindo a última delas que motivou a maior greve geral da história do Brasil em 2017. Também no pacote do golpe de 2016 foi aprovada a contrarreforma trabalhista que precariza cada vez mais as condições de vida da classe trabalhadora brasileira. Sem falar na PEC-32 que pretende fazer uma contrarreforma administrativa passando por cima de princípios constitucionais caros aos servidores públicos, tais como concurso e estabilidade na função.

A questão secular da terra no Brasil, apesar da valorosa luta de classes empunhada por movimentos sociais do campo e das poucas conquistas por reforma agrária, em verdade, só fez aprofundar o modelo agroindustrial consolidado com o golpe de 1964. O agronegócio, como filho legítimo e direto da “revolução verde” e da ditadura empresarial militar, só fez crescer depois de 1985 e hoje demonstra força política que, se não impede a contra hegemonia camponesa, aparece na cena política com a força de um trator passando por cima dos movimentos sociais do campo. A chamada bancada do boi no parlamento brasileiro e no interior dos seus *aparelhos privados de hegemonia* é quem de fato tem ditado as regras sobre política agrária e ambiental, não

6 Veja, por exemplo, a questão da demarcação das terras quilombolas no Brasil. Não obstante ter sido colocada no Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, a primeira titulação de um território quilombola ocorreu apenas em 1995 e de lá para cá se arrasta em uma lentidão que perpassa todos os governos, embora com diferenças pontuais: Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002) - 8 terras tituladas | 116.491,5614 hectares; Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) - 12 terras tituladas (4 parcialmente) | 39.232,4399 hectares; Dilma Rousseff (2011 – maio 2016)- 16 terras tituladas (15 parcialmente) |11.737,0789 hectares; Michel Temer (maio 2016 – setembro 2018)- 5 terras tituladas (4 parcialmente) | 18.825,6846 hectares. <https://cpisp.org.br/ha-30-anos-constituicao-reconhecia-os-direitos-quilombolas/#:~:text=A%20primeira%20titula%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma,Vista%2C%20em%20Oriximin%C3%A1%2C%20Par%C3%A1>. O censo demográfico do IBGE de 2022 revela que o Brasil possui mais de 1,3 milhão de quilombolas e que menos de 5% vive em territórios demarcados.

restando espaço para que os movimentos sociais atuem com algum grau de equilíbrio na balança política da institucionalidade democrático-burguesa⁷. A boiada continua passando por cima de terras indígenas e quilombolas, dando continuidade ao genocídio que teve início no dia em que os povos originários avistaram as primeiras caravelas na beira da praia. O jornalista Rubens Valente, em seu livro *Os Fuzis e as Flechas*, traz à tona a política genocida e repressora da ditadura militar sobre os povos indígenas, tema, aliás, pouco estudado ainda pela historiografia brasileira. Sua leitura permite-nos avaliar o quadro dramático do desmantelamento do modo de vida dos povos indígenas operado pelo capital imperialismo sob a invocação ideológica desenvolvimentista. E essa situação apenas se intensificou na quadra histórica contemporânea. A exemplo disso, vale lembrar o debate atual sobre a questão do marco temporal, cuja luta vencida no STF esbarrou na primeira porta do congresso nacional. O Estado autocrático-burguês quando abre uma janela, imediatamente, fecha todas as portas. Outros dois exemplos bastante atuais envolvendo a questão agrária é a CPI do MST e o projeto de lei que busca impedir camponeses ocupantes de terras de terem direitos aos benefícios dos programas sociais⁸. É verdade que estamos vivendo uma onda fascistizante intensificada após o golpe de 2016 e a eleição de 2018, mas o fato é que a classe trabalhadora nunca teve vida fácil depois da “redemocratização” de 1985. Muito menos antes!

Talvez o maior teste de força para demonstrar os limites da democracia brasileira possa vir da periferia das grandes cidades. O povo preto e trabalhador vive exilado em sua própria cidade, longe de direitos sociais universais, mas perto da primeira bala policial que sempre encontra um corpo jovem pela frente. A pandemia de covid-19 escancarou as feridas abertas das desigualdades espaciais citadinas e mostrou como na hora de trabalhar, adoecer e morrer é muito pior quando se trata de corpos proletários racializados que vivem fora do latifúndio urbano. Para esses, a democracia ainda não foi apresentada.

Outro grupo subalternizado na sociedade brasileira é o das LGBTQIAP+. Basta ver a postura transfóbica de parlamentares do congresso nacional em plenas sessões daquela casa que se diz do povo. É verdade que as lgbts têm ocupado importantes espaços políticos na institucionalidade decorrentes das

7 Sobre o poder da bancada do agronegócio na política brasileira sugiro acompanhar o Blog De Olho nos Ruralistas. <https://deolhonosruralistas.com.br/>.

8 Em 22 de maio de 2024, a câmara federal aprovou o PL 895/2023, de autoria do deputado Marcos Pollon (PL- MS) e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) que procura impedir ocupantes de terra a ter acesso aos benefícios dos programas sociais do governo federal e a realizar concurso público.

lutas orgânicas junto às suas bases nos movimentos sociais. E o fato de termos parlamentares trans, demonstra, por um lado, a força organizativa do movimento LGBTQIAP+ desde os tempos da ditadura militar, mas por outro, nos mostra a grande disparidade em termos de representatividade na política na relação com o padrão branco, burguês e cis, hegemônico na política brasileira. Além do mais, os números de violência contra lgbts no Brasil são assustadores e na atual conjuntura, um congresso nacional majoritariamente fundamentalista só alimenta para cima essas estatísticas de lgbtfobia⁹. As políticas públicas da era do lulismo foram importantes conquistas da luta nos movimentos sociais, ainda assim, insuficientes para uma efetiva ação democrática que contemple esse grupo social subalternizado.

Sobre a cultura e a mídia burguesa também não resta dúvida quanto à ausência de democratização no Brasil. Após o Golpe de 1964 e, sobretudo, o AI-5, o projeto nacional-popular na cultura brasileira fora abortado juntamente com a esquerda reformista/revolucionária. Nos primeiros meses de abril os inquiridos policiais já batiam às portas das lideranças comunistas, trabalhistas, estudantis, operárias e camponesas. Conforme assinala Marcelo Ridenti, ainda assim, houve uma relativa autonomia para a cultura engajada. Contudo, após 1968, artistas e intelectuais revolucionários viram seus projetos serem impedidos, derrotados e removidos para os escombros da catástrofe que nem o anjo da história benjaminiano seria capaz de trazê-los à *contrapelo* naquele momento. O máximo que se conseguiu foi embalar com música, teatro e cinema, as ações da esquerda armada, mesmo que como “companheiros de viagem”, conforme definiu Ridenti. A partir dos anos 1970 triunfaria a indústria cultural na superestrutura brasileira, em sua relação dialética com as transformações estruturais que consolidariam o capitalismo monopolista dependente como resultado do golpe empresarial-militar. Daí em diante, prevaleceu a mercantilização da cultura consagrada em grandes empresas de televisão e na indústria do vinil.

Os grandes monopólios e oligopólios da mídia burguesa têm feito fortuna em cima do controle da informação e de toda sorte de programas midiáticos transformados em uma mercadoria de alto valor a encher os bolsos do empresariado. Isso sem falar na dimensão ideológica de uma mídia que, junto com os dólares, arremata consciências para o atual projeto neoliberal capitalista

⁹ Dados da *Transgender Europe (TGEU)*, do ano de 2021, aponta que nos últimos 13 anos, “pelo menos 4.042 pessoas trans e de gêneros diversos foram assassinadas entre janeiro de 2008 e setembro de 2021. Para maiores informações desses dados consultar: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso: junho de 2024.

de sociedade. Como bem nos ensinara Marx, a classe social que controla os meios de produção também controla os meios de informação e como ideologia burguesa, mascara, inverte, oculta, naturaliza as desigualdades sociais, sob a marca do discurso da imparcialidade e da universalidade. Os movimentos sociais têm se valido da mídia alternativa, enquanto milhares de artistas de rua ou a cultura marginal buscam sobreviver à mingua para produzir e divulgar seus bens culturais e seus projetos societários.

Foi, portanto, durante a ditadura que se consolidou o império das telecomunicações no Brasil. Segundo Eduardo Granja Coutinho (2014, p. 111), “os governos militares implementaram uma política modernizadora nas telecomunicações, priorizando a instalação de uma rede de troncos de micro-ondas que, integrado a um sistema de comunicação via satélite pudesse interligar todo o território nacional”. O Estado autocrático burguês se encarregou de investir em infraestrutura e serviços e passou de mão beijada para a indústria de rádio e televisão explorar. Dessa forma, se montou, com dinheiro público, o monopólio privado do controle da informação no país. Com a Nova República, ao que parece, esse modelo, não apenas não foi rompido, como se aprofundou. A Constituição de 1988 trouxe um importante artigo tratando do enfrentamento aos monopólios e oligopólios dos meios de comunicação, mas nunca foi objeto de regulamentação por parte do congresso nacional. A força empresarial atua nesse sentido de modo que “sete grupos controlem 80% de tudo que é visto, ouvido e lido no país. Neste oligopólio, constituído pelas famílias Civita, Abravanel, Frias, Saad, Mesquita e pela Igreja Universal, a Rede Globo, da família Marinho, continua sobressaindo com grande destaque”. (COUTINHO, 2014, P. 117) Isso não quer dizer que essa força todo poderosa anule as resistências, pois em vários momentos da História do Brasil as forças das ruas ecoaram contra esse monopólio burguês como parte da luta pela democratização do país.

Enfim, o modelo político inaugurado em 1985 não favorece à participação da classe trabalhadora nas decisões nacionais. O pluripartidarismo não significou igualdade nas regras do jogo eleitoral e o fisiologismo deita raiz na estrutura partidária brasileira. A democracia representativa é um engodo, por trás de sua máscara supostamente universal se esconde um rosto burguês defensor de interesses particulares de classe. E muito dificilmente o proletário terá condições de chegar a um parlamento para defender os interesses da sua classe social.

DEMOCRACIA BLINDADA PÓS GOLPE DE 2016

Entre os anos de 2014 e 2024 as águas do oceano da História brasileira estiveram bastante agitadas. Por ocasião da efeméride dos 50 anos do Golpe de 1964 vivia-se um momento dos efeitos da crise econômica mundial e da crise de hegemonia do lulismo. As ruas do país voltavam-se aos encontros com as multidões durante as Jornadas de Junho de 2013, do grande número de greves e de ocupações por moradia lideradas pelo MTST. Assim, a luta de classes daquele momento demonstrava uma insatisfação geral do proletariado com os limites da democracia blindada. O lulismo ainda dava algum sinal de vitalidade nas eleições de 2014 em um pleito bastante disputado com Aécio Neves, depois de Dilma Rousseff quase perder para Marina Silva e o espírito eleitoreiro de Eduardo Campos. Contudo, o segundo mandato Dilma se faria colado no programa derrotado dos tucanos, rendendo críticas por parte de setores de esquerda à política econômica levada à cabo pelo banqueiro Joaquim Levy. Já no campo da direita, liberais e neofascistas se encontravam na primeira esquina da História para inviabilizarem e até derrubarem o governo. As manifestações de 2015 pavimentaram a estrada que daria no golpe de 2016. Os fantasmas do passado foram exorcizados nas ruas e nas redes sociais pedindo-se a volta da Monarquia ou da Ditadura Militar para “salvar” o Brasil da revolução comunista “gramscista” e/ou freiriana. Mais uma vez se dava um golpe no Brasil apelando para a linguagem do anticomunismo, da anticorrupção e da antipolítica. Daí, surgiu o “salvador da pátria”, o messias às avessas, que o ressentimento com a crise econômica por parte da pequena e média burguesia e de setores médios empurrara como “mito” ladeira acima da poderosa rampa que dar acesso à cadeira presidencial. Para isso, foi fundamental que o lavajatismo trancasse Lula no cárcere político, impedindo sua candidatura em 2018.

O Golpe de 2016 não substituiu a democracia blindada por outro regime político, o que ele fez foi justamente blindar ainda mais a forma política advinda de 1985 no sentido contrarreformista e antipopular. Em pouco menos de dois anos a burguesia conseguiu do governo Temer a lei da terceirização, a EC-95, a contrarreforma trabalhista, deixando o desmanche da previdência social para o governo Bolsonaro. As universidades e institutos federais foram perseguidas e a cultura brasileira beirando à censura e propaganda oficial. A mídia liberal burguesa pagou seu preço pelo apoio deliberado ao golpe e teve que provar do veneno fascizante que ameaçou a liberdade de expressão. No âmbito do legislativo, instalou-se um semiparlamentarismo à brasileira com o presidente da câmara funcionando quase que como um primeiro ministro. O

orçamento federal deixou de ser objeto de execução do poder executivo, pois os vários tipos de emendas parlamentares e o famigerado orçamento secreto colocam nas mãos de parlamentares muita grana para a compra de votos nos redutos eleitorais municipais. Assim, fica praticamente inviabilizado o equilíbrio do jogo democrático para candidaturas parlamentares que orbitam fora do jogo do presidencialismo de coalizão semiparlamentar vigente.

No contexto dos 60 anos do Golpe de 1964 vivemos o renascimento do lulismo após uma acirrada disputa com o neofascismo nas eleições de 2022. A conjuntura de hoje, porém, é mais dramática ainda do que a dez anos atrás. Embora haja um certo alento por ocasião da vitória de Lula o fato é que o projeto neoliberal/fascistizante se encontra fortemente enraizado em setores da sociedade brasileira e no interior do Aparelho de Estado, a exemplo do congresso nacional. Por um lado, temos um governo de frente ampla refém do centrão e da Faria Lima; por outro, temos a ameaça dos fascistas cujo projeto continua com base de massa nas ruas e nas redes, apesar da inelegibilidade de Bolsonaro e das canetadas de Alexandre de Moraes.

Além do mais, o mundo hoje está ainda mais caótico do que o de dez anos atrás. Não veio o socialismo, mas a barbárie se aprofundou. O planeta não respira mais como no passado e a onda de calor como jamais vista é um indicativo de o que planeta azul está mais perto da bola de fogo. As catástrofes do Rio Grande do Sul, Brumadinho e Maceió já sinalizam a barbárie por meio das águas que respondem, com força, às ações do capital. Já no outro lado do mundo temos a Guerra da Ucrânia e o genocídio sionista com apoio dos EUA matando inocentes para a acumulação capitalista. Por essas e outras nunca fez tanto sentido a palavra de ordem de Rosa Luxemburgo, pois se a humanidade trabalhadora e oprimida não se levantar para a construção do socialismo, o planeta será destruído pelo capitalismo que sequer salvará sua burguesia suicida. A menos que ela encontre morada em outro planeta!

Na conjuntura em que vivemos se faz necessário uma análise e uma intervenção política que combine o combate ao neofascismo com a defesa da democracia socialista. Concordo inteiramente com Ellen Wood quando ela nos chama a atenção para o fato de os marxistas serem acusados de não defenderem a democracia e, dessa forma, porem em risco às liberdades democráticas. Segundo a autora, essa crítica merece algumas considerações. Em primeiro lugar, é preciso dizer que os socialistas não negam a relevância de tais liberdades, importantes que são em qualquer democracia, inclusive na socialista. Em segundo lugar, não custa lembrar que o capitalismo pode estar ligado a qualquer ditadura, mas também vinculado à democracia liberal.

Dessa forma, conclui Ellen Wood, não devemos depreciar as liberdades democráticas, mas também isso não nos obriga a aceitar o capitalismo como único e melhor meio para manter a autonomia individual e os direitos civis e políticos. Não fazer essa ligação histórica e estrutural entre democracia formal e capitalismo limita nossa compreensão de democracia e de capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIANCCHI, Álvaro. O laboratório de Gramsci: filosofia, História e política. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre História. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. São Paulo: Cortez, 1990.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: LOWY, Michel (org.) O marxismo na América Latina. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- COUTINHO, Eduardo Granja. Ecos do golpe no mundo da cultura. In: Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- DAVIS, Ângela; FEDERICI, Sílvia; COLLINS, Patrícia Hill. Democracia para quem?: ensaios de resistência. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2023.
- DEMIER, Felipe. Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado- Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.
- _____. Movimentos socialistas e partidos políticos. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- IANNI, Octávio. A ditadura do grande capital. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- IASI, Mauro. Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política. In: Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- MACIEL, David. De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda, 2012.
- _____. Democracia e autocracia hoje. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 42, nº 90, 2022.
- MIGUEL, Luís Felipe. O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da revolução brasileira. São Paulo: UNESP, 2010.

TELLES, Edson e SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

WEFFORT, Francisco. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____ Qual reforma política? Estudos avançados 23 (67), 2009.

WOOD, Elen. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura / – 1a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017. _____

1.2 – AS ESTRADAS DE FERRO NAS CIDADES DO NORDESTE ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA: ROTAS SUBMETIDAS A GRUPOS DOMINANTES POLÍTICA E ECONOMICAMENTE

Gervácio Batista Aranha

O objetivo deste trabalho é demonstrar que as estradas de ferro no Nordeste - região que tinha a designação de Norte até o começo do século XX -, desde a instalação dos primeiros trilhos nos anos 1850 até hoje, são parte de um programa geral de construção de ferrovias no país cuja morte foi decretada entre os anos 1920 e 1950. Enfim, um programa ferroviário que, rigorosamente falando, nasceu natimorto. A minha hipótese é que, a rigor, os poucos investimentos em ferrovias no país ocorreram até o final dos anos 1920. Considere-se, a título de exemplo, que enquanto o sistema ferroviário brasileiro teve um acréscimo de apenas 17 mil quilômetros de linhas férreas nas primeiras três décadas do século XX, um número irrisório para um país de dimensões continentais, esse número caiu para seis mil quilômetro nas três décadas subsequentes (DOURADO, 1978, p. 734). Qual a motivação desse pouco interesse no incremento de mais trilhos para o país? Sem dúvida, a emergência da indústria automobilística com a gradativa instalação de uma infra-estrutura para dar vazão à demanda pelo novo meio de transporte moderno, tudo em atendimento aos interesses das multinacionais do setor, na esteira dos quais surgiu toda uma “mentalidade rodoviarista”, decorrente entre outros motivos, de cerrada propaganda às benesses do automóvel.

Na verdade, o Brasil começou a se motorizar para valer nos anos 1920, devendo-se chamar a atenção para o fato do governo Washington Luís - que conduziu os destinos do país entre os anos 1926/1930 -, ter adotado o lema “governar é construir estradas”, indicativo de todo um empenho para a consolidação do emergente transporte rodoviário no Brasil. Basta considerar que além da infra-estrutura básica, iniciada no governo referido e que teve continuidade com Getúlio Vargas, logo vieram multinacionais automobilísticas com suas montadoras de veículos, a exemplo da Ford, a marca de maior reconhecimento nos anos 1920, que inaugurou uma dessas montadoras no Recife para distribuição de automóveis e peças para inúmeras áreas nordestinas, inclusive com duas concessionárias dessa marca em Campina Grande, interior da Paraíba (TEJO, 1981, p. 68).

Mas em que pese esse surto rodoviário inicial nos governos Washington

Luís e Getúlio Vargas, só na gestão de Juscelino Kubitschek se bateu o martelo em torno de uma opção radical pelo automóvel. O mirabolante plano *desenvolvimentista*¹⁰ do governo Juscelino denominado “50 anos em 05”, lançou mão de um gigantesco programa de construção de estradas de rodagem para fins de atrair poderosas empresas automobilísticas, a exemplo de General Motors, Ford, Volkswagem (MARANHÃO, 1985, pp. 64-65). Enfim, opção por um modelo rodoviário que foi tomando corpo como algo insano, e insano por dois motivos: de um lado, pelo caos em que se transformou ao longo das décadas; de outro lado, porque o abandono das ferrovias - um meio de transporte mais seguro e cerca de seis vezes mais econômico que o rodoviário - andou na contramão do resto mundo dito desenvolvido.

Ainda assim, as estradas de ferro no Nordeste, igualmente no Brasil, têm uma história, ainda que uma história profundamente marcada pelo predomínio do privado em detrimento da coisa pública. E, claro, uma história que é também a narração/compreensão das políticas ferroviárias diversas e seus pífios resultados, sem que os proponentes de projetos ferroviários tenham deixado de enfatizar o quanto as ferrovias eram instrumentos de *redenção* com base nas quais a região e/ou nação entrariam em fina sintonia com a dita *civilização*.

Por exemplo, em fina sintonia com o sentido extraído da análise de Fernand Braudel sobre o transporte ferroviário, o qual, citando Valery, informa que o homem, de César até Napoleão, andou com passos lentos, na cadência da tração animal (APUD HARDMAN, 1987, p. 187). Só com o trem de ferro, uma invenção do século XIX, novos padrões de velocidade foram instituídos, provocando uma revolução nos transportes. Marcada por ritmos sociais cada vez mais intensos, a sociedade oitocentista era uma sociedade cujo espaço tendeu a ser encurtado pela aceleração do tempo. Não é à toa que a primeira locomotiva a vapor que correu no mundo, na viagem inaugural Liverpool/Manchester, isto em 1830, carregava o seguinte emblema: “catch me who can”, que pode ser traduzido da forma que segue: “agarra-me se puder”. Emblemática mensagem se considerarmos que essa viagem inaugural atraiu a atenção de aproximadamente 400 mil pessoas entre as duas cidades e ao longo do percurso entre ambas (APUD HARDMAN, 1987, p. 187).

Na verdade, representações sobre essa dimensão transformadora e impactante das estradas de ferro tiveram lugar mundo afora. Nas províncias, depois estados do Nordeste, como de resto no Brasil inteiro, proliferou, entre

10 Grifo meu. Doravante todas as palavras e/ou expressões grafadas em itálico são grifos meus.

meados do século XIX e primeiras décadas do século XX, toda uma “mística ferroviária”, para não falar numa crença generalizada no papel *redentor* dessas *varas de condão* chamadas trilhos, tal como na metáfora expressa por um deputado paraibano, em discurso proferido na Câmara dos Deputados no último quartel do século XIX, o qual, ao analisar o quadro geral de decadência da lavoura no país, afirmou que ela só progrediria se tivesse “pernas para andar, braços para laborar os nossos campos e ar para aspirar”, sendo que o ar corresponderia ao crédito; as pernas às estradas de ferro e os braços aos colonos.¹¹

A crença referida costumava se expressar por meio de imagens dramáticas, de tom grandiloquente, como na fala do mesmo deputado paraibano ao reivindicar estradas de ferro para sua região. No discurso proferido na sessão de 31 de julho de 1882, dirigiu-se aos presentes na qualidade de representante das “regiões do norte”, assegurando que estava ali para dizer aos poderes constituídos do Estado que as ferrovias poderiam mudar a face do Brasil. Em tom visivelmente mítico, se dirige aos congressistas apelando para o caráter redentor dos trens de ferro, capazes de converterem nossos desertos em povoações e os “nossos campos em abundantes searas”, não esquecendo que “sibilos das locomotivas” confundir-se-ão com as “canções populares que os camponeses e lavradores (...) entoam ao recolher-se do trabalho em suas modestas choupanas”.¹²

Assim, não havia recanto deste país que não lutasse para obter um pouco da *mágica* porção. No último quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX, cruzavam-se solicitações de toda parte, trechos ou ramais ferroviários eram reivindicados para tudo que é lado, explodiam os pedidos de novas concessões na imprensa e nas instâncias parlamentares. Enfim, concessões que estiveram na ordem do dia do jogo parlamentar no Congresso Nacional, com todo o bate-rebate que lhe era característico, em que os ânimos se acirravam enormemente quando se colocava na pauta a conquista de possível “quinhão” ferroviário para uma região dada, cada bancada se engalfinhando para faturar um palmo dessas “estradas messiânicas” (MELO, 1984, pp. 195 e seq.).

Deste modo, as estradas de ferro se tornaram instrumentos de modernização bastante cobiçados, explicando-se, por assim dizer, o porquê de tantos trilhos projetados por esse imenso Brasil. Em meados dos anos

11 Discurso de Anízio Salatiel Carneiro da Cunha, deputado paraibano, proferido em 31 de julho de 1882. Op. Cit., vol. VII, p. 221.

12 Cf. Idem, p. 210

1870, por exemplo, o Império chegou a contabilizar cerca de 120 estradas de ferro projetadas pelo vasto território brasileiro, ainda que o então Ministro responsável pela Pasta que autorizava concessões ferroviárias tenha aprovado, em meio aquela centena de projetos, apenas doze com garantia de juros, um para cada província.¹³

Afora as duas pequenas ferrovias inglesas existentes desde os anos 1850 no Norte a que hoje chamamos Nordeste, a Recife - São Francisco e Bahia - São Francisco respectivamente, as concessões para as demais ferrovias a serem construídas na região só foram autorizadas no começo dos anos 1870, com base na Lei 2450. Trata-se de três ferrovias em solo pernambucano: a Great Western ou Recife/Limoeiro; a Central de Pernambuco; e a Sul de Pernambuco. Também uma em solo paraibano: a Conde D'eu; uma em solo Norte-Riograndense: a Natal - Nova Cruz; uma em solo alagoano: a Central de Alagoas; e uma em solo Cearense: a Fortaleza - Baturité. Das sete concessões consignadas em Lei, apenas a Fortaleza - Baturité saiu da alçada da Lei 2450 algum tempo depois. Ocorre que esta última, juntamente com a Camocim - Sobral, também no Ceará, e com a estrada de Ferro Paulo Afonso entre Alagoas e Pernambuco, tiveram suas obras de construção atacadas imediatamente com recursos diretamente do Tesouro, motivadas pelos efeitos catastróficos da Grande Seca de 1877-1878, em que políticos cearenses e alagoanos souberam tirar proveito da situação para emplacar essas ferrovias. Quanto às seis ferrovias autorizadas pela Lei 2450, demorou quase uma década para que tais concessões reverberassem na construção efetiva dos trilhos. Acontece que, ao contrário das três ferrovias associadas ao discurso da seca, construídas com investimentos diretos do Tesouro, as demais dependeram de negociações para levantamento dos capitais na praça londrina (MELO, 1984, pp. 192-193 e 200-201).

Acrescente-se ao exposto que algumas províncias do Norte não fizeram parte deste primeiro rateio ferroviário - cobiçado rateio - dos anos 1870, a saber, Sergipe, Piauí e Maranhão (MELO, 1984, p. 200), as quais só conquistaram algum quinhão ferroviário entre a última década do século XIX e primeiras décadas do século XX. Sergipe, por exemplo, foi uma das províncias que chega ao fim do século XIX sem um palmo de trilhos, uma vez que só singraram seu território em 1913, e mesmo assim como uma extensão da estrada Bahia ao São Francisco ou Salvador - Juazeiro, atraso

13 Cf. Discurso de Costa Pereira, Ministro da Agricultura, proferido em 30 de julho de 1875. In *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, Tomo 3, p. 278 (Apêndice).

decorrente dos vetos da poderosa bancada baiana no Parlamento a quaisquer projetos ferroviários exclusivamente sergipanos (MELO, 1984, pp. 206-207; CASTILHO, 1945, p. 13).

Das três províncias fora do rateio ferroviário dos anos 1870, o Maranhão foi o único que passou a contar com uma pequena ferrovia de pouco mais de 70 quilômetros no ocaso do século XIX, já sob a República, a ferrovia Caxias - Flores¹⁴, esta última localizada na margem esquerda do Rio Parnaíba, lado maranhense, a 02 quilômetros de distância tão-somente de Terezina, capital piauiense. Aliás, pequena ferrovia que serviu de elo para a estrada de ferro São Luis - Terezina, ainda que com um atraso de quase trinta anos, pois o projeto original, que remonta ao início do século XX e partia da capital maranhense rumo a Caxias, tendo um percurso de 373 quilômetros, só foi efetivamente concretizado em 1930, lembrando que o trecho até Terezina, de apenas 02 quilômetros a partir de Flores, ainda teria que esperar oito anos para ser efetivado (CASTILHO, 1945, p. 08; ANUÁRIO DA REVISTA FERROVIÁRIA, 1945, pp. 75-77).

Também há que mencionar mais duas ferrovias no Rio Grande do Norte em pleno século XX: a Mossoró - Sousa, na confluência com o estado da Paraíba, e a Central. Esta última, por exemplo, percorre o centro do estado a partir de Natal, alcançando Ceará-Mirim em 1906 (km 39) e Lages em 1914 (km 149). A partir deste ponto, pareceu andar em passo de tartaruga pelas décadas afora. Basta considerar que só alcançou Angicos (km 194), um dos pontos projetados na estrada - tronco, no ano de 1932, consumindo, por assim dizer, 18 anos para percorrer apenas 45 quilômetros. (CASTILHO, 1945, p. 10; NASCIMENTO, 2004, p. 39).

De resto, continuou a avançar lentamente nos anos subsequentes, a exemplo da projetada expansão ferroviária a partir de Angicos rumo a São Rafael e daí até a região do Seridó com destino a Caicó (NASCIMENTO, 2004, p. 39). Sobre esta última projeção, por exemplo, o engenheiro Heitor Teixeira Brandão, Diretor da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, em entrevista concedida no ano de 1934 ao correspondente do jornal carioca *Diário de Notícias*, afirma que a ligação Angicos - São Rafael, numa extensão

14 Não confundir Flores do Piauí, pequena cidade do sertão piauiense, com a vila de Flores, localizada às margens do rio Parnaíba, lado maranhense. Para maiores informações consultar SANTOS (2007, pp. 25-26), no qual consta que Vila de Flores se tornou cidade em 1924 e que mudou de nome no ano de 1943, passando a denominar-se desde então cidade de Timon, hoje um importante município maranhense.

de 45 quilômetros, estaria prestes a ser concluída, faltando apenas trilhos e algumas estruturas metálicas. Afirma ainda que o estudo para o trecho São Rafael - São Miguel, com 35 quilômetros, teria sido concluído. E otimista, opina ainda que ao chegarem a São Rafael os trilhos se aproximariam de duas importantes áreas produtoras de algodão, o vale do rio Assu (hoje Açú) e a região do Seridó, restando apenas 50 quilômetros, a contar de São Miguel, para o projetado ramal até a cidade de Caicó.¹⁵ Entretanto, nada disso aconteceu, uma vez que a extensão até São Rafael só ocorreu mais de duas décadas após os trilhos terem alcançado Angicos. Quanto ao projetado ramal até a cidade de Caicó tudo não passou de mais uma mirabolante promessa no tocante aos *messiânicos* trilhos, revelando-se mais um dos muitos trechos ferroviários fantasmas no país, do tipo que partia do nada para lugar nenhum.

.De modo que tanto no Império quanto na República, as articulações da parte de grupos dominantes política e economicamente em prol de uma fatia da *mágica poção*, foram uma constante na política brasileira, com dezenas e dezenas de novas estradas de ferro reivindicadas pelo Brasil sem obedecer a qualquer planejamento geral. Imaginemos o quão caótico seria toda essa profusão de estradas de ferro, caso fossem instaladas, cortando o país de norte a sul e de leste a oeste, em ziguezague, sem comunicação interna entre si. Enfim, ferrovias projetadas para tudo que é lugar e para lugar nenhum. Muito embora esses projetos em sua maior parte não tenham saído do papel, o fato é que se essas estradas de ferro tivessem sido retratadas em um grande mapa geral, teríamos aí uma imagem grotesca, de um emaranhado esquisito, algo que estaria mais para um bom quadro surrealista do que para um mapa ferroviário. Fixemos essa imagem e teremos o caos.

E tudo porque, como afirma certo engenheiro ferroviário pernambucano, “centenas de quilômetros de estradas [de ferro] foram construídas para satisfazer colégios eleitorais ou zonas de influência pessoal, para valorizar propriedades, para beneficiar minha terra natal” (BENÉVOLO, 1953, p. 23). Algo parecido com o que ocorreu na expansão da Estrada de Ferro Pedro II, futura central do Brasil, tal como demonstrado pelo sociólogo Gilberto Freyre. Provenientes do Rio de Janeiro, os trilhos da Pedro II, ao chegarem ao Vale do Paraíba, à altura de Piraí e Porto Novo da Cunha, atravessaram cerca de cinco vezes o rio Paraíba, sem necessidade alguma, só para valorizar as terras e barões e viscondes do café nas duas margens do rio (FREYRE, 1977, pp. 79-80). Portanto, estradas de ferro no Brasil que eram marcadas

15 Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1934, p. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/093718/per093718_1934_02213.pdf

por ingerências políticas em atendimento a interesses de gente poderosa. Ocorre que muitos mandatários e respectivos correligionários souberam tirar proveito do *benefício* em suas cidades, o qual poderia propiciar prestígio e enriquecimento pessoal.

Também ingerências políticas como a que ocorreu nos início dos anos 1920 no sertão da Paraíba, fato relacionado às Obras Contra as Secas na gestão de Epitácio Pessoa, então presidente da República. Na ocasião, negociava-se o prolongamento da Rede de Viação Cearense até o sertão paraibano. Estacionada em Icó, do lado Cearense, essa penetração em solo paraibano, na fronteira entre os dois estados, fatalmente aconteceria até o município de Cajazeiras se o traçado tivesse obedecido ao que mandava a lógica e o bom senso. Acontece que Cajazeiras era a mais próspera das cidades sertanejas da Paraíba naquela área de fronteira, sendo de esperar que os trilhos em questão seguissem esse caminho natural do desenvolvimento econômico. No entanto, não foi o que aconteceu. Ao invés de Cajazeiras, os trilhos avançaram em solo paraibano com destino a São João do Rio do Peixe. E tudo porque o padre Joaquim Cirilo Sá, chefe político local, que era muito próximo de Epitácio Pessoa, não dormiu no ponto como parece ter ocorrido com os chefes políticos cajazeirenses naquele início dos anos 1920, barganhou com facilidade o ramal para o povoado que chefiava. Simplesmente Epitácio determinou que se construísse a ferrovia de Cirilo e ponto final. Os cajazeirenses que se contentassem, como prêmio de consolação, um ramal isolado à margem da estrada principal (COSTA, 1986, pp. 51-52).

Afora Pernambuco e Bahia, as demais províncias só se tornariam palco para o festejado meio de transporte, decantado no mundo inteiro como um dos ícones da vida moderna, nos anos 1880. Na Paraíba, por exemplo, o início dos trabalhos de construção da estrada de ferro local, de nome Conde D'eu, ocorreu em agosto de 1880, festejado, como de praxe, com uma grande festa pública. Tendo como marco zero o Varadouro, às margens do rio Sanhauá, na parte baixa da cidade de Parahyba, pequena capital de província - hoje João Pessoa -, os trilhos partiram na direção oeste, passando por Santa Rita, até o local chamado Entroncamento, de onde se bifurcou em duas direções: um ramal para o norte em direção à vila de Mulungu, outro para o sul em busca da vila do Pilar, ambos inaugurados nos últimos meses de 1883. Logo, foi a partir desses pontos terminais que a ferrovia teve prosseguimento. Assim, já no ano seguinte era inaugurado o trecho entre Mulungu - vila de Independência, hoje Guarabira, e em 1889, ainda na Paraíba provincial, o pequeno ramal entre a

. Acesso em 18 fev. 2017.

capital e a povoação de Cabedelo (PINTO, 1949, pp. 115-116).

Passou-se mais de uma década para que novos trilhos fossem aí implantados. E quando foram implantados, com um ramal entre Mulungu e Alagoa Grande e outro entre Pilar e Itabaiana, esta última já conectada com Timbaúba em Pernambuco, todos construídos em 1901, já não pertenciam à estrada de ferro Conde D'eu. Esta, com o advento da República, fora encampada pelo governo Campo Sales, o mesmo ocorrendo com todas as ferrovias inglesas então deficitárias, sendo a Great Western, instalada em Pernambuco, a única exceção. E exatamente por ser exceção, a Great Western pôde expandir seus negócios, fato tornado possível com o arrendamento, mediante contrato com o governo brasileiro, de todas as ferrovias recém encampadas: Conde D'eu (da Paraíba), Natal - Nova Cruz (do Rio Grande do Norte), Central de Alagoas, entre outras. De maneira que a Great Western, sendo uma ferrovia que, à época do Império não chegava a 200 quilômetros de trilhos, passa a administrar, com o arrendamento referido, cerca de 1.200 quilômetros de trilhos, espalhando sua influência pelos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte (ARANHA, 2006, pp. 190-191 e 237-238).

A ferrovia Conde D'eu, cuja concessão ferroviária fora arrancada ao governo Imperial, em 1871, por poderosos da terra, foi uma ferrovia que resultou de uma trama política muito bem urdida. Na ocasião, o Sr. Anízio Salatiel, representante da Paraíba no Parlamento do Império, e o Sr. Diogo Velho, ministro em duas ocasiões em gabinetes conservadores, ambos de famílias tradicionais do litoral açucareiro paraibano, lançaram mão do seguinte expediente: primeiro, conseguiram o apoio de André Rebouças, grande nome da engenharia nacional, que transitava com muita facilidade nos ministérios do Império quando o assunto dizia respeito a investimentos em estradas de ferro; segundo, eles elaboraram um prospecto sobre o potencial econômico da província, projetando que a ferrovia em questão tinha tudo para se tornar um exemplo de rentabilidade. Tais expedientes, aliados a um bom relacionamento político na Corte Imperial, garantiram a concessão ferroviária para os *ilustres* concessionários. Com a concessão em mãos, imediatamente os beneficiários venderam seus direitos no mercado de ações em Londres (ARANHA, 2006, pp. 132 e seq.).

Fruto dessa trama e de uma movimentação econômica abaixo do esperado, o resultado não poderia ser outro: uma ferrovia que em nenhum momento correspondeu à perspectiva otimista dos antigos concessionários. Aliás, ferrovias com esse perfil tornou-se uma espécie de lugar-comum no programa ferroviário brasileiro, sendo poucas as exceções. Porém, não foram

apenas os capitalistas estrangeiros tiraram proveito da situação. Na verdade, foi um programa marcado por favorecimentos diversos, característica que marcou de forma indelével o conjunto das políticas ferroviárias vigentes no país. Até porque, se não eram poucos os interesses que estavam por trás dos empreendimentos ferroviários, também não era pouco o número dos aproveitadores de toda espécie.

Na Paraíba, os desdobramentos subsequentes revelam que, a despeito de André Rebouças, um dos concessionários, fosse considerado um nome de prestígio na engenharia ferroviária, não houve estudos previamente elaborados, levando-os a solicitar a concessão para pontos aleatórios da província. Assim como pensaram um traçado que deveria partir do porto da Parahyba do Norte até Alagoa Grande e daí para as vilas de Ingá e Independência, assim poderiam ter pensado um sem-número de outros traçados. Afinal, em algum lugar a estrada de ferro haveria de chegar, pois o que realmente importava, naquele momento, era a cobiçada concessão.

Tanto é assim que quando os detentores da concessão passaram os direitos de que dispunham, em 1875, à Conde D'eu Railway Company Limited, recém organizada em Londres, estavam asseguradas várias alterações em relação à proposta original, seja no tocante ao montante de capital a ser levantado, que passara de 5.000 para 6.000 contos de réis¹⁶, seja em relação ao traçado original, que já não seguiria até Alagoa Grande e sim à vila de Independência, sendo o trajeto, até esta última, considerado o tronco principal da estrada. Quando finalmente os trilhos foram atacados, em agosto de 1880, já não constavam os ramais para Alagoa Grande e Ingá respectivamente, presentes na concessão de 1871 (ALMEIDA, 1977, 346).

Em razão do exposto, a conclusão se impõe: de um lado, concessões ferroviárias eram levadas a efeito sem um planejamento prévio, esboçando-se traçados aleatoriamente ao sabor das conveniências de momento; de outro, despertavam o interesse de gente poderosa, que buscava arrancá-las a todo custo, pouco importando o traçado efetivo quando da execução das obras. Assim, a facilidade com que tais traçados eram esboçados era a mesma com que eram abandonados.

Tudo isto explica o porquê das estradas de ferro terem se tornado objetos de tanta cobiça. O fato é que barganhar uma concessão de estrada de ferro e ter em mãos a esperada autorização governamental tornava-se algo bastante

¹⁶ O Decreto Nº 5974, de 04 de agosto de 1875, concedeu garantia de juros de 7% sobre o capital adicional de 1.000 contos para as obras da estrada de ferro na Paraíba, quantia que veio se somar aos 5.000 contos assegurados em lei anterior. Todas as leis referentes à estrada de ferro na Paraíba, promulgadas no Império ou nas primeiras décadas da República estão em ALMEIDA (1977, pp. 345 e seq.).

promissor, algo que possibilitava, de um lado, um significativo retorno político, podendo traduzir-se em prestígio pessoal e/ou garantia para o sucesso eleitoral e, de outro, um retorno econômico, constituindo-se em fonte de lucro ou mesmo de enriquecimento fácil.

A primeira concessão para a construção de uma estrada de ferro na Paraíba, já mencionada, é um bom exemplo de como as concessões ferroviárias podiam ser bastante *promissoras*, especialmente as que eram autorizadas com garantia de juros, pois sem essa garantia os investidores abandonavam o negócio. Os detentores da primeira concessão para a construção de uma estrada de ferro na Paraíba, por exemplo, repassaram seus direitos para capitalistas londrinos em 1875. Todavia, um ano antes ainda havia dúvida quanto à garantia de juros, levando os concessionários referidos, juntos com concessionários de outras províncias, cavarem um acordo com o ministro de plantão. Daí um dos concessionários da ferrovia na Paraíba ter registrado em seu diário, em abril de 1874, uma conferência marcada com o Ministro da Agricultura, na qual “teve lugar um longo debate sobre o contrato de fiança de garantia de juros” envolvendo os caminhos de ferro da Paraíba, de São Paulo ao Rio de Janeiro e Ceará (REBOUÇAS, 1938, p. 266). Mesmo que o acordo não tenha se concretizado naquele momento, uma conferência privada puxada por *figurões* da política nacional indicam a importância atribuída às concessões ferroviárias com garantia de juros e os níveis de articulação política para efetivá-las.

Conseguida a concessão, o passo seguinte era tentar negociá-la no mercado de capitais, para levantar os montantes necessários à execução do projeto respectivo, organizando, para tal, companhias ferroviárias sob a forma de sociedades por ações, a exemplo da estrada de ferro paraibana. Entretanto, nem toda concessão era capaz de convencer esses acionistas. Para que isto ocorresse, os concessionários locais se desdobravam para conseguir o máximo de vantagens por ocasião dos rateios ferroviários, confirmação que vem na forma de decretos expedidos pelo governo imperial. Com isto, eles *caprichavam* nos projetos ferroviários e *caprichavam* igualmente nas devidas articulações políticas visando sua aprovação. Isto porque tinham consciência de que só os *pacotes* ferroviários com o máximo de vantagens eram negociáveis nas praças capitalistas.

No caso dos concessionários paraibanos referidos, a concessão autorizada em seu nome é um *primor* de concessão, bastando considerar, a respeito, algumas de suas cláusulas. A de número II, por exemplo, rezava que não se podia conceder, enquanto durasse o privilégio, nenhuma outra estrada de ferro concorrente, isto num raio de 20 quilômetros de cada lado e na mesma direção

da que fora contratada em primeiro plano. Já a de número XVI estabelecia que, salvo as indenizações a serem pagas pelo contratante pelos terrenos desapropriados, o governo concedia à companhia, gratuitamente, o usufruto, durante a vigência do contrato, de terrenos devolutos nacionais na área de ocupação da ferrovia, privilégio extensivo a terrenos compreendidos nas sesmarias e posses.¹⁷

As duas cláusulas mencionadas estabeleciam vantagens que realmente não eram de se jogar fora. A primeira dizia respeito ao aspecto monopolístico, uma vez que nenhuma companhia estrangeira investiria no país sem uma garantia mínima de que não teria concorrentes em sua área de influência; a segunda era um atrativo à parte, levando o investidor a dispor de terras devolutas para usufruir a seu bel prazer enquanto durasse o privilégio. Tudo leva a crer que o desejo dos concessionários locais, com esta última cláusula, era oferecer aos capitalistas estrangeiros um *estímulo* a mais, uma espécie de “prêmio” adicional para quem se dispusesse a encarar o negócio.

Outra vantagem de *dar água na boca* estava assegurada pela cláusula XXI, a saber, o direito concedido à companhia, em sua zona de privilégio, de explorar minérios de qualquer natureza, “devendo para este fim requerer ao governo, a fim de lhe serem demarcadas as datas e estipuladas as condições de seu gozo, na forma das leis em vigor”.¹⁸ Tratava-se de mais uma vantagem extra, assegurada pelo concessionário local como uma forma de tornar mais atraente o *pacote* a ser negociado em Londres.

Daí a facilidade com que a concessão para a construção da estrada de ferro referida foi facilmente negociada em Londres. Mas por que oferecer tantas vantagens ao investidor? Sem dúvida, para garantir um bom “prêmio” em troca da cessão de direitos. Assim, creio que estivessem mais interessados no quinhão que poderiam embolsar do que nos esperados benefícios proporcionados pelo novo meio de transporte. Um dos concessionários escreve em 1876: “Redigi e assinei uma declaração ao Dr. Anízio Carneiro da Cunha pela qual nos abrigávamos a dar 20% do prêmio a Carlos Euler pelos serviços prestados (...) nos estudos do CF [Caminho de Ferro] do Conde D’eu, sendo o restante dividido igualmente entre os 3 sócios” (REBOUÇAS, 1938, p. 274).

É pena que André Rebouças não tenha especificado o valor do “prêmio” pela cessão de direitos a uma companhia londrina. Porém, a julgar pelo status quo de cada um dos concessionários, esse “prêmio” não era nenhum *presente de grego*. Afinal, o próprio André Rebouças estava ligado a um sem-número

17 Cf. Cláusulas II e XVI. In Decreto Nº 4838 de 15 de dezembro de 1871, pp. 4 e 8.

18 Cf. Idem, p. 9.

de grandes projetos de engenharia na década de 1870, bastando verificar a facilidade com que circulava pelos altos escalões do Império, com sua agenda abarrotada de compromissos com ministros, ex-ministros (REBOUÇAS, 1938, pp. 266-269), sendo de acreditar que não emprestaria seu nome para faturar alguns míseros contos de réis. Ainda mais ele, de quem o engenheiro inglês John Hawkshaw, elogiando-o, dissera em Londres: “trabalha como um inglês”. Ou de quem o seu “bom amigo visconde de Itaboraí” costumava dizer: “é o meu inglês” (REBOUÇAS, 1938, pp. 273-274).

E tudo leva a crer que o convite a um engenheiro do porte de André Rebouças, destacada figura da engenharia nacional, para emprestar seu nome ao projeto mencionado, funcionasse como uma espécie de credencial para que tivesse credibilidade na hora de barganhar a concessão. Da parte daquele engenheiro, também tudo leva a crer que nada o prendia à província da Paraíba e que seu interesse em tal estrada de ferro era motivado apenas pelo “prêmio” a que faz alusão. Aliás, “prêmio” em que seus dois sócios paraibanos também estavam de olho, embora, neste último caso, existissem motivos explícitos para além do interesse meramente pecuniário, haja vista que além de amigos pessoais mantidos na capital do Império por influência de duas tradicionais famílias do mundo do açúcar na Paraíba, também tinham interesse em aparecer como “benfeitores” do *progresso* na província em nome do partido que representavam: o partido Conservador.

A verdade é que as projeções ferroviárias criavam um sem-número de expectativas. Daí a frustração quando não saíam do papel ou quando ficavam apenas no plano das intenções. Dentre outros, sentiam-se frustrados os produtores rurais, que continuariam a depender do antigo meio de transporte por tração animal; os trabalhadores a serem contratados nos serviços de construção da estrada¹⁹, a despeito dos altos valores pagos pelos empreiteiros; as várias comunidades contempladas no traçado, que sonhavam com a chegada do *grande dia*, sendo enorme sua decepção à simples constatação de que tais sonhos eram irrealizáveis, simples quimera.

As concessões ferroviárias nas demais províncias da região se deram mais ou menos no nível até aqui esboçado. Em se tratando do Rio Grande do Norte, por exemplo, a concessão da primeira estrada de ferro ali projetada, em construção no começo da década de 1880, teria sido um escândalo, conquanto marcada claramente pelo “esbanjamento”. E não só no Rio Grande do Norte,

¹⁹ Na ferrovia efetivamente construída na Paraíba, alguns anos depois, foram contratados 2.500 trabalhadores (Cf. Discurso de Anizio Salatiel Carneiro da Cunha, deputado paraibano, proferido em 31 de julho de 1882. Op. Cit., p. 216).

pois de um modo em geral, a política de concessões ferroviárias tinha a ver com práticas como a que segue: “concedeu-se estradas de ferro com garantia de juros exagerada aos amigos, como presentes”. A denúncia foi feita pelo deputado norte-riograndense Bezerra Cavalcanti, que em relação à estrada de ferro Natal-Nova Cruz exemplifica: “havendo um pretendente à concessão que se contentava com o capital garantido de 4.000:000\$ [Quatro mil contos], deu-se a este feliz concessionário garantia sobre o capital de 6.000:000\$, além de 80 anos de garantia do privilégio!” Portanto, um “ônus para o Estado sobre mais 2.000:000\$ para margem de melhor especulação”.²⁰

A conclusão que se impõe pela sua obviedade é a seguinte: quanto maior o “prêmio” obtido com a venda dos direitos para explorar uma concessão de estrada de ferro mais elevados tornavam-se os montantes de capital com garantia de juros. Quer dizer, as concessões tornavam-se algo bastante rentável entre os que as desejavam para fins especulativos. De maneira que ser detentor de uma concessão de estrada de ferro cujas vantagens oferecidas ao investidor capitalista era uma atraente taxa de juros sobre uma não menos atraente soma de capitais, revelava-se sempre um negócio lucrativo. Era o tipo de investimento praticamente sem riscos para os capitalistas, ainda mais se fosse constatado que a estrada em questão custaria menos que o montante estipulado. Daí o investidor capitalista pagar um bom “prêmio” por certas concessões ferroviárias.

Não foi só na Paraíba e Rio Grande do Norte que as concessões ferroviárias foram marcadas por práticas nada lisonjeiras, corruptas. Rigorosamente falando, diria que trata-se de uma prática corriqueira no âmbito das políticas ferroviárias no País. Mas na impossibilidade de explorar no seio deste artigo outras situações Nordeste afora, e até mesmo Brasil afora, o leitor há de contentar-se com mais um exemplo, a saber, a Estrada de Ferro Great Western, também conhecida como Recife-Limoeiro, outro exemplo de uma ferrovia marcada pela cobiça de gente poderosa. Tanto é assim que, objeto de acirrada disputa entre poderosos *figurões* do Império, essa concessão teve como disputantes verdadeiros “barões ferroviários” entre os anos 1860 e 1870, sendo o então visconde de Camaragibe o primeiro a entrar na disputa (PINTO, 1949, pp. 77-78). Mas embora tenha sido o primeiro a solicitá-la, não foi ele que levou a concessão.

Outro político de prestígio que pleiteou a referida concessão foi o barão do Livramento, chegando a ser cogitado como seu concessionário por certa lei

²⁰ Cf. Discurso de Bezerra Cavalcanti, deputado norte-riograndense, proferido em 24 de agosto de 1882. Op. Cit., pp. 162-163.

provincial (a de N. 856), promulgada em 5 de julho de 1868. Trata-se de uma resolução da Assembléia Legislativa, sancionada pelo presidente da província, autorizando-o a contratar com este “fidalgo”, “ou com quem melhores garantias oferecesse”, a construção da Recife-Limoeiro (PINTO, 1949, pp. 78-79). Embora cogitado, não foi em seu nome que se concedeu o privilégio, e sim ao barão de Seledade, o terceiro que se candidatara à “ambicionada concessão”, obtida através de contrato celebrado com o governo provincial em 16 de julho de 1870 (PINTO, 1949, p. 78).

Antes mesmo do barão de Soledade celebrar os últimos acordos do contrato firmado com o governo provincial, isto em 1873, ou de ter em mãos o Decreto imperial confirmando o privilégio, isto em 1874, já “alguns capitalistas ingleses, reunidos em Londres” em dezembro de 1872, organizaram a “The Great Western of Brazil Railway Company Limited”, “destinada ao mesmo objetivo” do concessionário pernambucano (PINTO, 1949, p. 78).

O fato de um grupo de capitalistas ingleses ter criado uma empresa para explorar a estrada de ferro de Limoeiro, chegando a ponto de antecipar-se a uma série de medidas ainda em andamento no Brasil para que a concessão se revelasse plenamente viável, indica que assim procedeu porque conhecia o processo e sabia que no fim o privilégio seria seu. Neste sentido, o autor parafraseado parece equivocar-se ao informar que a Great Western foi incorporada por capitalistas londrinos no mesmo período da concessão da Recife-Limoeiro, sendo uma “companhia destinada ao mesmo objetivo” do requerente pernambucano. Ora, seria coincidência demais se capitalistas londrinos organizassem uma companhia para explorar a estrada mencionada sem levarem em conta a concessão recém autorizada ou sem terem sido informados a respeito.

Como de praxe, primeiro autorizava-se uma concessão no Brasil; com ela em mãos, ia-se a Londres negociar o levantamento do capital necessário, o que normalmente era feito organizando-se empresas especificamente para este fim. O fato de um grupo de capitalistas ingleses ter criado uma companhia para explorar a Recife-Limoeiro sem que estivesse consignada em Lei a concessão, isto não significa que não tenha havido negociações prévias a respeito.

Tal como se depreende da leitura de PINTO (1949, pp. 78-83 e notas 111 e 119), é de causar admiração a rapidez com que a Great Western foi organizada em Londres antes mesmo de estar assegurada a garantia de juros, quer por parte do governo provincial ou imperial, já que esses governos a autorizaram respectivamente em junho de 1873 e agosto de 1874. Ainda mais por se saber que sem essa garantia o grupo de capitalistas à frente da Great

Western não iria adiante. É possível que esse grupo estivesse bem informado quanto à viabilidade do projeto, com informações precisas de que mais dia menos dia essa garantia seria autorizada, advindo daí a idéia de antecipar-se, provavelmente para se resguardar contra pretendentes futuros.

Essa antecipação também pode ter servido para que o concessionário, ciente de que o capital necessário estava praticamente assegurado, tenha se desdobrado para oferecer àquela companhia uma concessão com o máximo de vantagens. De fato, quando finalmente o barão de Soledade transferiu à Great Western a concessão da estrada de ferro Recife-Limoeiro, transferência confirmada pelo Decreto nº 6.009 de 30 de outubro de 1875 (PINTO, 1949, p. 83) inúmeras vantagens foram então oferecidas, a começar pela garantia de juros.

Esta última havia sido inicialmente autorizada pelo governo da província, tal como documentado por PINTO (1949, p. 78, nota 111): “a Lei provincial N. 1.115, de 17 de junho de 1873, concedeu a garantia de juros de 7%, durante trinta anos, sobre o capital máximo de 50:000\$000 [cinquenta contos] por quilômetro de linha construída”. Ratificada algum tempo depois pelo governo imperial, através do Decreto Nº 5.704, de 05 de agosto de 1873, conforme visto em PINTO (1949, p. 83, nota 119), percebeu-se desde já que essa garantia era bastante atraente, a exemplo do que ocorrera nas demais ferrovias financiadas por capitais estrangeiros à época.

Garantir juros de 7% sobre um orçamento que contabilizava o custo quilométrico ao preço de cinquenta contos, como no exemplo acima, era sem dúvida um grande negócio. Claro, não para o Tesouro Nacional, que tinha de suportar tamanha sangria, mas para os acionistas estrangeiros, não esquecendo os nacionais, além de empreiteiros, concessionários locais, engenheiros e advogados, todos eles comprometidos com o lucrativo negócio ferroviário.

Em se tratando do Great Western, há indícios de que poderia ter sido construída pela metade do seu custo efetivo. Assim, ao invés de ter sido construída ao preço de 5.000 contos, poderia ter economizado metade deste valor,²¹ isto para não mencionar que, uma vez aberta ao tráfego, passou a operar com uma tarifa correspondente ao dispêndio de 7.000 contos (MELO, 1984, p. 215). O que se infere desses números é que dizem respeito a mais um orçamento fictício, uma prática comum à época.

²¹ Essa cifra vem ao encontro do orçamento projetado pelo engenheiro Francisco Retumba, para quem os 800 quilômetros de trilhos por ele projetados para a província da Paraíba poderiam ser construídos exatamente ao preço de 25 contos o quilômetro. No caso da Great Western, se seu custo total tivesse sido de 2.500 contos, o preço de cada quilômetro também seria de 25 contos (RETUMBA, 1912, pp. 203-204).

Ainda em se tratando da Great Western, havia um sem-número de outras vantagens oferecidas aos capitalistas londrinos, todas consignadas em Lei, vantagens que eram um verdadeiro *manjar* para a gula dos que investiam em estradas de ferro no Brasil. Isto explica o porquê de o concessionário local oferecer vantagens bem atraentes, a exemplo da “a gratuidade dos terrenos devolutos e nacionais”, entre outras. Eram tão atraentes tais vantagens que é como se uma pequena fatia do território brasileiro fosse entregue de mão beijada aos capitalistas estrangeiros, dando-lhes inclusive o direito de explorar seu subsolo, pelo menos durante o tempo de permanência do privilégio, que era de “90 anos contados da data da incorporação da empresa, não podendo o governo permitir a construção de outras estradas de ferro na zona de vinte quilômetros, contados a partir de cada lado do eixo de ferrovia” (PINTO, 1948, pp. 83-84).

Talvez por isto mesmo o Sr. João Alfredo, político pernambucano com prestígio no Império, João Alfredo, estivesse coberto de razão ao acusar as estradas de ferro, isto no começo dos anos 1880, de formarem um “Estado no Estado”. Não obstante seu alvo fosse a Great Western, ele parecia estar de acordo que todas operavam com as mesmas vantagens, como na questão dos juros. “As nossas estradas de ferro estão sujeitas não à garantia de um juro de 7%, mas de 14% e 21%, conforme se gasta o dobro ou o triplo daquilo que se deve gastar” (MELO, 1984, p. 215).

De maneira que em termos políticos as pressões eram enormes e os sucessivos governos, no Império e/ou na República, se viram obrigados a autorizar - independentemente da gestão partidária de plantão nessa ou naquela conjuntura - as cobiçadas concessões. Não obstante autorizassem apenas uma pequena parte das solicitações, ainda assim autorizavam o suficiente para mostrar o quanto o programa ferroviário brasileiro era atravessado, de ponta a ponta, por ingerências políticas de toda ordem e o quanto estava marcado por uma apropriação privada do público.

Enfim, concessões ferroviárias que eram autorizadas ao sabor do *toma lá dá cá* próprio do jogo das barganhas políticas no Parlamento, cujos atores comumente agiam em consonância com interesses de grupos e/ou lugares em detrimento do interesse público. Tratava-se de concessões que, uma vez abertas ao tráfego, tornavam-se ferrovias isoladas, sem comunicação entre si, ou ferrovias que cruzavam-se por acaso ou convergiam para o mesmo ponto, sem um mínimo de planejamento, dificilmente podendo fazer jus ao otimismo nelas depositado pelos seus articuladores. Daí a fala de um importante engenheiro ferroviário nos anos 1940, que sentenciava: “O Brasil é um importante país

continental com comunicações de arquipélago” (CASTILHO, 1945, p. 43).

Não à toa as próprias capitais do Nordeste se mantiveram praticamente sem conexão entre si no decorrer do século XIX, com exceção de Recife - Maceió, interligadas nos anos 1890 por meio de um ramal entre a Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, que saía de Palmares em direção a Garanhuns, e a Estrada de Ferro Central de Alagoas. Mas tal isolamento não era bem visto pela Great Western, o que levou a Companhia inglesa a pressionar o governo brasileiro para fins de promover as mencionadas conexões, todas autorizadas no início do século XX, a exemplo da conexão entre Recife e Paraíba (atual João Pessoa) por meio da ligação ferroviária entre a Great Western em Pernambuco e a Conde D’eu na Paraíba, fato ocorrido em 1901 através do ramal Timbaúba, do lado pernambucano, e Itabaiana - Pilar do lado paraibano. Também a conexão entre Recife - Paraíba - Natal por meio do ramal Nova Cruz - Guarabira, esta do lado paraibano, conexão concretizada no ano de 1904. Com isto, ficavam interligadas quatro capitais do Nordeste nesta última data: Maceió, Recife, Paraíba e Natal. Uma viagem entre esta última e qualquer das outras capitais referidas poderia ser feita tranquilamente a partir de 1904.

Só que mais para o interior da cada província, depois estado, o isolamento era enorme, e a prova disso é que sub-regiões inteiras não tinham um palmo de trilhos em vários estados nordestinos pelo século XX afora. Por exemplo, Seridó no Rio Grande do Norte, Cariris Velhos, Vale do Piancó e Curimataú na Paraíba, entre outras. Recife e Fortaleza, por exemplo, não tiveram conexão ferroviária entre si senão no final dos anos 1950, isto em razão da estrada de ferro na Paraíba, administrada pela Great Western a partir de 1901, ter estacionado em Campina Grande durante meio século a contar do ano de 1907. Sem linha de continuidade entre Campina Grande e o sertão paraibano, onde a estrada proveniente do Ceará se arrastava desde o início dos anos 1920, só em 1957 esse vazio foi preenchido, permitindo finalmente a ligação Recife – Fortaleza. Acontece que o modelo econômico implantado na gestão Kubitschek, claramente comprometido com um amplo programa de estradas de rodagem para o país, privilegiava este último em detrimento do transporte ferroviário. O resultado é o que se presencia hoje, o total sucateamento de uma rede ferroviária que não é só precária, mas uma calamidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3ª ed. - João Pessoa: SEC, 1977.
- ANUÁRIO DA REVISTA FERROVIÁRIA - **ESTRADAS DE FERRO NO BRASIL**. “Estrada de Ferro São Luís – Terezina”. Rio de Janeiro: Editora da Revista Ferroviária, 1945.
- ARANHA, Gervácio Batista . **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande, PB: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2006.
- BENÉVOLO, Ademar. **Introdução à história ferroviária do Brasil**. Recife: Folha da Manhã, 1953.
- CASTILHO, Athur. “Um pouco de história ferroviária”. In **ANUÁRIO DA REVISTA FERROVIÁRIA - ESTRADAS DE FERRO NO BRASIL**. Rio de Janeiro: Editora da Revista Ferroviária, 1945.
- COSTA, Antônio de Assis. **A(s) Cajazeiras que eu vi e onde vivi** (memórias). João Pessoa: Gráfica progresso, 1986.
- DOURADO, Anísio Brasileiro de. Aspectos sócio-econômicos da expansão e decadência das ferrovias brasileiras. In **Ciência e Trópico**, 36 (5), maio de 1984.
- FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura no Brasil**. 2 ed. – Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Brasília: INL, 1977.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MELO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1984.
- SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **História, memória e identidade na cidade de Timon na década de 1980**. Dissertação de Mestrado em História, Terezina, UFPI, 2007.
- PINTO, Estevão. **História de uma estrada de ferro no Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949 (Coleção Documentos Brasileiros).
- REBOUÇAS, André. **Diário e notas autobiográficas**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
- RETUMBA, Francisco Soares da Silva. Sobre os melhoramentos de precisa a província da Parahyba. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, anno IV, vol. 4. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 2012.
-

1.3 – CONCEITOS E DISPUTAS POLÍTICAS NO CEARÁ PROVINCIAL: DR. IBIAPINA, O PRIMEIRO JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM (1834)

*Noemia Dayana de Oliveira
Michelly Pereira de Sousa Cordão*

A década de 1830 no Brasil foi decisiva para as ações políticas e jurídicas. Menos resultante da separação entre Brasil e Portugal e mais expressamente por motivo da abdicação de D. Pedro I e da alteração da Constituição de 1824, a saga pela autonomia das províncias revelou conflitos entre os poderes locais, bem como o esfacelamento político-administrativo das instituições próprias do modelo colonial. Entretanto, as reformas operadas nesse momento se tornaram substanciais para manter o trabalho escravo, a exclusividade na vida política e a unidade territorial do país.

Não é à toa que a criação dos cursos de Direito no Brasil são desta época. Localizados em São Paulo (no Largo de São Francisco) e Olinda (no Mosteiro de São Bento), as elites envolvidas nesse projeto, apesar de interesses divergentes, pretendiam costurar as linhas institucionais e administrativas num modelo de Estado, em que a centralização do poder assumia características semelhantes em cada localidade. Por isso, nada melhor que o funcionamento dessas Faculdades para formar jovens, na maioria filhos ou com algum grau de parentesco dos donos de terra, que buscavam afirmar um projeto de poder imperial.

Considerando esse cenário, o nosso objetivo nesse estudo é analisar a atuação do primeiro juiz de direito de Quixeramobim, José Antônio de Pereira Ibiapina, frisando os limites institucionais modernos no Brasil, a partir de categorias analíticas como “instituição”, “constitucionalismo” e “mandonismo local”. Nesse sentido, entendemos que os estudos da Nova História Política, associados aos estudos da cultura e do comportamento político contribuem para pensarmos os conceitos como constructos mentais e políticos, os quais serão problematizados na primeira sessão do texto. Posteriormente, intercalamos o significado desses conceitos com a experiência no Ceará oitocentista, mapeando como o magistrado agiu diante dos problemas judiciais e policiais durante a sua atuação na vila.

PENSANDO OS CONCEITOS

Nosso estudo está localizado na Nova História Política, onde o uso dos conceitos pelo historiador, a partir da significação, da classificação e dos perigos de distorções, ou seja, “(...) construções lógicas, estabelecidas de acordo com um quadro de referências. Adquirem seu significado dentro do esquema de pensamento no qual são colocados”²².

Aqui, o sistema teórico aparece como um sistema conceitual, que é entendido como uma representação resumida de um conjunto de fatos. Sobre isso, a maioria dos conceitos utilizados em História são construções elaboradas a partir de conceitos menores, isto é, um conjunto de fatos que se encontram e constituem um fato complexo. Por esse motivo, devemos pensar o conceito a partir da sua compreensão – quais propriedades e relações o definem – e da sua extensão – objetos ou seres que se pode aplicar o conceito.

Com isso, não pretendemos reduzir a história a enumeração de conceitos como construções intelectuais capazes de refazer os fatos históricos. Ao contrário, preocupada em estabelecer a relação entre os fatos, a nossa pretensão é chegar às generalizações a partir das particularidades políticas. Por isso, em diálogo com Rosanvallon (1995) entendemos que a história política é o lugar de articulação entre o social e a sua representação, e mais, que a história conceitual é aquela que ao redor dos conceitos busca entender determinadas situações e seus ativadores.

Essa proposta é, portanto,

O objetivo da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação encaram seu futuro²³.

Na busca por entender a construção das instituições modernas no Brasil, ou mais especificamente, a criação de comarcas²⁴ nas distantes localidades do país, evidenciamos os conceitos empregados pelo primeiro juiz de direito de Quixeramobim e como as suas práticas no presente vivido representaram

22 Mendonça, 1988, p. 17.

23 Rosanvallon, 1995, p. 16.

24 Se em Portugal o termo designava fronteiras territoriais e políticas, no Brasil o termo define os limites da ação jurídica de um magistrado, não se restringindo, necessariamente, a um município ou vila.

o país recém-independente. Para isso, selecionamos sete correspondências oficiais trocadas entre Ibiapina e o presidente da província do Ceará, José Martiniano de Alencar, que foram investigadas com o método compreensivo – que se esforça para compreender uma questão, recolocando-a em suas condições efetivas de emergência²⁵.

Partimos, portanto, das seguintes perguntas às fontes:

1. Como os atores elaboram a compreensão da situação? Aceita ou recusa?
2. Quais eram os impasses e as possibilidades vivenciadas?
3. Quais as respostas oferecidas?

MAPEANDO OS CONCEITOS

MANDONISMO LOCAL

O primeiro conceito a ser estudado é o de mandonismo local, que resultou em diversos estudos da sociologia brasileira, em especial *O mandonismo local na vida política brasileira* de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969). Mais amplo e mais complexo que o coronelismo, o mandonismo é uma característica que está presente na dominação tradicional da colonização e permanece até os dias de hoje no Brasil. Ele se confunde com o próprio movimento de formação da cidadania²⁶, já que as condições mínimas para a sobrevivência e participação nas instituições modernas no país estavam condicionais por um “chefe” e/ou potentado local.

Nesse sentido, “o Ceará tem sido apontado como um Estado paradigmático para se entender o fenômeno do mandonismo local ou do domínio oligárquico na vida política brasileira”²⁷, isso porque a posição periférica dessa província incidiu sobre a organização administrativa, isto é, a “colonização tardia” e a fundação de vilas em um curto espaço de tempo, se comparado à realidade de outras localidades, só teve avanço expressivo a partir das atividades pecuaristas e agrícolas, no início do século XVIII, com a criação de vilas que se tornaram um elo de comunicação entre a colônia e a metrópole²⁸.

Essas novas vilas além de efetuarem a comunicação, também efetivaram

25 Rosanvallon, 1995.

26 Carvalho, 1997.

27 Barreira, 1999, p. 37.

28 Jucá Neto, 2012.

a presença administrativa do Estado português no Ceará, promovendo o reordenamento espacial, delimitando os núcleos e os termos jurídicos e/ou distritos. Por isso, as vilas foram fundadas em pontos estratégicos, nos quais se pretendia fortalecer a produção, a reprodução e a circulação da pecuária, revelando a lógica do cruzamento das estradas coloniais, bem como a localização próxima da foz dos principais rios.

A vila de Quixeramobim se estabeleceu no cruzamento das estradas de Granja, Sobral, Crateús, Santa Quitéria e da Paraíba. Apesar disso, a inauguração ocorreu tardiamente, quando a população da vila já tinha sido matéria de preocupação régia, cujos “homens que nos sertões da capitania de Pernambuco se achassem vagabundos ou em sítios volantes fossem obrigados, sob penas severas, a escolher lugares acomodados para viverem juntos em povoações civis”²⁹.

Por esse motivo, a criação dessas vilas no Ceará não pode ser entendida tão-somente pelo espectro do fortalecimento administrativo do Estado português, nem tão pouco do processo produtivo da pecuária nos sertões. Mas, em conjunto com essas afirmações, deve-se apontar a solução para combater a violência, característica que se tornou comumente relatada por autoridades, viajantes, entre outros, que associavam o baixo desenvolvimento da capitania com esses e outros aspectos (ignorância, estupidez, ociosidade e vícios)³⁰.

Para tanto, o comportamento violento dos cearenses ganhava a justificativa das autoridades portuguesas como resultante da aridez do solo e das estruturas judiciais, que eram incapazes de punir. Além disso, a geografia facilitava a fuga e a dispersão dos criminosos, que viviam em convivência com a população local. Esses problemas sobreviveram ao processo de independência como uma relação de troca de favores, ficando raízes nas instituições públicas, especificamente nas Câmaras Municipais, nas Comarcas e Delegacias. Desse modo, entendemos o mandonismo como a

[...] existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um

29 Oliveira, 1980, p. 274.

30 Vieira Júnior, 2002.

sistema, é uma característica da política tradicional³¹.

Longe de ser um movimento datado, o mandonismo local é o que dá a tônica da política no Brasil desde a dominação portuguesa. Por isso, a colonização no Ceará é expressiva, já que o sistema de sesmarias – lotes de terra concedido pelo Estado português a um beneficiário para cultivo da terra e/ou criação de gado –, possibilitou aos proprietários não só o recurso estratégico e exclusivo da terra, como também os tornou pioneiros em postos militares e funções de ordenanças nas câmaras das vilas.

Portanto, o conceito de mandonismo tomado como representação de vários acontecimentos e, conseqüentemente, da elaboração de racionalidades políticas acerca do seu presente vivido, que implicam intrinsecamente na construção de um horizonte de expectativa, possibilitou que revisitássemos a história político-administrativa da colônia no Ceará, distanciando-a do “perigo da representação popular”. Por isso, a longevidade dos favores políticos prestados por determinado mandão local está presente nas correspondências do magistrado Ibiapina, que foram enviadas ao presidente Alencar nos últimos meses de 1834 e início de 1835.

INSTITUIÇÃO

A construção dos Estados-Nação, durante o século XIX, forjou ações conjuntas entre as elites econômicas para garantir que a nova ordem social, jurídica e política permanecessem como algo exclusivo. No Brasil, esse processo corresponde às representações culturais que empolgaram os juristas e outras racionalidades, como o constitucionalismo, a ilustração e o Direito Natural (LOPES, 2003). Devido ao espaço deste artigo, nos deteremos a analisar o constitucionalismo, embora não seja possível pensá-lo sem que exista uma reflexão conjunta com os demais. Para investigá-lo, primeiro é preciso entendermos o que ele é e como ele se tornou possível.

Para a construção do Estado independente do Brasil, a mobilização das elites econômicas foi marcada por intenções conflitantes, que ao serem compartilhadas em espaços como a Câmara dos Deputados e o Senado, resultaram em novas instituições, ou melhor, a imposição de novas regras sociais, que surgiram como intencionalidades compartilhadas de exclusão social e cultural do país. Nesse sentido, entendemos que as

31 Carvalho, 1997, s./p.

Instituições são restrições humanamente concebidas que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais. Elas se constituem tanto em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições, e códigos de conduta), quanto em restrições formais (constituições, leis, direitos de propriedade)³².

Afirmando o caráter objetivo, real e efetivo das instituições, essa discussão tem uma das suas origens contemporâneas nas discussões da filosofia do discurso e da linguagem empreendida por Wittgenstein. Nessa esteira, entendemos que as instituições forjadas com a independência e reformadas a partir da Regência no Brasil não devem ser entendidas apenas como intenções ou estados subjetivos. Ao contrário disso, a realidade promulgada legalmente após 1822 representou o aprofundamento da exclusividade política, da concentração de bens e da continuidade escravocrata.

O problema é que as “instituições livres” foram criadas a partir de sujeitos, cujas práticas estavam marcadas pela dominação tradicional não só nas relações sociais, mas principalmente nas representações que faziam do Direito. Isso porque, no Brasil o direito não poderia ser especificamente nacional, já que até a independência não existiam escolas de direito, tampouco um sistema jurídico próprio. Apesar disso, o início das práticas institucionais independentes não dispensou elementos modernos, como a necessidade do direito como é um todo integrado e hierarquizado, cujos princípios devem ser tomados como universais. E, por fim, a legislação, que deveria estar acima dos costumes e das relações interpessoais.

E “como não se fazem as coisas do cotidiano do dia para a noite, os primeiros anos de vida independente foram de convivência com um ordenamento complexo, que guardava dispositivos estrangeiros (portugueses) e coloniais (ou seja, pré-liberais)”³³. Ou seja, com a adoção das Ordenações Filipinas como conjunto de leis para reger as práticas civis, o Estado brasileiro conservava os privilégios e a manutenção de *status quo* dos grupos dominantes.

Segundo Assis (2018), as instituições que estamos chamando aqui de “livres” são na verdade espaços criados para manter e fazer crer a representação de uma ordem nacional, que, na verdade, operacionalizavam com leis que atendiam somente a determinados interesses em disputa pelo monopólio
32 North *apud* Cavalcante, 2014, p. 380.

33 Lopes, 2003, p. 200.

do poder territorial e político. Mais do que nos primeiros anos de vida independente, foi nas Regências que a disputa entre as diversas províncias se intensificou. Nesse momento, a lei magna voltava a discussão – a Constituição de 1824, como veremos a seguir.

CONSTITUCIONALISMO

Para entendermos como ocorreu a produção institucional moderna no Ceará, como a criação da comarca de Quixeramobim, decidimos entender como foi o processo de elaboração da primeira Constituição até a sua promulgação. Por isso, optamos por desenvolver a discussão a partir do conceito de constitucionalismo, que é encarado aqui como um processo contrarrevolucionário popular, isso porque ele garantiu alguns direitos individuais, um corpo legislativo (Câmara e Senado) e um poder judicial, afastando de si a soberania popular.

Nesse sentido, “trata-se do constitucionalismo que propõe formas limitadas de representação política, o liberalismo, se assim pode dizer, de Kant e Benjamim Constant”³⁴. Ou seja, a representação popular garantida pela Assembleia Geral estaria limitada pelas práticas conservadoras como o Senado vitalício e o Poder Moderador.

Diante disso, as alternativas constitucionais atravessadas por essas ações pessoalizadas de poder, como também pelos resquícios institucionais do período colonial, acabaram reverberando na adoção de um constitucionalismo próximo ao francês, isto é, que ao invés de instituir um novo Estado (como o fez os Estados Unidos, solapando resquícios do período precedente), deu continuidade ao sistema administrativo e jurídico existente. O resultado disso foi o Direito constitucional que não implicava na democracia, mas uma Constituição que “tutelava” a nação.

Isso quer dizer que as reformas administrativas além de terem sido operadas de cima para baixo, limitaram o sistema de poder à Assembleia Geral e ao Poder Moderador, que em nome da prudência se entregou ao conformismo e a conservação. A conclusão disso foi o condicionamento da ação dos magistrados restrita à aplicação de leis, que “não pode ser a simples expressão dos interesses, como diziam os constitucionalistas do início do século XIX. Deveria ser a expressão do universal, do ponto de vista de qualquer um”³⁵. Eis aí o *nó górdio* enfrentado pelo primeiro juiz da comarca de Quixeramobim.

34 Idem, p. 202.

35 Idem, p. 215.

“SÓ A LEI PERTENCE PUNIR O CRIME”

José Antônio de Pereira Ibiapina (1806-1883) era filho de cearenses, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Olinda e atuou como deputado geral pela província de nascimento na terceira legislatura do império, ou mais especificamente, nos anos de 1834 a 1837. Nesse mesmo período, e acumulando os cargos político e jurídico, ele foi nomeado o primeiro Juiz da Comarca de Santo Antônio de Quixeramobim (ou ainda Vila de Campo Maior). Para tanto, a carta imperial que o nomeou é de 13 de dezembro de 1833, embora só tenha tomado posse um ano depois.

Na chegada, ele se apresentou ao presidente nos seguintes termos: “no dia 10 deste corrente mês tomei posse da vara de Juiz de Direito desta comarca. Pronto, portanto, estou para obedecer às ordens de V. Exa. e executar as leis na parte que me toca”³⁶. Mas, para melhor entendermos essa comarca e, conseqüentemente a sua atuação, é preciso pontuarmos a extensão territorial, que compreendia além da sede, os julgados das vilas de Maria Pereira (hoje município de Mombaça) e São João do Príncipe (hoje município de Tauá), além das povoações de Quixadá e Boa Viagem³⁷.

É importante ressaltarmos que o presidente da província nessa época era o padre e senador José Martiniano de Alencar, cuja trajetória política remontava a Revolta dos Padres de 1817 e a Confederação do Equador, onde esteve ao lado do pai e do irmão do magistrado Ibiapina. Apesar disso, as ações como chefe do executivo na província pouco ou nada se inserem nas práticas do constitucionalismo ou republicanism evocado por essas revoltas. Não é à toa que como presidente ele optou pela conciliação de interesses, amenizando o discurso combativo experimentado outrora³⁸.

Num primeiro instante, o contexto intelectual e pessoal em comum de Ibiapina e Alencar poderia aproximá-los na representação – reflexão que a sociedade faz de si mesma³⁹, construindo respostas iguais para situações-problema compartilhados. Ao contrário disso, verificamos respostas diferentes para os problemas jurídicos e policiais relatados pelo magistrado. Como vimos anteriormente, Quixeramobim era marcada pelas relações interpessoais entre um mandão (que se alternava entre as famílias Araújo, Maciel e Mourões) e o

36 Ibiapina, 1834.

37 Araújo, 1995.

38 Sobre isso ver a dissertação de mestrado de Gustavo Alencar (2014), especialmente o capítulo 3.

39 Rosanvallon, 1995.

resto da população subordinada pela violência física e simbólica.

Na chegada do magistrado à comarca, a representação da lei acima dos costumes sobressaía na prática de Ibiapina, que a compreendia como o conjunto de normas, expressão do universal, capaz de punir a violência dessa comarca. Porém, os impasses da estrutura o limitaram e ele elaborou a sua primeira compreensão acerca da comarca:

[...] De novo faço ver à V. Exc. que o estado atual daquela parte desta comarca é deplorável. Por cartas particulares sei que de Outubro para cá se tem perpetrado oito assassinatos, e que o último, de que faz menção o ofício do Juiz de Paz, deixa temer resultados gravosos a não empregarem-se quanto antes meios (*sic*) enérgicos, para que todos os homens daquele termo conheçam que há um poder superior aos caprichos, e que só a lei pertence punir o crime. Convencido que é do meu dever remover a triste posição em que se acham os povos daquele termo ou município, tenho resolvido partir já para Maria Pereira, e logo depois para S. João do Príncipe⁴⁰.

Entre os meses de outubro e dezembro, segundo o magistrado, já haviam ocorrido oito assassinatos, cuja violência “que a cultura deprecia e/ou aceita é marcada por uma historicidade, tornando-a dependente dos tempos e das circunstâncias, dos próprios hábitos sociais de rebeldia ou conformidade”⁴¹. Por isso, percebemos que as relações sociais e as condições materiais que tornavam essa violência possível são aquelas relacionadas a disputas pelo poder das famílias Araújo, Maciel e Mourão, que possuíam o recurso estratégico – o latifúndio – e conseqüentemente submetiam os despossuídos aos seus jogos de disputa. A solução seria o institucional empregando meios enérgicos para desconstruir os “caprichos”, isto é, a aplicação das leis – que teria o princípio “universal” e, portanto, acima de interesses particulares e capaz de possibilitar outra realidade para a comarca.

Na esteira disso, o mesmo magistrado vai até o julgado de Maria Pereira e relata os limites estruturais para efetivar o júri popular:

[...] O que tenta perpetrar o crime diz com todo o atrevimento: Zombo das leis e das autoridades, porque tenho em meu favor em tal parte o Capitão F. Convencido

40 Ibiapina, 30 de dezembro de 1834.

41 Vieira Júnior, 2002, p. 13.

disto mata a seu semelhante, procura a casa do Capitão F., que é em outro termo; este recebe o assassino em sua casa, e diz para todos o ouvirem: Venham cá tira-lo!!! O Capitão F. é um rei do lugar, ligado por parentesco com as pessoas mais ricas e de representação, etc. E vão tirar o criminoso das mãos do Capitão F. Os Juizes de Paz que, ou são parentes, dependentes do Capitão F., ou se não querem comprometer, dormem profundo sono sobre as lágrimas da infeliz viúva, que pede a punição do que matou o seu esposo, o qual vive publicamente na casa do Capitão F. Irritam-se os ânimos contra estes desprezos, não se confia mais nada da lei, e nem das autoridades, armam-se uns poucos, e aqui temos novos assassinos! Veja V. Exc. que remédio a isso se pode dar! A imoralidade, a ignorância, causas fatais de todos esses males, só podem ser curadas por longos anos. O meio que nos resta é em todo o sentido improficuo; porque está de todo dependendo da rigorosa execução das leis: que gente temos para isto? O mal tem contaminado tudo; e como para executar as leis se necessita de lançar mão de gente do país, eis aqui aonde (*sic*) está o *nó-gordio!* Corsário não atira em corsário⁴².

A experiência do júri popular – uma saída institucionalizada para julgar os crimes – em Maria Pereira (atual município de Mombaça), onde Ibiapina apresentou o Código do Processo Criminal aos participantes foi decisiva para o enfrentamento aos potentados locais. A participação no júri exigia a alfabetização e certa condição financeira, embora não estivesse diretamente relacionada às intenções da lei, uma vez ao passo que o magistrado apresentou os dispositivos legais, associava-os as limitações da estrutura. O fato é que os jurados, de uma forma ou de outra, adquiriam alguma noção do papel da lei⁴³. Entretanto, as soluções institucionais e legalistas apresentadas para julgar os crimes e punir os assassinos, esbarravam na dominação tradicional, que ligava os mais ricos aos mais pobres em relações de parentesco. A execução da lei, portanto, estava condenada aos interesses dessas pessoas.

A partir daí as concepções institucionais de Ibiapina e do presidente da província resultam em tensões. Apesar de ter passado apenas três meses no exercício da magistratura, as ações empreendidas por ele esbarraram, como se vê na elaboração anterior, nos limites estruturais caracterizado

42 Ibiapina, 30 de janeiro de 1835.

43 Carvalho, 2018.

pelo mandonismo. A tentativa de criar um júri em Maria Pereira foi exitosa, porém no termo de Tauá (ou São João do Príncipe) não foi possível. E sendo Martiniano o chefe do executivo, o qual optou pela conciliação de interesses em vista da manutenção do *status quo*, a resposta foi a contraofensiva.

Ilmo. e Exmo. Snr. Recebi o ofício de V. Exc. em resposta ao que lhe dirigi de Maria Pereira, e fico de tudo inteirado. Parti como comuniquei a V. Exc., para o Tauá, e apenas lá cheguei quis fazer trabalhar a Junta de Jurados. Não é porém (*sic*) fácil, com peças antigas e enferrujadas, mover máquina nova. Achei resistência as minhas vistas desde o escrivão até o último potentado do lugar. Persuada-se V. Exc. que as ideias do século 19 não penetraram ainda a primeira camada dos homens daquele lugar; e como ali nada se faz contra a sua vontade, e a execução das leis importa o mesmo que a queda do seu poder, não querem; e como ninguém os pode mudar de vontade, porque ali regula a lei do mais forte, segue-se disso que só se faz o que se quer, e infelizmente o que se quer é quase sempre a execução de antigos prejuízos, que não podem casar com o nosso sistema liberal. Todavia, depois de me terem resistido desde 6 de Fevereiro, instalei custo de todo o sacrifício os Jurados no dia 18. Achei-me só contra todos: e como a negativa da força, que pedi a V. Exc., lhes pareceu desunião entre mim e V. Exc. mesmo, e a isto acresceu a declaração, que fiz, de resistir também a qualquer ordem ilegal, e nesse caso estava uma de V. Exc. contra João Rodrigues do Nascimento, aproveitaram-se disso e de minha falta de tropa, para só fazerem o que quisessem. Assim mesmo trabalhei todo o tempo, que ali estive, contra as ideias gastas, e só por me faltar o tempo deixei de concluir a tarefa, que tinha começado. Remeto a V. Exc. a Ata da Junta Policial e pela resposta que deu o Juiz Municipal daquele termo avaliará melhor V. Exc. da razão, por que ali se tem perpetrado tanto crime. No dia 25 de Fevereiro parti para me aprontar e seguir viagem para o Rio de Janeiro. Tanta coisa tenho encontrado a fazer que, a não terem ocorrido certas circunstâncias, deixaria de todo a viagem para ocupar-me de minha Comarca. Esqueceu-me no ofício antecedente, que dirigi a V. Exc., requisitar que mandasse publicar pela imprensa os nomes dos jurados de Maria Pereira, e que V. Exc. fizesse recomendação de todos aqueles que ainda não estão presos as diferentes autoridades judiciárias desta

Província e de todas as outras. Acabo de dar direção a queixa contra o Juiz de Paz do Quixadá e seu suplente; já começou o processo, e tenho toda a pressa. Fica também a ser processado o Juiz Municipal deste termo, para o que tenho dado os passos necessários. De passagem direi a V. Exc. que a restrita observância da lei no sertão é coisa que mal entende, e apenas nisto se fala todos querem abandonar o país⁴⁴.

Além das dificuldades de infraestrutura (poucas cadeias públicas), de pessoal especializado (policiais, funcionários judiciais etc.) e de educação, o magistrado pontua a negativa do presidente em oferecer mais policiais ao termo. Ora, como funcionário “estranho” a comarca, Ibiapina só conseguiu efetivar as suas ações com a explícita confirmação do presidente, dada por correspondência. Mas até nisso Martiniano foi categórico, mostrando qual era a sua compreensão institucional: “[...] além de atacarem minha pessoa, são em extremo ofensivas do decoro devido a autoridade de que me acho revestido”⁴⁵.

De acordo com o movimento do constitucionalismo, ressaltado como movimento que influenciou os juristas da primeira metade do século XIX, caracterizando ainda a formulação/promulgação da Carta Constitucional, a qual Martiniano participou ativamente, a compreensão dele que sobressaiu ao acontecido em Tauá foi a de arbitrário cultural⁴⁶, isto é, a naturalização de um conjunto de normas, revestida de características universais, que forjavam um todo integrado e hierarquizado, cabendo, portanto, aos juristas e/ou magistrados apenas aplicar as leis e respeitar a hierarquia institucional e a população conhecer e acatar.

Ibiapina, portanto, foi limitado na comarca a receber ordens do presidente, aplicando as leis que conviesse, sem a proposição de “criar um júri popular” ou “construir escolas, cadeias”, ou ainda, “reativar a secretaria da fazenda para fiscalizar os gastos públicos”⁴⁷. As propostas do magistrado, como ele bem ressaltou não eram contrárias ao executivo: “[...] Aqui não é o poder executivo que antipatiza com o judiciário; porque este nada tem obrado em contrário aquele; são indisposições de homem a homem, que só me podem ofender”⁴⁸, mas expressamente contrárias aos mandões do local. Estes, que

44 Ibiapina, 8 de março de 1835.

45 Martiniano, 21 de fevereiro de 1835.

46 Concepção cultural, institucional e econômica da classe dominante imposto a toda sociedade (Bourdieu, 1996).

47 Ibiapina, 30 de dezembro de 1834.

48 Idem.

por sua vez, estavam ligadas ao governo de José Martiniano de Alencar, como se vê expresso no ofício enviado por Ibiapina, relatando o desmonte da sua autoridade frente ao caso João Rodrigues do Nascimento⁴⁹.

A resposta do presidente não poderia ser outra. Discursou na Assembleia Provincial pouco menos de um mês depois da ida do juiz:

O juiz de direito da comarca de Quixeramobim no pouco tempo que nela esteve causou males irreparáveis pelas doutrinas anárquicas que pregou e a oposição que fez às ordens do governo, dirigidas contra assassinos prepotentes, taxando-as de ilegais e insinuando contra elas o direito de resistência. Eu deixo ao vosso prudente discernimento avaliar como será perigosa a doutrina da resistência, pregada pelo próprio magistrado do lugar a um povo ignorante que mal pode conhecer a legalidade ou ilegalidade de uma ordem, e isto em circunstâncias em que nos achamos, especialmente nos sertões dos Inhamuns, que o mesmo magistrado em seus ofícios reconhece estar presentemente aterrado pela prepotência dos assassinos, a quem só faziam barreira as ordens da primeira autoridade da província, as quais agora perderam muito prestígio da sua força moral pela doutrina pregada por aquele magistrado, de modo que se ele voltar ao seu lugar, indispensável será proceder contra ele, e até vós senhores, talvez vos vejais na necessidade de lançar mão da faculdade que vos concede o § 7º do art. 11 da lei de 12 de agosto de 1834⁵⁰.

Ao ratificar a decisão do júri popular acerca do assassinato de Pedro

49 Poucos dias antes de tomar posse na comarca de Quixeramobim, ou mais precisamente, no julgado de Tauá, ocorreu o seguinte crime: Pedro Vieira de Souza Caldas assassinou o jovem **José** Rodrigues do Nascimento, filho de **João** Rodrigues do Nascimento. Preso o assassino, o pai da vítima retira-o da cadeia e em praça pública mutila o corpo de Pedro. Após isso, o pai da vítima fugiu do estado e José Martiniano de Alencar mobiliza-se para prendê-lo e reabrir o processo de julgamento. O problema é que em desacordo com as normas do Processo Criminal, bem como a hierarquia (diga-se de passagem, sempre mencionada pelo presidente) das instituições do país recém-independente, o magistrado Ibiapina teve acesso ao caso, decidindo abrir um júri popular para realizar o processo de julgamento. Nesse ato, o réu **João** Rodrigues do Nascimento foi absolvido. Ibiapina ratificou o resultado, porém Martiniano contrário a sentença, solicitou ao promotor de justiça de Tauá que reabrisse o caso. O rompimento entre o magistrado e o presidente se deu mediante a intervenção do executivo em decisões explicitamente judiciais (Araújo, 1995).

50 Martiniano, 07 de abril de 1835.

Vieira de Souza Caldas⁵¹, Ibiapina estava buscando efetivar as decisões institucionais aos novos moldes “liberais”. Ou seja, contrariando a interferência do executivo nas decisões judiciais do termo, provavelmente motivado pela manutenção dos interesses locais, o magistrado agiu de acordo com as leituras que empolgaram os juristas na primeira metade do século XIX – a separação de poderes e o sistema representativo popular. Apesar disso, não partilhou das mesmas intenções que o presidente, que ao ser utilitário do discurso liberal, não deixava de agir com a conciliação de interesses para governar a província. Para tanto, Martiniano deslocou o problema para o “povo ignorante que mal pode conhecer a legalidade ou ilegalidade de uma ordem”⁵².

A desonestidade do presidente não parou por aí. Os julgamentos feitos acerca das ações do magistrado na Assembleia Provincial, além de inconsistentes – “causou males irreparáveis pelas doutrinas anárquicas que pregou”, uma vez que, tudo o que ele buscou fazer esteve pautado e registrado de acordo com as leis – foram articuladas para recaírem sobre Ibiapina a culpa (leia-se mortes) da situação na vila. Caso não tivéssemos o acesso aos arquivos endereçados pelo magistrado ao executivo, cairíamos na explicação dada por Martiniano, que a “doutrina pregada” por Ibiapina era contrária às ordens do executivo, dando margem a “resistência” dos assassinos. Porém, a solução encontrada pelo presidente foi também institucional, leia-se restrições legais do Ato Adicional, que previa “decretar a suspensão, e ainda mesmo a demissão do Magistrado, contra quem houver queixa de responsabilidade, sendo ele ouvido, e dando-se-lhe lugar a defesa”⁵³.

As ações de Ibiapina repercutiram até mesmo na Assembleia Nacional, quando em junho de 1835 o deputado liberal Antônio Pinto de Mendonça⁵⁴ se pronunciou a favor do magistrado. Na ocasião, ele e Jerônimo Martiniano Figueira de Melo⁵⁵ se colocaram contrários ao presidente da província, revelando publicamente as divergências existentes entre os deputados do Ceará. O resultado foi o pedido de exoneração feito por Ibiapina em 14 de novembro de 1835, o que não solucionou os problemas nem da comarca de Quixeramobim, tampouco entre os liberais moderados e suas concepções constitucionais. Dito isto, concordamos que longe de efetivar-se como Estado

51 Ver nota 5.

52 Martiniano, 07 de abril de 1835.

53 Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834.

54 Cearense (1803-1872), foi deputado geral pelo Partido Liberal Moderado, foi ainda primeiro vice-presidente do Ceará.

55 Cearense (1809-1878), foi deputado geral pelo Partido Liberal Moderado, foi ainda Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e senador do império.

moderno, a nova ordem social no Brasil afastou-se do teor revolucionário e laico, optando por um processo constitucional (e aqui está intrínseca a concepção de instituição) em que a continuidade do modelo de Estado foi o que vigorou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações do primeiro Juiz de Direito da comarca Campo Maior (atual município de Quixeramobim, Ceará) foram expressivas no que diz respeito aos novos arranjos institucionais que se pretendia após a independência de Portugal. No entanto, esse processo assim como a abdicação de D. Pedro I, acabaram conduzindo o país às opções pouco ou nada revolucionárias das condições anteriormente vivenciadas. Para tanto, bacharéis como José Antônio de Pereira Ibiapina foram limitados a agir numa estrutura político-jurídica marcada pelo mandonismo local, que não reconhecia a divisão de poderes, os direitos individuais (com restrições) e a representação popular.

Tais impedimentos não são apenas uma característica da política e da justiça imperial no Brasil. Ao contrário disso, vimos que as trocas de favores e a submissão aos donos de terras é um aspecto intrínseco a dominação tradicional, a qual foi garantia a permanência mesmo após o rompimento entre Brasil e Portugal. Isso porque as relações sociais que prevaleceram em momentos como a criação de leis, a instituição de comarcas, entre outros, não poderiam menosprezar o aparato legal precedente (pré-liberais), tampouco tornar-se direito nacional, haja vista a condição colonial do país e o que isso implicou na ausência de escolas de Direito e de órgãos representativos e deliberativos.

Ao final, compreender esses movimentos institucionais a partir da experiência de Ibiapina – isto é, particularidades que compõe as generalizações – que foi observada aqui a partir de conceitos como mandonismo local, instituições e constitucionalismo nos permite verificar as representações sociais (leia-se respostas) que comportam um conjunto de fatos, nos quais os sujeitos refletem àquilo que percebem mais ou menos como um problema. Feito isso, concordamos que estudar a história das “instituições livres” no Brasil coincide com a necessidade de restabelecermos as ligações com o modelo de Estado colonial, ou melhor, com as relações sociais pessoalizadas.

REFERÊNCIAS

FONTES

ALENCAR, J. M. [**Correspondência**]. Destinatário: José Antônio de Pereira Ibiapina. 21 fev. 1835. 1 Carta oficial.

BRASIL, **Lei nº 16**, de 12 de agosto de 1834, Art. 11, § 7º. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso em 30 nov. 2020.

IBIAPINA, J. A. P. [**Correspondência**]. Destinatário: José Martiniano de Alencar. Dez. 1834/Mar. 1835. 5 Cartas oficiais.

JORNAL Correio do Ceará. **Pronunciamento do presidente provincial José Martiniano de Alencar na Assembleia Provincial em Fortaleza/CE**, 20 de março de 1960.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALENCAR, G. M. B. **Pelas tramas da política**: a constituição do partido liberal moderado na província do Ceará (1830-1837). Dissertação de mestrado, História, UFC, 2014.

ARAÚJO, F. S. **Padre Ibiapina**: Peregrino da caridade. Fortaleza: Gráfica Tribuna do Ceará, 1995.

ASSIS, P. M. A. Reflexões sobre Chefatura de Polícia do Ceará enquanto instituição policial do Império. **Crítica histórica** (18), Maceió-AL, 2018, pp. 195-219.

BARREIRA, C. Velhas e novas práticas do mandonismo local: um diálogo com Maria Isaura Pereira de Queiroz. **Revista de Ciências Sociais** (30), Fortaleza-CE, 1999, pp. 37-43.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papirus, 1996.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados** (40), Rio de Janeiro-RJ, 1997, 10f.

CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista de Economia Contemporânea** (18), Rio de Janeiro-RJ, 2014, pp. 373-392.

JUCÁ NETO, C. R. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense – algumas notas. **Anais do Museu Paulista** (20), São Paulo-SP, 2012, pp. 133-163.

LOPES, J. R. L. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. In: Jancsó, István (org.). **Brasil: formação do estado e da nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. UJnijuí; Fapesp, 2003. pp. 195-218.

- MENDONÇA, N. D. **O uso dos conceitos (uma tentativa de interdisciplinaridade)**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, J. B. P. A Villa de Quixeramobim. **Revista do Instituto do Ceará** (4), Fortaleza-CE, 1890, pp. 273-296.
- QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História** (15), São Paulo, 1995. pp. 9-22.
- VIEIRA JÚNIOR, A. O. Família e violência no Ceará (1780-1850). **População e família** (1), São Paulo, 1998, pp. 9-27.

1.4 – PENSAMENTO PÓS-COLONIAL E TEORIA DECOLONIAL: UMA PROPOSTA INTERCULTURAL

Marival Matos Santos

Rosilene Dias Montenegro

INTRODUÇÃO

O pensamento pós-colonial é um movimento de intelectuais oriundos de vários campos das ciências sociais e humanas que rejeitam não só a continuidade da mentalidade colonial, dependência econômica e tecnológica das ex-colônias, como também, e principalmente, o discurso da história contada a partir da concepção dos colonizadores. No contexto das narrativas sobre o pensamento pós-colonial destacam-se algumas obras e seus respectivos pensadores que se evidenciam pela utilização de novos instrumentos epistemológicos-metodológicos que questionam e problematizam a epistemologia eurocêntrica como conjunto de conhecimento universal.

Os pensadores, intelectuais e estudiosos críticos à visão eurocêntrica, colonial, dominante, fazem usos de aportes teóricos com objetivos de construir novas epistemologias, as quais devem partir de realidades e interesses locais, específicos, relacionados a particularidades que constituem suas identidades culturais, ou seja, suas culturas enquanto povos, nações de desenvolvimento tardio, de suas necessidades e trajetórias para a conquista de independência econômica e política, liberdade e dignidade. As visões críticas às heranças do período de dominação colonial visam contribuir para a formação de um pensamento político de desconstrução do colonialismo, de reinvenção ou reconstrução das sociedades ex-colônias a partir de epistemologias particulares às suas histórias.

Essas reflexões de negação da herança colonial, particularmente no tocante às teorias econômicas e sociais que justificam as desigualdades entre os povos por argumentos raciais, geográficos e de superioridade/inferioridade cultural, ensejam um campo de produção de conhecimento e discussão teórica e política chamada de pós-colonialismo. Em termos teórico e metodológico, o pós-colonialismo tem ensejado um amplo debate acadêmico no contexto de novas possibilidades libertadoras da identificação cultural das ex-colônias e na perspectiva de se construir uma teoria da decolonialidade.

Este artigo⁵⁶ tem como objetivo geral apresentar as ideias principais do

56 Este artigo é um dos resultados do trabalho de pesquisa objeto do Pós-Doutorado Narrativas do pós-colonialismo: a teoria da decolonialidade e a crítica à epistemologia eurocêntrica, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, no período de março de 2021 a fevereiro de 2022, sob a supervisão da professora doutora Rosilene

conjunto das reflexões críticas denominado de pensamento pós-colonial, e nesse sentido abordar alguns dos pressupostos da teoria da decolonialidade. Para isso organizamos nossa análise em duas seções. A primeira seção apresenta algumas considerações sobre o surgimento do pensamento pós-colonial, os pressupostos e conceitos da teoria da decolonialidade, principais aportes teóricos e seus pensadores. Já na segunda seção tecemos considerações sobre o pensamento pós-colonial no Brasil.

REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO PÓS-COLONIAL E TEORIA DA DECOLONIALIDADE

O colonialismo “é uma negação sistematizada do outro, uma decisão obstinada de recusar ao outro todo atributo de humanidade” e, deste modo, “obriga o povo dominado a perguntar-se constantemente: ‘Quem sou eu, na verdade?’”. (Frantz Fanon, 2005, p.288).

O objetivo deste tópico consiste em apresentar aspectos das hipóteses teóricas, pressupostos e a matriz conceitual do pensamento pós-colonial. Elencamos autores e obras, numa perspectiva geral de identificação de ideias centrais que constituem as contribuições dos teóricos identificados como referências no debate decolonial, assim como pensadores cujas obras não são voltadas para a crítica pós-colonial e decolonialidade, mas possuem conceitos que se adequam e podem ser apropriados para melhor expressar os questionamentos às epistemologias que fundam e ensejam o pensamento, imaginário, mentalidade e imagética discursiva colonial e/ou eurocêntrica. Nesse sentido, são conceitos como o da insurreição dos saberes subjugados de Michel Foucault; o conceito de colonialidade de poder, de Aníbal Quijano, retomado e ampliado pelo conceito de gnose liminar, de Walter Dignolo; o conceito de subalterno, de Spivak resgatado de Gramsci; as contribuições das teses sobre as Epistemologias do Sul e o pensamento abissal e pós-abissal, de Boaventura de Sousa Santos.

As hipóteses de trabalho plausíveis em favor do pensamento pós-colonial e da teoria decolonial capazes de instrumentalizar e gerar uma crítica descolonizadora nas ciências sociais afro-asiático-latino-americanas, são:

1. O desenvolvimento de uma construção crítica à geopolítica do conhecimento que historicamente apartou as culturas que investigam daquelas que são investigadas – à luz de Castro-Gomez (2004) e Dignolo (2003);
2. A capacidade de um povo interpretar a sua própria situação

é instrumento simbólico para sua atuação na história e para não se permitir viver na tristeza de um povo colonizado, sentindo-se condenado, a não superar os limites da neocolonização, como os condenados da terra, a viver de empréstimos, como luz refletida, sendo seu maior desejo o de alcançar a luz própria, ainda que sem atinar muito bem para quais armas deve usar para realizar esse anseio – à luz de Rama (2008) e Miglievich-Ribeiro (2009); Fanon (1961);

3. Ampliar união de forças progressistas afro-asiático-latino-americanas capazes de se contrapor ao “status quo” e fazer valer os interesses nacionais num rearranjo do pensamento político-social para pôr fim a modelos importados, explicações deterministas, essencialistas e conservadoras de modo que a nação se empenhe na reconstrução e defesa de uma sociedade democrática – à luz de Miglievitch-Ribeiro (2011);

4. Articulação sistêmica da descolonização epistêmica e a continuidade da vigilância epistemológica e das epistemologias do Sul – entendendo-as como uma metáfora do sofrimento humano, histórica e sistematicamente produzido pelo capitalismo, segundo a contribuição de Boaventura Sousa Santos (2007; 2010);

5. Construção e expansão de novas narrativas de modo a reescrever a teoria da história como uma nova teoria crítica global explicativa do processo histórico civilizatório contra todos os impérios: teocráticos, mercantis neo-escravistas, os impérios despóticos neocolonialistas, salvacionistas, e contra todos os que pensem que intelectual do mundo desenvolvido tem que ser subdesenvolvido, à luz de Darcy Ribeiro (1968; 1972; 2001);

6. Reconstrução de um novo capital jurídico constitucionalista latino-americano que justifique suas origens, pretensões e suas tendências sociais – à luz de Bragato e Castilho (2014);

7. “A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, colhidos de modo quase grandioso pela roda-viva da história. Introduz no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, na verdade, criação de homens novos. Mas esta criação não recebe sua legitimidade de nenhum poder sobrenatural; a ‘coisa’ colonizada se faz no processo mesmo pelo qual se liberta” – à luz de Fanon (1979);

8. A colonização impôs uma máscara estrangeira ao subalterno no sentido de permitir a negociação das resistências, mas impedindo que os subalternos pudessem se exprimir e manifestar – à luz de Bhabba (2005), Spivak (1985), Tavares (2014);

9. Os saberes subjogados, na perspectiva da Modernity/

Coloniality, são aqueles que se tornaram subalternos na estrutura da colonialidade do poder e são o lado sombrio, colonial da modernidade – à Luz Quijano (1982) e Mignolo (2003);

10. A História Nova (Annales) amplia o seu objeto de estudo, estabelecendo relações com outros domínios do saber: a sociologia, economia, antropologia, no sentido de evidenciar as lógicas sociais que estruturam o curso das diversas sociedades, mas, também, o estudo das chamadas “sociedades sem histórias”. Daí a necessidade de uma relação profunda da história com a antropologia. Uma história que tem, também, por objeto de estudo as mentalidades, “que se interessam mais pelos direitos coletivos do que pelos individuais, pela evolução das sociedades do que pelas instituições, mais pelos costumes do que pelos acontecimentos” – à luz de Le Goff (2013), Césaire (1978). Ressaltamos que o objetivo teórico e metodológico da Escola dos Annales não compreendeu a crítica no sentido da desconstrução do pensamento colonial, no entanto é possível se apropriar de reflexões específicas e conceitos que ajudam na formulação do pensamento pós-colonial.

O pós-colonialismo é hoje uma corrente de estudos cujas raízes remontam aos debates sobre a descolonização das colônias africanas e asiáticas a partir dos anos 60 e 70 do século XX com o objetivo de qualificar a conjuntura econômica das ex-colônias que, de acordo com (Coronil, 2008, pp. 396-398), passaram a integrar o chamado Terceiro Mundo⁵⁷. A partir de então os debates foram ganhando relevância no contexto da sociologia do subdesenvolvimento, a qual analisava as causas do atraso socioeconômico dos novos países (in) dependentes passando inclusive a ser objeto de estudo da crítica literária, história, ciência política, antropologia, etnologia, direito e outras áreas das ciências sociais denotando, por sua natureza interdisciplinar, uma diversidade de interesses e novas temáticas de estudos (MELLIN, 2008, p. 33).

O pós-colonialismo designa não somente um período que sucedeu a outro, mas todo o condicionamento cultural subordinado desde o início do processo colonial imperial europeu e suas consequências na geopolítica mundial a partir da segunda metade do século XX até o presente século XXI (Aschroft, Griffiths e Tiffin, 2007, p.169).

De acordo com Coronil (2008, pp. 396-398), o pós-colonialismo continuou, em sua segunda fase, nos anos 70, na academia anglo-saxônica,

⁵⁷ O conceito *Terceiro Mundo* surgiu no durante a Guerra Fria para significar os países que não se alinhavam politicamente com a URSS nem com os EUA. Por Terceiro Mundo também se compreendia os países não industrializados e com pouca autonomia e soberania, dada à dependência econômica devido sua condição subalterna na divisão internacional do trabalho e por conseguinte pouca força e soberania política.

associado aos estudos das causas e consequências do colonialismo e da literatura colonial sob a influência das perspectivas pós-modernas. As causas fundamentais do estudo da emergência deste novo campo acadêmico têm suas origens na crescente deficiência dos projetos de desenvolvimento das nações do Terceiro Mundo, o “declínio” ou transformação da construção do socialismo (Glasnost, Perestroika e queda do Muro de Berlim), a ascensão da política do conservadorismo no Reino Unido com Thatcher e nos EUA com Reagan, o que culminou com o boom do capitalismo neoliberal como a única via possível para a continuidade do desenvolvimento da economia mundial, expressa na obra *O fim da História e o último homem*, de Francis Fukuyama (1992).⁵⁸

O pós-colonialismo, para além de uma corrente de estudos de intelectuais acadêmicos sobre a genuína libertação dos povos oprimidos, tornou-se um movimento pacífico de militância político-social e de integração de lutas para ampliar as bases democráticas das sociedades oprimidas em África e na Ásia, principalmente a partir da visibilidade que o movimento ganhou, dada a percepção dos pensadores sobre as políticas predatórias imperialistas de opressão dos povos neocolonizados.

Um destes militantes foi Frantz Fanon (1925-1961) cujo legado analisa as origens dos processos coloniais socialmente excludentes a partir de uma divisão internacional do trabalho que, até o presente, subjuga outras sociedades e culturas não europeias. Fanon (2007) foi a voz que se manifestou contra a continuidade da opressão do colonizador francês na Argélia, e foi neste país que Fanon tomou contacto com a guerra da independência argelina. Uniu-se à Frente de Libertação Nacional e defendeu a inevitabilidade do recurso à violência na luta pela liberdade.

Les Damnés de la Terre (1961) - *Os Condenados da Terra* é considerado o testamento de Fanon, escrito entre abril e junho de 1961. A influência do pensamento de Fanon foi decisiva nos processos de independência na África e na organização do movimento negro nos Estados Unidos e na América Latina e é referência nos estudos culturais de Hall (2003), Bhabba (1998) e Gilroy
58 Em 1989, o cientista político e economista americano Francis Fukuyama publicou o artigo intitulado “O fim da história?”, na revista *The National Interest*. Esse artigo se tornou famoso pela polémica provocada. Nesse *paper*, Fukuyama argumentava que a difusão mundial das democracias liberais e do livre capitalismo de mercado possivelmente sinalizavam o fim da evolução sociocultural da humanidade. Três anos mais tarde, Fukuyama escreveria o livro “O fim da história e o último homem”, onde ampliou as ideias principais do referido artigo. Decorrido um quarto de século, os pontos de vista de Fukuyama continuam sendo debatidos e criticados. Em entrevista a *DW [Deutsche Welle]*, em 2014, o cientista político afirmou que os ataques às suas ideias decorriam de uma interpretação equivocada por parte dos críticos, e defendeu suas teses à luz de eventos geopolíticos recentes.

(2001), Scott (1999) e Foucault (1977; 1979; 1991).

Para Fanon, o colonialismo é muito mais que um sistema definido apenas como exploração estrangeira dos recursos naturais de um território com recurso à mão-de-obra local; é, sobretudo, a “negação sistematizada do “outro”, uma decisão obstinada de recusar ao “outro” qualquer atributo de humanidade” (Fanon, 2005, p. 288).

Entre os pensadores do pós-colonialismo destacam-se Aimé Césaire (1913-2008) e Edward Said (1935-2003), este não diretamente conectado aos processos históricos de libertação recente. Said publicou em 1978 sua obra *Orientalismo*, reeditada nos anos seguintes, na qual escreve que o Oriente foi dominado pela Europa até o século XIX, um domínio com uma história contínua sem quaisquer resistências, à exceção do Islã (Said, 1990, p. 82).

De acordo com (Said, 2012, p. 493), quando o árabe atrai a atenção, o faz com um valor negativo e percebido como o que desbarata a existência de Israel e do Ocidente ou, como uma barreira superável à criação de Israel em 1948. “Na medida em que esse árabe tem alguma história, ela é parte da história que lhe é dada (ou tirada dele: a diferença é pequena) pela tradição orientalista e, mais tarde, pela tradição sionista”. Deste modo, assim escreve Said:

A Palestina era vista pelos primeiros sionistas como um deserto vazio esperando para florescer; supunha-se que seus habitantes eram nômades inconsequentes que não possuíam direito real à terra e, portanto, nenhuma realidade nacional ou cultural. O árabe, portanto, é concebido agora como uma sombra que persegue o judeu. Nessa sombra — porque os árabes e os judeus são semitas orientais — pode ser colocada qualquer desconfiança tradicional e latente que o Ocidental sente em relação ao Oriental. Pois o judeu da Europa pré-nazista se bifurcou: o que temos agora é um herói judaico, construído a partir de um culto reconstruído do orientalista-aventureiro-pioneiro, e sua sombra rastejante, misteriosamente temível, o oriental árabe. (Said, 2012, p. 493).

A partir dessa pequena passagem observa-se a crítica de Said aos judeus Sionistas e a percepção reducionista quanto ao povo e território da Palestina, sua cultura e nacionalidade, como povo inconsequente, configurado como uma sombra que persegue o semitismo quando, na verdade, ambos os povos (árabes e Judeus) são semitas Orientais, mas só o judeu tem o direito real a terra. Percebe-se em Said um posicionamento contrário ao preconceito violento da incompreensão do Ocidente em classificar as etnias Orientais e

suas alteridades como sujeitos sem almas, sem culturas e identidades, sem direito à memória, portanto sem história. Mas sabemos que, na perspectiva hegeliana, a história é um movimento que começa no hemisfério Oriental e termina no mundo Ocidental.

Além desse reducionismo classificatório do povo Árabe pelo Sionismo, Said, em sua narrativa antisionocêntrica, identifica o nascimento e o crescimento de uma agenda perniciosa referindo-se ao projeto de invenção do Oriente pelo Ocidente, e como o colonialismo, o imperialismo e o eurocentrismo “incontido e implacável” articulam formas de conceber os outros povos para fins de dominá-los expurgando “suas identidades da cultura e da própria ideia da Europa branca e cristã”. Esses outros povos são o mundo, ou, os mundos que estavam entre os alvos do projeto imperialista das potências dos séculos XVIII e XIX, embora Said se permita uma tese de que essa forma de narrar já existisse no século XVII. Para este nobre mister, Said nos remete aos clássicos da literatura Ocidental, aos nomes mais significativos como o do sionista Ernest Renan, autor de várias obras entre as quais a “História das Línguas Semíticas”, para justificar a superioridade da cultura judaica.

Said nos permite ter a percepção das comparações como democracia e o iluminismo versus despotismo Oriental; as Cruzadas contra o mundo islâmico e toda uma multiplicidade de experiências sociais e culturais numa mesma classificação reducionista.

Portanto, em sua inquietante e rica reflexão Edward Said, problematiza as imagens e a imagética discursiva construída pelo Ocidente para dizer e criar a imagem de povos do Oriente. Assim, Said questiona o conhecimento do Ocidente que constrói o outro, povos, raças, etnias do oriente:

(...) toda a situação dos países ocidentais em relação aos países da Ásia e da África mudou. Já não podemos nos apoiar naquele fator de prestígio que parecia desempenhar um grande papel no pensamento pré-guerra, nem podemos esperar que os povos da Ásia, da África e do Leste Europeu venham até nós e aprendam conosco, enquanto não nos envolvemos. Temos de aprender a seu respeito, para que possamos aprender a trabalhar com eles numa relação que esteja mais próxima da reciprocidade. (Said, 2012, p. 483)

Para Said, os termos dessa nova relação foram enunciados mais tarde em “estudos de área reconsiderados” no plano do dever ser:

Os estudos orientais deviam ser considerados não tanto como atividades eruditas, mas como instrumentos de

política nacional para com as nações recém-independentes e possivelmente intratáveis do mundo pós-colonial. Armado com uma consciência redirecionada de sua importância para a comunidade atlântica, o Orientalismo devia ser o guia dos planejadores de políticas, dos negociantes, de uma nova geração de eruditos. (Said, 2012, p. 493)

Deste modo, a obra de Edward Said é importante por vários aspectos históricos-sociais, mas, principalmente, porque contribuiu para entendermos que o Oriente é o ponto de partida de tudo e o Ocidente é a referência de chegada para ser a história da exclusão social, na qual a maioria dos atores não teve a oportunidade de tecer a sua narrativa, como sublinham os teóricos pós-coloniais. Nesse sentido, Said certamente se enquadra como teórico na teoria decolonial ou descolonial por nos permitir a percepção crítica daquilo que entendemos como natural. Não raramente aprendemos conteúdos programáticos de história e geografia-geral sob essa perspectiva crítica denotada por Said.

Em resumo, a tese central do Orientalismo é a rejeição de um paradigma branco ou europeu – a negação do Eurocentrismo e a de que todo o saber começou no Ocidente. A percepção de Said contribui, em larga medida, para o desenvolvimento dos estudos do pós-colonialismo onde é possível analisar a conexão entre a construção geográfica global e o papel do Oriente a partir do tradicionalismo europeu, refletido nas análises de escritores da dimensão de William Shakespeare e Gustave Flaubert de pensadores importantes como Foucault, por exemplo.

Aimé Césaire, em seu *Discours sur le colonialisme* (1955), analisa por que a civilização europeia é moral e espiritualmente impossível de ser defendida, considerando a marca do seu colonialismo moderno e o seu projeto civilizacional. Sua obra propõe despertar consciências sobre os processos coloniais e o projeto civilizatório europeu. Césaire problematiza:

Qual foi o papel da burguesia europeia? O que é que fez? “Aniquilou civilizações, destruiu culturas, exterminou a raiz da diversidade, eliminou as culturas locais facultando a irrupção da barbárie, da violência desmedida, da banalidade e da desordem (Césaire, 1978, p. 67).

Na classe intelectual europeia da época, além de Bourdieu (1964) e Fanon (1961) que se manifestaram contra o domínio francês na Argélia, raríssimas exceções se insurgiram entre as quais Jean Paul Sartre em seu *Le Génocide*, ao contestar que: “(...) a colonização é, necessariamente, um genocídio cultural:

não se pode colonizar, sem liquidar, sistematicamente, os traços particulares da sociedade indígena, ao mesmo tempo que se nega aos seus membros que se integrem na Metrópole e beneficiem das suas vantagens“ (Sartre, 1967, apud Césaire, 1978, p.7).

Portanto, os discursos sobre o colonialismo e o pós-colonialismo são reações críticas aos valores estabelecidos pelo etnocentrismo da colonização europeia. É o eurocentrismo que Césaire desacredita veementemente inclusive em acusações aos intelectuais europeus por não reagirem em favor da tese da libertação dos colonizados.

Castro-Gómez menciona outros pensadores pioneiros do pós-colonialismo referindo-se à experiência do Grupo Indiano de Estudos Subalternos (GIES) ou simplesmente Estudos Subalternos, difundidos a partir dos aportes teóricos de Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak e Homi Bhabha os quais compõem o quarteto do pós-colonialismo e o pensamento contra-hegemônico na Índia, notadamente a partir dos aportes teóricos de Homi Bhabha que, inclusive, influenciou na Filosofia de Libertação Latino-Americana (Dussel, 2007, p. 340).

Na concepção de Michel Foucault, os fatos históricos são singularidades produzidas por um discurso que, em cada momento histórico, se impõe como hegemônico a partir da narrativa dos colonizadores ocidentais (Foucault, 1998). Em sua aula inaugural, em 1976, no Collège de France, Foucault apresentou a expressão “insurreição dos saberes subjugados”, apropriada pelos pós-colonialistas.

Para Tavares (2014, p. 102), não obstante Michel Foucault não ter conhecido os movimentos de resistência dos intelectuais do Sul contra o etnocentrismo e eurocentrismo impostos pela colonialidade do poder aos povos oprimidos, a referida expressão referia-se a uma transformação epistemológica produzida pelo esquecimento dos conteúdos históricos subjacentes aos conhecimentos e saberes nativos suprimidos das hierarquias disciplinares funcionais do saber e do capital acadêmico eurocêntrico.

Intelectuais latino-americanos inspirados na concepção do Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiático (GIES) criaram um grupo, nos anos 90, para reflexões acerca da realidade latino-americana, nascendo assim o Grupo Latinoamericano de Estudos Subalternos. O texto *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad* (Quijano, 1992) tornou-se referência para as investigações latino-americanas sobre o pós-colonialismo.

Deste modo, uma das teorias mais debatidas no âmbito dos estudos pós-

coloniais é a Teoria Decolonial ou Teoria da Colonialidade do Poder, ampliada pelos intelectuais que fazem parte do grupo *Modernity/Coloniality*, do qual são membros Valter Mignolo, Santiago Castro-Gomez, Arturo Escobar, Ramón Grasfoguel, Edgardo Lander, Nelson Maldonado-Torres, Quijano, Catherine Walsh e Enrique Dussel entre outros que foram sendo incorporados. Este grupo renomado foi composto em 1998, numa relação epistêmica alinhada com o pensamento de Immanuel Wallerstein sobre o moderno sistema-mundo. Os aportes teóricos dos pensadores deste grupo são considerados entre os mais relevantes no contexto dos estudos do pós-colonialismo desde a primeira década do século XXI.

Assim, à luz do grupo *Modernity/Coloniality*, a teoria da colonialidade é a história-narrativa da face oculta do poder manifestado a partir dos ideais do Iluminismo e da emergência do Sistema-Mundo desde o século XVI, de acordo com a narrativa de Wallerstein (1992, p.549, apud Tavares, 2014, pp.98-99, grifos nossos):

O moderno sistema mundial nasceu ao longo do século XVI. As Américas, como construto social, nasceram ao longo do século XVI. A criação dessa entidade geossocial, as Américas, foi o ato constitutivo do sistema mundial moderno. As Américas não foram incorporadas a uma economia capitalista já existente. Não poderia ter havido uma economia capitalista mundial sem as Américas. (Wallerstein, 1992, p. 549)

É nesta perspectiva que teóricos como Quijano (1997) criam o conceito de colonialidade do poder como significando a face oculta da modernidade cuja manipulação ganhou corpo a partir do controle do conhecimento e das suas dimensões epistêmicas e ontológicas isolando-se a gnosiologia, especificamente a gnose liminar, a qual é entendida por Walter Mignolo (2003, p.33) como sendo o conhecimento em geral, “incluindo doxa e episteme”. A modernidade, de acordo com Mignolo (2003) e Quijano (1997), não é um período histórico, mas uma construção narrativa dos atores e instituições que, a partir do Renascimento, se conceberam como centro do mundo, daí o termo Eurocentrismo (Tavares, 2014, p. 98).

A obra de Spivak “*Can the Subaltern talk? For the ‘true’ subaltern group, whose identity is its difference, there is no unrepresentable subaltern subject that can know and speak itself; the intellectual’s solution is not to abstain from representation*”⁵⁹, ou seja, O subalterno pode falar? é um clássico dos

59 “O Subalterno pode falar? Para o “verdadeiro” grupo subalterno, cuja identidade é a sua diferença, não existe sujeito subalterno irrepresentável que possa conhecer e falar a si mesmo;

estudos pós-coloniais, cuja análise trata do impacto do controle colonial nos países que conquistaram sua (in)dependência das potências europeias após a Segunda Grande Guerra Mundial.

Spivak (1988), em seu ensaio, argumenta que o problema central dos pobres e marginalizados da sociedade (os subalternos) é a inexistência de uma plataforma política para expressar suas preocupações e nenhuma voz que os representem nos debates políticos para defender e requerer uma parcela mais justa dos rendimentos e bens sociais. As mulheres, diz Spivak, são duplamente oprimidas.

A reputação acadêmica de Spivak deu-se graças à tradução para o inglês do livro *“Of Grammatology”* do filósofo francês Jacques Derrida, além dos seus ensaios sobre feminismo e o marxismo que influíram de forma substancial em *Can the Subaltern Speak?* na qual Spivak se contrapõe, criticamente, ao pós-estruturalismo teórico de Foucault e Deleuze e realiza uma importante autocrítica sobre o papel dos intelectuais pós-colonialistas, vinculada ao Grupo Indiano de Estudos Subalternos (GIES).

A indagação de Spivak, para além das problematizações, discerne sobre os riscos da “ontologização” da categoria subalterno, que tem suas raízes e primeiros significados em Antonio Gramsci. As bases da teoria antropológica também não ficaram imunes à crítica de Spivak quanto à produção da forma etnocêntrica de ciência e de apreensão do conhecimento “excêntrico” (Spivak, 2010a), posto que as chamadas “autobiografias” eram geradas segundo o tradicionalismo da antropologia etnocentrista produzidas por um pesquisador de campo, dominante, cujas narrativas são utilizadas como provas objetivas para a antropologia e para a etnolinguística.

Segundo Spivak (2010b), em *Critique of Postcolonial Reason*, a partir da categoria de “informante nativo” destacam-se não somente o processo de “invisibilidades”, mas, e principalmente o de silenciamento proporcionado pela tradição euroteleológica, tendo em mira o negacionismo aos sujeitos subalternizados relativamente à capacidade de delinear em sua autobiografia por si próprios. Portanto, na perspectiva da colonialidade do poder, os saberes subjugados (foucaultianos) e subalternos (gramscistas/Spivakistas) são aqueles que o pensamento Ocidental transformou em saberes silenciados.

Deste modo, como assinalam Bragato e Castilho (2014, p.18, apud Spivak, 2010b), os aportes teóricos sobre o pós-colonialismo referem-se a um processo de historicização radical do locus de enunciação:

a solução do intelectual não é abster-se de representação”.

Não se trata de proclamar um âmbito de exterioridade absoluto e neutro, como um ponto-zero de enunciação frente ao Ocidente, nem mesmo avançar em uma perspectiva puramente teórica amparada e legitimada por categorias ocidentais. Bragato e Castilho (2014, p.18, apud Spivak, 2010b)

Para Bragato E Castilho (2014), às teorias pós-coloniais referem-se a um processo legítimo orientado por estratégias como a de historicizar o processo de construção do conhecimento que produziu as estruturas de certos paradigmas científicos e sociais, difundidos e assimilados como padrões universais. Esses padrões formaram o imaginário do outro, do africano, do asiático, do latino-americano. Esses autores, a semelhança de outros críticos da herança cultural colonial, buscam outras fontes para analisar, explicar e entender os momentos históricos, políticos e sociais nos quais foi possível – não só aos afro-asiáticos e à América Latina, em toda a diversidade e complexidade geográfica, histórica e geopolítica que cada nação representa, – ‘formular de si e para si’, o objetivo maior de apresentar alternativas aos processos de exploração, subjugação e repressão das formas plurais de expressão da dignidade humana, numa perspectiva transdisciplinar, fiel ao materialismo histórico, inclusive no Brasil, onde alguns centros acadêmicos de peso resgatam o legado de Darcy Ribeiro e o enigma Brasil num exercício de descolonização epistemológica, como veremos a seguir.

UM OLHAR SOBRE O PÓS-COLONIALISMO NO BRASIL

No Brasil a obra de Darcy Ribeiro sobre O Povo Brasileiro e sua história da ‘ninguendade’, numa perspectiva dialética da história, resgatada por Adélia Miglievitch-Ribeiro, que ressalta, em Darcy, a história do processo civilizatório do mundo desde há dez mil anos até chegar aos mamelucos, brasilíndios, brasileiros, onde, nas palavras de Miglievitch-Ribeiro (2011), o sociólogo:

Darcy Ribeiro desafia a ausência de um modo singular de imaginação sociológica a caracterizar o pensamento brasileiro, não se deixando guiar por parâmetros exógenos (eurocentrismo), ditados por uma pretensa modernidade que ignora a positividade das experiências existentes na nação brasileira (Miglievitch-Ribeiro, 2011).

O resgate de Miglievitch-Ribeiro compreende as obras “O processo Civilizatório” ([1968];2001) e “O Povo Brasileiro” (1995), a partir das quais

Miglievitch-Ribeiro apresenta sua hermenêutica do legado de Darcy Ribeiro sob a hipótese de que há questões presentes na obra darcyniana capazes de gerar, ainda hoje, uma “crítica descolonizadora nas ciências sociais latino-americanas”. E essa hipótese conclusiva é verdadeira no sentido de que esse legado darcyniano se destaca como um estudo profundo do pós-colonialismo no Brasil – um contributo extraordinário que ampliou e problematizou, consideravelmente, o conhecimento sobre a realidade social brasileira além de proporcionar a incorporação de novas possibilidades de pesquisa e análise, enriquecendo a própria teoria social e a história.

Entretanto, há também análises que não consideram o processo histórico do Brasil no contexto dos estudos pós-coloniais, sob a justificativa, segundo a qual, apesar de a América Latina ter sido considerada parte do Terceiro Mundo e a despeito de uma longa história de reflexões críticas sobre o moderno colonialismo, originadas em reação à conquista e à colonização da América, no entanto:

a realidade latino-americana foi tangencialmente mencionada nas discussões sobre a descolonização que, inicialmente, centraram-se nas nações de recente independência, especialmente nos continentes asiático e africano (Bragato e Castilho 2014, p. 18, grifo nosso).

Há que se considerar essas observações de Bragato e Castilho como, de um lado, em parte, procedentes, até porque, na sociologia de Sousa Santos, em especial, nas suas reflexões críticas sobre as Epistemologias do Sul, o referido autor lusitano deixa transparecer que, no Cone Sul, o Brasil é visto como o Sul imperial, alinhado com os interesses hegemônicos do Norte imperial, além do que, os referidos autores justificam suas críticas construtivas, lembrando-nos que, nas décadas de 70 e 80, a palavra-chave no pensamento social latino-americano não era, pós-colonialismo, mas dependência em face da tese da Dependência e Desenvolvimento na América Latina – do Sociólogo Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, escrita no Chile em 1967.⁶⁰

Não obstante, para Bragato e Castilho (2014), a América Latina foi tardiamente incluída como objeto dos estudos pós-coloniais, apesar do impacto da colonização na América Latina e de inúmeros trabalhos nesta área, desenvolvidos por pensadores como Leopoldo Zea, Enrique Dussel, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Aníbal Quijano e Walter Mignolo os

60 Nesta perspectiva, os autores pretendiam demonstrar como as diferentes formas de articulação entre economias nacionais e o sistema internacional e, ao mesmo tempo, os diferentes arranjos do poder econômico e político indicavam modalidades distintas de integração com os polos hegemônicos do capitalismo.

quais, entre outros, compõem o grupo de estudos Modernity/Coloniality já citado:

A organização e a sistematização de leituras e publicações em torno do papel latino-americano e sua contribuição para o processo de descolonização do conhecimento e da produção acadêmica ocorrem posteriormente à consolidação do pós-colonialismo (década de 60) e de movimentos importantes, organizados por pesquisadores e intelectuais indianos (Grupo de Estudos Subalternos Indiano - GIES) e latino-americanos (Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos), nas décadas de 70 e 80. (Bragato e Castilho, 2014, p. 19)

Esta é a razão da afirmação dos autores (Bragato e Castilho, 2014, p.19, grifo nosso) sobre a não existência, na academia latino-americana, de um conjunto de “trabalhos tipificados como pós-coloniais, embora estes estejam sendo desenvolvidos pela academia anglo-saxônica relativamente aos Estados recém-descolonizados”.

Por outro lado, apesar do argumento de que a palavra-chave – nos círculos acadêmicos do Brasil dos anos 70 e 80 – era “dependência” e não existir na academia latino-americana uma tradição ‘tipificada’ de estudos sobre o pós-colonialismo e a teoria decolonial neste período, tal justificativa não implica a inexistência de grandes pensadores latino-americanos alinhados com o pensamento pós-colonial, a exemplo do legado de estudiosos brasileiros como Celso Furtado, Oliveira Viana, José Pedro Galvão de Sousa, Milton Santos, Octávio Ianni, Darcy Ribeiro, Jacob Gorender, Florestan Fernandes, Jessé Souza, Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, Cristovam Buarque, Adriano Benayon, o argentino Raúl Prebisch, o uruguaio Ángel Rama, bem como a notável obra *As Veias Abertas da América Latina* do uruguaio Eduardo Galeano. O próprio Milton Santos é uma espécie de Franz Fanon brasileiro, o qual não rompeu barreiras apenas por ser negro num contexto acadêmico predominantemente branco, foi também um anti-neocolonialista e, como crítico da globalização capitalista e pelos seus posicionamentos e pressupostos teóricos críticos ao poder hegemônico capitalista, defendeu o protagonismo das periferias para combater as desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento pós-colonial é um movimento de uma corrente de

intelectuais insatisfeitos com a situação degradante dos povos oprimidos na Ásia, África e nas Américas, cujos pensadores criaram a teoria da decolonialidade como proposta para uma mudança de paradigmas, mentalidades, linguagens e formatação das epistemologias do Sul no contexto da interculturalidade e do fim dos pensamentos monolíticos. É também um movimento pacífico de militância político-social, articulado desde os anos 40 pós-libertação da Índia (1947), via Mahatma-Gandhi – e vem ganhando corpo como uma resistência aos rumos predatórios do imperialismo no mundo desde as obras pioneiras de Aimé Césaire (1955) e o seu discurso sobre as consequências catastróficas do colonialismo. Neste limiar da resistência à dominação imperial, intelectuais renomados como Fanon (1961), Bourdieu (1964) e Sartre (1967) constituem referências para a Libertação da Argélia, principalmente Fanon, defensor dos povos oprimidos a partir da sua obra sobre os Condenados da Terra.

As obras de Said, *Orientalismo: Oriente como invenção do Ocidente* (1978) e *Cultura & Imperialismo* (1995) são referenciais que desvelam mais uma invenção cultural e política do “Ocidente” e marcam o rumo do pensamento pós-colonial, evidenciando as estratégias da dominação do Norte Imperial e a estereotipagem negativa dos dominados, mediante processos que, mais tarde, o sociólogo e humanista peruano Anibal Quijano (1992) denominou de “Colonialidade do Poder”.

Estas obras seminais – somadas aos estudos da subalternidade (1988) e à tese da desconstrução historiográfica (1985) de Gayatri Spivak, aos conceitos de Gnose Liminar, “*Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*” de Walter Mignolo (2003), ao paradigma de sistema-mundo de Wallerstein, Giovanni Arrighi e Samir Amin (1974:80:89) – baseado no conceito de economia-mundo concebido por Fernand Braudel (1949), bem como às conexões com *As Veias Abertas da América Latina* de Eduardo Galeano (1971), além das contribuições conceituais de Sousa Santos, entre as quais o Pensamento Abissal e as Epistemologias do Sul – deram origem à Teoria Decolonial e às novas disciplinas do pensamento acadêmico pós-colonial em associação com a Teoria Crítica das Raças⁶¹ e com a obra de Darcy sobre o Processo Civilizatório (1968). Tais aportes teóricos possibilitaram aos historiadores entenderem melhor o passado e essa história da invenção do “Outro”, tese da supremacia racial que ainda está em vigor como instrumento de dominação do mundo sob o estereótipo da inferioridade ou da “ninguendade” do Povo Brasileiro, conforme Darcy Ribeiro (1995) e seu pensamento resgatado pela

61 Vide teóricos como Derrick Bell (2010), T. Yosso, et al (2017), Kimberlé Crenshaw (1995), Tukufu Zuberi (2016), Richard Delgado e Jean Stefancic (1993), Abdias do Nascimento (1978), Dora Lúcia Bertúlio (1989), entre outros.

eminente socióloga Miglievitch-Ribeiro.

Portanto, creditam-se a estes pensadores pioneiros e a muitos outros a construção do pensamento pós-colonial e a consequente Teoria Decolonial como o resultado da luta incessante contra todas as formas de opressão do “outro”, entendendo-se o ‘outro’ como tudo que não se enquadra ao pensamento hegemônico.

REFERÊNCIAS

- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN Helen. **Key concepts in post-colonial studies**. 2nd ed. London: Routledge, 2007. 304 p.
- BOURDIEU, Pierre. **Le Déracinement: la crise de l’agriculture traditionnelle en Algérie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964. 225 p.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur). p. 80
- CASTILHO, Natália Martinuzzi e BRAGATO, Fernanda Frizzo. A importância do pós-colonialismo e dos estudos descoloniais na análise do novo constitucionalismo latino-americano. In: VAL, Eduardo Manuel e BELLO, Enzo (Orgs). **O Pensamento Pós e Descolonial no Novo Constitucionalismo Latino-Americano**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2014. p. 11
- CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. p.7. Trad. de Mara Viveros Vigoya, Juan Mari Madariaga e Beñat Baltza Álvarez. Madrid: Ediciones Akal, 2006. 224 p.
- CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur). p.50
- CORONIL, Fernando. Elephants in the Americas? Latin America Postcolonial studies and Global Decolonization. In: DUSSEL, Enrique et al. **Coloniality at large: Latin America and postcolonial debate**. Durham, USA: Duke University Press, 2008. p. 389
- DOSSE, François. **Entre Histoire et Mémoire: une Histoire sociale de la Mémoire**. Raison present, septembre, 1998. 11 p.
- DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do Outro** (ou origem do “mito da modernidade”). Trad. de Jaime A. Claesen. Petrópolis: Vozes, 1993. 196 p.

- _____. **20 tesis de política**. 2ª. ed. México: Siglo XXI, 2006. 174 p'áginas.
- _____. **Política de la liberación: história mundial y crítica**. Madrid: Editorial Trotta, 2007. 584 p.
- DUSSEL, Enrique. **Ética de libertação: Na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2012. 672 p.
- ENGELS, Friedrich. **Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats** (A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado). Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ, 1980. 89 p.
- ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo: El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano**. Tabula Rasa, Bogotá: – Colombia, n.1, enero-diciembre de 2003. 36 p.
- FANON, Franz. **Los condenados de la tierra**. Rosario: Kolectivo Editorial “Último Recurso”, 2005. 262 p.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 295 p.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2013. 504 p.
- MELLINO, Miguel. **La crítica poscolonial: descolonización, capitalismo y cosmopolitismo en los estudios poscoloniales**. Buenos Aires: Paidós, 2008. 214 p.
- MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. 128 p.
- _____. Walter. **Decolonialidade como o caminho para a cooperação**. IHU on-line. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, 431, Ano XIII, nov.de 2013.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 511 p.
- POLLACK, Michael. **Memória e identidade Social: Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, no 10, 1992. 16 p.
- MIGLIEVITCH-RIBEIRO, Adélia. **Dossiê Pensamento Social Brasileiro e Latinoamericano. Darcy Ribeiro e o Enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica**. Sociedade e Estado, vol.26. no 2. Brasília: May/aug. 2011. 27 p.
- QUIJANO, Anibal. **Colonialidad y modernidad-razionalidad**. BONILA, H. (Org.) Los Conquistadores. Bogotá: Tercer Mundo, 1992. p.10

- _____. 1991: **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. Perú. Indígena, vol. 13, No. 29. Lima: Instituto Indigenista Peruano.
- _____. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Journal of world-systems research. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part. I, v. VI, n. 2, 2000. p.23
- _____. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. Revista Novos Rumos, ano 17, n. 37. p. 37 Disponível em: 4shared.com - armazenamento e compartilhamento de arquivos grátis - Document Preview - text . Acesso em: 02 fev. 2024.
- _____. **Colonialidad del poder, cultura y conocimiento em América Latina**. Anuário Mariateguino, 9, no. 9, p. 201, 1997.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Editora Schwarcz, Ltda. 0112.
- _____. **O Processo Civilizatório: Etapas da Evolução Sociocultural**. Vozes. Rio de Janeiro:1987. 256 p.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. (Tomos I, II, III). Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus Editora, 1994.
- _____. **La Memoria, La História, El Olvido**. Tradução de Augustin Neira. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica S.A. 2000.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 370 p.
- _____. **Cultura e Imperialismo**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 568 p.
- SANTOS, Sousa Boaventura. **Em torno de um novo paradigma sócio-epistemológico** (Manuel Tavares conversa com Boaventura de Sousa Santos). In: Epistemologias do Sul. Diálogos – Revista Lusófona de Educação. Lisboa: 10-2007.
- _____. **A Gramática do Tempo**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. p.138.Coimbra: Almedina, 2007.
- SARTRE- Jean Paul. **Le Génocide: Les Temps Modernes**. Paris, 1967.
- SCHLISS, G. **“Ainda tenho razão”**, afirma Francis Fukuyama, filósofo do “fim da história”. Deutsche Welle. Seção “Mundo”. 29.06.2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ainda-tenho-raz%C3%A3o-afirma-francis-fukuyama-fil%C3%B3sofo-do-fim-da-hist%C3%B3ria/a-17730414> Acesso em: 31 fev. 2024.
- SCOTT, David. **Refashioning Futures** — Criticism after Postcoloniality.

Princeton: Princeton University Press. 272 p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010a. 68 p.

_____. **Crítica de la razón postcolonial:** hacia una história del presente evanescente. Trad. de Marta Malo de Molina. Madrid: Ediciones Akal, 2010b.

TAVARES, Manuel; BAPTISTA, Ana Maria Haddad (Orgs.). **Culturas, Identidades e Narrativas.** São Paulo: Big Time Editora, 2014. 5 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu.** São Paulo: Boitempo, 2007. 144 p.

_____. **The West, Capitalism and the Modern World-System.** Review 14, no 4, 1992.

_____. **El moderno sistema mundial, III:** La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850. Madrid: Siglo XXI, 1999. 568 p.

1.5 – NA INTERSECÇÃO DE HISTÓRIAS FEMININAS E SINDICAIS NO BREJO PARAIBANO

*Dayane Nascimento Sobreira
Michelly Pereira de Sousa Cordão*

Para começo de conversa importa dizer que pensar a luta de mulheres na Paraíba é pensar na relação com a terra. E, mais do que isso, falar da organização política das mulheres rurais nos remete às raízes históricas de lutas que se mesclam inicialmente ao sindicalismo no campo e à atuação da própria Igreja (seus setores mais progressistas), especialmente na segunda metade do século XX, ainda em contexto de ditadura civil-militar no Brasil. E isso leva-nos a pensar inclusive na própria trajetória e configuração do feminismo enquanto um campo político e discursivo de ação (Alvarez, 1998), que também tem suas marcas de historicidade, com forte viés urbanocêntrico no Brasil.

Segundo o sociólogo Raymond Williams (2011), as relações campo/cidade refletem históricas relações de poder, cujo modelo pautou o próprio imperialismo e, por que não dizer, a própria colonialidade do poder, ao que diz Quijano (2000). A Sociologia Rural no Brasil foi uma das responsáveis por bipolarizar essas relações numa investida quase antropológica de se buscar as raízes do campesinato brasileiro. Bem, mas isso para dizer que são desses espaços não centrais que nossas sujeitas partem, produzem resistências e experiências, constroem a si e a seus mundos, imbricadas por atravessamentos de gênero, classe, raça/etnia, sexualidade ainda pouco visibilizadas.

Pensem que as possibilidades de práticas feministas estão pulverizadas por todos os espaços, para além dos espaços luminosos. Esses espaços, por vezes opacos, contrapostos aos macrocentros, a partir do que falam Milton Santos e Maria Laura Silveira (2008), é palco (ainda) da existência de modos muito próprios de se gerir e se manter em comunidade (Paredes, 2020).

No território da Paraíba, e especialmente do Brejo paraibano, teve-se muita influência da Teologia da Libertação e da ação popular da Igreja a partir da década de 1970. Região que carrega o nome de grandes mártires como Margarida Maria Alves, Elizabeth e João Pedro Teixeira, e outros talvez menos conhecidos – ou ressaltados através da historiografia, que inclui personagens femininas que compõem a história das Ligas Camponesas e de grupos pioneiros como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

Em tese de doutoramento, Sobreira (2022) defende o argumento de que a Marcha das Margaridas, ampla ação de mulheres que ocorre a cada quatro anos em Brasília, é um grande guarda-chuva que reúne experiências de um feminismo rural no Brasil a partir do protagonismo das Margaridas, mulheres que se inspiram na líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 na Paraíba.

O feminismo decolonial a auxilia a refletir sobre essa ação e a configuração de um feminismo rural no Brasil. Em crítica ao pensamento feminista hegemônico, as feministas decoloniais partem do entendimento de que se o feminismo é toda luta das mulheres contra o patriarcado, por isso deve retomar histórias, em muitos lugares e tempos, quase ou nunca contadas. Costuram uma proposta de anulação da universalidade, característica fundamental da modernidade ocidental e de seu projeto de colonialidade do poder (Curiel, 2009; Oyěwùmí, 2019). Com essas *hermanas*, entende que o feminismo rural (contra-hegemônico ou contra-colonial) é uma navalha afiada diante de tudo que nos hierarquiza, a começar do reconhecimento de nossas pautas dentro dos feminismos, sua descolonização, leia-se sua *desurbanização*.

Compreendemos que para a construção dessa fissura, é necessário, portanto, dar vazão à produção de sujeitos/as historicamente subalternizados/as: afrodescendentes, indígenas, e, acrescento: mulheres rurais, que têm encabeçado a luta (no Brasil e no mundo) por territórios e políticas públicas que respeitem seus modos de vida e seus conhecimentos.

Mulheres cujas memórias, histórica e atualizada, no âmbito nacional e local ainda são acionadas de um modo muito simplista. Entendemos a importância de elucidar histórias de mulheres rurais, seus protagonismos e feminismos, afinal, como nos diz Chimamanda Adichie (2019, p. 12), “as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”.

Vamos começar falando dela, **Margarida Maria Alves**. Mulher de ascendência afroindígena, sertaneja, interiorana, de Alagoa Grande que foi assassinada em 1983 pela lei do latifúndio.

Margarida tornou-se a primeira mulher a presidir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de seu município. Lutava pelos direitos dos trabalhadores rurais e reivindicava a regulamentação da jornada de trabalho, carteira assinada, férias e décimo terceiro para camponeses e camponesas da região. Durante o período em que esteve à frente do sindicato, fazendeiros e proprietários de

engenho receberam centenas de ações trabalhistas por violação dos direitos dos trabalhadores.

Margarida foi assassinada a tiros na porta de casa após sofrer diversas ameaças. Desde então, seu nome se tornou símbolo de força e coragem e sinônimo de luta das mulheres do campo. Em 2023 seu assassinato completou 40 anos, e as Margaridas, como são chamadas as mulheres que participam do encontro, reivindicam direitos sob o tema “Pela Reconstrução do Brasil e pelo bem viver”.

Só em 2023, em 17 de agosto, através de sanção da Lei 14.649, seu nome foi inserido no livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Não estamos reivindicando esse lugar de mártir, embora ela seja, mas sua memória, uma memória de luta, de dor – e de legado. “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”, disse ela em uma frase profunda que é repetida hoje, com toda força e peso da resistência histórica, feminina e feminista, pelos que fazem os movimentos sociais da terra, e que foi proferida no histórico 1º de maio de 1981, ocorrido em Sapé.

Margarida figurou como uma importante liderança em contexto de ditadura civil-militar, que se contrapôs aos interesses do chamado Grupo da Várzea ao reivindicar implicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). O Grupo da Várzea era formado por proprietários de terra e políticos poderosos da região, dono da Usina Tanques e foi acusado de mandante do crime, que segue impune até hoje. O caso de Margarida repercutiu internacionalmente, tendo sido denunciado à Comissão Internacional de Direitos Humanos, contudo, em outubro de 2019, a então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, promoveu uma “solenidade de reparação simbólica”, encerrando o caso sem o julgamento dos culpados.

Muitas ações históricas ecoaram como pedido de justiça no caso de Margarida Alves. Conforme lemos no livreto da 5ª Romaria da Terra da Arquidiocese da Paraíba e 2ª Romaria da Terra da Diocese de Guarabira, realizadas em agosto de 1993, portanto 10 anos após sua morte, e que teve como lema “Margarida, continuamos tua missão”, a romaria percorreu 17 km e denunciou a impunidade com relação ao crime que assassinou a sindicalista. O livro era destinado aos agentes pastorais, animadores das comunidades e dá instruções indo desde o que não poderia faltar na romaria, roteiro, até a cor das camisas das zonais. Com o título *Do sangue de Margarida nascem margaridas*, apresenta um desenho mostrando Margarida discursando para trabalhadores rurais. Vê-se o cartaz com a frase emblemática dita por ela em

um dos seus últimos discursos em que contrapôs vida e morte em um lema que seria repetido por muitas outras mulheres através dos anos.

A segunda celebração elucida que os apóstolos também foram acusados de subversivos e que é preciso defender a vida ao invés de morte. É dedicada aos mártires, começando por Jesus. “Aconteceu com milhões de cristãos ao longo dos séculos e nos últimos anos. Aconteceu com Margarida” (CPT, 1993, p. 13).

Novaes (1997) informa que, para além do sentido lato da palavra, o latifúndio pode ser entendido como as normas e regras que regulamentavam a vida dos trabalhadores no interior das grandes propriedades – usinas, engenhos, plantios de agave, fazendas de gado, propriedades inexploradas ou semiexploradas por seus proprietários (geralmente representados também no âmbito da política), ou terras do Estado.

Essa relação entre Igreja e sindicatos os poupou de uma repressão militar que outrora atingia as Ligas. Essa condição, contudo, não deixou os sindicatos imunes à desconfiança dos latifundiários. Todo tipo de oposição, mesmo as até então amenas, eram consideradas ameaça. A situação se agravou com a emergência da Teologia da Libertação, principalmente após o Concílio Vaticano II, presidido pelo Papa João XXIII, e que publicizou a “opção pelos pobres”.

Essa corrente sócio-eclesial surgiu na América Latina na década de 1960 com propósitos voltados às causas sociais, o que, segundo Guimarães e Lanza (2008), foi responsável por trazer mudanças profundas na práxis cristã a partir da atuação das chamadas Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs.

Figuras como Dom José Maria Pires, na Paraíba, e Dom Hélder Câmara, em Pernambuco, foram responsáveis por redefinir as relações da Igreja com o sindicalismo rural, tendo levado a uma série de divergências envolvendo a resolução de conflitos de terra nesses estados, por exemplo, como foi o caso de Alagamar.

Alagamar, comunidade rural situada entre os municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana, na Paraíba, foi palco, a partir de 1975, da luta de trabalhadores rurais que estavam sob ameaça de expulsão da terra. A fazenda Grande Alagamar, que compreendia cerca de 13 mil hectares, foi vendida após a morte de seu proprietário, Arnaldo Maroja. Os novos proprietários ofereceram indenizações e utilizaram-se de diferentes formas de pressão para expulsar os trabalhadores e mais de 700 famílias. O conflito foi acompanhado pela Igreja através da própria pessoa de D. José Maria Pires. Em 1978, o presidente

Geisel decretou a desapropriação de 1/10 da área para o assentamento de 80 famílias. Os trabalhadores continuaram na luta. Diante de um agravante cenário de violência, em 1980 suas terras cultivadas foram pisoteadas pelo gado dos proprietários, episódio em que o arcebispo da Paraíba e outros bispos foram ao local ajudar pessoalmente na expulsão do gado e na retomada da terra. A repercussão do episódio forçou o governo da Paraíba a comprar outra parcela das terras e entregar aos trabalhadores (Novaes, 1997; Memorial da Democracia, s/d).

Voltando, a atuação de Margarida Maria Alves borrou a transposição dessas arenas políticas e representou essa fluidez das fronteiras que conciliava a luta dos trabalhadores. Tendo ingressado na luta sindical, Margarida, mesmo não tendo sido membra de Comunidades Eclesiais de Base, as chamadas CEBs, mas como católica fervorosa, usufruiu dos espaços oferecidos pelas pastorais. Na prática, essas tensões e limites eram difusos e em muito contribuíram para a organização das mulheres rurais, principalmente no Nordeste do Brasil, que aliaram seu catolicismo católico aos seus mundos, não sem uma visão crítica das relações sociais postas.

O ir à missa ou à novena era uma das poucas vezes em que as mulheres rurais se viam longe de suas atividades ligadas ao trabalho produtivo e reprodutivo. A elas era relegado o “cuidado espiritual” da família. Essa dimensão sagrada é indissociável de quem são – e do que acreditam.

Margarida, que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande de 1973 a 1983, arguiu com relação à elasticidade dessas relações:

Eu pertencia ao Sindicato, mas gostava de ir às reuniões das Ligas. Eu gostava muito, eu aprendi muito com a Liga (...). Eu me lembro em 1962, quando o sindicato foi fundado, as Ligas falavam dessas coisas de jornada de trabalho, o trabalhador trabalhava 10 horas, 12 horas... Isso nasceu das Ligas Camponesas. Naquela época a Igreja não dava apoio à Liga e a gente sabia que as Ligas falavam a verdade. E eu quase que ficava com a Liga. Mas como eu era muito religiosa, eu gostava muito da Igreja... Aí o padre tratou de fundar o sindicato, que era o Papa João XXIII... Eu me lembro muito bem, quando Padre Geraldo chamou Cassimiro (primeiro presidente). Mas, mesmo sendo ‘de padre’, sempre eu ia lá, misturava o sindicato com as Ligas, não é? Olhe, tinha até trabalhador que ficou no sindicato mode o padre, mas tirou também carteira da Liga (Margarida Alves, s. d. apud Novaes, 1997, p. 68) (*sic*).

Situada no limiar entre o novo e o velho sindicalismo (Ferreira, 2009), Margarida irrompeu críticas aos desmandos dos latifundiários do Brejo, tendo pagado com a própria vida. Mulher trabalhadora rural, de ascendência afro-indígena, logo amefricana, como nos traz Gonzalez (2020), foi exceção, pois as portas desses espaços formais de luta ainda eram fechadas para outras, Margaridas como ela.

No contexto em que viveu Margarida – e adiante –, as mulheres rurais, que não tinham posição na classe, tiveram que criá-la (Esmeraldo, 2016), se organizaram a partir de outras frentes. No Nordeste, em 1981, surgiu o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT-PB) na Paraíba, como movimento autônomo que semeou ações que, somadas, resultaram na criação em 1982 do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Sertão de Pernambuco. Em 1986 surgiu o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano (MMB). Ou seja, sua luta não foi em vão. Inspirou muitas e continua a inspirar anseios por liberdade e um mundo com direitos garantidos a todas as pessoas.

Concordamos com Prévost (2022), que, aludindo à trajetória da sindicalista que teve nome de flor, diz:

Ela não é apenas uma vítima. Ela também encarna a força. Ela desempenha o papel de um modelo positivo (uma das poucas mulheres rurais líderes da época) que participa da mudança dos sistemas de representação de gênero e incentiva as pessoas a lutar (...). As mulheres rurais podem se identificar com ela. Fazer de Margarida Alves um símbolo de luta rompe com a cultura da impunidade das violências e a resignação desejada pelo agrocaptal (Prévost, 2022, p. 16-17).

Margarida morreu na luta, mas suas palavras frutificaram. “O sonho dela se espalhou”, cantou Zé Vicente e recantou depois a paraibana Socorro Lira em uma versão talvez mais conhecida por nós⁶². Em agosto de 2023 mais de 100 mil mulheres marcharam em Brasília na sétima edição da Marcha das Margaridas. Na primeira delas, realizada em Brasília, elas marcharam contra a fome, a pobreza e a violência sexista; em 2023 elas marcharam pelo bem viver. Em comum, a luta, a inspiração na paraibana de Alagoa Grande.

Mais do que ir a Brasília a cada quatro anos, essas mulheres

62 A música pode ser acessada em: <https://www.youtube.com/watch?v=LxNcmPHadac>.

autodenominadas Margaridas marcham por liberdade, por autonomia dos seus corpos e territórios, por políticas públicas específicas. Na última marcha, realizada em 2023, o governo federal respondeu ao apelo da MM – através de sua pauta de reivindicações – anunciando medidas e decretos como: a criação do Programa Quintais Produtivos para promover a segurança alimentar e nutricional de mulheres rurais; Criação de comissão de enfrentamento à violência no campo; do Pacto Nacional de Prevenção de Femicídios, criação de Grupo de trabalho interministerial para o Plano de Juventude e Sucessão Rural, destinado a oferecer serviços públicos para a população jovem da agricultura familiar e ampliação das oportunidades de trabalho e renda para esse público.

Uma outra paraibana, cuja história se mescla à da própria Margarida é **Soledade Leite**, ou Soledade Viroleira como também é conhecida – ou até Soledade do Sindicato.

Maria da Soledade Leite nasceu em 1942 em Alagoa Grande (PB). Teve uma infância pobre no Sítio Genipapo, tendo conhecido desde cedo os desafios impostos pela classe e pelo gênero. Estudou até a quarta série primária em uma escola rural que ficava a aproximadamente dois quilômetros da casa de seus pais. Ia para a escola muitas vezes em jejum natural; em época de frutas, levava na sacola uma banana, uma manga para “tapear” a barriga. O trabalho braçal da roça fazia parte de sua rotina, que ainda gosta de realizar, o que não gosta mesmo é “ir pro fogão fazer comer”; disse isso rindo em uma entrevista que durou o dia todo na casa dela e terminou no Programa do Sindicato na Rádio Local. E disse isso buscando uma compreensão da subversão do “papel” culturalmente construído para ela, mulher rural.

Sintetizou muito articuladamente sobre as fases iniciais de sua vida; disse, taxativa: “foi assim que me criei, lavando roupa, passando roupa, limpando roça, cavando terra, apanhando feijão, quebrando milho, a luta cotidiana, até que me destinei trocar tudo isso pela viola”.

Se fora fácil fazer uma escolha decidida, não foi fácil lidar com o desprezo da família, que entendia que “viola não era coisa pra mulher”. Relata:

Na boca deles eu não valia mais nada, era um zero à esquerda porque viola não era coisa para mulher, era um reduto masculino e além de tudo era para os vagabundos que não tinha o que trabalhar e dali a pouco entrei no meio deles, disse “eu vou ser uma vagabunda também” e graças a Deus não me

arrependi da minha arte (Soledade Leite, 2019) (Informação verbal).

Trabalhadora rural, sindicalizou-se ainda na década de 1970, quando reivindicou espaço para as mulheres nessas instâncias de luta. Era época em que mulheres como Margarida Alves e Penha Nascimento também estavam em atuação na luta contra a *lei do patrão*. Era a *lei da necessidade* que dava o tom à atuação dessas mulheres, por sua vez, combatente à ditadura, à misoginia e ao próprio latifúndio na Paraíba, como nos sinaliza Susel Oliveira da Rosa (2015).

Falando do início de sua vida sindical – traço forte de sua identidade pessoal –, Soledade nos contou sobre o convívio com Margarida e seu legado, também sobre Penha Nascimento, que continuou o trabalho de Margarida no Sindicato de Alagoa Grande, tendo atuado mais próximo às mulheres e tendo ajudado a fundar o Partido dos Trabalhadores e a CUT Estadual.

Margarida foi uma guerreira, uma grande mulher (...) quem precisasse de Margarida ela tava ali, tanto ela quanto a Penha, apesar de que eu convivi mais com a Penha do que com a Margarida. Eu fiquei fora, cheguei aqui em 75, quando saí daqui fui pro Rio, depois voltei, fui pro sítio, depois do sítio fui embora para Bananeiras, morei dez anos em Bananeiras, aí em 75 foi quando eu separei, separei não, fugi, que foi quando eu voltei para cá, aí eu disse “vou me associar”, foi a primeira briga, fora a viola, foi a primeira discussão que eu tive com minha família foi em 75 quando eu falei em me associar. O povo era intrigado com Sindicato. (...) Existia aqui um tabu que o Sindicato era comunista e que ia tomar as terras do povo, se tivesse duas casas ia tomar uma, se fosse grande botava a família dentro e saía tomando. (...) Então quando eu cheguei que falei, minha tia era fornecedora de cana também para a Usina, quando eu cheguei que falei que ia se associar, minha filha... “Você tá louca, danado você vai se socar dentro de Sindicato, você tá doida?”, eu dizia “Não, tô procurando meus direitos, vou me associar”, aí vim, isso em 75. Quando eu cheguei no Sindicato Margarida não estava, quem estava era Zé Horácio, Margarida estava viajando, aí quando falei que queria me associar a presença da mulher era tão negativa no Sindicato, nas lutas, ele me olhou atravessado e começou a fazer perguntas sem nexos nenhum sobre documento, não sei o que, aquilo me irritou “tá bom, depois eu volto”, aí voltei pra casa. Cheguei em casa, juntei o que foi de documento, consulta

de médico que não tinha nada a ver, registro das crianças que não tinha nada haver, juntei cartão de vacina, o que eu tinha de papel eu juntei tudo e voltei, mas voltei para brigar, né? Eu gostava de uma briga (*Risos*), o povo me chamava de bagunceira, minhas filhas quando eu vou pros cantos elas ficam me beliscando, “calma, calma”, “calma nada”, aí cheguei com o pacote de coisa e disse “trouxe num sei o que, num sei o que”, eu disse “trouxe tudo só tá faltando a reservista”, eu nunca vi mulher com a reservista, não é?! (*Risos*). Aí ele olhou pra mim e fez um arzinho de riso aí me associou, então eu sou sócia do Sindicato desde 75. Aí pronto, mas também não conheci Margarida aí quando foi um dia o companheiro cantador que eu cantava com ele disse “vai ter uma assembleia no sindicato e a presidenta do Sindicato me chamou para cantar e a gente vai”, eu disse “bora lá”, foi a primeira vez que eu cantei no Sindicato e a segunda vez também que eu entrei no Sindicato. (...) Na morte dela acompanhei tudo pelo rádio, pela televisão lá fora, aí quando descí já descí com um poema escrito, cheguei aqui na segunda-feira de noite, na quarta-feira eu dei entrada na gráfica em Guarabira, na sexta-feira de noite eu recebi, no sábado entrei na feira com máquina de som, com tudo, vendendo folheto, canções, me cercaram a turma da Usina, minha família estava na feira, quando viram desabaram tudo “agora ela endoideceu de uma vez”, minha mãe: “essa menina só me dá trabalho, ela tá ficando doida, ela num tá pensando que ela num vai morrer também” e eu tô lá. E todo mundo comprando, mas comprando mais por curiosidade para ver se eu tava atacando alguém, só que o poeta tem o jeito de escrever denúncia sem dar nome aos bois (Soledade Leite, 2019) (Informação verbal).

Ao passo em que se sindicalizava, em um cenário que em essa permissividade era restrita aos homens, Soledade começava a perceber as amarras de gênero na sua vida e na vida das companheiras, interseccionadas a maquinarias de relações de poder e opressões, com forte peso da classe e do temor ao poder do agrocaptal. Sabia também que era preciso ser estratégica, “não dar nome aos bois” – ou dá-los na hora certa e devida. De sangue forte, como ela mesmo diz, irrompeu duplamente por meio da fala – através da militância e da viola, não se cala diante das injustiças e das ameaças, diz a verdade sem medo, a lembrar o conceito de *parrésia*, discutido por Foucault a partir dos gregos (Gros, 2004). A arte é um recurso utilizado para falar também da condição de vida das companheiras.

No dia posterior à morte de Margarida, Soledade fez alguns versos que

foram impressos e distribuídos na feira de Alagoa Grande. Quando do Encontro Preparatório Estadual para a Marcha de 2019 ela recitou esses mesmos versos. As pessoas presentes foram testemunhas oculares da emoção ecoada por ela – e que ainda nos arrebatava com seu tom melódico, carpeleiro e profundo.

O Dia da Morte de Margarida

Dia 12 de agosto foi um dia diferente, um aspecto de tristeza/ o sol frio em vez de quente/ era Deus dando sinal da morte de uma inocente

Dizem que o dia 13 não é data verdadeira / pra transmitir o azar canta uma ave agoureira / mas para Margarida Alves o azar foi sexta-feira

Era muito conhecida do Brejo ao litoral / do INAMPS pra Assembleia, instituto e hospital / por ser hábil presidenta do Sindicato rural

Quinta-feira bem cedinho Margarida decidida / viajou pra Guarabira / resoluta e destemida / pra defender o trabalhador sofrido

Na cidade resolveu o caso que tinha ido / voltou a Alagoa Grande com porte garantido / à tarde ela voltou pra sua cuidar do seu filho / depois do jantar ficou ao lado do seu junquilha / comendo tranquilamente um pedacinho de milho

Da cinco e meia em diante na sua casa modesta ouviu chamá-la na porta / ela educada e honesta / foi atender o bandido que deu-lhe um tiro na testa

Já caiu desfalecida do tiro que recebeu / o criminoso maldito entrou no carro e correu e aquela infeliz serpente ninguém reconheceu

Quando espalhou-se a notícia pelas ruas da cidade / parentes, sócios e amigos diziam “não é verdade” / e as lágrimas corriam em rio que fazia piedade

Na sala da casa dela era grande ajuntamento / Seu Cassimiro e o filho era grande o sofrimento / Uns rezando, outros chorando até o último momento

Logo em seguida levaram o corpo da heroína / pra o hospital da cidade / a turma da Medicina / mandou fazer autópsia no hospital de Campina

Do sindicato rural foi grande o ajuntamento / os trabalhadores unidos / era grande o sofrimento / esperando a hora trágica pra o triste sepultamento

A missa de sétimo dia / do Brejo foi a mais bela / o altar composto de padres, castiçais e velas / mais de cinco mil pessoas faziam prece pra ela

*Tiradentes pela pátria / morreu foi esquartejado / muitos
tomaram na luta / aqui ou em outro Estado / Margarida
em defesa do pobre sacrificado*

*Seu esposo se acha sofrendo no hospital / seu filhinho
querido em um tormento total / e ela foi dormir seu sono
no trono celestial (Soledade Leite, 2019) (Informação
verbal)⁶³.*

Contemporânea a Margarida, em uma conversa com ela que antecedeu o Encontro Preparatório para a Marcha de 2019, falou das dificuldades que passou, dos preconceitos por ser mulher, da luta – e artista popular. Pegou a viola para nunca mais largar. Segue produzindo, cantando, nos emocionando e encantando com seus versos.

Exigindo justiça, o reconhecimento de seus direitos e na contramão da civilização, essas mulheres têm irrompido com lógicas dadas, cujas bases apontam para estruturas interseccionadas operadas pelo poder colonial. Têm ido na contramão da civilização – com suas histórias e passos que vêm de longe – e que não esmorecem. Ontem e hoje elas semeiam resistências nesse lócus profícuo que é o Brejo paraibano.

REFERÊNCIAS

Adichie, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Alvarez, Sonia E. Feminismos latino-americanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 06, n. 02, p. 01-21, 1998.

Curiel, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe. Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista, I, Buenos Aires, 2009. **Anais...** Disponível em: https://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

Esmeraldo, Gema Galgani S. Leite. Cartografias políticas da mulher rural no Brasil: rupturas aos modelos instituídos. In: ROCHA, Marcos Antonio Monte Rocha (Org.). **Feminismos Plurais**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. (p. 133-158).

Ferreira, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o novo e o velho sindicalismo rural**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

63 O momento foi registrado em vídeo, que pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=YI4UbJY42Yo>

Gros, Frédéric. A parrehsia em Foucault (1982-1984). In: **Foucault - a coragem da verdade**. ARTIÈRES, Philippe [et al]. (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Guimarães, L. E.; Lanza, Fabio. A teologia da libertação e o contexto latino-americano. SEPECH - Seminário de pesquisas em Ciências Humanas, 7, Londrina-PR, 2008. **Anais...** Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/LuizEGuimaraes.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

Memorial da Democracia. **Povo de Alagamar conquista terras**. [s. d]. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/povo-de-alagamar-conquista-terras>. Acesso em: 23 jul. 2021.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

Oyêwùmí, Oyèrônkẹ. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias feministas. In: Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. (p. 85-95).

Paredes, Julieta. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: Hollanda, Heloísa B. de [et al]. (Orgs.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. (p. 194-204).

Prévost, Héloïse. “Até que todas sejamos livres”: o ativismo ‘sentipensado’ das feministas agroecológicas brasileiras contra as violências agrocapitalistas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 01, p. 01-22, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5969>. Acesso em: 08 jul. 2024.

Quijano, Aníbal. Colonialidade del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems**, São Francisco, v. 11, n. 02, p. 342-386, 2000.

Rosa, Susel Oliveira da. Mulheres *versus* ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 309-324, 2015.

Santos, Milton; Silveira, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Sobreira, Dayane Nascimento. “**Olha Brasília está Florida, Estão Chegando as Decididas**”: Experiências de um Feminismo Rural no Brasil a partir da Marcha das Margaridas. 2022. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

Williams, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FONTES

Comissão Pastoral da Terra – CPT. **Margarida, continuamos tua missão!** Ago. 1993. CPT/Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0Byo7P47EvrO9UTICcEJLNy1JRDA>. Acesso em: 01 ago. 2019.

Leite, Maria da Soledade. **Entrevista 1**. [17 jul. 2019]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. Casa da entrevistada, Alagoa Grande-PB, 2019. 7 arquivos. mp3. (1h 48 min.).

PARTE II
HISTÓRIA E CULTURA – (DOS
DISCURSOS E SENSIBILIDADES)

2.1 GEOGRAFIA, HISTÓRIA E SENSIBILIDADES: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA

Martha Priscila Bezerra Pereira

Desde o período da graduação que a relação entre a Saúde, a Geografia e a História estão presentes de alguma maneira nas pesquisas da autora deste capítulo, porém, ao ingressar como docente no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) na UFCG no final do ano de 2019 houve uma maior ênfase em entender possibilidades de unir essas questões aos campos temáticos da linha três, denominada “Hisculpe: História cultural das práticas educativas”.

Esta linha inserida no PPGH se organiza em torno de investigações sobre História Cultural das práticas educativas e das sociabilidades. Seu objetivo é pesquisar campos temáticos que incluem espaços/lugares de produção de práticas, discursos e identidades no curso da vida em geral e em especial, no ambiente escolar, no espaço da relação saúde doença, no âmbito religioso, aprendizados em ambientes de pesquisas e a partir de genealogias e biografias.

Este capítulo tem como objetivo mostrar algumas possibilidades de pesquisa no âmbito da tríade: Geografia, História e Sensibilidades. Está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte “Geografia, História e Sensibilidades” buscou-se demonstrar como essas duas ciências se unem ao conceito de sensibilidades para discutir a Geografia Histórica em qualquer temporalidade com suas culturas inerentes em determinados lugares. Na segunda parte “procedimentos metodológicos” buscou-se demonstrar os caminhos percorridos para escrever esse texto. Na terceira parte “Resultados e discussão” foram evidenciados os campos temáticos de cinco pesquisas orientadas ou realizadas pela autora deste capítulo de livro em que é possível observar essa relação entre Geografia, História e Sensibilidades, associadas aos campos temáticos da linha 3 do PPGH da UFCG.

GEOGRAFIA, HISTÓRIA E SENSIBILIDADES

No século XIX Immanuel Kant, com base em uma visão newtoniana, afirmou que a história se ocupava da descrição dos acontecimentos de acordo com o tempo e a Geografia investigava esses mesmos acontecimentos observando a dimensão do espaço (Carneiro, 2018). Quando Einstein no século XX une o espaço e o tempo conceitualmente, se desfaz essa rígida separação (Santos, 2002).

A partir de então há uma facilitação em se organizar o pensamento no sentido de construir uma Geografia Histórica a partir da década de 1950, que pode ser entendida como uma busca por compreender as relações entre as pessoas e o ambiente em qualquer temporalidade (Carneiro, 2018).

Ainda que a abordagem cultural tenha suas discussões iniciais em um tempo anterior, passa a se evidenciar na década de 1970 e influencia tanto a Geografia quanto a História, que saem do debate sobre raças para debater mentalidades a partir de uma visão antropológica (McDowell, 1996; Vainfas, 2009).

Ao ser considerada nas pesquisas dessas duas ciências surge também o debate sobre sensibilidades. De acordo com Pesavento (2007) as sensibilidades estariam presentes nessas ‘mentalidades’, buscariam entender muito mais do que as ações, mas os sentimentos e os sentidos por trás dessas ações, uma espécie de impressão sensorial em relação a determinado fato.

Desta forma, a Geografia e a História podem ser unidas através da Geografia Histórica. E a partir do movimento cultural, as sensibilidades estão presentes na Geografia Cultural e na História Cultural.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo deste capítulo de livro, realizou-se os seguintes procedimentos: a) levantamento de referências e; b) análise de pesquisas.

O levantamento de referências teve relação com as áreas que se referem a Geografia, História, Geografia Histórica, relação saúde-doença, genealogia/biografias, espaço escolar e aprendizados no espaço da vida.

As principais fontes utilizadas foram: McDowell (1996), Santos (2002), Pesavento (2007), Vainfas (2009) e Carneiro (2018).

Com relação à análise de pesquisas, escolheram-se trabalhos que foram orientados e/ou publicados relacionando esse conjunto de termos apontados nos itens anteriores para viabilizar alguns aspectos de entendimento sobre algum local e suas vivências neste local. Nessa parte buscou-se evidenciar algumas pesquisas que estão relacionadas de alguma maneira aos campos temáticos da linha 3 e quais as suas ligações com a Geografia, História e Sensibilidades. São pesquisas orientadas ou realizadas a partir do ano de 2021.

TABELA 1: TRABALHOS BASE PARA ESTA PUBLICAÇÃO

ID/TÍTULO/TIPO DE TRABALHO	OBJETIVO/ PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FONTE/ LOCAL E TEMPORALIDADE/ REFERÊNCIA
<p>1. A representação do amor através da literatura de cordel no nordeste: “o que o amor não fizer, não há no mundo quem faça (1930-1950)/ dissertação concluída</p>	<p>Analisar as representações dos papéis de gênero nas relações amorosas dentro da literatura de cordel, durante os anos de 1930 a 1950 no nordeste do Brasil/ Levantamento de referências; levantamento documental, análise de conteúdo e semiótica</p>	<p>Referências e literatura de cordel/ Nordeste entre 1930 e 1950/ Almeida (2023).</p>
<p>2. Explorando o potencial das tecnologias no ensino de História: análise bibliográfica e estratégias para sala de aula/ dissertação em andamento</p>	<p>Analisar o potencial de uso das tecnologias no ensino da História após a pandemia de Covid-19/ Levantamento de referências, relato de experiência, análise de conteúdo</p>	<p>Referências, documentos e relato de experiência/ Campina Grande – PB entre 2022 e 2024/ Almeida e Pereira (2023).</p>

TABELA 1: TRABALHOS BASE PARA ESTA PUBLICAÇÃO (FIM)

ID/TÍTULO/TIPO DE TRABALHO	OBJETIVO/ PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	FONTE/ LOCAL E TEMPORALIDADE/ REFERÊNCIA
3. Hemeroteca como uma forma de pesquisa genealógica/ pesquisa independente	Realizar uma revisão sistemática da importância da hemeroteca na pesquisa genealógica/ Levantamento de referências, levantamento documental, análise de conteúdo	Referências, notícias de jornal, FamilySearch/ MyHeritage/ Recife – PE, Vicência – PE, Timbaúba – PE, Areia – PB e Ginetes, na Ilha de São Miguel – Arquipélago de Açores – Final do século XIX e início do século XX./ Pereira (2022)
4. Patrimônio histórico de Campina Grande e acessibilidade: entre nuances, aprendizagens e sensibilidades/ Dissertação em andamento	Pensar como os patrimônios históricos podem ser acessíveis às pessoas com deficiência e de que modo a reforma urbana fez parte da composição das sensibilidades urbanas/ Levantamento de referências, Observação	referências/ Jornais de época/ Instituições/ Campina Grande – PB/ orientação.
5. Niedja Nascimento: a primeira engenheira agrônoma da escola de agronomia do Nordeste (1946-1956)/ dissertação em andamento	Analisar a trajetória de Nyedja Nascimento como a primeira engenheira agrônoma da Escola de Agronomia do Nordeste/ Levantamento de referências, levantamento documental, entrevistas	Referências, documentos da UFPB, entrevistas, diários/ Areia – PB entre 1946 e 1956/ orientação.

Fonte: Pereira (2022), Almeida (2023), Almeida e Pereira (2023), orientação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta parte irá apresentar as pesquisas relacionadas no item anterior e

como elas se relacionam em um ou mais campos temáticos. A partir deste momento os trabalhos relacionados nos procedimentos metodológicos serão mencionados pelo número destacado no ID e/ou referências correspondentes a pesquisa.

A REPRESENTAÇÃO DO AMOR ATRAVÉS DA LITERATURA DE CORDEL NO NORDESTE: ‘O QUE O AMOR NÃO FIZER, NÃO HÁ NO MUNDO QUEM FAÇA (1930-1950):

Esta dissertação de Almeida (2023) (trabalho 1) está inserida nos campos temáticos: aprendizados em espaços da vida e espaço da relação saúde-doença. A autora analisou a capa e o conteúdo de cordéis que circularam pelo nordeste do Brasil entre 1930 e 1950. Esses cordelistas eram influenciadores de comportamento, pois apresentam diferenças nos papéis de gênero nas relações amorosas em um momento histórico em que a Região Nordeste estava se firmando enquanto território jurídico-político⁶⁴, mas também enquanto território cultural⁶⁵.

A partir do aspecto dos aprendizados no espaço da vida essa dissertação demonstra um delineamento por parte desses poetas em que há uma definição do papel de cada gênero, à mulher caberia a beleza dos traços e a pureza do corpo e ao homem a virilidade e a força física chegando até mesmo ao nível da violência. A transgressão a esse delineamento era punida com rigor e aceita pela sociedade. A relação com a Geografia estaria na própria formação territorial da região do Nordeste do Brasil, associada à literatura sobre essa porção do Brasil e as definições institucionais, no caso pela definição dos limites dessa região naquele momento histórico com as seguintes unidades da federação: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas (mapa 1). De acordo com Almeida (2023, p.69) “dependendo do lugar em que está inserido esse amor assume costumes específicos do lugar.”. No que diz respeito à História, percebe-se que nesse momento histórico há um modelo de sociedade em que os papéis do homem e mulher estavam bem definidos, diferente da discussão atual sobre gênero. Porém, permaneceu a questão da existência de um comportamento e um padrão físico específico esperado na atualidade, o que sempre traz desconforto para a parte da sociedade que não

⁶⁴ Entenda-se neste estudo o território jurídico-político como um território controlado por relações de poder do Estado (Haesbaert, 2004). Neste caso específico, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enquanto instituição oficial do Estado, estava delimitando o que se entendia como região nordeste na década de 1930, culminando em 1938 com uma delimitação específica como se verifica no mapa 1.

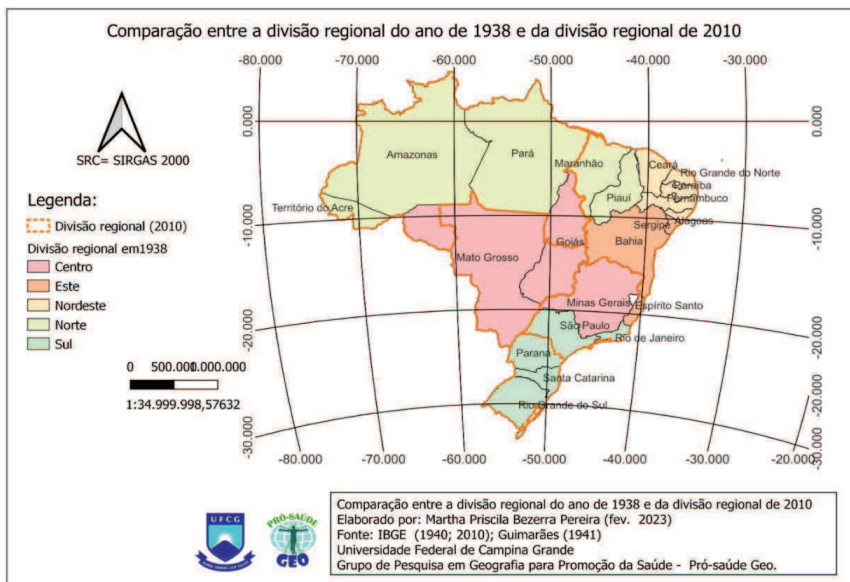
⁶⁵ Entenda-se território cultural ou simbólico-cultural o território como produto de uma apropriação, valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido (Haesbaert, 2004).

está perfeitamente inclusa nesses padrões.

A partir do espaço da relação saúde-doença o trabalho 1 (Almeida, 2023) nos traz o amor no que diz respeito à comportamentos que promovem a saúde naquele momento histórico (1930-1950) no nordeste brasileiro, quando a mulher estivesse ligada ao matrimônio e a vida doméstica (recatada e prendada⁶⁶), e o homem, quando promovesse sua saúde se soubesse escolher uma boa mulher, fosse viril e até mesmo violento para proteção da honra ou da família.

O amor passa a ser um risco quando é proibido pela família (seja por questões morais, religiosas ou econômicas) ou quando a mulher quer viver o amor fora dos padrões definidos naquele momento histórico (vestimentas ou comportamentos inadequados).

MAPA 1: DIVISÃO REGIONAL DO NORDESTE DO BRASIL EM 1938 – IBGE -EM COMPARAÇÃO COM A DIVISÃO REGIONAL EM 2010



Fonte: Almeida (2023, p. 41).

Entre os riscos, também estão incluídos um padrão de beleza rígido, e a felicidade ser associada à mulher que tivesse esse padrão de beleza. No que diz respeito à estética corporal Camargo, Goetz, Bousfield e Justo (2011) mostram que essa rigidez social nos padrões do corpo relacionado à beleza de 66 Mulher que possui qualidades apreciáveis, no caso específico desta época, que soubesse cozinhar, arrumar bem a casa, cuidar dos filhos e do marido.

cada época traz como consequência problemas na saúde mental e física. Essas intervenções até o século XX ocorriam com o uso de ervas ou produtos que poderiam causar algum risco à saúde, e na atualidade essa situação continua a ocorrer também através de intervenções cirúrgicas apenas por questões de se adequar a padrões de beleza.

Foucault (2002) busca explicar essa situação a partir da discussão sobre a necessidade de estar incluído em um padrão para não sofrer o poder disciplinador, que pode ser a exclusão do diferente ou a inclusão mediante uma determinada “correção”, algo aceito pela sociedade e amplamente difundido, de forma silenciosa ou não.

EXPLORANDO O POTENCIAL DAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA E ESTRATÉGIAS PARA SALA DE AULA:

Esta dissertação em andamento (trabalho 2) está inserida nos campos temáticos: aprendizados em espaços da vida, espaço escolar e espaço da relação saúde-doença. Devido sua mãe ter feito pedagogia e a autora da dissertação ter vivenciado grandes mudanças tecnológicas em sala de aula durante sua formação em escola particular no município de Campina Grande - PB, essa questão sempre esteve presente em sua vida, sendo ainda mais evidenciada quando precisou ser professora em escola pública no período da pandemia e pós-pandemia da Covid-19⁶⁷.

No que diz respeito ao campo temático “Aprendizado em espaços da vida” o trabalho 2 estaria relacionado a emergência da cultura digital demonstrando um aprendizado cultural no sentido de se inserir nas tecnologias. As gerações que nasceram antes do mundo digital seriam os imigrantes digitais, refletindo suas origens analógicas, enquanto a geração dos nativos digitais pensa e processa as informações de maneira diferente de seus predecessores (Prensky, 2010). De acordo com Costa, Conceição, Conceição, Alves e Castro (2021) os analógicos estariam incluídos nas seguintes gerações: veteranos (nascidos entre 1922-1945), baby boomers (nascidos entre 1946 e 1964); as gerações de transição seriam a geração X (nascidos entre 1965-1979) e geração Y (1980 a 1994); enquanto os nativos digitais estariam na geração Z (nascidos entre 1995 e 2009) e alpha (nascidos a partir de 2010). O importante em relação às culturas digitais é que muitos dos imigrantes digitais ensinam nativos digitais, causando uma necessidade de compreensão por ambos os grupos no sentido

67 Para saber mais sobre a pandemia Covid-19 consultar a edição especial de 2020 da Revista Hygeia (EDIÇÃO ESPECIAL, 2020).

de manter a tolerância com o conhecimento do outro e a qualidade no processo ensino-aprendizagem também pelo meio digital. Essa pesquisa tem como foco a vivência da mestrandia como pertencente a geração Y (uma das fases de transição) e os sentimentos que a mesma teve diante de tantas modificações durante o seu percurso acadêmico, seja como aluna ou professora.

Evidenciando o campo temático “espaço escolar” o trabalho 2 estaria relacionado às mudanças nas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação em que se trabalha como a Base Nacional Comum Curricular articula os objetos de ensino com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no ensino da História e como isso modifica a percepção e a maneira de aprender (Almeida e Pereira, 2023).

Com relação ao campo temático “espaço da relação saúde-doença” é abordada a relação saúde-doença quando busca tratar do ‘vício em tela’. Nos outros campos temáticos tratamos deste mesmo trabalho no sentido da cultura digital e das mudanças de percepção e aprendizado na história, mas além dessas mudanças, e consequentes aprendizados sociais, há um lado negativo nessa cultura digital que precisa ser abordado, e ele está relacionado ao vício em telas. Para crianças há um bombardeio perceptivo, desmoroamento de trocas interpessoais, em especial com a família, perturbação do sono de forma qualitativa e quantitativa, aumento do sedentarismo e prejuízo na leitura (Lopes, Nyakuleha, Andrade, Silva, Yildirim, 2023). Nos adolescentes são ressaltados sintomas de depressão principalmente nas meninas e de agressividade, principalmente nos meninos (Santos, Diniz, Almeida, Souza, Alves, Martins, 2024).

É um estudo de caso contextualizado em Campina Grande – PB, mas que pode ser a realidade de muitos outros profissionais de História e mesmo de outras ciências. Demonstra as dificuldades geracionais, de aprendizado tecnológico, de tolerância com o conhecimento do outro e de paciência e atenção de toda a sociedade diante da forte possibilidade do vício causado pelo estímulo das telas.

HEMEROTECA COMO UMA FORMA DE PESQUISA GENEALÓGICA:

Esta pesquisa independente foi inspirada a partir de uma pergunta em sala de aula em uma disciplina do Programa de Pós-graduação em História “Tópico Especial: Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas” sobre como trabalhar com uma hemeroteca na prática, aliada a algumas curiosidades sobre estudos relacionados a genealogia familiar. No que diz respeito aos campos temáticos

da linha 3 da Hisculpe, este trabalho estaria mais relacionado ao espaço da relação saúde-doença e aprendizados a partir da genealogia/biografias.

O trabalho 3 se inclui-se no “espaço da relação saúde-doença” a partir da observação de que o grupo de familiares que estão mais presentes em jornais da época são os que teriam melhores condições socioeconômicas (Jacintho Duarte Pereira, Enedina América Pereira da Silva, João Duarte Pereira, Vicente Baptista das Neves e Benedicta Luiza Bezerra), o que faz surgir a ideia de que também sejam os que possuem melhor qualidade de vida. Enquanto os grupos familiares com piores condições de vida não estariam presentes em notícias de jornais⁶⁸ (Gabriel Pinto de Oliveira, Maria Pinto de Oliveira, Herundina Pinto de Oliveira, Severino Felipe Bezerra, Severina Maria da Conceição, Gardioso Felipe Bezerra, Martha Baptista das Neves) (Pereira, 2022).

A partir de outras fontes essa hipótese tem se mostrado verdadeira até o momento, e como exemplo, serão buscadas informações sobre duas dessas pessoas, uma pertencente ao grupo que estava em jornais, e outra que não estava.

Dentre as que estavam presentes em publicações temos a Enedina América Pereira da Silva⁶⁹, que após o falecimento do pai em Areia – PB (Antônio Francisco Pereira da Silva), vai para Recife com sua mãe, Theodolina Philadelpha Correia da Silva⁷⁰ e um parente (talvez um tio) Justiniano Francisco Pereira da Silva. Ela se casa com o Jacintho Duarte Pereira (Silva, 1880) (figura 1)⁷¹.

O pai de Enedina, o Antônio Francisco Pereira da Silva, estava presente em notícias de jornal no estado da Paraíba entre 1850 e 1864. Em 10 de agosto de 1850 foi nomeado para a cadeira de Latim na cidade de Areia por impedimento do “professor proprietário” que havia sido eleito com um assento n’assembleia provincial, passando a ter o mesmo ordenado do professor⁷².

68 Considera-se aqui a questão de estar presente nos jornais com notícias consideradas boas ou cotidianas e não associada a situações negativas na sociedade daquele momento histórico.

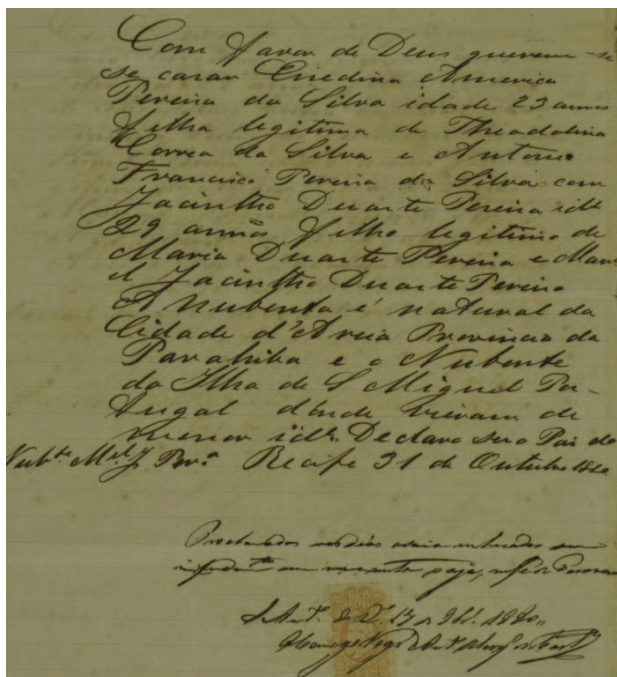
69 Com o nome de casada de Enedina América Duarte Pereira

70 A Theodolina Philadelpha Correia da Silva, aparece também com os nomes Theodolina Pereira da Silva (que deve ter sido seu nome de casada) e Theodolina Correia da Silva (pode ter passado a se chamar assim após ficar viúva), mas essa informação não tem confirmação documental.

71 O QUE FOI ENTENDIDO DO TEXTO: Com favor de Deus querem se casar Enedina América Pereira da Silva idade 23 anos filha legítima de Theodolina Correia da Silva e Antônio Francisco Pereira da Silva com Jacintho Duarte Pereira idade 29 anos filho legítimo de Maria Duarte Pereira e Manoel Jacintho Duarte Pereira. A nubenta é natural da cidade d’ Areia Província da Parahiba e o Nubente da Ilha de S. Miguel Portugal d’onde vieram de acordo ____ declarou ser o pai do Nubente M^{el}. J. Per^a. Recife 31 de outubro de 1880. ____ S. Ant. ____ 1880.

72 Cf. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Parte official. **O Governista Parahibano**, n.14, sábado, 10 de agosto de 1850. Folha oficial, politica e litteraria. P. 2. (Biblioteca

FIGURA 1. CERTIDÃO DE CASAMENTO DE JACINTHO DUARTE PEREIRA E ENEDINA AMÉRICA PEREIRA DA SILVA



Fonte: MyHeritage, 2024.

O professor proprietário da cadeira de Latim na cidade de Areia - PB no período era o prof. Joaquim José Enrique da Silva, eleito “cinco vezes deputado provincial nas legislaturas de 1850 a 1868, além de presidente da Câmara Municipal de Areia” (Almeida, 1957, p. 182).

Na realização de um trabalho de campo em julho de 2023⁷³ obteve-se informação de duas pessoas chave de que esse Antônio Francisco Pereira da Silva era irmão do Joaquim José Enrique da Silva, informação confirmada até o momento apenas pelo portal do FamilySearch⁷⁴.

Nacional Digital do Brasil). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=817473&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Francisco%20Pereira%20da%20Silva%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.br&pagfis=50>. Acesso em 03 set. 2024.

73 Realizado no âmbito de uma pesquisa de Iniciação Científica que precisou ser cancelada devido o aluno ter desistido em período posterior a possibilidade de troca de aluno pesquisador (Pereira, 2023).

74 Cf. informação no endereço: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/GDFG-YYL>. Acesso em 04 set. 2024.

Em 09 de outubro de 1856 foi nomeado como professor de instrução secundária na cidade de Areia⁷⁵. Em 10 de maio de 1864 solicitou licença remunerada de 90 dias para tratamento de saúde⁷⁶, essa solicitação foi respondida em 13 de maio no qual ele receberia apenas 40 dias de licença, e caso consiga um substituto idôneo⁷⁷. Não foram encontradas notícias da nomeação desse substituto, o que talvez não tenha ocorrido, e em 27 de setembro de 1864, a então viúva, ex-esposa “Theodolina Philadelpha Correia da Silva” solicita que o Tesouro Provincial pague o que ficou a dever ao marido⁷⁸.

O marido de Enedina, o Jacintho Duarte Pereira, era de nacionalidade portuguesa e comerciante em Recife, inicialmente foi dono de uma taverna (1878-1887), posteriormente de uma Casa Lotérica denominada “Casa da Fortuna” (~1888-1899). Casou-se com a Enedina ainda como dono da taverna. Em Recife, tem-se notícia que organizava os festejos carnavalescos da R. da Imperatriz no ano de 1894 como tesoureiro, junto com Justiniano Pereira da Silva. Em 04 de dezembro de 1896, pagou nota no jornal apoiando os candidatos Antônio Gonçalves Ferreira (para senador) e Desemb. Francisco Teixeira de Sá, Dr. Ermiro Cesar Coutinho e Dr. Affonso Gonçalves Ferreira Costa (para deputado) se dizendo eleitor da freguesia da Boa Vista, assinou junto com Justiniano Pereira da Silva. Tinha seus impostos coletados segundo a classe 16 de atividade (casas de vender bilhetes de loteria) e falece em fevereiro de 1899, com aproximadamente 48 anos. Em 30 de novembro de 1899 é publicada a lista de seus bens (uma chácara, três mei’águas de taipa e duas casas) que foram vendidos por terem sido penhorados, indicando

75 Cf. INTERIOR DA PROVÍNCIA. Parahiba. **Diário de Pernambuco**, terça-feira, 09 de outubro de 1856. Instrução secundária. (Biblioteca Nacional Digital do Brasil). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Francisco%20Pereira%20da%20Silva%22&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.br&pagfis=10045. Acesso em 04 set. 2024.

76 Cf. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Parte oficial. **O publicador (PB)**, ano 3, n. 505, terça-feira, 10 de maio de 1864. Expediente do governo (Biblioteca Nacional Digital do Brasil). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Francisco%20Pereira%20da%20Silva%22&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.br&pagfis=10045. Acesso em 04 set. 2024.

77 Cf. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Parte oficial. **O publicador (PB)**, ano 3, n. 508, sexta-feira, 13 de maio de 1864. Portaria (Biblioteca Nacional Digital do Brasil). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Francisco%20Pereira%20da%20Silva%22&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.br&pagfis=249>. Acesso em 04 set. 2024.

78 Cf. GOVERNO DA PROVÍNCIA. Parte oficial. **O publicador (PB)**, ano 3, n. 620, terça-feira, 27 de setembro de 1864. Despacho (Biblioteca Nacional Digital do Brasil). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Francisco%20Pereira%20da%20Silva%22&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.br&pagfis=695>. Acesso em 04 set. 2024.

possivelmente que com a morte do marido, a esposa penhorou os bens e não teve condições de pagar (Pereira, 2022).

Apesar de ter perdido o pai com aproximadamente 7 anos de idade, o marido com aproximadamente 42 anos, quando estava com filhos muito pequenos e ela ter perdido pelo menos os bens mais caros que possuía, o que deve ter causado algumas situações de sofrimento, percebe-se que a origem de sua família parecia ser considerada média economicamente⁷⁹ por pelo menos algum período e durante o seu casamento certamente teve uma melhoria econômica, o que confirma a hipótese das notícias de jornal estarem relacionadas a pessoas com situação de vida melhor economicamente.

No que diz respeito aos que não tiveram nota de publicação em jornal, escolheu-se o Severino Felipe Bezerra. Considerando o portal FamilySearch (2024), a primeira informação é que nasceu em 18/03/1894 no Engenho Cardoso em Timbaúba – PE, morava em Vicência – PE no Engenho Canavieira, que ficava à oeste do Engenho Jundiá⁸⁰ (Andrade, 1974) e trabalhava como agricultor. No dia em que fez a autodeclaração do seu registro em 31 de dezembro de 1940 estava com 46 anos⁸¹ (Bezerra, 1940), era viúvo, e registrou também seus dez filhos, todos agricultores desta fazenda. Em algum momento entre 1940 e 1945 a família fez o percurso rumo à capital⁸², situação que lembrou a descrição de João Cabral de Melo Neto no livro *Morte e Vida Severina* (Melo Neto, 2010). Na capital pernambucana, Recife, em 05/03/1979 falece aos 84 anos com a profissão de carpinteiro e morava no bairro de Dois Unidos em Recife (considerada uma área periférica do município), deixou de sua segunda esposa e mais quinze filhos (Bezerra, 1979).

O Severino, em 1940 era agricultor em uma fazenda no interior do estado de Pernambuco, na capital passa a ser carpinteiro e falece sem bens, após ter tido pelo menos 25 filhos e morando em um local considerado de periferia na capital pernambucana, sendo uma explicação de sua ausência em notícias de

79 Considerando que a profissão de professor não deixaria seu pai ser considerado um homem rico.
80 Este Engenho Jundiá, próximo ao Engenho Vicência, onde trabalhou o Severino Felipe Bezerra, nasceu o Manuel Correia de Andrade, que segundo sua biografia também foi para Recife na década de 1940, mas para fazer Direito, e em 1974 já era professor titular de Geografia Econômica da UFPE (NOMES QUE FAZEM A DIFERENÇA, 2002)

81 Essa data combina com o prazo final de vigência para que se fizesse o registro civil de pessoas naturais como disposto no **Decreto Lei n. 1929, de 29 de dezembro de 1939** (que visa cumprir o Decreto 18.542 de 24/12/1928 e que tinha sido anistiado pelo Decreto 1116 de 24/02/1939 e retomado pelo decreto de dezembro de 1939).

82 Essa informação foi obtida com descendentes da pessoa objeto de estudo em que toda a família saiu na década de 1940 do interior e foi para Recife morar em área de morro. Lá construiu uma casa de taipa e palha e passou a frequentar uma igreja pentecostal. Em 1945 um desses filhos casa-se na cidade do Recife.

jornal.

No que diz respeito ao campo temático “aprendizados a partir da genealogia/biografias” a mesma trouxe aprendizados em relação ao contexto em que as pessoas envolvidas viveram e como isso pode ter influenciado o curso de suas vidas, como exemplo, a condição financeira e ausência de muitas informações sobre sua vida e uma lei como contexto para a ação de registrar-se e registrar seus 10 primeiros filhos, sob pena de pagar multa e ser responsabilizado civil e criminalmente.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE E ACESSIBILIDADE: ENTRE NUANCES, APRENDIZAGENS E SENSIBILIDADES:

Esta dissertação em andamento (trabalho 4) está inserida nos campos temáticos: aprendizados em espaços da vida e espaço da relação saúde-doença. Foi inspirada em um projeto do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID durante a graduação que envolveu o Patrimônio Histórico da cidade de Queimadas. A autora quis continuar com o estudo sobre Patrimônio Histórico, porém na cidade de Campina Grande.

Em relação aos aprendizados nos espaços da vida há uma necessidade de adequar prédios construídos em tempos pretéritos às concepções atuais da sociedade e pela legislação decorrente desse entendimento em relação à acessibilidade. Essa situação pode ser explicada pela teoria da formação socioespacial, que relaciona a formação econômica, social e espacial com a ideia de que tudo ocorre no espaço geográfico (Santos, 1997). As demandas econômicas ao longo da história fizeram surgir construções, demolições ou reformas. Em relação ao patrimônio histórico que existe na atualidade e que foi tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que tipo de mudança poderia ser realizada? Até que medida pode ser realizada alguma reforma sem descaracterizar um prédio? De onde viria o valor para realizar essa reforma? Quando se trata desse tema no espaço da relação saúde-doença se fala da construção coletiva de um entendimento sobre deficiência (Aranha, 2001), que permitiu surgir essa atual necessidade em relação a modificar espaços físicos para incluir pessoas com deficiência, sejam elas físicas, intelectuais ou sensoriais. Mais uma vez, incluir o diferente no dizer do Foucault (2002). E quais as necessidades dessas pessoas com variadas deficiências? Qual a contribuição da História, da Geografia e das Sensibilidades para essas questões?

NIEDJA NASCIMENTO: A PRIMEIRA ENGENHEIRA AGRÔNOMA DA ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE (1946-1956):

O trabalho 5 estaria relacionado aos temas: aprendizados em espaços da vida, da relação saúde-doença e genealogia/biografias.

Alguns elementos se evidenciam nessa história devido ao contexto histórico em que essa pessoa foi professora universitária. Na década de 1940 eram poucas as mulheres que entravam em cursos de graduação no Brasil, dentre estas, o número de mulheres em cursos na área de exatas era mínimo. Mas ela não só ultrapassou essa condição, ela era uma mulher negra e além de terminar o curso, se tornou professora do mesmo. Houve mudanças e aprendizados sociais desde então relacionado ao gênero e a raça, mas as dificuldades apontadas por Ribeiro (2023) no século XXI ainda são visíveis, e ela apresenta pelo menos duas grandes dificuldades: a) considerando a relação de gênero, a mulher seria o outro, quando se agrega a questão racial, a mulher negra seria o outro do outro, “posição que a coloca no local de mais difícil reciprocidade” (p. 37); b) precisa ultrapassar a hierarquia do discurso (que geralmente está nas mãos de homens brancos, estando em segundo plano para mulheres brancas, em terceiro plano para homens negros, e em último lugar para as mulheres negras – p. 39). Além destas pode ter uma origem relacionada a pobreza, o que inclui a mulher negra em meio a várias outras desigualdades para serem vencidas.

Diante da situação atual e pensando nos desafios que a profa. Niedja pode ter tido nas décadas de 1940 e 1950 em seu trabalho, está sendo realizado o esforço de fazer um ensaio a partir do contexto histórico em que viveu Niedja, no interior do estado da Paraíba, nordeste do Brasil, no início do século XX e possíveis situações de racismo que possa ter sofrido, ainda que, pela personalidade apresentada no material biográfico já publicado essas situações não a atingiram ao ponto de parar seu caminho de sucesso profissional. Na questão da genealogia/biografias busca-se através de entrevistas traçar um perfil mais completo de Niedja em seu tempo de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito de mostrar algumas possibilidades de pesquisa no âmbito da tríade Geografia, História e Sensibilidades foi de sintetizar estudos já realizados ou em andamento, mas também de inspirar outros projetos que possam dar continuidade às discussões já iniciadas.

Os três primeiros trabalhos já estão mais consolidados, e em todos eles

mostra-se um espaço geográfico e uma temporalidade específica em que um documento formal ou um momento histórico específico suscita várias possibilidades de encontrar um viés de sensibilidade. No primeiro trabalho, as sensibilidades estão presentes nas instabilidades políticas e de sentimentos de pertencimento e inseguranças sobre como se comportar diante do nascimento de uma região e consequentemente uma afirmação do que seria a sua cultura. No segundo trabalho as instabilidades provocadas entre gerações, as incertezas sobre o uso de tecnologias quanto a melhoria de aprendizado e o sofrimento relacionado ao vício em telas que estão implícitos não podem ser ignorados. No terceiro trabalho percebe-se apenas pelos documentos (jornais ou registros vitais) pode-se descobrir muito sobre as condições financeiras, de vida e de possíveis sofrimentos, como foi o caso de uma menina de 7 anos que perde o pai, se distancia de sua cidade natal, certamente perdendo vínculos familiares, precisando se adaptar a novos costumes e depois perde marido e bens, ficando sozinha com filhos. E no caso do agricultor que sai de uma fazenda no interior de Pernambuco com dez filhos para tentar a vida na capital pernambucana. As outras duas pesquisas estão no início, mas já demonstram possibilidades de se trabalhar as sensibilidades, seja pela inclusão da discussão e ação na relação entre patrimônio público e acessibilidade, seja em buscar um perfil de superação de uma mulher que tinha muitos obstáculos em sua jornada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, H. **Brejo de Areia**: memórias de um município. Rio de Janeiro – RJ: Ministério da Educação e Cultura – serviço de documentação, 1957.
- ALMEIDA, L.A.M.; PEREIRA, M.P.B. Uso de tecnologias no processo de ensino aprendizagem de História: breve análise da BNCC e a realidade escolar. In: BIDÔ, A.B.; FERREIRA, J.J.L.; LOPES JÚNIOR, L.G.; VIEIRA, M.L.C. **Educação, pedagogia e pesquisa**: as múltiplas abordagens teórico-metodológicas. Campina Grande – PB: Ed. Uiclap, 2023, 319p. P. 167-186. Disponível em: <https://loja.uiclap.com/titulo/ua37599/>. Acesso em 29 ago. 2024.
- ALMEIDA, T.C. **A representação do amor através da literatura de cordel no Nordeste**: “o que o amor não fizer, não há no mundo quem faça (1930-1950). 2023. 96f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB, 2023. Disponível em: https://www.prosaudegeo.com.br/_files/ugd/e4bfdf_f89f9b9819774270bd7d4d4364a661c3.pdf. Acesso em 02 set. 2024.
- ANDRADE, M.C. Jundiá, um engenho de açúcar no Vale do Siriji. **Revista de História**. São Paulo – SP, v. 50, n. 100, p. 609-626, 1974. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132648/128732>. Acesso em 01

set. 2024.

ARANHA, M.S.F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**. Ano XI, n. 21, 2001, p. 160-173. Disponível em: <https://claudialopes.psc.br/wp-content/uploads/2021/08/Paradigmas.pdf>. Acesso em 10 mai. 2024.

BEZERRA, S.F. **Nascimentos** – Cartório de Registro Civil de Vicência, Pernambuco Brasil: FamilySearch, 1940. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSWW-C9F4-L?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGD1-7DBL&action=view>. Acesso em: 01 set. 2024.

BEZERRA, S.F. **Recife** – Registro de óbitos. Recife: FamilySearch, 1979. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DR64-RK?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQ2Q9-QY34&action=view>. Acesso em 01 set. 2024.

BRASIL. Lei n. 1929, de 29 de dezembro de 1939. Prorroga até 31 de dezembro de 1940 a vigência do Decreto-lei n. 1.116, de 24 de fevereiro de 1939, revogadas as disposições em contrário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, seção 1 de 29 dez. 1939, p. 29363. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1929-29-dezembro-1939-411980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 01 set. 2024.

CAMARGO, B.V.; GOETZ, E.R.; GOUSFIELD, A.B.S.; JUSTO, A.M. Representações sociais do corpo: estética e saúde. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto - SP, vol. 19, n.1, p. 257-268, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751437021.pdf>. Acesso em 26 ago. 2024.

CARNEIRO, P.A.S. Questões teóricas e metodológicas da Geografia Histórica. **Terra Brasilis[Online]: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, Niterói - RJ, n. 10, p. 1-17, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/3166>. Acesso em: 01 mar. 2024.

COSTA, R.; CONCEIÇÃO, M.M.; CONCEIÇÃO, J.T.P.; ALVES, M.F.P.; CASTRO, P. Geração X Y e Alpha – ações para preservação do meio ambiente através da educação. **Revista Científica Multidisciplinar – RECIMA21**. São Paulo – SP, v. 2, n. 5, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/362/333>. Acesso em 01 set. 2024.

EDIÇÃO ESPECIAL: Covid-19. **Hygeia** - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, Uberlândia – MG, 2005- . jul/2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/issue/view/1972>. Acesso em 02 set. 2024.

FAMILYSEARCH, **Pesquisar**, 2024. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em 25 ago. 2024.

- FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo – SP: Martins Fontes, 2002.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil, 2004.
- LOPES, G.C.D.; NYAKULEHA, O.H.; ANDRADE, R.S.V.; SILVA, U.P.; YILDIRIM, K. Tempo de tela e uso de tecnologia na educação: do consumo recreativo para o vício, um risco para as crianças. **Cuadernos de educación y desarrollo**. Portugal, v. 15, n.5, p. 4664-4679, 2023. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/1433/1213>. Acesso em 01 set. 2024.
- MCDOWELL, L. A transformação da Geografia Cultural. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Tradução Milan Isaack. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar, 1996 [1994]. P. 159-188.
- MELO NETO, J. C. **Morte e vida severina**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- NOMES QUE FAZEM A DIFERENÇA. **Casa de Manuel Correia**. Recife – PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rJxjiF48br8>. Acesso em: 01 set. 2024.
- PEREIRA, M.P.B. Hemeroteca como uma forma de pesquisa genealógica. In: CONAPESC, 7, 2022, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2022. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/86947>. Acesso em: 02 set. 2024.
- PEREIRA, M.P.B. **Nas entrelinhas da História de Areia – PB: a história de uma família como reflexo das condições de vida no século XIX**. Campina Grande – PB: PIVIC-UFCG, 2023.
- PESAVENTO, S. J. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre – RS: Editora da UFRGS, 2007, p. 9-21.
- PRENSKY, M. Digital natives, digital imigrantes part 1. **On the Horizon**, v.9, p. 1-6, 2001. Disponível em: <https://marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em 02 set. 2024.
- RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo – SP: Editora Jandaíra, 2023.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2.ed. São Paulo – SP: Hucitec, 1997, 273p.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo – SP: EDUSP, 2002.
- SANTOS, V.V.S.; DINIZ, J.P.V; ALMEIDA, M.M.S.; SOUZA, S.O.; ALVES, A.G.; MARTINS, T.L.S. Uso de telas e os perigos a saúde mental de crianças e adolescentes: revisão integrativa: **Recien**: Revista Científica de enfermagem. São Paulo – SP, v. 14, n. 42, p. 160-184, 2024. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/831/854>. Acesso em 01

set. 2024.

SILVA, E.A.P. **Casamentos em Pernambuco**. Recife: MyHeritage, 1880. Disponível em: <https://www.myheritage.com.br/research/collection-10964/brasil-casamentos-em-pernambuco-1800-1960?itemId=703200-&action=showRecord&recordTitle=Enedina+Amencia+Pereira+Da+Silva+%26+Jacintha+Duarte+Pereira>. Acesso em 04 set. 2024.

VAINFAS, R. História cultural e Historiografia brasileira. **História: questões e debates**, Curitiba – PR, n.50, p. 217-235, jan./jun. 2009, Editora UFPR. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/55582546/historia_cultural_e_historiografia_brasileira_Ronaldo_Vainfas-libre.pdf?1516373718=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DHISTORIA_CULTURAL_E_HISTORIOGRAFIA_BRASI.pdf&Expires=1725243404&Signature=NVT1OyQOG4XwsB3y7ED9XldBL36LdYLj2uYjHKQNKwwdwqRu9elseNY2OqArzNOrvN2JcGpcjJdYAHBojGcax75Fs9-RliB6w9ltwMHL5M1f-i3UGw6UXFoCnoSgJ3dHwCdDW~OvWKxXb3HpMsoGdGSP2GRTonkn5~w6ejrck-Ym40JQbU5Io1yZy~VIH3Av0GEgM47Q756D~sy174JIVMHa-ikDbmLw4caFYGw94Q8K-IZddI9PdmebXtbP3Bd~K-uz0lpvxUHLWhexGq8ABJprOUrDTGjKKIi3geTWuxnM-otyA0QgK80LvhyLv9A1W--mYw1ru9eUoNJbrZLag__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 01 set. 2024.

2.2 VIVÊNCIAS HUMANAS E HISTÓRIA AMBIENTAL: A CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES NA COMUNIDADE CHICO GOMES, CRATO (CEARÁ)

*Rúbia Micheline Moreira Cavalcanti
Iranilson Buriti de Oliveira*

INTRODUÇÃO

Esta análise é resultado da pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, cujo estudo se fez a partir da reflexão de três projetos desenvolvidos pela Cáritas Diocesana de Crato na Comunidade Chico Gomes, Crato-Ceará, onde se analisa como a identidade e a territorialidade dos moradores da Comunidade Chico Gomes passaram a ser ressignificadas a partir das novas experiências (liderar, plantar, colher, produzir, lutar pela terra) que marcaram a relação destes com o meio ambiente, a cultura, território, a memória e a saúde.

Sobre a estrutura que organiza este texto, destaca-se que as problemáticas apresentadas para esse estudo foram organizadas de modo que pudessem acompanhar o movimento de leitura, análise e compreensão das questões trazidas pelo elenco de discussões, de forma que o texto foi organizado em quatro partes que dão conta dessa proposta de estudo. No primeiro tópico, faz-se a apresentação dos pressupostos teóricos e metodológicos que guiam as análises e costuram o texto. No segundo, o leitor será conduzido ao espaço onde está localizada a Comunidade Chico Gomes, observando, especialmente, como as territorialidades e identidades daquela comunidade são construídas por meio da história oral. No terceiro momento, apresenta-se a Cáritas Diocesana de Crato e, no último tópico, apresenta-se e discute-se os projetos desenvolvidos pela Cáritas Diocesana de Crato naquela comunidade.

PRESSUPOSTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Em relação aos conceitos que ajudaram a construção desta análise, como os conceitos de território e territorialidade, estes foram pensados a partir de Rogério Costa e são fundamentais para o diálogo com as fontes pesquisadas, uma vez que, nas fontes que embasam esta discussão, os sujeitos referem-se, constantemente, a termos como território, espaço, lugar, experiências e práticas

diversas como plantar, colher, cozinhar, morar, viver. O território, conforme Costa, “tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (Costa, 2007, p. 20-21). Portanto, nas entrevistas, é interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é descrito ou mencionado como múltiplo, diverso e complexo.

Já o conceito de territorialidade é entendido, neste trabalho, como portador de uma dimensão mais estritamente política, ou seja, territorialidade diz respeito, também, às relações socioeconômicas e político-culturais, pois está “intimamente ligado ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar” (Costa, 2014, p. 59).

Outra categoria muito presente no diálogo com as fontes é o conceito de espaço, pensado a partir do que afirmou Claude Raffestin, para quem o espaço é visto enquanto “palco” de ações em que os sujeitos são os “atores”. Neste caso, ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Portanto, o espaço para Raffestin (1993) é anterior, preexistente a qualquer ação. O território é uma produção a partir do espaço, pois este só existe em função dos objetivos intencionais do ator. O espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o território visto e/ou vivido.

Já o conceito de prática foi pensado nesse texto tomando como suporte metodológico a discussão feita por Certeau (1994), isso porque, entende-se que a materialidade e a potência das práticas e das artes de fazer dos sujeitos muda com o sentido, a partir de suas leituras e apropriações. Para Certeau, as práticas cotidianas não são meramente pano de fundo, mas estão no cerne da constituição do social, do cultural e do político. Dessa forma, trata-se de uma atividade produtiva que sempre depende de e está em constante tensão com um Outro (p.38).

Para a coleta de informações junto à Comunidade Chico Gomes, lançamos mão das contribuições da História Oral, “um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações” (Delgado, 2006, p.15). A História Oral Temática consiste numa estratégia metodológica que deu base à produção de fontes oriundas de depoimentos colhidos na Comunidade com 5 (cinco) pessoas pertencentes a famílias diferentes. São elas: Solange Santana Filgueiras (42 anos, Assessora e Coordenadora Executiva da

Cáritas Diocesana do Crato) Maria Leandro (76 anos, Meizinheira do Chico Gomes), Adriana Rodrigues de Sousa Nascimento (44 anos, Professora, Líder Comunitária da Comunidade Chico Gomes), Manoel Leandro do Nascimento (morador da Comunidade e, também, coordenador da Cáritas Diocesana do Crato) e Francisco José Leandro Santos (56 anos, professor aposentado do Ensino Fundamental).

O ESPAÇO E O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE CHICO GOMES: CONEXÕES E VIVÊNCIAS

A comunidade Chico Gomes, como eu falei, é uma comunidade que está localizada no sopé da Chapada do Araripe, na cidade do Crato, e fica a cerca de 8 km do centro do Crato. É uma comunidade de ancestralidade indígena e, provavelmente os primeiros moradores chegaram lá, né? fugindo da colonização que aconteceu no centro da cidade, onde hoje é o centro da cidade do Crato. Eles subiram para o sopé da Chapada, seguindo os cursos de água. Como a comunidade tem três nascentes de água, então, a gente acredita que os primeiros moradores chegaram lá seguindo esses cursos de água (M. Nascimento, 20 abril, 2022)⁸³.

Como escreveu Jucá “[...] a relação entre o indivíduo e a coletividade à qual pertence o entrevistado é substancial, pois remete a uma área de maior abrangência da realidade histórica trabalhada” (2011, p. 24), o que se confirma por meio do relato oral de Manoel Leandro do Nascimento, que definiu o espaço onde se encontra a Comunidade Chico Gomes⁸⁴ e que faz parte do circuito de comunidades rurais que estão inseridas no entorno do território Geopark Araripe⁸⁵.

A definição do espaço, visto enquanto cenário de ações em que os sujeitos

83 Entrevista pessoal realizada com Manoel Leandro do Nascimento, em 20 de abril de 2022. Manoel Leandro Nascimento é morador da Comunidade e, também, coordenador da Cáritas Diocesana do Crato.

84 Chico Gomes foi o primeiro prefeito da cidade do Crato, e segundo relatos o primeiro herdeiro, após as sesmarias, das terras dentro das quais está a localidade.

85 O Geopark Araripe foi o primeiro do Brasil e da América Latina, constituindo-se um território que reúne a geoconservação com desenvolvimento econômico-sustentável das populações que o habitam.

são os “atores”, onde se encontra a Comunidade Chico Gomes, é observada no relato oral de Manoel Leandro do Nascimento, e complementada pelo registro da pesquisadora Bruna Xavier Araújo (2016), ao afirmar que Chico Gomes

[...] é uma comunidade rural que se estabeleceu naquele espaço em função da colonização do sul cearense, e do estabelecimento de engenhos de cana de açúcar que foram se estabelecendo na região cariri, onde índios e negros foram a força motriz do engenho e a junção predominante que forma o povo da comunidade (p. 20).

As razões que consolidam, atualmente, as reivindicações dos moradores que vivem na Comunidade Chico Gomes, ao reconhecerem sua ancestralidade indígena, devem ser compreendidas tanto a partir das definições apresentadas sobre o espaço onde está localizada a Comunidade Chico Gomes, quanto como se processou o povoamento daquela comunidade rural. Isso porque, deve-se considerar o processo histórico que a historiografia local registra, apresentando fontes documentais que tratam sobre a colonização do Crato, e consequentemente, como se processou a ocupação de outros espaços pela população dos indígenas da tribo Kariri⁸⁶.

Os moradores dessa comunidade rural têm procurado ressignificar o conhecimento herdado dos seus ancestrais indígenas, por meio da cultura que se traduz por meio da alimentação, do uso de ervas e chás medicinais, ou ainda, por meio da releitura de músicas e danças praticadas por seus ancestrais e que se mantêm vivas nas narrativas orais das pessoas mais velhas da comunidade. Manuel Leandro Nascimento, ao falar sobre a importância que exerce o grupo Urucongo de Artes⁸⁷, criado em 2006, por um grupo de jovens preocupados em conhecerem a própria história da comunidade, enfatiza:

86 Foi em 1740 que foram aldeados no vale sul cearense da Chapada do Araripe os grupos humanos pertencentes à família tronco-linguística “Kariri”. O aldeamento recebeu o nome de Missão do Miranda. Os citados representantes do referido grupo compreendiam 97 grupos destacados das tribos dos Quixeréu, Curianense, Calabaça, Icó, Jucá e Cariú, tendo esses últimos concorrido como elemento primaz (aos que se juntaram os demais antes de 1749) e, quantitativamente, predominavam em relação aos outros. O aldeamento foi uma ilha pré-histórica na paisagem histórica, apenas aflorante, do vale do Batateira (Araújo, 1971, p. 96-97).

87 O nome Urucongo significa berimbau. Em 2007, o grupo passa a integrar o **Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação**. Em 2009, o Grupo Urucongo é premiado pelo Ministério da Cultura com o prêmio Culturas Populares (Plano de Ações Comunitárias, Comunidade Chico Gomes, Crato, 2018, p. 2).

E, é... quando em foi em 2006, a gente fundou o grupo Uruongo de Artes, que era uma articulação da juventude da comunidade, e é a partir do Uruongo que a gente fez um trabalho de memória dentro da comunidade, que era para saber como que a comunidade né? Para a gente registrar essas memórias para fundamentar o nosso grupo como um grupo de artes, e assim, na época foi um trabalho muito intuitivo, né? Porque a gente foi seguindo pela intuição mesmo, né? A gente fez esse trabalho de memória, a gente conversava com as pessoas mais velhas da comunidade, ouvia essas narrativas da comunidade: como era que eles plantavam, como era que eles celebravam, né? Como que eles dançavam, como que eles cantavam. E, a partir dessa fundamentação que vem da memória, a gente iniciou um processo criativo do Grupo Uruongo. E a partir do Uruongo começa, também, a entender as nossas raízes, a nossa ancestralidade. Até, então, a gente nem pensava sobre isso, a gente não entendia sobre isso. E, é... eu acredito, assim, que a partir do Uruongo a comunidade começa a ter um olhar diferenciado para si próprio. Para a sua música, para sua natureza, para as nascentes d'água. Então, passa a olhar diferente para a sua própria comunidade. Eu costumo dizer que antes, o pessoal tinha muita vontade de sair. Hoje, o pessoal tem muita vontade de ficar (M. Nascimento. 28 outubro, 2023).

Esse trecho alinha-se ao que escreveu Martins (1999) quando fez uma análise sobre a relação do homem com a natureza, assinalando que “o meio essencial de sua sobrevivência social, fonte de sua vida e de sua identidade cultural e, por conseguinte, significa a possibilidade de continuarem vivendo na história” (p. 77). Importante registrar, que há anos, os moradores da Comunidade Chico Gomes enfrentam uma verdadeira batalha judicial que envolve a posse e propriedade das terras que habitam. Manoel Nascimento explica que a comunidade tem uma mistura de descendentes de indígenas e negros.

Nós estamos lá desde sempre. Meu pai, avô, bisavô, tataravô, todos nasceram aqui. A cultura canavieira aqui foi muito forte, e aí os engenhos foram chegando e esse povo nativo foi subindo a serra pra fugir da opressão e da escravidão. Nossa comunidade é terra de conflito, assim

como todo o semiárido brasileiro (2019).

Nas últimas décadas, empreendimentos e grilagem de terras tem sido os principais temas de conflito. Essa querela envolvendo a propriedade das terras onde se concentram as 49 famílias que integram a Comunidade Chico Gomes tem refletido em conflitos envolvendo a disputa pelas terras, bem como dificultando o acesso à saúde, educação, cultura e lazer. Contudo, os moradores dessa Comunidade têm procurado resistir a essa situação, ao utilizarem de dispositivos legais, como a Constituição de 1988, em seu Capítulo VIII, quando trata sobre povos indígenas, como bem esclarece o pesquisador:

A relação território e identidade se dá no sentido de conseguirmos dialogar com o processo identitário com a valorização dos saberes tradicionais da comunidade para além dos discursos Institucionais, entendendo assim os processos simbólicos dentro de seu contexto. Aqui, destacamos as bases legais que se referem ao direito pelo território, com vistas à valorização das identidades inerentes às comunidades tradicionais. Numa breve análise, sublinha-se que, desde a promulgação da Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, que estabelece a necessidade de registro cartorial e de documento de compra e venda para configurar dominialidade, instaurou-se com uma diferença no acesso e manutenção da terra por comunitários no meio rural. Em junho de 2002, evidenciando a força das reivindicações dos movimentos sociais e ressaltando o caráter aplicado do conceito de “terras tradicionalmente ocupadas”, o governo brasileiro ratificou, por meio do Decreto Legislativo n.º 143, assinado pelo presidente do Senado Federal, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é de junho de 1989, isto é, de 13 anos passados, e reconhece, como critério fundamental, os elementos de autoidentificação e reforça, em certa medida, a lógica de atuação dos movimentos sociais orientados, principalmente, por fatores étnicos e pelo advento de novas identidades coletivas. Nos termos do Art. 2.º da referida Convenção, tem-se explicitado o procedimento de reconhecimento de “povos” e/ou “comunidades”, sob um significado lato senso para além do sentido estrito de “tribo”, a saber: “a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser tida como

critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta Convenção”. Além disto, o Art. 14 assevera que, em termos de dominialidade e direitos territoriais “dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. A ocupação e o uso das terras e do território é outro aspecto que se relaciona diretamente ao da identidade, de acordo com o item 1 do art. 14 da Convenção “Dever-se-ão ser reconhecidos aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam (Costa, 2019, p. 68).

Considerando o que está posto na Constituição de 1988 e o que se tem ressaltado em outros dispositivos legais que tratam sobre os direitos das comunidades tradicionais, articula-se a voz de um dos moradores da Comunidade Chico Mendes:

E a gente tem uma luta com essa questão da terra, porque tem um fazendeiro que diz que é o dono da terra, mas nós da comunidade tá nessa luta para permanecer na terra, porque a gente entende que a terá é nossa, e esse ficar a partir dessa construção que começou em 2006 com o trabalho do Urucongo, nem, nem ... só em 2006, mas a partir da fundação da Associação, esse trabalho de reconhecer os potenciais, da beleza que tem o local, ele se inicia...

Hoje, a comunidade reconhece que tem direito a terra, né? Eu diria assim, antes, né? Eu era quase só, nesse entendimento, mas hoje não!

Hoje, é ... as pessoas compreendem, né? Tem pessoas que até já leram mais do que eu, já pesquisam mais do que eu, já conhecem mais do que eu sobre essa questão do direito à terra (M. Nascimento, 20 abril, 2022).

Assim, seja por meio da dança, dos instrumentos, da alimentação e dos saberes que envolvem a biodiversidade que aquele espaço dispõe através da natureza, os moradores do Chico Gomes têm se empenhado no sentido de fortalecer o reconhecimento da sua identidade e de sua ancestralidade indígena, cujo esforço se direciona, principalmente, em promover a territorialidade da

sua gente e cultivar algumas práticas sociais dos seus ancestrais indígenas, a exemplo da relação que mantêm com a natureza e com o espaço, fortalecendo assim, a sua territorialidade. De acordo com Fernandes, a compreensão de cada tipo de território como uma totalidade, com a sua multidimensionalidade e organizado em diferentes escalas, a partir dos seus usos desiguais, permite-nos compreender o conceito de “multiterritorialidade”. Ou seja, se considerarmos que cada tipo de território tem a sua territorialidade, a variedade de relações e inter-relações evidencia as múltiplas territorialidades. A multiterritorialidade une todos os territórios por meio da multidimensionalidade e das escalas geográficas, que podem ser representadas como camadas sobrepostas nas quais a ação política se desdobra em vários níveis e escalas: local, regional, nacional e internacional (2013, p. 120).

Essa relação com a natureza pode ser confirmada por meio da experiência e do conhecimento que circula entre as mezinheiras do Chico Gomes. As Mezinheiras do Pé da Serra formam um grupo de mulheres que desenvolvem atividades de práticas de cuidado do corpo e da alma por meio do uso de plantas medicinais. A maioria delas cultiva em seus quintais, além de hortaliças, várias ervas medicinais, dentre elas, o manjeriço, a hortelã, a malva do reino e corona, a menta, a arruda. Nesse sentido, foi construída em parceria com a Cáritas Diocesana de Crato, uma “mandala produtiva” que funciona como um centro formador, levando a agroecologia aos quintais das famílias do local. Essas mulheres transformam as plantas medicinais em xaropes, o que pode ser traduzido como exemplo para referenciar o significado que é dado ao lugar pelos moradores daquela comunidade rural, conforme relata Nascimento:

É, então a gente foi conseguindo parcerias. As primeiras parcerias foram muito mais na questão da formação. Com a ACD, nós fizemos uma ação de reflorestamento, uma discussão sobre a importância das plantas nativas para nós, e, para a preservação de fonte de água. Essa atividade foi muito importante para nós! Com o GRUNEC, a gente fez várias formações com relação a identidade, né? Eu acho que foram fundamentais para a comunidade se entender como uma comunidade de ancestralidade indígena (M. Nascimento, 20 abril, 2022).

O autorreconhecimento como indígena é, sem dúvida, uma peça-chave no processo para se afirmarem como comunidade tradicional, como explicou

o pesquisador Melo (2017), quando estudou a Comunidade do Sítio Poço Dantas, declarou que “Após a Convenção 169 da OIT e ratificação do Estado brasileiro à referida convenção elaborou-se um entendimento que o processo de auto atribuição e consciência de “ser índio “pelos grupos sociais tem sido a condição principal para o reconhecimento do Estado” (p. 274).

CONTEXTUALIZANDO A CÁRITAS DIOCESANA DO CRATO

De acordo com um dos projetos⁸⁸ utilizados para esse estudo, a Cáritas Diocesana de Crato

[...] está situada no Semiárido do Nordeste brasileiro, onde realiza ações de convivência com o Semiárido por meio do desenvolvimento de projetos que incentivam a agroecologia, a educação ambiental e a formação, incidindo diretamente na participação popular e no controle das políticas públicas. Esses projetos procuram capacitar comunidades, associações, grupos, pessoas e entidades para atuação nos canais de participação da sociedade civil. Integram, ainda, espaços próprios como a Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA, Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação, a Rede de Educação Cidadã – RECID, a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB e Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, dentre outros (Projeto Solari, 2012, p. 3).

Composta por 53 paróquias e quase um milhão de pessoas, a Cáritas Diocesana do Crato, por meio dos seus projetos, tem procurado realizar,

[...] um modelo de educação contextualizada como uma alternativa viável para a melhor qualificação da população campesina, evitando assim, o êxodo rural, promovendo, ampliando e criando espaço de comunicação, reflexão e práxis em torno do desenvolvimento solidário sustentável das comunidades envolvidas. (Projeto Grupo de Mezinheiras do Pé Serra, 2011, p. 3).

88 Projeto de Desenvolvimento Solidário, Sustentável e Territorial: Educação contextualizada, energia solar e agroecologia: capacitando jovens, promovendo a vida e conservando o meio ambiente em comunidades da Diocese de Crato (Projeto Solari, 2012, p. 3).

Essa Entidade está presente na Comunidade Chico Gomes desde 2010, quando fez parte do Fórum Araripense de Prevenção e Combate à Desertificação. À época, de acordo com Solange Santana Filgueiras, a Cáritas Diocesana de Crato elaborou um projeto para a Conferência Episcopal Italiana (CEI), cujo intuito era implementar tecnologias sociais nas comunidades, envolvendo os jovens da comunidade receptora do Projeto durante a sua realização. Vale destacar que um dos requisitos apontados no Projeto Solaris foi incentivar a permanência dos jovens no seu território e a manutenção de suas tradições, uma vez que se deve considerar a formação e educação da nova geração de camponeses e incentivar a sua identidade com a terra e com o “chão que pisa”. Sobre essas questões, Nascimento argumenta:

[...] depois que a gente fez parceria com a Cáritas Diocesana do Crato, foi uma parceria que começou eu acredito, em 2010...2009; 2010 com o Projeto Solari. Foi quando é ... foi implantado um sistema de Mandala na comunidade, então, nesse projeto uma mandala que é um processo produtivo em círculo, mas teve todo um processo de formação com a juventude, né? Sobre agroecologia, sobre a questão de criação de pequenos animais, é ... comunicação, cultura. Então, teve todo um processo de formação, e a implantação de um sistema produtivo, e a partir daí, é ... a comunidade vai se modificando é? Em diversos aspectos, tanto na questão, por exemplo do olhar, né? De olhar diferente para as riquezas que tem lá, mas também é, no próprio vocabulário, por exemplo: ninguém tinha escutado falar em agroecologia, ninguém sabia o que era mandala. Então, são palavras que vão adentrando no dia a dia da comunidade. Economia Solidária, ninguém sabia o que era, então novas palavras, novos vocabulários vão adentrando no dia a dia da comunidade (M. Nascimento, 20 abril, 2022).

Ainda de acordo com Nascimento, a comunidade passa a ser enxergada a partir da ação da própria comunidade: “quando alguém dizia que conhecia o Chico Gomes, aqui na região do Cariri, conhecia por causa do engenho, por causa da vacaria”. E, hoje, acrescentou o nosso entrevistado, “a maioria das pessoas que encontro diz que conhece o Chico Gomes por causa do Urucongo, por causa das Meizinheiras, então, é uma mudança profunda, né? Por que

eu acredito né? Foi uma mudança feita por nós mesmos, pela comunidade” (2022). Esse trecho nos coloca diante da seguinte afirmativa:

O que transforma o espaço em lugar? A dimensão humana é que pode transformar o espaço em lugar. O lugar se constitui quando atribuímos sentido aos espaços, ou seja, reconhecemos a sua legitimidade para localizar ações, expectativas, esperanças e possibilidades. Quando se diz “esse é o lugar de”, extrapolamos a condição de espaço e atribuímos um sentido cultural, subjetivo e muito próprio ao exercício de tal localização (Cunha, 2008, p. 184).

Dessa forma, compreende-se que tanto as ações dos moradores da Comunidade Chico Gomes quanto o empenho do Grupo Urucongo de Artes, em relação àquele espaço, é que dão sentidos ao lugar.

Investir numa pesquisa é o primeiro requisito que deve ser considerado quando a intenção é construir uma análise amparada em fontes, metodologia e teoria. Afinal, é desse movimento que uma investigação científica é construída, onde a relação entre o pesquisador e os sujeitos sociais se desenvolvem num processo lento, contínuo e prazeroso, onde o desejo de compartilhar e, também, apreender certas experiências, resultam quase sempre nas tramas sociais que irão desenhar o texto. Assim, foi construída a primeira experiência de pesquisa, quando estivemos⁸⁹ na Comunidade Chico Gomes. Era para ser apenas uma visita marcada pela cordialidade das apresentações, mediada pela Coordenadora Executiva da Cáritas Diocesana do Crato, Solange Santana Filgueiras, que nos acompanhou naquele momento, onde fomos apresentados a alguns moradores, estreitando, as futuras relações que iríamos desenvolver com estes a partir de então.

Já na chegada em casa de dona Rina⁹⁰, fomos surpreendidos pelo convite de Preto⁹¹ para uma ligeira caminhada, onde passamos a explorar, juntamente com ele, os arredores da casa. E logo compreendemos todo entusiasmo de

89 Nesse momento da redação, a opção em usar os verbos na 3ª pessoa do plural se deve em função de um dos momentos de pesquisa de campo, partilhado com o supervisor dessa pesquisa e da supervisora da Cáritas Diocesana de Crato, Solange Santana.

90 Maria Leandro do Nascimento, 76 anos, Meizinheira e moradora da Comunidade, faz parte do Grupo de Mulheres Meizinheiras.

91 Francisco José Leandro Santos, 56 anos de idade, professor aposentado; filho de Dona Rina. Morador da Comunidade Chico Gomes.

Preto, quando nos deparamos com diversos tipos de plantações de hortaliças, ervas medicinais, uma pequena plantação de milho, feijão, árvores frutíferas e muitas espécies de flores que coloriam a paisagem no quintal da casa, emoldurada pela Chapada do Araripe⁹². Toda essa riqueza, dizia ele, era resultado da implantação do Projeto Bioágua⁹³.

O Projeto Bioágua foi pensado a partir de sobras de recursos financeiros da Cáritas Diocesana do Crato que foram destinadas à construção de dois bioáguas na Comunidade Chico Gomes e dois no Assentamento 10 de Abril. Esse projeto tinha como objetivo geral “atingir grupos/comunidades acompanhadas e redes solidárias, pautando e acessando políticas públicas, fortalecendo práticas para a construção da sociedade do Bem Viver no Estado do Ceará de acordo com o Plano Trienal” (Cáritas Diocesana do Crato, 2019, p. 1). Para sua consolidação, foi estabelecido um Termo de Cooperação Técnico-financeira em que o Projeto

[...] deveria atuar em Redes, com ênfase nas Redes de Sementes e Catadores, organizadas e articuladas incidindo de forma qualificada em políticas públicas, relacionadas com suas áreas de atuação, em diálogo com as respectivas comunidades, grupos e parceiros, na perspectiva do bem viver (Cáritas Diocesana do Crato, 2019, p. 1).

Além disso, fica claro que grupos e comunidades urbanas e rurais deveriam produzir, consumir e comercializar com base na agroecologia e economia solidária, incidindo nas políticas públicas dessas áreas temáticas. Para estruturar os indicadores do Projeto, este obedeceu a dois critérios dispostos no Termo de Cooperação Técnico-financeira: Dados de Partida e

92 A Chapada do Araripe cobre uma superfície com aproximadamente 180 km de comprimentos (na direção leste, oeste) e largura variável entre 30 e 50km. Compreendendo o extremo sul Ceará, noroeste de Pernambuco e leste do Estado do Piauí (Moreira, 2019, p. 34).

93 O Projeto Bioágua resultou do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado através do contrato de Projeto nº 233-907-1033 ZG pela Cáritas Brasileira Regional, Ceará e Katholische Zentraistelle für Entwickleegshilfe V, em cumprimento Projeto Trienal: Rede de Comunidades Cáritas, ampliando a resistências, fortalecendo a incidência no Ceará de 2019 a 2012. Muito embora o Projeto Bioágua apareça nesse momento da redação, é importante dizer que foi um projeto realizado posteriormente aos demais.

Indicadores de Efeito. No caso das Redes de Sementes, o texto informa que,

[...] existem quatro redes de sementes que articulam as casas de sementes de seus territórios de atuação, em diferentes estágios de organização. Elas necessitam de acompanhamento e apoio para continuarem na defesa e conquista de políticas públicas. As redes recebem assessoria técnico-pedagógica das Cáritas Diocesanas, conforme listado: RIS Centro-Sul – Cáritas Diocesana de Iguatu; RIS Três Climax- Cáritas Diocesana de Itapipoca; RIS Zona Norte – Cáritas Diocesana de Sobral; RIS Ibiapaba- Cáritas Diocesana de Tianguá (Cáritas Diocesana do Crato, 2019, p. 1).

Em relação aos Indicadores de Efeito, o projeto informa que “há 04 Redes de Intercâmbio de Sementes, 03 Redes de Catadores/as e 01 Rede Estadual de Catadores/as, vivenciando processos de autogestão com ênfase nos aspectos da gestão organizativa, da negociação de políticas públicas e da construção de processos formativos (Cáritas Diocesana do Crato, 2019, p. 4).

No que diz respeito a Redes, grupos e comunidades rurais e urbanas acompanhadas de forma articulada junto à sociedade civil e aos poderes públicos para o acesso e a gestão democrática da água, o documento aponta em relação aos Dados de Partida que existe “uma proposta de lei de iniciativa compartilhada, entre Cáritas Regional e o mandato popular do Deputado Renato Roseno, que foi apresentada para alguns deputados, mas a tramitação não avançou na Assembleia Legislativa do Estado” (Cáritas Diocesana do Crato, 2019, p. 5).

No que tange aos Indicadores de Efeito, o texto esclarece que há “um Projeto de Lei de iniciativa Popular Estadual referente ao acesso e à democratização da água, na área de captação, armazenamento, aproveitamento e gestão, construído a partir de mobilização e formações em todas as dioceses e apresentado à Assembleia Legislativa do Estado” (Cáritas Diocesana do Crato, 2019, p. 5).

E como terceiro e último objetivo que trata dos grupos e comunidades urbanas e rurais que produzem, consomem e comercializam com base na agroecologia e economia solidária, é apontado como Dados de Partida que existem

- 18 grupos/comunidades acompanhadas (cerca de 20%) produzindo de forma agroecológica para o autoconsumo e para comercialização do excedente nos espaços de feiras, pontos fixos de economia solidária e/ou programas governamentais, sendo:

- 25 grupos (30%) estão em processo de transição agroecológica, para comercialização e autoconsumo de alguns gêneros alimentícios: feijão, milho, mandioca, hortaliças e algumas frutas;

- 25 grupos acompanhados (26%) participam de feiras locais/ municipais de agricultura familiar, agroecologia e feiras territoriais ou estaduais de economia popular solidária;

Apenas cinco grupos (6%) e a Cooperativa “Bodega” comercializam para os programas de compras governamentais (PAA ou PNAE);

- 63 grupos de mulheres estão atuando no campo da produção e comercialização solidária, tanto no meio rural, quanto no urbano, destes 13 grupos (cerca de 20%) participam de espaços de controle social das políticas públicas (fóruns, conselhos, comitês e redes) (Cáritas Diocesana do Crato, 2019, p. 5).

No que diz respeito aos Indicadores de Efeito, o documento informa que:

- 36 grupos/comunidades acompanhadas (cerca de 40%) produzindo de forma agroecológica e solidária para o autoconsumo e para a comercialização do excedente nos espaços de feiras, pontos fixos de economia solidária e/ou programas governamentais;

- 50% de grupos de mulheres acompanhadas (32 grupos) incidindo na permanência de políticas públicas já conquistadas (PAA, PNAE e Política Nacional de Agroecologia) e leis (Resíduos sólidos e Economia Solidária), a partir da atuação nos espaços de controle social (fóruns, conselhos, comitês e redes).

Para a execução e desenvolvimento do Projeto Bioágua pela Cáritas Diocesana do Crato, foi disponibilizado o valor de \$ 109. 200,00 (cento e nove mil e duzentos reais), divididos entre as rubricas de atividades e custeio, sendo \$78. 000,00 (setenta e oito mil reais) para Atividades

e \$31. 200,00 (trinta e um mil e duzentos reais) para custeio respectivamente, conforme cronograma de desembolso previsto na cláusula sexta, a serem pagos mediante apresentação das respectivas notas fiscais de serviço, recibos de quitação e Relatório das Atividades desenvolvidas no trimestre (Cáritas Diocesana do Crato, 2019, p. 5).

Um dos efeitos produzidos pelo Projeto Bioágua na Comunidade Chico Gomes é o aumento na produção de gêneros alimentícios. Filgueiras, falando sobre a implantação do Projeto Bioágua nos dizia:

A gente recebeu também para implementar lá também, através da Cáritas Regional, cisternas de placas, cisternas de 16 mil litros, então, a gente conseguiu implementar com outro projeto dois Bioáguas familiares que é onde você faz o reaproveitamento da água, que a gente chama água cinza, água cinza é aquela água que vem da pia da cozinha e do banheiro, lá nas casas de Dona Rina e dona Iracy que hoje já não está no meio da gente, mas que é vai ser nossa eterna mezinheira, mas que está lá com os seus filhos, que tem lá a implementações desses dois bioáguas (S. Filgueiras, 7 agosto, 2023).

PROJETO GRUPO DE MEIZINHEIRAS DO PÉ DA SERRA

O projeto visa valorizar as práticas populares em saúde junto às comunidades como forma de minimizar as distâncias, as diferenças e os preconceitos, contribuindo assim para levar uma saúde popular e humanizada para todos e todas. A proposta propõe ainda uma reflexão sobre saúde não apenas como ausência de doença, mas como um estado de bem-estar que reflete, inclusive nas relações comunitárias e familiares (Projeto Meizinheiras do pé de Serra, 2012, p. 4).

O projeto Meizinheiras do Pé de Serra foi desenhado a partir da colaboração de uma equipe executiva⁹⁴ da Cáritas Diocesana de Crato,

94 Essa equipe foi composta por Cicero Silva Chagas, Helenildo de Oliveira Francelino, Solange Filgueiras Santana e Verônica Neuma das Neves Carvalho.

instituição juridicamente responsável pelo projeto, com início em fevereiro de 2013 e concluído em janeiro de 2014. Seus objetivos consistiam em:

- Ampliar o debate sobre as práticas populares de saúde, através das rodas de conversas oficinas, intercâmbio de experiências e encontro intercomunitário com os grupos anteriormente mobilizados.
- Valorizar as práticas populares em saúde junto às comunidades como forma de minimizar as distâncias, as diferenças e os preconceitos, contribuindo assim para levar uma saúde popular e humanizada para todos e todas. A proposta propõe ainda uma reflexão sobre saúde não apenas como ausência de doença, mas como um estado de bem-estar que reflete, inclusive nas relações comunitárias e familiares (2012, p. 4).

O projeto foi elaborado para ser desenvolvido em 03 comunidades do município do Crato, a saber: Comunidade Chico Gomes, Jenipapo⁹⁵ e Batateiras⁹⁶. Pelo fato de se tratar de comunidades rurais, cuja base econômica é a agricultura familiar, além da observância dos programas sociais do governo federal, esses requisitos serviram para justificar a realização do Projeto Meizinheiras de Pé de Serra nas referidas comunidades. Contudo, a experiência na Comunidade Chico Gomes foi realizada, considerando, inclusive, as ações preexistentes na comunidade, que envolviam o conhecimento herdado pelas mulheres meizinheiras do Chico Gomes. De modo que ao atuar junto a essa comunidade “a Cáritas Diocesana de Crato apresenta esta proposta como forma de fortalecer o debate e garantir a participação dos grupos nos espaços políticos de controle social” (Filgueiras, 2022). Com isso, foram pensados os

95 Comunidade Jenipapo: Localizada a aproximadamente 12 km da sede do Crato-CE, a comunidade é composta por aproximadamente 150 famílias que desenvolvem atividades agrícolas como plantio de feijão, milho e macaxeira além de fava e andu. Também conhecida como a comunidade dos artesãos, é organizada coletivamente na associação local que também abriga a Casa de Sementes São José, com 30 sócios/as. Dispõem de água de qualidade, pequenas áreas de terra e alguns serviços públicos básicos. A sustentabilidade do grupo se dá pela produção de subsistência e comercialização do excedente. A comunidade preserva as sementes crioulas, evitando ao máximo o uso de sementes híbridas, este já é um retrato do acompanhamento realizado pela Cáritas que vem mostrando a importância da manutenção da diversidade biológica local (Projeto Meizinheiras do Pé de Serra, 2012, p. 6).

96 Comunidade Batateiras: Localizada na zona urbana, a comunidade de Batateiras abriga um dos bolsões de pobreza e marginalidade da cidade. Beneficiada com a implantação de serviços públicos, como creches, escola, posto de saúde, biblioteca, água e energia elétrica, porém não conta com rede de saneamento básico e as moradias, em sua maioria, são precárias (Projeto Meizinheiras do Pé de Serra, 2012-2014, p. 7).

principais objetivos que iriam dar contorno ao Projeto (2012), tais como:

- Implementação da política nacional de saúde, garantindo a participação nos espaços de controle social;
- Fortalecer os grupos que desenvolvem práticas tradicionais de saúde popular;
- Promover intercâmbios;
- Implantar e/ou fortalecer 03 viveiros de mudas medicinais;
- Organizar as pessoas que praticam a medicina alternativa e popular;
- Divulgar as experiências e os produtos desenvolvidos pelos grupos;
- Vivenciar práticas tradicionais da saúde popular fortalecendo nas comunidades a capacitar os grupos para agregar valores aos produtos e serviços;
- Acompanhar as experiências implantadas nas três comunidades;
- Incentivar a participação dos grupos nos espaços de controle social;
- Fomentar a discussão sobre o projeto popular para saúde;
- Estimular o associativismo e o cooperativismo nas comunidades;
- Sistematizar o projeto (2012, p. 4)

Para viabilizar e executar o Projeto, foi criado um planejamento de Atividades Ações e Estratégias, que deveriam ser cumpridas obedecendo o seguinte cronograma:

Quadro 1 - Cronograma de atividades

MÊS	ATIVIDADE	LOCAL
FEV/2013	03 Rodas de conversas – Mobilizar e planejar.	Chico Gomes, Batateira e Jenipapo
MAR/2013	03 Oficinas (importância do saber e das plantas medicinais para a saúde das comunidades).	Chico Gomes, Batateira e Jenipapo
ABR/2013	03 oficinas (produção de mudas medicinais).	Chico Gomes, Batateira e Jenipapo
MAI/2013	Acompanhamento e assistência técnica aos viveiros.	Chico Gomes, Barateira e Jenipapo
JUN/2013	Intercâmbio	Chico Gomes
JUL/2013	01 Oficina de extração de essências .	Jenipapo
AGO/2013	01 oficina de confecção de sabonetes/shampoo.	Batateira
AGO/2013	Acompanhamento e assistência técnica aos viveiros.	Chico Gomes, Batateira e Jenipapo
SET2013	01 oficina de Lambedores e pomadas medicinais.	Chico Gomes, Batateira e Jenipapo
OUT/2013	01 oficina- como agregar valores aos produtos e serviços das comunidades.	Chico Gomes, Barateira e Jenipapo
NOV/2013	Mostra – distribuição de mudas	Praça de REFSA

DEZ/2013	Encontro de avaliação.	Chico Gomes, Batateira e Jenipapo
JAN/2014	Relatório final e prestação de contas	Crato

Fonte: Projeto Meizinheiras do Pé de Serra (2012-2014, p. 6).

Tabela 1 - Descrição das pessoas e grupos a serem beneficiados

QUANTITATIVO	COMUNIDADES		
	CHICO GOMES	JENIAPAO	BATATEIRAS
Nº de homens	12	06	06
Nº de mulheres	18	10	10
Nº. de crianças, adolescentes e jovens	12	08	08

Fonte: Projeto Meizinheiras do Pé de Serra (2012-2014, p. 6).

Com isso, algumas metas deveriam ser alcançadas no final da execução do Projeto, tais como: mobilização de 90 pessoas; realização de 10 oficinas; promoção de 01 intercâmbio; implantação ou fortalecimento de 03 viveiros de mudas medicinais; organização de 03 grupos de pessoas que praticam a medicina tradicional e popular; realização de 01 mostra de produtos medicinais; doação 1000 mudas nativas e medicinais; realização de 01 encontro de avaliação e sistematização do projeto.

Ao relacionar as diversas maneiras de se referir às práticas de saúde, ensaiadas pelas Meizinheiras a partir dos seus saberes sobre as plantas medicinais que são encontradas naquele lugar, Araújo (2016) afirma:

Essas práticas populares de saúde constroem laços de solidariedade, responsabilidade social e pertencimentos culturais que permanecem, resistem à homogeneidade das investidas dos processos culturais globalizados. Esses, na atualidade, são destruidores das formas das organizações comunitárias, territorializadas e presentes em diversas localidades do mundo. As ações de resistência que surgem nesses contextos são decorrentes da coesão, da liga e da interrelação entre os corpos sociais que se interconectam para continuarem reexistindo (p. 15).

Quando incursionávamos nos arredores da casa de Dona Rina, pudemos comprovar todo o processo que envolve o manejo do Bioágua através da reutilização da água que é captada por meio de uma tubulação interligada a um conjunto de reservatórios afixados no chão. Num desses reservatórios são depositados, também, restos de cascas de frutas, verduras e folhas. Em outro, são jogadas cinzas, que segundo nos explicava Preto, servia para finalizar o processo de decantação e purificação da água, que por sua vez, chega limpinha e sem nenhum odor nas plantações de frutas, hortaliças e flores.

Além da casa de Dona Rina, foi beneficiada, também, a casa de Dona Iraci. Com a morte dela, os filhos não levaram adiante a execução do Projeto: “lá tem todo o equipamento, mas infelizmente o projeto não está sendo utilizado” (Preto, 2023) Em relação aos custos assumidos pelas famílias que tiveram acesso ao Projeto Bioágua, praticamente, se resume aos gastos com a energia que é usada no motor.

Sobre os resultados da Mandala⁹⁷, Adriana Nascimento (2023), líder comunitária, informa que o “Projeto veio para fortalecer a fixação dos jovens na Comunidade, porque até então tinha uma política e uma idealização de que para conseguir melhoria de vida as pessoas tinham que migrar para outras regiões”. Destaca, também, que a comunidade foi, ao longo do tempo, perdendo seus jovens para as cidades grandes como São Paulo e Rio de Janeiro. E acrescenta:

[...] nesse projeto Solaris, que foi construído pela Cáritas, no qual denomina-se a Mandala, um dos projetos é a Mandala. Então, a agente tinha essa esperança dos jovens permanecerem aqui na nossa comunidade né? Aí com isso, muitos jovens passaram por formações, e na época que veio esse projeto, inclusive, os jovens aprenderam a manusear computadores, nè? Tinha uma rádio comunitária, onde os jovens iam articulando informações, alguns equipamentos foram instalados na capela São José, na nossa comunidade, porque ainda não tinham um local fixo para colocar esses equipamentos. Depois foi construído é... a Casa de Sementes que já foi consequência desse projeto Mandala e, também, e tudo articulado com o grupo Urucongo de Artes. Eles ganharam um prêmio de dez mil reais ofertado pela Cáritas Diocesana Nacional. Eles foram receber esse

97 Importante registrar que a Mandala é apresentada como uma das peças que compõem parte do Projeto Solaris.

prêmio em Brasília, era o Prêmio Odair Firmino, e com esse recurso eles compraram o terreno. E, nesse terreno foi construído essa mandala, então, foi uma conquista grande de longa data, a gente já tem essa consciência do uso produtos orgânicos. Então, na mandala tinha hortas. Atualmente, está desativada a horta, por falta de mão de obra, porque os jovens começam também a buscar outros meios, outras alternativas, e o grupo está mais restrito. Mas, até pouco tempo tinha muitas hortaliças, tudo orgânico, essa é a nossa grande defesa com o meio ambiente. Tem essa questão ambiental, em relação ao cultivo de hortaliças sem agrotóxicos. Mas, que tem a Casa de Sementes, onde tem as sementes crioulas, que a gente tem esse cuidado de manter toda essa questão das sementes, no sentido que o governo tem as transgênicas, mas que a gente acredita que a semente crioula, por não ter agrotóxico, por não ter nenhuma modificação genética, ela é mais resistente a pragas, por isso que a gente faz esse cuidado, tem esse cuidado de conservar essas sementes crioulas nesse espaço Casa de sementes, denominada de Chico Avelino, é o nome da Casa de Sementes, pai do Manoel Leandro. Então, é uma homenagem também para ele, a casa de sementes, que está localizada no espaço Mandala. (2023).

Sobre o Projeto Meizinheiras do Pé de Serra, trazemos o relato de Dona Rina (2023), atualmente única a mulher envolvida nas tarefas de plantar, colher e transformar as ervas em xaropes, lambedores, pomadas e outros derivados, na comunidade⁹⁸: “Nós era três, eu Iraci, Peinha. Aí, Iraci faleceu e Peinha ela, ela está doente, ela nem se levanta, nem anda nem se alimenta, ela se alimenta por sonda. Aí ficou só eu aqui no Chico Gomes, mas eu achei muito ruim ficar sozinha (risos)”.

Há de considerarmos, também, as preocupações que cercam a fala de Dona Rina em relação à transmissão do saber que acompanha, por gerações, as mulheres meizinheiras do Chico Gomes, mas que, atualmente, são poucos os jovens que procuram acessar esse tipo de conhecimento tão necessário à

98 Gostaria de registrar que, do grupo de mulheres Meizinheiras, apenas Dona Rina vem representando e dando continuidade aos trabalhos das Meizinheiras, visto que Dona Iracy faleceu e Dona Peinha encontra-se enferma em função de um AVC. Constatação que fizemos em visita à casa de dona Peinha, quando nos foi apresentado ao quadro de saúde D. Peinha por sua filha, Aparecida, que naquele momento nos dizia que iria representar a sua mãe no grupo das Mulheres Meizinheiras.

vida da comunidade. Contudo, mesmo considerando as atuais circunstâncias em que se encontra o Grupo das Mulheres Meizinheiras do Chico Gomes, vale ressaltar que os resultados são apontados em outros documentos consultados para a realização desse estudo. Um deles é o relatório apresentado por Solange Filgueiras à Cáritas Diocesana do Crato, intitulado: Pastoralidade, Cultura da Solidariedade e Bem viver.

Nesse relatório, constata-se que através do Projeto Meizinheiras do Pé de Serra, essas mulheres construíram para si outras motivações diárias, experimentaram outras sensações que extrapolaram os terreiros de suas casas, tudo isso graças aos momentos de socialização e de convivência com outros grupos de mulheres meizinheiras. Como bem recordou Dona Rina: “Foi muito bom, juntou as mulheres da Batateira, do Jenipapo, aí a gente saiu para um bocado de canto! Ai, foi muito bom as experiências de uma para outra” (D. Rina, 28 outubro, 2023). A fala de Dona Rina é complementada pelo que se tem registrado no relatório:

São produzidos xaropes, lambedores, pomadas, garrafadas, sabonetes e xampus; realizadas reuniões de divisão de tarefas para os momentos de preparação dos viveiros de mudas, decantação de essências de plantas e ervas. Como se não bastasse, as aprendizagens são repletas de alegrias, cantos, danças, rezas e orações. Aprendem juntas nos diversos intercâmbios de experiências entre as comunidades; nessas trocas refletem sobre o atendimento no posto de saúde, as doenças que estão acometendo as pessoas, numa verdadeira conexão desse fazer com a política Nacional de Educação popular e saúde. (Relatório, 2023).

Desse projeto, foram elaborados vários materiais pedagógicos, sendo um deles a confecção da Cartilha Meizinheiras do Pé de Serra. Nessa Cartilha estão reunidas algumas das experiências pelas quais Dona Rina nos relatou, afirmando que as Meizinheiras do Chico Gomes compartilharam as suas receitas de xaropes, lambedores, sabonetes, banhos, infusões e outros saberes populares com outros grupos de mulheres Meizinheiras.

Figura 1 - Cartilha: Meizinheiras do Pé de Serra



Fonte: Capa Revista Meizinheiras do Pé de Serra, s/d.

A Cartilha se traduz pela riqueza de informações, seja textual, seja de imagens, dando conta, inclusive, da fala de algumas Meizinheiras sobre receitas de lambedores, onde estão descritas as ervas, as cascas e plantas medicinais utilizadas e suas respectivas indicações terapêuticas, além de descrever as oficinas realizadas durante os anos de execução do projeto. Para as Meizinheiras do Pé de Serra: “Saúde é Felicidade!”. Nessa Cartilha encontramos, ainda, O Canto das Meizinheiras:

Seu doutor
Seu doutor
Cheguei para me receitar
Seu doutor
Seu doutor
Cheguei com dor de barriga
Uma caganeira de estralar

Seu doutor
Seu doutor
Só porque não tem dinheiro
Eu tenho que esperar
Passa o nove, passa o dez
E tempo se passando
Terminei foi me cagando
Seu doutor
Seu doutor
Tomando chá de cidreira, papaconha e camomila
Foi se embora a caganeira
Passando a dor de barriga
Tomando chá de embiriba.
(s/d, p. 28)

Quando se propôs estudar e analisar as práticas populares de saúde por meio das práticas de uso de plantas medicinais, desvelando os saberes terapêuticos desenvolvidos pelo grupo de mulheres Meizinheiras do Pé da Serra, Araújo (2016) deixou claro que

[...] as meizinheiras são narradoras de suas vidas, da comunidade e destes costumes. Thompson (1998, p. 22) pondera que o costume “[...] pode representar e preservar a necessidade da ação coletiva, do ajuste coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e domínio do que eles coparticipam”. As agricultoras, mais do que quaisquer outras pessoas, são as guardiãs desses conhecimentos (p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta experiência de pesquisa, muitas questões surgiram a partir das problemáticas indicadas para o desenvolvimento deste estudo. Uma delas foi a necessidade de se alinhar esta análise aos debates sobre História Pública, tão latentes nos documentos analisados e tão frequentes nas narrativas orais dos entrevistados quando tratavam de temas como Meio Ambiente, Patrimônio

Natural e Cultural, Direitos das Comunidades Tradicionais, Sustentabilidade, Práticas Populares e de Saúde⁹⁹, Educação, enfim.

Com isso, importa que compreendamos os sentidos produzidos com as leituras que fizemos durante a pesquisa, a exemplo da forma como os Projetos desenvolvidos pela Cáritas Diocesana do Crato cumpriram seus objetivos quando contribuíram para fortalecer as formas de organização da Comunidade Chico Gomes. Esses projetos contribuíram com o fortalecimento e o entendimento da sua territorialidade e da sua identidade enquanto Comunidade Tradicional, tendo como base o seu território, a sua cultura, a sua relação com a natureza, tão fortemente lembradas na interação com o meio ambiente. Embora tenhamos usado o termo Comunidade Tradicional, destacamos que uma das maiores lutas que vem sendo travadas pelos moradores da Comunidade Chico Gomes é o seu reconhecimento como remanescentes dos indígenas Kariri e, assim, conquistarem o direito de serem declarados como comunidade tradicional.

Outra contribuição importante desta análise é sobre as práticas e os saberes terapêuticos desenvolvidos pelas Mulheres Meizinheiras do Chico Gomes quando plantam, manipulam as ervas utilizadas na produção de lambedores, chás, e, também, nos banhos e nas rezas, traduzindo, inclusive, a experiência e o legado que imprimem algumas das marcas que confirmam a sua ancestralidade com os indígenas Kariri, e ao se relacionarem com a natureza e meio ambiente, de maneira equilibrada e harmoniosa, propiciando condições de permanência e de exercício do multiculturalismo cultural, como a reprodução de tradições proteção dos ecossistemas e biomas e sustentabilidade ambiental.

Por fim, porém não menos importante, enxergamos por meio dos Projetos desenvolvidos pela Cáritas Diocesana de Crato na Comunidade Chico Gomes, uma gama de possibilidades para estudos de pesquisa e de extensão das universidades públicas e particulares da região do Cariri Cearense, pois que, em função da quantidade de elementos que cercam a cultura, a economia, a saúde e a tradição daquela comunidade, é possível aos pesquisadores da

⁹⁹ Esse termo é utilizado pela pesquisadora Bruna Xavier Araújo, onde explica que a sua proposta é “analisar as práticas populares de saúde através das experiências de apropriação, manipulação e uso de plantas medicinais do grupo Meizinheiras do Pé da Serra, localizado no município do Crato, estado do Ceará” (2016, p. 22). Neste texto, utiliza-se o termo plantas medicinais, assinalando a importância dessa expressão tanto para o uso popular quanto para o saber científico. Plantas medicinais é um termo de fácil compreensão, popularmente difundido, tornando-se entendível no contexto acadêmico e em outros espaços.

região desenvolverem cursos de extensão e projetos de pesquisa de modo interdisciplinar, envolvendo temas no âmbito político-educacional, cultural, científico e tecnológico.

Os sujeitos envolvidos na história da Comunidade Chico Gomes vivem, apropriam-se e relacionam-se à sua maneira com o território, por meio da luta pela conquista da terra, atribuindo-lhe significados. Conforme Certeau (1994, p.42), “essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural”, ou seja, ao se apropriarem do espaço, os moradores da Comunidade do Chico encontram maneiras de inscrever suas próprias histórias e significados naquele ambiente, transformando-o de acordo com suas concepções, vivências e visões de mundo.

REFERÊNCIAS

FONTES

Cartilha Meizinheiras do Pé de Serra. (2014). Fundo Arquivo documental da Cáritas Diocesana de Crato.

Comunidade do Chico Gomes. Plano de ações comunitárias: pacto. (2018). Fundo Arquivo documental da Cáritas Diocesana de Crato.

Filgueiras, S. (2023). Relatório apresentado à Cáritas Diocesana de Crato. Juazeiro do Norte – CE.

Instrumental de diagnóstico com os grupos (2013). Fundo Arquivo documental da Cáritas Diocesana de Crato.

Projeto de desenvolvimento solidário, sustentável e territorial: educação contextualizada, energia solar e agroecologia: capacitando jovens, promovendo a vida e conservando o meio ambiente em comunidades da Diocese de Crato. (2012). Fundo Arquivo documental da Cáritas Diocesana de Crato.

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. (2018).

Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 49-50. Recuperado em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso.

Termo de cooperação técnico-financeira nº 03/2019. (2019). Fortaleza. Fundo Arquivo documental da Cáritas Brasileira Regional Ceará.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Araújo, A. G. de. (1971). **A cidade de Frei Carlos**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. (Coleção Estudos e Pesquisas, v. 5).
- Araújo, B. X. de. (2016). **Raízes da cura: os saberes e as experiências dos usos de plantas medicinais pelas Meizinheiras do cariri cearense**. (Dissertação de mestrado inédita). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Certeau, M. de. (1994). **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. Petrópolis: Vozes.
- Costa, L. F. da. (2019). **Saberes tradicionais, memória e cultura: uma análise das práticas culturais da comunidade remanescente de Quilombo do Itacuruçá (Abaetetuba/Pará)**. Dissertação (Pós-graduação em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Cametá.
- Costa, R. H. (2007). Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, 9-46, Recuperado de <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>.
- Costa, R. H. (2014). **Viver no limite: território e multitransterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.
- Cunha, M. I. da. (2010). **Trajetórias e lugares de formação da docência universitária: da perspectiva individual ao espaço institucional**. Araraquara, SP: Junqueira Marin; Brasília, DF: CAPES, CNPq, Recuperado de https://books.google.com.br/books?id=E7Z2DwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.
- Delgado, L. de A. N. (2006). **História oral: memória, tempo identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- Fernandes, B. M. (2013). Territorios: teoría y disputas por el desarrollo rural. **Revista novedades en población - RNPS**: 2106, nº 17, 116-133.
- Jucá, G. N. (2011). **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Premium.
- Martins, M. L. (2007). **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume.
- Melo, J. P. (2017). **Índios Cariri, identidade e direitos no século XXI**. (Tese de Doutorado inédita). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- Moreira, R. M. (2019). **Geossítio Batateira – Memórias em movimento: tramas territoriais e ambientais no Cariri cearense**. (Tese de Doutorado inédita). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- Nascimento, M. L. (2019). **Na Chapada do Araripe, agricultores do Sítio Chico Gomes resistem com a cultura**. Recuperado de: <https://www.brasildefatope.com.br/2019/02/25/nossa-comunidade-e-terra-de-conflito-assim-como-todo-o-semiarido-brasileiro>.

ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL

Filgueiras, S. S. (Entrevista pessoal, 07 de agosto de 2023).

Rina, D. (Entrevista pessoal, 28 de outubro de 2023).

Nascimento, A. R. S. (Entrevista pessoal, 28 de outubro de 2023).

Nascimento, M. L. (Entrevista pessoal, 20 de abril de 2022).

Santos, F. J. L. (conhecido como Preto, (Entrevista pessoal, 28 de outubro de 2023).

2.3 “O ESPELHO DA BOCA”: INTERFACES ENTRE A IMPLANTAÇÃO DE CLÍNICAS ESCOLARES DENTÁRIAS E A ASSISTÊNCIA À SAÚDE BUCAL INFANTIL NOS ANAIS DOS CONGRESSOS ODONTOLÓGICOS LATINO-AMERICANOS (1920-1929)

Iranilson Buriti de Oliveira

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2020 foi comemorado, em Montevidéu, Uruguai, os cem anos do “I Congresso Odontológico Latino-americano”, no salão de Atos públicos da Universidade Nacional. Há cem anos, um corpo de profissionais de nove países da América Latina, incluindo o Brasil, reuniu-se para discutir, dentre uma série de temas livres, os projetos para a saúde bucal nas Américas, a contribuição do dentista para o progresso da nação e a importância da implantação do serviço dental escolar e de clínicas escolares dentárias. As mazelas que atingiam a população da América Latina ocupavam as mentes dos congressistas, desejosos por um novo tempo, uma nova hora para essa “sofrida” gente do continente americano.

Os congressos odontológicos latino-americanos alimentaram foram fruto da articulações de cirurgiões dentistas¹⁰⁰, porém, tais encontros alimentaram o sonho de professores, de estudantes dos cursos de odontologia, de governantes e de segmentos da população em relação a duas problemáticas cruciais que, de modos muito semelhantes, acometiam a América Latina nesse período: a saúde bucal e a assistência à infância escolar.

Ao consultar os anais desses congressos, é perceptível que os temas livres ou memórias¹⁰¹ apresentados pelos congressistas fizeram emergir os desejos, os projetos e as utopias em torno da resolução dos problemas, representando a esperança de ver cada nação mais saudável, educada e moderna. Aos temas livres se articularam propostas de reformulação do ensino odontológico, a reorganização dos serviços de saúde¹⁰², o aumento das campanhas em prol da educação sanitária, a postura ética do profissional frente ao charlatanismo, a

¹⁰⁰ O I Congresso foi resultado de um conjunto de articulações dos profissionais do Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Guatemala, Peru e Venezuela.

¹⁰¹ As comunicações orais dos referidos congressos eram denominadas de temas livres ou memórias.

¹⁰² O Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920, dispõe acerca da reorganização dos serviços da saúde pública no Brasil, enquanto o Decreto 14.354, de 15 de setembro de 1920, refere-se à aprovação do regulamento para o DNSP.

urgência da implantação do serviço dental escolar e da expansão dos gabinetes dentários nas escolas com o auxílio das Sociedades Protetoras da Infância, dos Institutos de Proteção à Infância, das Diretorias da Educação Primária, da Inspeção Médico-escolar, dos Conselhos Gerais de Educação, da Fundação Rockefeller e da Cruz Vermelha.

As narrativas que circularam¹⁰³ nos congressos latino-americanos de Odontologia nas décadas de 1920 e 1930 construíam cenários de esperanças nos novos governos, ao mesmo tempo em que davam visibilidade à caótica paisagem da saúde dentária nos países da América Latina, descritos como territórios habitados por gente doente e por uma série de doenças que molestavam a população, dentre as quais pulpíte, sífilis bucal, alveolite, câncer, aftas, ulceração, estomatites, erosões orais, tártaro, cáries e placa bacteriana. Uma biopolítica foi instituída na América Latina, tendo em vista o controle da boca doente. Na Colômbia, por exemplo, essa biopolítica foi implantada nesse contexto, tendo em vista

... las inquietudes que causaban ciertas enfermedades que podían afectar aspectos comerciales y económicos, determinados rasgos de los habitantes y sus formas de vida, las características de las ciudades y de su infraestructura, algunas costumbres que incidían en el rendimiento de los trabajadores o la precariedad de los servicios de las viviendas que resultaban dificultando una disposición adecuada de excretas, contaminaban el suelo y propagaban enfermedades. Se hallaron también problemas en La conservación de alimentos –leche y carne, por ejemplo – y en costumbres alimenticias que desmejoraban la salud de los niños. También, la infancia y el vínculo madre-hijo captaron la atención de los gobernantes (PEDRAZA, 2012,p.9)¹⁰⁴.

Os Anais dos Congressos constituem relatos marcados por um olhar atento aos detalhes em torno dos espaços que cercavam a população latino-
103 Acerca dos conceitos de produção, circulação, distribuição e consumo de informações, estamos dialogando com Roger Chartier. Para Chartier, a relação entre produção de discursos e leitores não é apenas uma relação de imposição da informação dominante, de assujeitamento, mas sim uma relação de negociações, aceitações e recusas do leitor. CHARTIER, R. Textos, impressão, leitura. In: HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.
104 “As preocupações causadas por certas doenças que poderiam afetar aspectos comerciais e econômicos, certas características dos habitantes e seus modos de vida, as características das cidades e sua infraestrutura, alguns costumes que afetavam o desempenho dos trabalhadores ou a precariedade dos serviços das casas que dificultavam o descarte adequado de excrementos, contaminavam o solo e disseminavam doenças. Havia também problemas na conservação de alimentos - leite e carne, por exemplo - e em hábitos alimentares que prejudicavam a saúde das crianças. Além disso, a infância e o vínculo mãe-filho chamaram a atenção dos governantes” (PEDRAZA, 2012, p.9).

americana. Nos anais dos congressos, nos jornais (El Tiempo, El Espectador, El Colombiano, El Heraldo) e nas revistas (Revista de odontopediatria Latinoamericana, Oral Hygiene, Revista Brasileira de Odontologia, Revista Mexicana de Odontologia, Revista Odontológica Latinoamericana, dentre outras) os escolares eram lidos e diagnosticados como um corpo enfermo, necessitando de cuidados e prescrições odontológicas e pedagógicas. À odontologia cabia diagnosticar a boca e à educação foi reservada a pedagogia da mente, escriturando para os sujeitos novas lições de como se comportar enquanto um “soldado da pátria”, livrando-se, assim, das moléstias que atacavam devido à ausência de hábitos saudáveis, a exemplo de uma boa escovação bucal, do consumo moderado de açúcares e do cuidado com a bucalidade. Enquanto a odontologia ampliou seu campo de competências nos anos 20-30, a educação recepcionou esse conhecimento buco-dentário e o fez circular no âmbito escolar por meio de boletins, encartes de materiais didáticos, capítulos de livros de Iniciação à Ciência, propagandas sanitárias e “lições de coisas (aulas temáticas que eram ministradas pelos professores sobre diversas temáticas).

Com fins pedagógicos e profiláticos, as instituições odontológicas realizaram intensas batalhas discursivas visando sensibilizar governos e autoridades escolares (inspetores, diretores de instrução pública, professores) para a criação de clínicas dentárias infantis e serviços dentários gratuitos nas escolas públicas, dispensários e institutos de proteção à infância. Os cuidados para com a saúde bucal das crianças latino-americanas constituíram-se em problemática emergente desde os finais do século XIX, o que suscitou, desde então, estudos e pesquisas elaborados por dentistas, médicos, educadores e sociedades civis organizadas. Essas questões foram amplamente discutidas por meio de congressos e de conferências nas áreas de Odontologia e Higiene, que deixaram registros em revistas, boletins profissionais e materiais de campanhas educativas.

Em muitos países foram instituídos concursos e festas para divulgarem os cuidados para com a saúde oral, a exemplo da festa da Escova de Dentes (Chile), do Concurso de Bons Dentes, da Campanha dos 28 Dentes, da Semana do Sorriso (Brasil), do Concurso de Desenhos e do Concurso de Frases (Colômbia). O Serviço Dental Escolar ganhava notoriedade e era publicizado por meio de diferentes tecnologias discursivas, como o hino à Escova de Dentes, um canto escolar com piano, escrito pelo músico chileno Humberto Allende, em 1919, para o I Congresso Odontológico Latino-americano (MONTALVA, 1925, p. 740).

A boca, na sua materialidade corpórea, passou a ser cada vez mais disciplinada, situada num corpo vigiado por dentistas, médicos, professores, pais e autoridades públicas. O corpo da criança, identificado como um híbrido de humano e máquina, era visto como algo a ser domesticado por ações educativas que atingiriam o âmago da alma dos futuros cidadãos. A busca pela perfeição da saúde/beleza do sorriso e da boca envolvia dinâmicas sociais, rupturas culturais, reconfigurações de gênero e de geração. Não se tratava apenas de implementar um controle racional da saúde bucal e corporal, mas de criar tecnologias de controle da moral das crianças e normalizar seus costumes na tentativa de exercer um rigor científico-político do cenário escolar. Assim, em cada país, o Estado tomou as rédeas da saúde escolar no início do século XX, tentando regular, por sua vez, o comportamento dos alunos e de suas famílias, escriturando um elo entre a escola e a instituição familiar (DONALD apud SILVA, 2000, p.91).

A partir dessas questões até então apresentadas, objetivamos, estudar as aproximações e circulação de prescrições educativas em torno da saúde bucal na América Latina nas décadas de 1920 e 1930, as narrativas que circularam no período supracitado emitidas por cirurgiões dentistas, educadores e autoridades públicas que escreviam e inscreviam na história latino-americana vários enunciados sobre as identidades dos sujeitos, discutindo, também, como as escolas liam e se apropriavam do discurso odontológico acerca da implantação das clínicas escolares dentárias.

Portanto, buscaremos analisar a circulação de ideias educativas na América Latina, investigando seus conectores culturais, mediante fontes como os anais dos congressos de odontologia, artigos de jornais e revistas, decretos e leis (saúde e educação) e propagandas de produtos voltados para a saúde bucal e à prevenção de doenças. Conforme Gruzinski (2001) e Oliveira (2013), nos estudos pós-colonialistas são relativamente recentes as perspectivas de análise historiográfica assinaladas, como a pesquisa aqui projetada, pela ênfase na circulação de saberes, ideias, concepções e indivíduos, os quais podem se caracterizar “como conectores entre diferentes culturas”. Dessa forma, “a dimensão da história conectada vai além da simples comparação entre diferentes sistemas de ideias” (OLIVEIRA, 2013, p. 18).

A partir desse corpus documental, desenhamos algumas questões que nortearam a pesquisa: 1) como ocorria o processo de circulação de ideias educativas, transferência intelectual, leitura e apropriação dos discursos sobre o serviço odontológico no cenário escolar na América Latina? 2) Quais as aproximações e distanciamentos entre a saúde bucal e a educação dos espaços

escolares? 3) Como foram construídas as identidades dos sujeitos na relação entre saúde bucal e educação do corpo? Como foram agenciadas a implantação dos gabinetes dentários e do serviço dental no cenário escolar?

A congregação de uma classe profissional em nível regional, como ocorreu durante os congressos de odontologia latino-americanos, demonstra uma estratégia profissional pautada na articulação de uma rede de poder que oportunizou a divulgação, produção e agenciamento de saberes, que se conectaram e se distribuíram gestando novas paisagens, na medida em que decisões, conhecimentos e ideias se transformaram em normas, práticas, publicações nos países participantes dos eventos.

Dessa forma, a produtividade discursiva dos Anais dos Congressos Odontológicos Latino-Americanos que aconteceram nos anos 20 e 30 (séc. XX), sobre a saúde dentária e educação na América Latina, refletem a circulação do conhecimento odontológico, as prescrições odonto-pedagógicas, o agenciamento discursivo e a produção de novas sensibilidades. É nesse contexto que emergem os congressos latino-americanos de odontologia, resultantes, também, de um conjunto de medidas profiláticas visando à saúde da população, como por exemplo: a implantação dos postos de profilaxia rural no Brasil, a presença da Fundação Rockefeller na América Latina¹⁰⁵, a expansão da Cruz Vermelha/Cruz Roja no auxílio à saúde dos escolares na Colômbia e em outros países, as campanhas em prol da instalação de gabinetes dentários nos grupos escolares, a expansão de clínicas dentárias nas principais cidades dos países, o crescimento de faculdades de Odontologia, a emergência de legislação específica para a Odontologia¹⁰⁶, além de campanhas de educação sanitária nos espaços escolares.

De acordo com os Anais pesquisados, era notório o número de escolares desdentados, com problemas dentários ou com doenças bucais frequentes nas primeiras décadas do século XX nesses países, conforme registram os boletins estatísticos publicados nos Anais dos congressos de odontologia, os relatórios dos Diretores de Instrução Pública e os dados estatísticos da Revista *Oral*

105 Em parceria, os médicos e sanitaristas norte-americanos dialogavam cientificamente com médicos e sanitaristas do porte de Carlos Chagas, Arthur Neiva, Adolpho Lutz e Belisário Penna no Brasil; Carlos Durán e Geraldo Jiménez, na Costa Rica; Manuel Núñez Butrón, no Peru, estabelecendo objetivos e ações de saneamento e de educação médica. PALMER, S. Gênese da Saúde Global: A Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina. Palmer STEVEN. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2015.

106 Decreto-Lei nº 7.718, de 9 de julho de 1945, que assegura o direito ao exercício da Odontologia no Brasil. Na Colômbia, a regulamentação da profissão ocorreu em 1932. *Journal El Heraldo*, Medellín, 25 de junho de 1932, p.8. Na Argentina, o Código Penal de 1921 estabelece penalidades para o exercício ilegal da odontologia e de outras profissões.

Higiene, uma publicação que trazia artigos e anúncios dos diversos países da América e circulava nos países de língua espanhola, inglesa e portuguesa.

Entre o final da década de 10 e o início da década seguinte, vários países reorganizaram seus serviços de saúde, dentre os quais, a criação do Departamento de Saúde Pública do México (1917), a Direção Nacional de Higiene na Colômbia (1918), a Direção Geral de Saúde do Chile (1918) e a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública no Brasil (1919-1920)¹⁰⁷, e marcaram institucionalmente o período de crescente incorporação da saúde pública ao horizonte do Estado. Ou, em outra perspectiva, assistência pública e higiene social se tornaram tecnologias de governo. No Peru, a preocupação e obrigação do Estado com a proteção da saúde da população é explicitada desde 1920 na Constituição da República, e ratificada nas Cartas Magnas posteriores.

Com efeito, ao lado das reformas na saúde pública que ocorreram na América Latina, nas décadas de 10 e 20 do século XX, as reformas educacionais¹⁰⁸ são narrativas que celebram um “tempo novo”, conforme narra Zandra Pedraza, ao comentar as práticas de higiene e controle do corpo na Colômbia (PEDRAZA, 2012). Nesse contexto latino- americano, ganha cada vez mais visibilidade o discurso do dentista e sua circulação nos periódicos do período. Participando dessas reformas educacionais, o odontólogo contribuía para prescrever ideias higiênicas e levar homens e mulheres a se identificarem com a boca sadia, prescrevendo novas posturas em relação à boca e ao rosto e gestando novas sensibilidades corporais.

Destacamos, também, o trabalho que desenvolveu a Fundação Rockefeller e a Cruz Vermelha em alguns desses países, a exemplo do Brasil, do Peru e da Colômbia, apoiando campanhas de erradicação de doenças que molestavam a população. Assim, autores como Emilio Quevedo (2008), Christopher Abel (1996), Jerry Dávila (2007) e Castro Santos (2003) apontam a influência e participação da Fundação Rockefeller nesses países na área da saúde, na educação sanitária e, em menor grau, na saúde bucal. Tais autores analisaram dados que são de grande importância para compreender a maneira

¹⁰⁷ Em 2 de janeiro de 1920, por Decreto nº 3.987, foram reorganizados os serviços sanitários federais, sendo realmente criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), regulamentado em setembro do mesmo ano pelo presidente Epitácio Pessoa, caracterizando, assim, a Reforma Carlos Chagas.

¹⁰⁸ Nesse período, propunha-se reformas na instrução pública, a exemplo da Reforma colombiana de 1903, “reformulada” em 1926. Tratava-se de uma lei orgânica que fixou as bases fundamentais da instrução pública primária, secundária, industrial, artística e profissional. Esta lei foi regulamentada pelo decreto 491 de 1904. Na Argentina, ocorreu a reforma positivista do ensino batizada de Reforma Saavedra Lamas (1916). No Brasil, ocorreram Reformas em vários nos estados brasileiros, como a de 1917, na Paraíba. No Chile, a Lei Nº3.654

como ocorreu essa intervenção, a construção do conceito de saúde pública nesses países, assim como o desenvolvimento de determinadas profissões na área, como a enfermagem, a odontologia e a medicina.

O QUE DIZEM AS OUTRAS BOCAS

Apropriando-se dos textos e impressos de cirurgiões dentistas, de médicos e de pedagogos, o sujeito se (re) inventa, se (re) constrói, (re) educa o seu olhar, se lança numa viagem em busca de novas sensibilidades e de outros significados tanto para o texto lido quanto para si, pois cada ato de leitura é, para o leitor, um momento de “criação secreta e singular” (CHARTIER, 2001, p.214). Como diz Chartier, os textos não têm sentido estável, universal, imóvel, mas são construídos na negociação entre uma proposição (do autor) e uma recepção (do leitor), no encontro entre as formas e os motivos que lhe dão sua estrutura e as competências ou as expectativas do público que deles se apropriam.

É pertinente destacar que a leitura tem uma história e que a significação dos textos depende das “capacidades, das convenções e das práticas de leitura próprias às comunidades que constituem, na sincronia ou na diacronia, os seus diferentes públicos” (CHARTIER, 2006, p.35). Nesse lugar metodológico, tanto os textos quanto os discursos não são vistos como objetos que revelam uma realidade que se encontra oculta sob eles, mas constituem, eles próprios, modos de expressão da linguagem e do pensamento, sistemas construtivos das realidades, sendo, portanto, produtos materiais da mediação entre as realidades pessoais e sociais (MOGARRO, 2004).

Para dar conta da circulação de ideias sobre saúde bucal, lançamos mão do que Chartier denominou de apropriação¹⁰⁹ dos discursos, no sentido hermenêutico. Nessa perspectiva, a apropriação consiste no que os leitores [...] fazem com o que recebem, e que é uma forma de invenção, de criação e de produção desde o momento em que se apoderam dos textos ou dos objetos recebidos. Desta maneira, o conceito de apropriação pode misturar o controle e a invenção, pode articular a imposição de um sentido e a produção de novos sentidos” (CHARTIER, 2001b, p.67).

A construção de sentidos das modalidades do ato de ler e de escrever é resultante do encontro de dois mundos: o “mundo” do texto e o “mundo” do leitor. Portanto, o conceito de apropriação possibilita ao leitor, em grande medida, interpretar a multiplicidade de sentidos que ocorrem na recepção de um discurso médico-odontológico, representando o intervalo entre o objeto referente à obrigatoriedade do ensino primário gratuito foi aprovada em 26 de agosto de 1920. 109 Roger Chartier tomou de empréstimo o conceito de apropriação de Michel de Certeau.

“original” e as suas reescrituras. Chartier define o conceito de apropriação a partir do objetivo de elaborar

[...] uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenções às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer [...] que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1989, p.27).

Como maquinarias discursivas, os textos sobre a boca e suas doenças, bem como com os produtos e estratégias para curá-las e tornarem o rosto belo, começaram a ganhar visibilidade nos impressos e nos congressos científicas da área. Era urgente combater esses males, partindo de um diagnóstico da infância. Doença e fealdade versus beleza e saúde foram expressões que conseguiram cada vez mais notoriedade na publicidade¹¹⁰. Nessas novas configurações socioculturais, em Montevidéu, sob calorosos aplausos dos presentes, foi aberto em setembro de 1920 o primeiro congresso latino-americano de odontologia, uma iniciativa da Federación Odontologica Latino Americana, em parceria com sociedades odontológicas nacionais e departamentos de educação e saúde. Desse modo, dentistas como Carlos Berra, Lidoro Ponce e Juan Patrone (Argentina), Santiago Sartori e Rafael Shiaffino (Uruguai), Beatriz Roberts e J.A. de Campos (Brasil) desenharam novas propostas de intervenção odontopedagógica no cenário escolar e alertaram sobre questões concernentes à saúde e educação:

He deseado oír mi voz ante esta honorable Asamblea para reiterar una vez más La imprescindible necesidad de establecer em forma permanente, metódica, amplia y gratuita para lós pobres, la asistencia dental escolar. La asistencia dental del niño es una necesidad social y, por tal motivo, debe considerarse como una obligación del Estado proporcionarla. Más, debe ser realizada como

110 Podemos mencionar, em relação ao caso colombiano, da antropóloga Alicia Londoño Blair, o livro *El cuerpo limpio: higiene corporal en Medellín, 1880-1950* (2008). Blair mostra como o dispositivo da higiene vai introduzindo os imperativos da limpeza no espaço doméstico, a questão do limpo na esfera do ético, os códigos de higiene no projeto escolar e a cultura física como agente da estética e da higiene. Ordem e limpeza são preceitos da cultura que, no discurso médico positivista, adquirem justificação científica. A perspectiva usada por Blair ecoa as importantes análises de George Vigarello em livros como *Lo limpio e ló sucio* (1991) e *Lo sano y lo malsano* (2006).

exigencia reglamentaria escolar, de manera que no pueda ser eludida ni resistida; y para asegurar su resultado, deberá ser instalado em cada Escuela urbana um gabinete dental munido de los aparatos e instrumentos necesarios y dotado de un personal facultativo especial.¹¹¹

Essa preocupação com a saúde bucal da infância remonta ao século XIX, quando, gradativamente, os preceitos higiênico-sanitaristas se expandiram e fomentaram um conjunto de prescrições que visavam normatizar, orientar e ordenar a vida nos seus mais variados aspectos. O discurso médico-odontológico sobre doenças bucais aparece nos anais dos congressos e programas educativos desde o início do século XX, porém, ainda se sabe muito pouco sobre os processos históricos de circulação e recepção do discurso odontológico, e sobretudo, pouco se tem problematizado a higiene dental na perspectiva biopolítica ou a relação com questões como a ordem, progresso e educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Associações médico-odontológicas, escolas e famílias deveriam agregar esforços para “salvar” a boca das crianças. Nesse processo, observa-se que a escola foi se assemelhando a um “espaço de cura e civilização”, clinicando, difundindo hábitos de higiene e alimentação adequada, corrigindo vícios e práticas, num esforço de educar “mentes atrasadas, rudes e retardadas”. A utilização da escola “como espaço de práticas de higiene já era bastante difundida desde as primeiras décadas do século XX, e também na área odontológica” (CARVALHO & LOUREIRO, 1997).

É nessa cartografia de saúde pública, que o rosto, particularmente a geografia bucal, ganhou novas leituras. O discurso odontológico presente em anais, revistas, livros de civismo e manuais de civilidade, colocam o rosto, a boca e a sua ortopedia como espaços da percepção de si, da sensibilidade do outro, dos rituais da cura, da comunicação com o outro através do sorriso. Cuidar da saúde bucal é, também, uma tarefa do Estado, preocupado com

111 “Desejo fazer ouvir minha voz diante desta honrosa Assembleia para reiterar mais uma vez a necessidade essencial de estabelecer uma assistência permanente, metódica, abrangente e gratuita para os pobres”.

“O cuidado odontológico da criança é uma necessidade social e, por isso, deve ser considerado como uma obrigação do Estado em provê-la. Mas deve ser feito como uma exigência regulamentar da escola, para que não possa ser evitada ou resistida; e para garantir seu resultado, deve ser instalado em cada escola urbana um consultório odontológico equipado com os aparatos e instrumentos necessários e dotado de equipe facultativa especial”. PATRONE, Juan. *Asistencia Dental Escolar. Una necesidad impostergable. Segundo Congreso Odontológico Latino Americano. Buenos Aires, 1925, p. 730.*

o rosto cívico. Percebeu-se que não é apenas a boca que fala, mas também os dentes, o rosto, o sorriso, o hálito. Em palestra realizada no Rotary Club de Petrópolis sobre a assistência dentária infantil, o dentista Frederico Eyer lançou mão de simbologias cristãs, humanitárias e eugênicas para discorrer acerca da formação do povo brasileiro:

A obra da assistência dentária à infância é gigantesca e bem merece o concurso de todos os **corações bem formados**. É obra da mais **sublime caridade cristã**, e com Ella beneficiando a criança de hoje, acumulamos juro na **raça de amanhã, mais forte, mais sadia**, mais otimista e com maior disposição e entusiasmo pela vida e para os altos destinos de nossa pátria. Tudo que pela infância fizemos o faremos para maior glória do nosso Brasil. (EYER, 1937, p.310)

Em todas essas enunciações, as expressões faciais passaram a ser mostradas como gramáticas da beleza, da saúde, da estética nacional. Ter um rosto belo e um sorriso bonito transformaram-se em símbolos da nação do “progresso”. Renato Kehl adverte: “Antes de deitar-se para dormir é indispensável escovar os dentes. Os resíduos alimentares, a gordura, retidos entre eles, se não forem removidos, fermentam, apodrecem, ao fim de algumas horas, prejudicando os dentes, alterando o hálito e concorrendo para certos males de peores conseqüências” (1925, p.83).

REFERÊNCIAS

- BLAIR, Alicia L. **El cuerpo limpio: higiene corporal en Medellín, 1880-1950**. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2008.
- BOLETÍN de la Cruz Roja Argentina. Museo Social Argentino. 1946. pp. 127-130.
- CARVALHO, Cristina. L. & LOUREIRO, Carlos A. “A inserção da odontologia na saúde escolar”. **Cadernos de odontologia**, vol. 1, n. 1, 1997, p. 43-57.
- CASTRO SANTOS, Luis Antônio de; Faria, LINA. **Reforma sanitária no Brasil**. Bragança Paulista: USF, 2003.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1989.
- CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leitura. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Conversas de Roger Chartier com Carlos A. Anaya, Jesús A. R., Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001b.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Edunesp, 2007.

DIRECCIÓN NACIONAL DE SANIDAD ESCOLAR. Sanidad Escolar (1884-1960).

DONALD, James. Liberdade bem regulada. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Pedagogia dos monstros** - os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

EYER, Frederico. A Assistência Dentária Infantil. Palestra realizada no Rotary Club de Petrópolis em 28-1-.1936. *Brasil Odontológico*, vol. XIV, n. 1, p.308-310, 1937.

FARIA, Lina Rodrigues de.; SANTOS, Luiz Antonio de Castro. **A reforma sanitária no Brasil**: ecos da Primeira República. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

FEDERACIÓN ODONTOLÓGICA LATINOAMERICANA. Anales de su Primer Congreso Odontológico Latino-Americano (COLA). 17 a 23 de setiembre de 1920. Tomo I. Montevideo, Uruguay. Montevideo: Talleres Graficos. 1921.

FEDERACIÓN ODONTOLÓGICA LATINOAMERICANA. Segundo Congreso Odontológico Latino-Americano (COLA). 10 a 24 de octubre de 1925. Actas y trabajos. Tomo I. Buenos Aires, Argentina. Buenos Aires: Imprenta y Librería Denuble. 1928.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centauro: a “história cultural” no novomilênio. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 321–342, dez. 2003.

MOGARRO, Maria João. Os professores e os seus discursos: problemas de circulação e apropriação de modelos pedagógico-culturais. In: ALMEIDA, Malu (org.) **Escola e Modernidade**: saberes, instituições e práticas. Campinas-SP: Alínea, 2004.

MONTALVA, José Luis. Monografía y reglamento Del servicio dental escolar de La Republica de Chile. In: **Segundo Congreso Odontológico Latino-Americano** (COLA). 10 a 24 de octubre de 1925. Actas y trabajos. Tomo I. Buenos Aires, Argentina. Buenos Aires: Imprenta y Librería Denuble. 1928, p. 740. M

OLIVEIRA, Marcus A. BELTRAN, Claudia X. Uma educação para a sensibilidade: circulação de novos saberes sobre a educação do corpo do século XX na Ibero-América. **Revista Bras. Hist. Educ.**, Campinas-SP, v. 13, n.2(32), p.15-43, 2013.

OLIVIERI, Enrique. “Las clínicas escolares. Su organización y funcionamiento”. Ponencia presentada en el Tercer Congreso Panamericano

- de Lima en **El Monitor de la Educación Común**, 1925, pp. 74-77.
- PALMER, S. **Gênese da Saúde Global: A Fundação Rockefeller no Caribe e na América Latina**. Palmer STEVEN. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2015.
- PEDRAZA, Zandra. La disposición del gobierno de la vida: acercamiento a la prácticabiopolítica en Colombia. **Revista Estudios Sociales**, n. 43. Agosto de 2012.
- QUEVEDO, Emilio et al. Knowledge and power: the asymmetry of interests of Colombian and Rockefeller doctors in the construction of the concept of 'jungle yellow fever' (1907- 1938). **Canadian Bulletin of Medical History**, Ontario, v.25, n.1, p.71-109. 2008.
- REGULAÇÃO do setor saúde nas Américas: as relações entre o público e o privado numa abordagem sistêmica. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2006.
- VIGARELLO, Georges. **Lo sano y lo malsano**. Madrid: Abada, 2006.
- WARMILING, Cristine Maria. **Dos práticos à institucionalização da odontologia** (umestudo histórico da saúde bucal em Blumenau). 130 f. Dissertação (Mestrado em Mestrado Em Saúde Pública) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- WARMILING, Cristine Maria. **Políticas de Formação do odontólogo brasileiro**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
-

2.4 – A IMPRENSA CATHOLICA, EMBATES ENTRE IGREJA CATÓLICA *VERSUS* ESPIRITISMO E DISCURSO MÉDICO NA PARAÍBA REPUBLICANA (1889-1930)

José Pereira de Sousa Junior

PERCURSO DA PESQUISA

Este escrito é resultado de uma pesquisa de Pós-Doutorado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – PB, cujo objetivo era analisar o papel da imprensa católica em publicar matérias contendo os discursos médicos sobre o espiritismo e seus participantes ao longo da primeira República paraibana, em particular aqueles que tinham a mediunidade, tidos e vistos como loucos e demoníacos. Dentro deste contexto, é publicado no ano de 1921 no Jornal a Imprensa Catholica na Paraíba uma matéria intitulada “*O Espiritismo sua condenação pela Medicina*”, que traz as falas de vários médicos brasileiros e estrangeiros condenando a prática religiosa espírita. Ao longo da pesquisa, constatamos que os ataques ao Espiritismo e seus adeptos era justificado pela psiquiatria como sendo desequilíbrios mentais em decorrência da mediunidade, assim como as práticas de cura nos centros espiritas serem feitas sem registro médico.

Vale salientar, que esta e outras matérias contribuíam para aumentar as críticas e perseguições do Clero ao movimento espírita, endossado por médicos e psicanalistas que viam no movimento espírita um retrocesso à superstição e questionavam as teorias espíritas e a sua pretensão de legitimá-las nos domínios do campo médico/científico.

Entre 1870 e 1930, circulavam vários jornais católicos como *A Boa Nova* (Belém do Pará), *A Tribuna Católica* (Fortaleza – CE), *A União* (Recife – PE), *A Crônica Religiosa* (Salvador – BA), *O Bom Ladrão* (Mariana – MG), *A Ordem*, *O Tambor e o Mensageiro do Coração de Jesus* (São Paulo), *A Imprensa e a Voz da Mocidade* (Paraíba), *O Oito de setembro e A Ordem* (RN) e tantos outros. Temos ainda, os franciscanos que fundaram a Revista Vozes e os Redentoristas que fundaram o jornal e o almanaque Aparecida, isto fez com que tivéssemos uma expansão e ampliação da propaganda confessional da doutrina católica em várias partes do Brasil.

Analisando a quantidade de jornais de cunho religioso que surgiram no Brasil entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX, percebemos

que existe um claro interesse da Igreja em utilizar os jornais como forma de informar e defender os princípios que concernentes para o bem da sociedade, em particular da família, desde que a mesma estivesse em acordo com os ensinamentos da Igreja. Daí a importância, aos olhos da Igreja, da imprensa e na sua divulgação de seus ensinamentos religiosos, como também de combater o crescimento de outros movimentos religiosos durante a Primeira República, como o Protestantismo e o Espiritismo.

A boa imprensa é tudo, a má imprensa é o maior inimigo, o veneno mais pernicioso e sua ação, longe de ser um fator de progresso, será antes um princípio de morte e destruição para as classes sociais. Em nosso caro Brasil, pululam os jornais, mas não é grande, como era para desejar, o número de periódicos que compreendem a sua missão e o seu dever que lhes cabe de pugnar pelo bem comum da sociedade. (AEPB – Jornal a Imprensa, 22.04.1900).

Podemos afirmar, porém, que estas ações eram uma demonstração de força e poder da Igreja ante o governo republicano, mas, também, com vistas a não perder espaço junto aos fiéis católicos. A imprensa católica foi, ainda, um dos principais meios de reivindicação da Igreja pelos seus direitos tolhidos pelo Estado, como por exemplo, o ensino nas escolas públicas, e contribuiu para reorganizar e coordenar as forças católicas, com base nas proposituras traçadas pelo episcopado desde a pastoral de 1890 e reforçados pelas Cartas Pastorais e visitas eclesiais por várias cidades paraibanas.

Após a proclamação da República no Brasil, algumas medidas foram tomadas pelo governo especialmente em relação à Igreja que davam fim ao padroado¹¹² e do regalismo¹¹³. Essas medidas, entre elas o ensino laico, a secularização dos cemitérios e o casamento civil obrigatório, geraram sentimentos dicotômicos de alívio e apreensão. Neste período e posterior, a Igreja conseguiu se reorganizar devido à sua liberdade de ação, tendo como base de sustentação a criação de várias dioceses e arquidioceses em todo o Brasil, a exemplo temos a fundação da diocese da Paraíba em 1892 pelo bispo Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques.

Foi o primeiro bispo da diocese da Paraíba, criada pelo papa Leão XIII em 112 Padroado foi criado através de um tratado entre a Igreja Católica e os Reinos de Portugal e de Espanha. A Igreja delegava aos monarcas destes reinos ibéricos a administração e organização da Igreja Católica em seus domínios. O rei mandava construir igrejas, nomeava os padres e os bispos, sendo estes depois aprovados pelo Papa.

113 Doutrina que defende a ingerência do chefe de Estado em questões religiosas.

1892, por nomeação episcopal em Roma, a 2 de janeiro de 1894 e ordenado a 7 do mesmo mês, como também foi o seu primeiro arcebispo (14 de julho de 1914). Dirigiu a arquidiocese com pulso firme e polêmicas, notabilizando-se pelas pastorais em que condenava o liberalismo, o ateísmo, o socialismo, a maçonaria, o comunismo, o protestantismo, o espiritismo, o casamento civil, a emancipação da mulher e o relaxamento de costumes trazido pelo urbanismo e a industrialização.

INÍCIO DO ESPIRITISMO NO BRASIL, EM PARTICULAR NA PARAÍBA

Os primeiros movimentos do espiritismo no Brasil começaram no Ceará, com o Sr. Catão da Cunha, quase no mesmo tempo que na França. Porém, a propaganda da doutrina espírita só ganhou impulso a partir de 1865, na Bahia, com o Grupo Familiar do Espiritismo, que foi o primeiro centro espírita kardequiano do Brasil, de conhecimento público. Esse centro foi dirigido pelo Luís Olímpio Telles de Menezes¹¹⁴, que era membro do Instituto Histórico da Bahia. Quatro anos depois, ele criou o primeiro jornal espírita do Brasil, intitulado *O Echo d'Além Túmulo*, que o próprio dirigiu. Esse periódico era impresso na tipografia do Diário da Bahia e chegou a ter circulação no exterior. Porém, o tempo de vida do periódico foi curto. A Igreja Católica tratou de impedir a expansão do espiritismo na Bahia que, gradativamente, foi se enfraquecendo¹¹⁵.

Este jornal participou das lutas políticas em que vivia o país, engajando-se declaradamente na campanha abolicionista e na luta pela liberdade de culto e tolerância religiosa. *O Eco de Além-Túmulo* pretendia contribuir no processo de liberdade de consciência que estava em curso no país e manter um diálogo com os diferentes credos. Desde 1860 o Brasil vivia em clima de intensa disputa política em torno da questão da liberdade de culto. De um lado os católicos lutando para manter o catolicismo como religião oficial e para não dar espaços

114 Jornalista Luís Olympio Telles de Menezes nasceu na Bahia na cidade de Salvador. Iniciou uma fracassada carreira militar, depois se dedicou ao magistério e as letras. Em 1849, com um grupo de amigos funda um jornal A época literária, preocupado com as discussões científicas, literárias e históricas. De 1861 a 1865 exerce a função de tesoureiro do Instituto Histórico da Bahia. Foi também colaborador do Diário da Bahia. Em 1875 muda-se para o Rio de Janeiro e morre em 1893 numa situação de extrema pobreza.

115 Sobre esse momento inicial da História do Espiritismo no Brasil, Cf. **Os intelectuais e o espiritismo** de Ubiratan Machado; **Da elite ao povo**, de Sylvia Damazio; e **As Religiões do Rio**, de João do Rio.

para outras formas religiosas e de outro lado liberais, republicanos, maçons, protestantes exigindo liberdade de culto e a separação da Igreja do Estado. Os espíritas alinharam-se neste bloco, na busca por mais espaço e expansão de seus pensamentos religiosos, filosóficos, sociais e científicos.

Com todo esse ambiente, o espiritismo brasileiro atraía cada vez mais as críticas da Igreja, que propunha uma série de medidas para esclarecer os seus seguidores contra os erros do espiritismo. Os católicos ficaram horrorizados com as primeiras mensagens espirituais divulgadas pelos grupos espíritas que criticavam as injustiças, a escravidão e aceitavam todos os meios para repelir a opressão e a injustiça. Diz uma das mensagens: “*A revolução é o sagrado direito de um povo oprimido...*” (MACHADO, 1996, p.99)

Um dos principais fatores para a aceitação do espiritismo no Rio de Janeiro, no meio intelectualizado, foi a sua característica de caráter modernizador. A doutrina codificada por Allan Kardec trazia consigo características já inerentes ao universo religioso e cultural do Brasil: a crença em espíritos e no sobrenatural. Porém, com uma leitura científica, filosófica, moralizadora e, sobretudo, “civilizada” pela sua origem europeia. Esses pressupostos iam de encontro com os anseios de uma sociedade que almejava a modernidade no final do século XIX e as primeiras décadas do XX.

Por sua vez, a imprensa católica elaborava argumentos contra os espíritas e noticiava as discussões dos intelectuais. A repercussão nos jornais católicos e não católicos sobre as polêmicas eram grandes. Quando o *Jornal Comércio* de 1875 noticiou a primeira tradução completa do *Livro dos Espíritos* de Allan Kardec para o português, feita por Joaquim Carlos Travassos, a polêmica aumentou e estendeu-se para o período republicano. A Igreja dizia que o Espiritismo era um desrespeito ao Evangelho e ao espírito cristão, pois as ideais de revolução, de religiosidade natural, de fé raciocinada teriam efeitos nefastos sobre a ordem pública, a família e as tradições, atingindo toda a sociedade.

Assim como nas províncias da Bahia, Ceará e Rio de Janeiro, na Paraíba as primeiras notícias do movimento espírita remontam à década de 80 do século XIX tanto na capital a Parahyba do Norte (atual João Pessoa) como na cidade de Areia, localizada no Brejo paraibano. Isto se deve no nosso entendimento, a maior divulgação do espiritismo, impulsionado, também, pela publicação dos livros da codificação kardequiana para o português, o que facilitou o acesso de um número cada vez maior de pessoas as leituras espíritas.

No início do século XX, a Parahyba do Norte era a capital da então

Provincia da Parahyba, uma época em que poucas se atreveriam a falar, frequentar e praticar o Espiritismo. Eram os destemidos e audaciosos, de raciocínio largo que liam, dialogavam e conheciam a Doutrina Espírita. Não havia ainda um núcleo ou centro espírita, mas o livro Espírita estava ali, garantindo a ousadia para se ultrapassar as fronteiras do preconceito.

O que existiam eram apenas “Sessões de Caridade”, que aconteciam em residências onde eram atendidos os necessitados. Naquelas sessões a mediunidade aflorava em pessoas simples e sinceras, produzindo os mais extraordinários fenômenos de cura, vidência, clarividência, psicografia, psicofonia que maravilhavam e assombravam de estupefação a todos os presentes. Foi na residência do cidadão Manoel Alves de Oliveira que se realizavam uma dessas - Sessões de Caridade -, onde eram atendidas pessoas de todas as condições sociais, com a doutrinação de espíritos enfermos, o passe, a água fluidificada e o consolo da Doutrina dos Espíritos. Mas foi ali, naquele lar, que um reduzido número de pessoas resolveu fundar um grupo de estudos espíritas.

O movimento espírita na Paraíba não teve vida fácil, seja no aspecto material ou religioso. Vejamos por quê. Com a ascensão de D. Adauto à Diocese da Paraíba em 1892, iniciou-se uma ação constante do clero contra o movimento espírita paraibano, criando dificuldades a sua expansão, divulgação e prática. De acordo com Luiz Gonzaga e Souza Lima (1979), os núcleos espíritas eram bastante numerosos na Paraíba, contando com muitos bacharéis, professores, jornalistas e funcionários públicos, inclusive com a presença de familiares de D. Adauto. Ainda segundo Lima, D. Adauto em visita à cidade de Areia no ano de 1887 na condição de professor seminarista (em Olinda- PE), aproveitou-se de sua estada para realizar discursos contra a prática espírita, asseverando ser o espiritismo uma nefasta superstição, marcada pelo fanatismo e pela ignorância religiosa.

Quando D. Adauto torna-se Bispo da Paraíba, a rejeição e perseguição ao espiritismo e seus adeptos fica mais ostensiva. Neste embate contra o movimento espírita, a Igreja vai utilizar o jornal semanal A Imprensa Catholica, criado em 1893 pela Diocese paraibana. Além de ser utilizado para a divulgação das crenças católicas, reafirmar o poder e a importância da igreja na vida dos cidadãos paraibanos, este jornal também foi utilizado ao longo de sua existência jornalística para combater de forma contundente o espiritismo.

O JORNAL A IMPRENSA CATÓLICA E SEU COMBATE AO ESPIRITISMO NA PARAÍBA

No ano de 1897 é criado na capital da Província da Paraíba do Norte, o Jornal A Imprensa Cathólica, era de circulação semanal e dirigido pela Igreja. Em 1903 o jornal para de ser produzido por questões financeiras e volta a circular entre os anos de 1912 e 1943. Com um conteúdo voltado para as questões sociais, políticas e religiosas, tendo nas cartas pastorais os discursos que ditava os rumos da Igreja e de seus cidadãos, assim como grandes críticas ao comportamento social da população paraibana, assim como pesados ataques à maçonaria e ao próprio sistema republicano.

A criação do Jornal A Imprensa Catholica na Província da Paraíba, possivelmente foi um ato de promover a Igreja através de seus escritos, assim como disseminar entre seus leitores as bases de uma conduta moral, social e religiosa. Foi ainda, uma das estratégias de ação para a romanização, além de ser porta-voz dos interesses confessionais católicos. Era um jornal a serviço da Igreja e em defesa da “verdade” pautada na religião católica.

Vale salientar, que em muitos momentos de entusiasmo e orientados pelo clero, cometeu preconceitos hostis, intolerâncias religiosas e políticas, fazendo duras críticas ao espiritismo, ao protestantismo e travou debates acalorados contra a maçonaria. Dizia D. Adauto, “Á imprensa católica, sobretudo, está confiada a missão de salvar a sociedade, de vivificá-la. A ela cabe defender Jesus Cristo e a sua Igreja” (LIMA, 2007). Vejamos o que diz o editorial de A Imprensa, datado de 23 de janeiro de 1898.

Entre as mais elevadas manifestações do espírito humano, capazes de guiar todas as gerações ao alto escopo onde luz sublime resplandece o bem, a imprensa instruindo as classes dirigentes e formando-lhes o coração, como propaganda da ordem nas múltiplas relações da sociedade e particularmente em todo meio nacional, tem sempre um caráter de superioridade, é a portadora da opinião que nasce da crença profunda ou da convicção sincera. (AEPB – Fundo Chancelaria – Série – Jornais – A Imprensa, 1898).

Na verdade, o uso do jornal, deve ser analisado como sendo um ato de reação da Igreja na luta ideológica contra as correntes de pensamento da época como o liberalismo, o positivismo, o anarquismo, o protestantismo, o espiritismo e a maçonaria. Mas, não podemos deixar de destacar que a criação de um jornal, também marca a adesão da Igreja a modernidade do período, sem

deixar de lado seus princípios e valores conservadores e do tradicionalismo católico. O papel do Jornal A Imprensa era fortalecer e divulgar as ideias e ensinamentos religiosos e as normas de condutas morais, culturais e políticas na primeira República, tornando este jornal uma das principais vias e campos de atuação da Igreja Católica.

Tomando como referência Pierre Bourdieu (2004), em que o mesmo demonstrando que a “estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas” tende a assumir a função de instrumento de imposição e legitimação da dominação, contribuindo para assegurar a dominação de uma classe sobre outra. Nesse sentido, podemos dizer que a igreja tornou seu jornal um campo de poder atuante junto à sociedade e que passou a ser utilizado também, para combater seus inimigos em matéria religiosa, política e social, como a maçonaria, o protestantismo e o espiritismo.

A criação de uma imprensa católica estava baseada na divulgação de documentos e diretrizes pontificias, além de informar o clero local acerca do movimento da arquidiocese. Essas publicações tinham ainda, como objetivo organizar e difundir a doutrina cristã no acirrado combate ideológico da época contra os maçons, protestantes, ateus, hereges e outros porta-vozes de grupos políticos e religiosos que discordavam das posições da Igreja Católica. Conforme nos informa CUNHA MIRANDA (1988);

Com a finalidade de organizar as letras católicas, foi criado em 1910, na cidade de Petrópolis, o Centro da Boa Imprensa, que concorreu de modo especial para o desenvolvimento da imprensa católica no Brasil. Para alcançar esse objetivo, o centro passou a auxiliar os jornais a ele coligados, fazendo-lhes periodicamente remessas de artigos oportunos – e de conteúdo variado – (grifo nosso); servia de ponte de informações e consulta a respeito de questões de épocas; incumbem-se de defender a igreja das ofensas lançadas contra ela; promove a edição e propaganda de livros; contribui para a manutenção de bibliotecas e círculos de leitura, remetendo-lhes exemplares das edições de seus trabalhos e de outros editores. (CUNHA MIRANDA, 1988, p. 47).

Em 26 de novembro de 1900, o jornal vai transcrever uma nota que fora divulgada no jornal Mensageiro do Coração de Jesus, em Itu – SP, informando que o Papa Leão XIII reformara o índice dos livros proibidos e lançara outros decretos, entre eles, um que condenava quem publicasse, lesse ou conversasse

sobre o espiritismo, correndo o risco de ser lançado ao fogo do inferno. Isso demonstra o clima de medo que a Igreja despertava na sua população, ameaçando lançar no fogo do inferno aqueles que teimassem em divulgar e praticar o espiritismo.

O editorial da *Imprensa Catholica* datado de 24 de agosto de 1902, firmava a posição da Igreja no que diz respeito à prática espírita, a qual condenava não só o espiritismo, como também seus adeptos, pois a Igreja entendia que o espiritismo representava um perigo à saúde mental humana, e que poderia levar o indivíduo a praticar distúrbios sociais, provocados pela mediunidade ou espíritos trevosos, daí a recomendação da igreja para que seus adeptos se afastassem da “seita” espírita, sob a alegação de irem para o inferno.

Os confrontos entre católicos e espíritas entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do XX, denotam a luta constante dos espíritas em busca de espaço numa sociedade em que o catolicismo era a religião hegemônica e as teorias evolucionistas eram dominantes nas esferas científicas e intelectuais. As práticas espíritas, nesse contexto, se situavam na interseção das vertentes religiosa e científica.

Esse entendimento fundamenta-se nos escritos de Pierre Bourdieu. Nosso interlocutor defendeu a existência de campos científicos, religiosos, políticos, intelectuais e artísticos. Nesses campos existem, interiormente, uma “[...] luta pela imposição de uma definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo”. (BOURDIEU, 2004). No campo se enfatiza a dimensão dos conflitos, no qual os jogadores fazem usos de estratégias, buscando definir regras que determinam o que é legítimo.

Neste sentido, os embates entre católicos e espíritas tornam-se campos antagônicos de poder, em que ambos vão fazer uso das estratégias que dispõem para legitimar seu espaço. Sob a influência desse pressuposto teórico, compreende-se, então, que os espíritas assumiram a posição de um novo jogador em busca de reconhecimento na sociedade brasileira. Eram embates para a obtenção da legitimidade no espaço público e social das práticas espíritas. Como os espíritas defendiam uma doutrina que se definia como um sistema científico, filosófico e moral (religioso), seus embates foram nos campos científico, intelectual e religioso.

O ESPIRITISMO E SUA “CONDENAÇÃO PELA LOUCURA”

No ano de 1907 Carlos de Laet, intelectual católico e muito respeitado no meio jornalístico da época escreve uma coluna intitulada *O espiritismo e a loucura*. Neste artigo, o jornalista apresenta o espiritismo como uma prática alienada, supersticiosa e que poderia provocar a loucura em seus praticantes. Afirmava Carlos Laet, quem frequenta sessões espíritas está em perigo de ficar maluco. Um dos deveres da imprensa é clamar contra os focos desta moléstia¹¹⁶

Sob esse ponto de vista, pode-se compreender por que a Medicina e o Catolicismo foram os dois grupos sociais que mais intensa e diretamente conflitaram com o Espiritismo. Os embates entre espíritas e médicos ou representantes da Igreja Católica marcaram o surgimento e desenvolvimento desta nova doutrina na França e no Brasil.

Ao lado deste conflito, no campo religioso, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX, o Espiritismo começou a ser objeto de debate entre os médicos. Dentre estes, notadamente psiquiatras, questionava-se as teorias espíritas e a sua pretensão de legitimá-las nos domínios do campo médico/científico. Os médicos consideravam que, ao introduzir a ideia da existência de um elemento extra-material (o espírito), o Espiritismo seria, na realidade, um retrocesso à superstição. Dessa forma, as ideias espíritas seriam inaceitáveis numa época de conquistas intelectuais e científicas.

Analisando a presença e expansão do espiritismo no Brasil, percebemos que ao tentar buscar um espaço para sua atuação, espaço este dominado pela Igreja Católica, vamos presenciar os primeiros embates. O clero católico rapidamente classificou a doutrina espírita como herética. O principal argumento era que ela adotava princípios divergentes daqueles contidos nas bases doutrinárias do Catolicismo, além de ser considerada fruto de uma ação demoníaca.

Dentro deste espaço de disputas, é publicado no ano de 1921 no jornal a Imprensa Catholica na Paraíba uma matéria cujo título chamava-se “*O Espiritismo Sua condenação pela Medicina*”, em que traz as falas de vários médicos brasileiros e estrangeiros condenando a prática religiosa espírita. Para estes médicos, o espiritismo está condenado pela ciência, pois leva os seus adeptos a loucura. Portanto, evitar essa doutrina e fugir das sessões espíritas é o dever de todo homem sensato. Eis a fala de alguns deles.

116 Jornal a UNIÃO, 16.02.1907. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP. Serie Jornais.

Dr. Juliano Moreira, director do Hospital Nacional dos Alienados do Rio de Janeiro. *“A idéia do que faço sobre o espiritismo, como causa de loucura, está expressa na pagina 32 do Esboço de Psychiatria Forence, que há annos publiquei. O médium vidente, na minha opinião, não é um typo normal, é quase sempre um desequilibrado.”*

Dr. Franco da Rocha, director do Hospital dos Alienados de Juquery, em S. Paulo. —*Considero o espiritismo, como praticam, um grande factor de perturbações mentaes nervosas; actualmente o espiritismo concorre com a herança, com a syphilis e com o álcool, no fornecimento dos Hospícios e casas de saúde. Acho tão forte o seu contingente que a Lei devia tolher-lhe a marcha. O médium em um typo anormal, um desequilibrado.”*

Dr. Homem de Mello, director de uma casa de saúde para loucos em S. Paulo. *“O espiritismo é, no Rio de Janeiro, uma das causas predisponentes mais communs das loucuras. Os médiuns devem ser considerados indivíduos nevropathas próximos da hysteria”.*

Dr. Austregesilo, professor de moléstias nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. *“Hoje o espiritismo representa uma das cousas mais importantes do coeiffiente da internação do Hospício”.*

O dr. Marcel Viollet, medico dos Asylos de Paris, *“affirma que o espiritismo só tem contribuído para desenvolver o delírio e a loucura entre os seus frequentadores.”* (AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Jornal a Imprensa Catholica. Serie Jornais. 3 de agosto de 1921, ANNO XVIII, N° 47).

Através dos vários discursos acima, vemos o quanto a doutrina espírita era considerada pelos médicos – nem sempre de forma homogênea - um retrocesso na evolução do pensamento humano, as práticas espíritas eram atribuídas à fraude/charlatanismo ou a manifestação de evidentes problemas mentais. A definição do Espiritismo, enquanto um importante agente desencadeador de transtornos mentais disseminou-se para além do meio médico e chegou ao interior da igreja católica. Estes discursos proferidos pelo saber médico influenciaram também o clero, que passou a fazer referências constantes ao termo “loucura espírita” em suas homilias à nova doutrina.

A maioria dos profissionais, que se envolveu diretamente no confronto,

era de figuras de destaque dentro do ambiente acadêmico e das sociedades médicas. Eles desenvolveram uma expressiva produção acadêmica com o intuito de sustentar a tese de que o Espiritismo seria um importante agente desencadeador de loucura, além do fato dos médiuns¹¹⁷ espíritas exercerem ilegalmente a Medicina em variadas práticas de cura.

Apesar da amplitude alcançada por esse confronto de ideias no Brasil, pesquisas voltadas para a compreensão desse embate são muito escassas. A maior parte dos estudos sobre a história do Espiritismo analisa o seu surgimento na França, a sua chegada ao Brasil, os conflitos ocorridos campo religioso e científico, a sua disseminação e consolidação no imaginário social brasileiro. As práticas de cura exercidas pelos médiuns, classificadas como charlatanismo e exercício ilegal da Medicina, constituíram-se no principal objeto de investigação para a maioria dos autores que trabalhou com a questão da busca de inserção do Espiritismo no campo científico e seu conflito com a Medicina e a Igreja Católica.

As práticas de cura exercidas pelos médiuns, classificadas como charlatanismo e exercício ilegal da Medicina, constituíram-se no principal objeto de investigação para a maioria dos autores que trabalhou com a questão da busca de inserção do Espiritismo no campo científico e seu conflito com a Medicina e a Igreja Católica. Diante desse quadro, vale a pena insistir nas modificações ocorridas na atuação e no discurso da Federação Espírita Brasileira – FEB – que logo se dimensionaram para fazer frente à nova situação política daquele momento. Se antes da República os espíritas recebiam ataques constantes da imprensa, do clero, reclamações de médicos e mesmo acusações de charlatanismo, foi somente a partir de 1890 com a aprovação do Código Penal¹¹⁸, que os espíritas passaram a sofrer judicialmente processos condenatórios.

Dentro deste quadro nada amistoso entre o espiritismo e o clero, temos ainda a pressão da classe médica brasileira temerosa da disseminação sem controle do curandeirismo, passa a fazer pressão juntamente com a Igreja para que os legisladores elaborem um Código Penal em que possa conter as chamadas práticas mágicas e o espiritismo, além dos rituais de magia e adivinhações.

117 Médiun seria a pessoa que pode servir de intermediária entre os Espíritos e os homens. Dessa forma, os espíritas acreditam que os médiuns possam ouvir ou ver espíritos, bem como falar ou escrever sobre a influência de espíritos.

118 O Código Penal de 1890 estabelecia nos artigos 156, 157 e 158 punições às práticas mágicas, ao curandeirismo, ao charlatanismo e ao espiritismo.

De forma textual, o **artigo 157** dizia que praticar o *espiritismo*, a magia e seus sortilégios, usar talismã e cartomancia, para despertar sentimento de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim para fascinar e subjugar a credulidade pública, a pena seria de prisão de um a seis meses e multa de 100 a 500\$000 reis; Já no **artigo 158**, era vedado ministrar ou prescrever como meio curativo, para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro. Neste caso a pena seria de seis meses de reclusão e multa de 100 a 500\$000 reis.

Dentro deste contexto de enfrentamento, o movimento espírita brasileiro reuniu-se com o intuito de solicitar mudanças do novo código penal, pois o mesmo em seus artigos restringia de forma intolerante a prática do espiritismo, afinal não estávamos num estado laico? Mas, que laicidade é esta que coibir um movimento religioso de funcionar e pune seus integrantes com prisão e multa. Neste caso, estamos diante de um contrassenso jurídico e uma prática de intolerância religiosa.

Por outro lado, os espíritas também foram usados como bodes expiatórios para diminuir a oposição do catolicismo ao novo regime, causada pelo desatrelamento entre a Igreja e o Estado. Em consequência do novo Código Penal, vários espíritas foram presos a partir de 1891. Em muitos processos, foram acusados de “*atentar contra a saúde pública*”.¹¹⁹ A socióloga Célia da Graça Arribas defende que a reivindicação do caráter religioso do espiritismo durante a primeira República representou justamente a escolha de uma via de legitimação social. Esse caráter religioso não era algo definido desde o início do espiritismo – nem na França, nem no Brasil. Pois, apresentar o espiritismo como uma religião era visto como solução portadora de uma segurança legal que era sentida como premente para a existência do movimento espírita em chão brasileiro.¹²⁰

Diante de tal fato a Federação Espírita Brasileira (FEB) vai reclamar junto ao Ministro da Justiça a época, que era Campos Sales. Porém, seu relator representado na pessoa do advogado criminalista João Batista Pinheiro, limitou-se a dizer que o texto referia-se a pratica do “baixo” espiritismo, e

119 Em 1890 foi criado o Conselho de Saúde Pública e Inspetoria Geral de Higiene. Já havia deste o império uma preocupação quanto à vigilância sanitária, sobretudo nos portos. Mas foi com a instauração do regime republicano que as noções de vigilância sanitária e saúde pública começaram a receber os devidos cuidados e atenção dos governantes.

120 ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. São Paulo: Alameda, 2010. (p. 124).

suas práticas estavam diretamente relacionadas às crenças afro-brasileiras, que também foram proibidas de manifestação pelo mesmo código penal de 1890, punindo com prisão aqueles que praticassem crenças de origem africana, não é por acaso, que muitos terreiros de candomblé foram fechados em várias cidades espalhadas pelo Brasil e seus líderes (pais de santo ou mães de santo) foram presos e processados.

Argumentação da Federação Espírita remetia-se ao cerceamento da liberdade dos espíritas legisladas no artigo 157 do Código Penal. Para a FEB¹²¹, a criação do artigo foi considerada uma atitude arbitrária, intolerante e legislado envolto de ignorância sobre o que realmente seria o espiritismo. E sendo uma prática religiosa, era incoerente a sua criminalização, com a garantia do livre exercício religioso contido no Decreto 119-A de 1890.

No intuito de fazer uma contraofensiva e ao mesmo tempo uma defesa do espiritismo no Brasil, a FEB vai utilizar-se do Jornal *O Reformador*, situado no Rio de Janeiro para defender-se dos ataques que sofria e das punições previstas no Código Penal de 1890. Para a FEB, os artigos 157 e 158 que se acham no capítulo – *Dos crimes contra a saúde pública* – eram sinais evidentes de que seu autor desconhecia por completo o assunto sobre o qual legislou, ou seja, o espiritismo.

Mesmo diante das tentativas de sensibilizar o Ministro da Justiça, estas não tiveram efeito e foram frustradas ante o conservadorismo e influência que a Igreja Católica ainda tinha dentro as instancias de governo. Nesse sentido, temos aqui um campo discursivo jurídico, que legitimado pela lei e pelo artigo 157, que criminaliza a prática do espiritismo, sem abrir precedentes para ponderações, enfatiza que o objetivo era coibir a prática da medicina ilegal e acabar com o charlatanismo, já que os espíritas adotavam práticas que se inseriam nessas condições, assim, o espiritismo deveria ser enquadrado na forma da lei e seus adeptos punidos exemplarmente.

Dentro deste contexto, a publicação desses artigos geraram polêmicas. Muitos intelectuais os consideraram inconstitucionais e conservadores, ferindo os direitos assegurados pela própria Constituição Brasileira. Bezerra de Menezes em sua coluna “*Estudos filosóficos*”, no jornal *O Paiz*, quando do surgimento do código penal, publica vários artigos a favor do espiritismo. Procura fundamentar os seus argumentos na palavra de filósofos e nas experiências dos cientistas do mundo inteiro. Segundo ele, a lei decretada em

121 FEB – Federação Espírita Brasileira. Criada em 1884, cujo objetivo era preservar a unidade doutrinária e reunir de modo institucional os adeptos da prática espírita dispersos por inúmeros centros espíritas.

nome da República do Brasil, demonstrava um atraso medieval e um castigo inquisitorial.

Mesmo com o Código Penal de 1890 e as perseguições realizadas a espíritas e aos centros por estes frequentados, o espiritismo não arrefeceu, continuou a crescer e espalhar-se por dezenas de cidades brasileiras. Sobre isso, o historiador/pesquisador da Igreja Scott Mainwaring (1989) comenta que a expansão do espiritismo tornou aparente e preocupante para a Igreja o que era na verdade algo irreversível, pois a Igreja não estava efetivamente atingindo as massas, e isto estava contribuindo para o declínio do seu monopólio religioso, fato este que causava grande incômodo a sua hierarquia. Portanto, execrar os espíritas e, também protestantes tornou-se lugar-comum dentro da Igreja Católica.

No período de 1890 a 1910 houve diversas perseguições policiais ao espiritismo, sendo proibidas as sessões de muitos grupos espíritas. A Federação Espírita publicou em seu jornal *O Reformador* e reuniu artigos de jornais da imprensa não espírita acerca das perseguições promovidas contra os espíritas que militavam no interior do país. Os locais onde se realizavam as sessões espíritas eram apedrejados e às vezes os perseguidores colocavam até bombas e dinamites para destruir os lugares de reuniões.

Além da agressividade do código, a reação do clero era mais intensa, à medida que o espiritismo se difundia na sociedade. Não eram apenas as elites intelectuais e as classes baixas que aderiam ao espiritismo, as classes médias também. O fenômeno desencadeou uma contra ofensiva da Igreja, com os mesmos argumentos de sempre, tratando o espiritismo como obra do demônio. Sem dúvida, com o advento da República, o embate entre os espíritas e a Igreja se acentua, revelando por parte da Igreja segundo Miceli um esforço “de revidar aos argumentos e às versões anticlericais, de resistir ao proselitismo dos concorrentes maçons, protestantes e espíritas”. (MICELI, 1988, p. 53)

Em artigo intitulado *O que é um espírita* e publicado no Jornal a Imprensa Catholica de 1921 na Paraíba, o clero tenta definir o que seja um espírita de fato, e começa a fazer adjetivações preconceituosas e comparações a outras religiões, colocando ao final como praticantes de seitas satânicas e diabólicas. A tentativa de definição situa-se nestes termos.

Sim, afinal que é o espírita – catholico? Não, porque catholico é só o que acceita integralmente os ensinamentos da Egreja Catholica, e Ella condemna o espiritismo como seita e diabolica. Mas o espírita será christão? Tambem,

não; porque christão significa discípulo de christo, e Jesus Christo proíbe e reprova formalmente o diabolismo, que nada mais é do que o espiritismo. Então o espírita será judeu? Ainda, não; mas, pior que judeu; porque ao judeu, como se ver na Biblia, era prohibido severamente evocar as almas dos mortos, e o espírita faz o que nenhum judeu podia fazer. (...) Eis o que é espírita, um hereje, um apostata, um excommungado, indigno de ter ingresso no lugar santo durante a vida; indigno da sepultura sagrada após a morte; indigno dos sufrágios da Igreja por toda a eternidade. (AEPB – Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Serie Jornais. JORNAL A IMPRENSA BI-SEMANARIO CATHOLICO – Parahyba - Quarta-feira, 19 de outubro de 1921 - ANNO XIX N.19).

Como vemos a reação do clero é agressiva e mais intensa, à medida que o espiritismo se difundia na sociedade. O fenômeno desencadeou uma contraofensiva da Igreja e, usando os mesmos argumentos de sempre, tratava o espiritismo como obra do demônio. No discurso católico presenciamos uma aspereza do tratamento dado ao espiritismo sem maior diálogo e tolerância.

Provavelmente, os espíritas acreditavam que a Proclamação da República e de um Estado Laico deveria ter levado a uma maior liberdade e diálogo entre as diferentes correntes de pensamento religioso e filosófico. Porém, o que vemos na nossa pesquisa, é contra-ataques duríssimos em direção ao movimento espírita paraibano, e a criação de um estado de terror e medo que é incutido no seio da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões até apresentadas sobre os embates entre católicos e espíritas, nos remetem a refletir sobre a atuação do espiritismo no Brasil e em particular, na Paraíba. Nossa interpretação nos leva a acreditar, que o Espiritismo, seguindo o modelo das grandes religiões, também desenvolveu peculiar capacidade de apresentar interpretação do mundo, explicando a posição dos indivíduos nas estruturas de estratificação social e orientando a conduta moral, social e religiosa de seus integrantes, assim como fazia/faz o catolicismo.

É verdade, porém, que devido á relevante posição atribuída pela religião espírita a caridade e a fraternidade, como também a assistência espiritual e a educação dos seus participantes, os aspectos científicos tenham ficado no primeiro momento em segundo plano, porém, não podemos descartar a importância dos fenômenos mediúnicos que foram exaustivamente estudados

desde a codificação.

Em função do estilo racional e filosófico da doutrina Kardecista, o espiritismo passa a construir no começo do século XX, principalmente nas pequenas cidades do interior do Brasil, ideologia que se opõe a liderança do pensamento exercido pela Igreja Católica. Atingindo intelectuais de diferentes formações que buscava formas de inovação frente aos quadros conservadores – seja religioso ou político desta época – no Brasil. Assim, o espiritismo apresentava neste momento, um sistema filosófico-religioso diferente do pensamento católico tradicional e muito mais coerente com o estilo de pensamento científico deste período.

No nosso entendimento, o espiritismo foi igualmente capaz de preencher certas expectativas do pensamento racional vigente, possibilitando investigações de ordem comprobatória a respeito do próprio fenômeno mediúnic, por exemplo. A rejeição ao dogma católico e a adoção de procedimento sistemático na formação da doutrina espírita mostraram-se compatíveis com as aspirações intelectuais e de um número significativo da sociedade. Talvez seja compreensivo para a época pesquisada, o desconforto gerado no seio do clero com o surgimento e expansão da doutrina espírita, cada campo religioso evocando para si sua relevância e atuação dentro da sociedade. Daí, os embates da fé.

PRIMEIROS DIVULGADORES DO ESPIRITISMO NO BRASIL

Oito pioneiros personagens importantes para o nascimento do espiritismo brasileiro.

Luís Olímpio Teles de Menezes: Jornalista, professor primário e funcionário da Biblioteca Pública da Bahia, organizou em Salvador a primeira sessão espírita do país, em Salvador. Também fundou o primeiro centro espírita brasileiro, o Grupo Familiar do Espiritismo.

Casimir Lieutaud: Poeta e educador francês, conheceu o espiritismo juntamente com outros intelectuais que liam e debatiam as notícias vindas da França, incluindo o jornalista e escritor Machado de Assis. Em 1860, publicou um livro de tom espírita, *Les Temps Sont Arrivés*.

Antônio da Silva Neto: Liderança espírita no Rio de Janeiro, o médico foi redator e diretor da Revista Espírita, o segundo periódico de divulgação da

religião no Brasil (o primeiro, Écho d'Além-Tumulo, foi fundado em 1869, em Salvador, por Luís Olímpio).

Joaquim Carlos Travassos: Ao lado do advogado e poeta Francisco Bittencourt Sampaio, o médico e político carioca participou da fundação, em 1873, da Sociedade de Estudos Espíritos – Grupo Confúcio, o primeiro centro espírita da capital, que existiu até 1879.

Augusto Elias da Silva: Nascido em Portugal e morando no Rio de Janeiro, o fotógrafo fundou a Federação Espírita do Brasil, em 1º de janeiro de 1884. Também fundou, um ano antes, uma publicação de divulgação da nova fé, chamada Reformador.

Antônio Luiz Sayão: Advogado de São Paulo, aderiu ao espiritismo em 1878, quando sua esposa esteve à beira da morte. Líder da Sociedade de Estudos Espíritos Deus, Cristo e Caridade, defendeu a abolição da escravatura e publicou um livro de referência, Estudos Evangélicos.

Afonso Angeli Torteroli: O jornalista e professor italiano organizou o 1º Congresso Espírita Brasileiro, em 1881, no Rio de Janeiro. No mesmo ano, criou o Centro da União Espírita do Brasil, uma primeira tentativa de organizar uma federação. Traduziu várias obras de Kardec.

Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti: Cearense com carreira política bem-sucedida como vereador e deputado, o médico, militar e escritor impediu que a Federação Espírita do Brasil entrasse em colapso, em 1895, ao assumir a presidência pela segunda vez.

Fonte: <http://www.febnet.org.br/> - acessado em 12 de setembro de 2024

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de. *Uma fábrica de loucos: psiquiatria x espiritismo no Brasil (1900-1950)* - Campinas, São Paulo, Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. São Paulo: Alameda, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Gênese e Estrutura do Campo Religioso*. In: Bourdieu, Pierre. Sérgio Micelli (org.), 5 ed. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2004.

_____. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,

1989.

DAMAZIO, Sylvia. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1994.

GIUMBELLI, Emerson. *Heresia, doença, crime ou religião: O espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais*. Revista de Antropologia, vol. 40, nº 2, 1997.

_____. *Kardec nos trópicos*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, ano 3, n. 33, jun/2008. p. 14-19

FERNANDES, Paulo César da Conceição. *As origens do espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850 – 1914)*. Brasília – UNB. PPGS. Dissertação de Mestrado, 2008.

HENRIQUES, Dom Adauto Aurélio de Miranda. *Cartas Pastorais 1894 / 1935*. Paraíba do Norte. Arquidiocese da Paraíba. AEPB - Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

LIMA, Cônego Francisco. *Dom Adauto – Subsídios Biográficos – Tomo I e II*. João Pessoa: Editora UNIPÊ, 2007. (Coleção Água Fria)

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os Bispos do Brasil e a Imprensa*. São Paulo. Loyola, 1983. (Cadernos de História da Igreja no Brasil, 2).

MACHADO, Ubiratan. *Os intelectuais e o espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis*. Niterói: Lachartre, 1996.

MICELI, Sérgio. *Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1988.

_____. *Religião e Sociedade: a gestão diocesana na República Velha*. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Igreja Católica do Brasil: Uma Trajetória Reformista (1872-1945)*. 1988. Dissertação de Mestrado em História – UFPE. 1988.

SANTOS, Ednaldo Araújo dos. *Arquidiocese da Paraíba (1914 / 2014): História e Memória*. João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, 2013.

SILVA, Creusa Ribeiro da. *Práticas educativas no movimento espírita: Um Estudo Sobre a Casa da Vovozinha*. Dissertação de Mestrado, João Pessoa, UFPB, PPGE. 2006.

SILVA, Fábio Luiz da. *Espiritismo: história e poder (1938-1949)*. Londrina:

Eduel, 2005.

SCONTON, Roberta M. S. *Religião, ciência ou crime? Uma perspectiva de análise para o estudo do espiritismo kardecista no Brasil (1890-1950)*. In: XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade, 2006, São Bernardo do Campo - SP. Anais Eletrônicos do XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade, 2006.

2.5 – GUIDO THOMAZ MARLIÈRE, AN EMIGRATED FRENCHMAN SOLDIER WHO BECAME DIRECTOR OF INDIANS IN THE 1800s MINAS GERAIS: A BIOGRAPHICAL REINTERPRETATION

José Otávio Aguiar

THE FOREIGNER

“C’est l’inquiétude qui jette l’homme dans l’histoire” Raynal, 1777.

Among the many French who disembarked in Brazil in 1808, one would come to be known by his role as Director of Indians between 1813 and 1829. His actions would shape the occupation policies of the eastern mountainous region “Província do Nascente” and recently created Empire of Brazil.

His theoretical conceptions and portrays of the indigenous people, and his desire to include them politically in the developing society stood out, not only by being unique at the time, but also by their secular tone. These ideas were different from the previous “civilizatory” projects carried out by the Portuguese Overseas Empire.

In a way, Marlière benefited from the militarization originated in the law “Diretório Pombalino dos Índios”. This law from the 18th century paved the way for the creation of management positions of indigenous people in the hereditary captaincies, and later in the Provinces in the beginning of the 19th century. The geographical isolation of its service stations, deep into the forests, and the trust that was granted him by the authorities, despite him being a foreigner, are noteworthy.

These factors make his peculiar example a case to be studied. That was the motivation that has led me to dedicate him my Doctorate Thesis, which was defended in 2003, at UFMG. In 2008 the thesis was published as a book (and reprinted in 2012) by the university press (“Editora da Universidade Federal de Campina Grande”) of the institution to which I have been affiliated for the past 10 years. In this brief article, I present the readers some of my previous reflections, and allow myself a few new digressions.

Marlière was, as the sources indicate, an eager man. As Abade Raynal once said, observing the excitement that followed the news about the success of the North American Independence wars: “it is restlessness that throws man into history”. Thanks to that, we became “pirates, soldiers, or corsairs

of fortune, adventurers of arms or finances”.¹²² Guido Thomaz Marlière was a restless man, eager for great accomplishments, nursed by horizons of intangible dreams, for which he fought during his entire life.

Unlike General Hogendorp —soldier of Frederick the Great, governor of Java, and assistant of Napoleon— who, after the defeat of his Emperor, took asylum in Rio de Janeiro and lived as a hermit in the Corcovado, Marlière did not leave a diary or detailed reports of his childhood or youth during in the European battle.¹²³ Actually, he actively hindered the dissemination of these information. The available documentation is mostly marked by his desire to impress the government and to assure the success of his endeavors, a sort of competence statement that contained also his desire to leave a mark for posterity. Marlière was neither the first nor the last man of his time to be concerned about the construction of a positive memory of his political-military track. He tried to educate his contemporaneous fellows about his political flags, and to secure, at the same time, a place under the sun for his family.

THE LIFE PATH OF GUIDO THOMAZ MARLIÈRE IN BRAZIL: BETWEEN THE NATIVES, THE STATE, AND THE THIRST FOR KNOWLEDGE

“The 12 years of life among the savages have taught me more about how to feel than about how to write. My tormented youth, initiated amid combats and Revolutions, did not allowed me to attend a secondary school. The thirst for knowledge that I have always had, should serve as an excuse to those who read me” (Guido Thomaz Marlière, 1825).

The above text fragment, published in the newspaper “O Universal” from Minas Gerais, was written by the Frenchman who, in 1825, occupied the position of Director of Indians of the Province of Minas Gerais. Born in 1767, he was a soldier in the army of Luiz XVI, a revolutionary in the Paris of 1789, and knew Napoleon Bonaparte in person. However, he deserted prior the political radicalization of the jacobine period. He deserted because he wished for a constitutional monarchy for France, and not a popular republic. Born

122 DUMAS, Jean Louis. *Histoire de la pensée: philosophies e philosophes*. Paris: Tallandier, 1990. V. 2: Renaissance e des lunières p. 233.

123 About General Hogendorp, see: MÉLON, Pierre. *O general Hogendorp: soldado de Frederico II, o Grande, governador em Java, Ajudante de Campo de Napoleão Bonaparte, Eremita no Rio de Janeiro*. Niterói: Casa Jorge, 1996.

in December 1767 in *Jarnage*, a village in the ancient province of Marche, nowadays Department of *Creuse*, in the center of France, he studied humanities and philosophy. His dream of attending a secondary school was frustrated by his enlistment in the Crown's Army, at the age of 18. Nonetheless, his curious nature turned him into a self-learner, interested in the natural sciences, in the history of mankind and its wars, and in the study of languages and grammar.

A man of his time, he read with interest the authors of the Enlightenment. When the political routes of the Revolution were radicalized, he emigrated to a camp in Ath, Belgium, in November 1791. There he was incorporated in the legion of Viscount Mirabeau, as the Sergeant-Major of volunteers, with the patent of sub lieutenant. In the campaign of 1793, he was badly injured and barely survived. Once recovered, he asked the Prince of Condé, the commander of the counter-revolutionary troops, to be transferred to an English regiment. As an official in this regiment he was sent to Holland, Guernsey Island in England, and finally, in 1797, to Portugal. There he would receive the mission of helping in the battles against Spain, in the campaign of 1800.

After the Peace of Amiens, Marlière remained in Portuguese lands where, in June 1802, joined the newly-created guard “Guarda Real de Polícia a Pé e a Cavallo”, whose command was given to another Frenchman, the Count of Novion. Later, already incorporated to the Portuguese Army, he moved to Brazil, where he would stay even after the political emancipation from Portugal. Years later, living deep into the forests of the Rio Doce valley, he would write about the traditions of indigenous tribes, their humanity, physical beauty and dignity. He believed that he could draw the attention of the public opinion and authorities of the Province to his project of colonization. This project envisioned the preservation of a fraction of the Indians' lands and, in addition, granting them political representation in the village's assemblies.

Unlike the actions taken by the Jesuits, Marlière prioritized civil over the religious education, and was against the transfer of indigenous people to lands far away from their original territories. To understand the context in which his project developed it is necessary to clarify that the region, which is now the border between the states of Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, did not undergo a systematic intensive occupation during the golden mining period. Covered by the dense Atlantic Forest and inhabited by tribes considered anthropophagous, which took refuge there during the first three centuries of colonization, the region represented a “green barrier”: it protected against trafficking and a possible invasion by other European powers. After the second half of the 1700s, with the decline of gold mines, more and more

Luso-Brazilians moved towards this “wild east”, supported by the State but under a severe war against the Indians.

To repress the indigenous strikes that pushed the settlers out of already occupied lands, the State built military stations strategically located: the so-called prisons and barracks. These were, however, insufficient to defend the settlers and promote the organization of indigenous villages. In 1808, when the Portuguese court exiled in Brazil, a merciless war was declared against the Indians, who the Luso-Brazilian settlers called “Botocudos”. The name referred to the tradition of some tribes of using a wooden disc in the lips as an ornament. The “Botocudos”, in turn, also responded violently to the nuclei of settler populations, using the skills and knowledge of the forests, carrying out surprise strikes that caused considerable damage. Guido Thomaz Marlière, who was at first assigned to a pacification initiative, would temporarily influence this process by progressively acquiring the trust of many indigenous groups. His passage through the military divisions of Rio Doce, a network of advanced military stations within the forest, marked the transition period between the attacks that followed the declaration of war against the “Botocudos” and the opening of extensive regions to the Luso-Brazilian colonizers.

Arrested and interrogated in 1811, under the suspicion of being an espy working for the Napoleonic empire, Marlière, an official of the Portuguese Army recently assigned to the troops of the captaincy of Minas Gerais, disembarked in Brazil along with the Prince-regent Dom João. After a short and turbulent stay in Rio de Janeiro, Marlière became enthusiastic about the backlands (“Sertões”) of Minas Gerais, and was transferred to the troops of Vila Rica, in 1810. In this same year was arrested under the suspicion of espionage. After being released, he asked the Prince-Regent D. João to be given the position of Director of Indians in the region nowadays known as “Zona da Mata Mineira”.

During his self-exile, and thanks to his successful pacification of colonizers and Indians, Marlière was granted high-ranked military positions over 18 consecutive years. He orchestrated truly “civilizational” and “pioneer” crusades, defending, at the expense of constant conflicts with settlers and authorities, the socio-political incorporation of Indians and their recognition as citizens.

As a Mason, he achieved the position of grandmaster of the lodge “Grande Oriente do Brasil”, in Minas Gerais, and wrote ironic articles for

the newspapers “O Universal” and “Abelha do Itacolomi”, both from Ouro Preto. In these he demonstrated the marked influence of the Enlightenment in his ideas, by approaching subjects such as “philanthropy”, legal “equality” of citizens, abolition of slavery, and the natural kindness of the indigenous tribes. Accused of religious mercilessness, sick of malaria, and unpopular amongst settlers and soldiers to whom he is said to have been very severe, he retired to his farm Guido-wald (meaning Guido’s woods, in German). From there he wrote several motivational letters to adventurers, naturalists, and European entrepreneurs, besides two dictionaries of indigenous languages. Disappointed by the political actions taken by the Brazilian State, he died in 1836.

After his retirement from the Direction of Indians and command of military divisions of Rio Doce, most settlements founded in the 1820s were more and more occupied by Luso-Brazilian colonizers, Poaia traders, and usurpers of indigenous lands. The desire to eliminate the Indians, which were considered as an obstacle to colonization, was shared by most settlers, which had always opposed to Marlière’s projects. They thought that the Frenchman protected and favored the Indians and argued that he lacked the energy needed to confront and coerce them into forced labor. Ironically, thanks to Marlière, the colonizers had access to regions previously occupied by Indian tribes that were as aggressive and difficult to confront as the “Botocudos”. The roads opened by the soldiers and Indians that Marlière was able to mobilize became the main access and communication routes. His influence over several indigenous nations helped to engage them into public construction works, for which the military manpower was clearly insufficient. Thus, he managed to enter the hostile territory and convince the indigenous leaderships of his good intentions, while preventing bloody confrontations. In fact, Marlière could be considered as the benefactor of the settlers, rather than of the Indians. He was, unquestionably, concerned about the wellbeing of the defeated and aimed to secure them a political representation. But he never lost track of the fact that, there was a real battle for the strategic control of the region and use of the primitive inhabitants’ manpower.

It is worth mentioning that the last years of Marlière’s directorship corresponded almost entirely to the last years of the First Reign, when the attention of Dom Pedro was concentrated into issues more urgent than those of the backlands of Minas Gerais. Among them, the main one: the preservation of the throne. The Provinces’ elites desire for autonomy, the dispute that followed Dom Joao VI death in Portugal, and the authoritarian centralism

of the Empire that was forming in Rio de Janeiro's Court, undermined the support of the Executive power. Under Dom Pedro's reign, each Province was ruled by a President and a General Council. The president was a strong support base of the Executive, since it was nominated by the Emperor. The council members, in turn, were appointed by the President and chosen among the most influential politicians of the provincial elites, due to the natural need for conciliation and political balance. The changes in the Constitution of 1824, claimed by many, would only come in to force 10 years later, with the proclamation of the Additional Act of 1834. Among the changes, the Provincial Legislative Assemblies were instituted, which had the autonomy to rule over matters of interest to the Province and its municipalities. It also established the "Regência Una", to be elected every four years, and eliminated the State's council. The desire to promote the return of Dom Pedro was frustrated by the death of the former Emperor in Portugal, in 1834.

In 1831, a legal document dated of October 27 revoked the declaration of war against the Botocudos, a document that instituted a concealed enslavement policy more than two decades before.¹²⁴ The abolition of forced labor of Indians imprisoned during the "fair war" had been voted in the previous year. In practice, deep into the "Sertões" and in the large farms, Botocudo, Puri, and Coroado men and women continued to work under threat and almost always unpaid.¹²⁵ The end of the war against the Indians was, undoubtedly, influenced by the results of Marlière's politics. The solution, however, did not really contributed to improve the Indians' situation. Previously forced to work under the system of "fair war", they were then considered as orphans and submitted to the ruling of a judge, who would assign them to work in factories.¹²⁶ From that moment on, most judges considered all Indians as orphans, whose lifestyle could be decided by others.¹²⁷ In this way, a sort of guardianship did prevailed,

124 Cf. Senate Resolution of 3 November 1830 – Abolition of slavery of Indian war prisoners. See also: Law of October 27, 1831 – Revokes the Royal Letters that instituted the war against the Botocudos. CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

125 See: Official statement of Guido Thomaz Marlière about the period of offensive wars and the atrocities committed by the commander of 5^a Military Division of Rio Doce, Alferes Januário Vieira Braga, dated of June 30, 1826. Arquivo Público Mineiro. SP/PP –1/15, Cx. 90, Doc. 02.

126 About the discussion over this Law: SOUZA FILHO, Carlos Frederico de. O direito envergonhado: o direito dos Índios no Brasil. In: GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. (Org). *Índios no Brasil*. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000.

127 See for instance: Decision nº 156, of March 21, 1833 "Justice – The judges

but it differed from what Marlière's paternalism intended.

MARLIÈRE'S THOUGHTS

Behind the known ideals of Marlière it is possible to notice the baseline representations that were shared by a considerable part of the intellectual elite of his time. Particularly, those commonly thought as heirs of the Enlightenment reforms and who were in power by the time of Brazil's emancipation. Marlière ideas conflicted in many ways with the economic interests of Minas Gerais' mining, enslaving society. At the time, this society tried to strengthen the internal economy and searched for alternatives to survive the decline of the main gold mines. Marlière believed that the European society —pinnacle of human development, inspired by the lights of science, civilization and technology— should drive the barbarian societies to the same level of development. While these ideas were not fully embraced by most of the agrarian society's elite, who were interested in expanding the economical frontiers and eliminate the natives, they were present in the thoughts of many Europeans who visited Brazil after the transfer of the Portuguese court.

Rousseau's myth of the "noble savage", as well as the idea that primitive societies possessed some sort of lost paradise, where kind men exerted their original goodness in a free, egalitarian and fraternal environment, lived side-by-side with Marlière's thoughts. Indians were seen as "naive children", a childlike society that, for its own safety, should be brought to civilization. "Civilization" was needed, not only for the Indians, but above all for the slave masters who were used to Portugal's despotic ruling and enjoyed oppressing the "poor" Africans, abused for three hundred years of "darkness and barbarities". It seems that, for the French coronel exiled in Brazil, the barbarity resided not only among the natives, but above all, in the lack of "fraternity, civic and patriotic spirit" of colonizers and Luso-Brazilian soldiers.

To Rousseau, men, although good by nature, have been perverted by civilization, which led to the need for a reformation of the corrupted human society. In Marlière's thoughts, "to civilize" meant the act of undertaking the

have, over the Indians, the same jurisdiction they have over other citizens"; Decree of June 3, 1833 "Delegate the administration of the Indians patrimony to the orphans' court judges of each municipality". The decision n° 275, of August 13, 1833 says that "Belongs to the administrative jurisdiction of a orphans' judge" the decisions about the property titles regarding the leasing of indigenous lands. CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.), op. cit., p.160-161.

reformation, while the word “civilization” meant an ideal of society based on justice and equality. French authors like Mirabeau and Rousseau suggested that the “false society should be replaced by the authentic one”.¹²⁸ Mirabeau affirmed that the standards of civilized people considered by many, i. e., “the soft manners, urbanism, politeness, and dissemination of knowledge in a way that considers decency instead of detailed laws” should be seen as a “mask or virtue”. Against this dissimulated civilized society Mirabeau proposed the civic virtue. The “false civilization” should be replaced by the “authentic” one. Along with the civilized society came the greed, disputes and vicious, the rich usurpers and the poor’s banditry, and the rampant passions of all. To tackle these issues, the solution was to implement an educational program that could take people back to their natural state, through the reformation of society.¹²⁹ The biggest challenge was to conciliate the development of civilization and technology with the maintenance of virtue. As Marilena Chauí observed:

The Man, for Rousseau, cannot be regenerated by the destruction of society and return to life within the forests. Although distant from many advantages of nature, in the social state they acquire others: the capacity to develop quicker, the broadening of the intellect, the enrichment of sentiments and elevation of the soul (...) The Purpose, aimed by Rousseau, is to fight the abuse, and not to renounce to the highest human values.¹³⁰

The barbarity, for Marlière, was less present in the savages and more in the vicious “civilized” people. That’s the explanation for his austerity toward the latter, who, according to him, should be subjected to educational actions and conducted toward the “respect and devotion to the public interests” (civism) and human beings. In 1827 he asserted about himself: “...I have always walked the path of justice and been a disciple of reason...”¹³¹

In general, he aligned his regulatory urges and Enlightenment pedagogy

128 ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 1, 1994. p. 55.

129 About the reformation of the “civilized” society in the thoughts of the contractualist thinkers of the 18th century refer to “contractualism” (contratualismo, in Portuguese) in: BOBBIO, Norberto. MANTTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1994. See also: GERBY, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750 – 1900)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

130 CHAÚÍ, Marilena de Souza. *Rousseau: Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p.13.

131 MARLIÈRE, Guido Thomaz. *Ofícios*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano XI. p. 202, 1907.

to the higher purpose of the State that hired him: civilization. The catechism, a part of the Empire State's policy, was accepted without further enthusiasm, as long as the civic, professional, and political education would come first. The indigenous societies were frequently portrayed in his speeches as models of virtue and honesty to be followed by those who only possessed a coating of civilization. However, he referred to their innocent nature, and not to their society's structure. The indigenous societal model was never considered as an option; on the contrary, the western standards of civilization were valued above all, and frequently imposed by force. The "noble savages", so important to the 18th century authors that Marlière seemed to worship, were not considered as civilized. Thus, Hobbes' view of the natural barbarian state, and Rousseau's view that recognized this state as the ideal and purest level of human kindness, seemed to coexist in Marlière's thoughts and actions. Even though the second prevailed, these two views of society and human nature were already part of his intellectual heritage and were constantly in conflict with the reality of daily practices, encounters, and battles.

The Indians were "good by nature" but needed the organization and management of the State in order to abandon the barbarous condition. The State needed to fulfill their part in the social contract and prevent them from returning to the forests, to ignorance, and barbarism, i. e., prevent the efforts to bring the "savages" to the condition of citizens of being in vain. This was, at the same time, an authoritarian and paternalist behavior that was based on a series of imaginary representations of the human nature, the ideal of State, civilization and its antithesis, the barbarity.

These social representations were interpreted differently by each actor involved. They were part of the social imaginary of the royalty and bourgeoisie who incorporated the Enlightenment and liberal ideals that inspired the battles that swept Europe since the end of the 18th century. In this context, civilization had its own symbols, identified in external the rules of conduct (the so-called "civility"); in the more or less urban characteristics of a given society (where the word "civilization" was taken as a ethnocentric view of the state of technological, urban, cultural, and social progress, compared to Europe); and in the "true" patriotic and civic virtue (devotion to the public interests), as Rousseau and Mirabeau preferred. These symbols supported and legitimized the power and sustained the actions of the State and its subordinates that interfered in the indigenous societies under the pretext of guiding them toward civilization. The civilization discourse was then a discourse of power that justified the actions of the authorities. This justification also served those who

considered themselves as drivers of an educational and “civilizatory process” (the “civilizers”), since the symbols and values that guided the discourse had their support and credibility. Marlière and the authorities who kept him in power, as well as the European travelers that visited his divisions, such as Saint-Hilaire, Eschwege, von Spix and von Martius, believed in the benefits of a “civilizatory” action by the State. In the name of “civilization” and to fight “barbarity”, they engaged in the intervention of other societies, scientific and ethnological research, and exploration of new territories. The symbolic power of these two representations can be seen in the amount of forces that they mobilized toward the imaginary and discursive content, as well as in the role of supporting the concrete actions of men who, like Marlière, occupied positions of authority for decades.

The civilizatory discourse had to be, nonetheless, incorporated to the values of those who were going to be civilized. As such, it was necessary to have them desiring the “civilization”, and therefore, abandoning their own identity. This applied not only to the Indians but also to settlers and marginalized people. By naming local representatives among the Indians and granting them the patent of Capitan, Marlière tried to gain their respect and loyalty, in case they rebelled against his civilizatory project. This can be seen in Marlière’s notes about the life among the Puri and Coroado: “*The Indian captains send me the criminals, while the minor offenders are punished in the villages... they are punished with slaps, like the big children they are (sic)*”¹³².

The French coronel tried to combine several protectionist policies for the Indians, including the preservation of part of their territories and the temporary tolerance of their nomad nature. As such, he tried to reconcile with the colonizers, with whom he met to explain the need to coexist with the Indians and lead them gradually adjust to the sedentary lifestyle. In his point of view, the intervention on indigenous societies through strategies to include them in the “white” society would spare them from genocide. He wished to transfer them the “benefits” of the techniques and knowledge of what he considered as a “good political conduct” in the modern societies. By “good political conduct” he meant the submission to the rulings of the State, especially regarding the laws, and the participation in the local political decisions. To this end, he claimed the recognition of Indians as “free” citizens.

Marlière’s political ideals were, to the best of our knowledge, aligned with the monarchy and parliamentary model of England, where he lived

132 MARLIÈRE, Guido Thomaz. *Ofícios. Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano XI. p. 531, 1907.

before moving to Portugal. That's also probably the origin of the great share of liberalism in his ideas. In Portugal, and later in Brazil, he was compelled to adapt to the authoritarian regimes he once criticized. Nonetheless, he tried to accomplish the societal reform of his dreams within the sphere of the Indian divisions under his directorship. In turn, he became authoritarian, while trying to normalize the contrasting societies and unite them as one, the Brazilian people.

Within the sphere of his Indian Divisions, the Frenchman followed a peculiar and rigorous program, which was, however, coherent with his ideas. The loss of the original innocence and honesty of the Indians (that was absent in the colonizers and marginalized people under his command) had to be repaired with disciplinary programs, which were often very rigorous. Criminals and vagrants were sent to military bases, which in turn contributed to increase the number of deserters that formed the marginalized society, rigorously repressed by Marlière and his subordinates:

The Province police should arrest and send to the south... (Cisplatine war) all criminals, deserters, and vagrants that steal from the husbands, abuse the women, and practice violence. (sic)¹³³

To Marlière, the Indians “did wrong” by ignorance, and therefore could not be held responsible or punished in the same way as a colonizer or soldier would when breaking the rules of pacific coexistence (which were put in place within the fragile limits between war and peace within the villages). In 1827, when communicating about a rebellion by Botocudos living near the Arapuca quarter, Marlière shows his interpretation of the causes — the deserters are more barbarian than the Indians: “...*The Indians would never dare to do so, unless if misguided and encouraged by the criminal deserters, who are crueller and more barbarian that the Indians and don't hesitate to use imbecility to ravage the homeland (sic)*”¹³⁴

Under the rule of the Portuguese State and recently created Empire of Brazil, Marlière occupied positions of Indian directorship during almost the entire First Reign. He aimed to normalize and shape a conflicted and unregulated society to the standards needed for the future as a “civilization”.

He brought to Brazil the representations of an idealized society which he supported, although in a particular way, and could not be separated from. The representations of civilization and barbarity that he assimilated, constructed, and re-interpreted, strongly shaped his interventions in the societies that he

133 Op. cit. p. 610.

134 Op. Cit. p. 133.

influenced. Moreover, they influenced the way he exerted power and fueled the ideals and beliefs that marked his time. Even though such beliefs were shared by his fellows, Marlière interpreted them in a peculiar way and created new representations and interventions, within the limits of his social imaginary, culture, and time.

ATTEMPTS TO TURN MARLIÈRE INTO A MINAS GERAIS HERO: FROM LOCAL HISTORIOGRAPHY TO PUBLIC ADMINISTRATION

I was born in Ubá, in Minas Gerais, and my childhood was marked by frequent visits to the neighboring Guidoal city, whose name derived from the German “Guido Wald” (i. e., Guido’s woods), in reference to Marlière’s property and barrack. A few kilometers away from Guidoal, along an unpaved road among the forest that covers the hills of “Serra da Onça” (the old road Ubá-Leopoldina), there’s an obelisk of Carrara marble. The obelisk is surrounded by bronze plates, fixed to the pillar stones, where it reads:

To me memory of Guido Thomaz Marlière, jungle explorer and civilizer of Indians, who opened roads and started settlements. The City Hall of Ubá, Cataguases, Rio Branco and Rio Pomba commissioned this monument as a symbol of gratitude to the pioneer of Minas Gerais. Inaugurated in August 13, 1928 [...]

In the forward-facing hills existed an Indian cemetery, where the great patriot was buried” [...] Here, in the Guidowald farm, there was his house [...] Died in 1836. His ashes were moved to this urn [...].

The monument was inaugurated by the Governor Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, and represented, at the time, an important act of rescue and valorization of Marlière’s memory in Minas Gerais. Later, two other municipalities were named after the Frenchman: *Marliéria*, an old settlement of Babilônia in São Domingos do Prata, and *Guidoal*, an old settlement of Sapé, in Ubá.¹³⁵

In the oral memory of the region of Quartel do Galo —nowadays city of Belo Oriente, in the Rio Doce valley— there’s still the information that

135 The municipality of Guidoal was established by the State Decree 336 of December 27, 1948. The State Decree 1039 of December 12, 1953, created the municipality of Marliéria (whose name also carries a tribute to the French), next to the State Park Rio Doce, in the north of Minas Gerais. See: JOSÉ, Oiliam. Marlière: o civilizador, Belo Horizonte: Itatiaia, 1958. p. 195- 201.

Marlière always carried a bag attached to his uniform, filled with coffee seeds, which he planted everywhere he went. In the same region, a visitor who travels along the rural roads between the cities of Cataguases, Dona Euzébia, Guidoal and Ubá can hear the same story from the eldest inhabitants. To many, Marlière's image is still connected to the image of a benefactor, founding father. I realized that, in different occasions, the State, city halls, and offices of the "Instituto Histórico e Geográfico" carried out the task of reviving the memory of the "civilizer of Botocudos".

Some politicians of Ubá such as José Cezário de Faria Alvim, Bernardo Monteiro, Carlos Peixoto Filho, Raul Soares de Moura, Levindo Eduardo Coelho, and Ozanam Coelho influenced the politics in the national sphere.¹³⁶ The last three, in particular, invested a lot of effort in the dissemination of the "heroic doings of Marlière". For instance, during Raul Soares's administration the city of Marliéria was named as such. Its official inauguration took place on September 7, 1923, exactly one year after the public inauguration of the obelisk of Praça Sete de Setembro, in Belo Horizonte. The public administration sought to praise the memory of the nation's key events and "iconic players". The State's governor, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, was dedicated to the biographies of Minas Gerais "greatest men" and was particularly interested in the findings of Marlière's bones in Guido-Wald.¹³⁷ At that time they were opening roads and trying to bring information to the most remote places of Minas Gerais, and there was again the discourse announcing the "auspicious arrival of civilization". Marlière's writings were then used by new discursive streams.

In Cataguases and Ubá, between 1920 and 1980, several celebrations and inaugurations brought the memory of the "great explorer" to light.¹³⁸ Both

136 About the politic elites of the region in the 18th and 19th centuries that we cannot cover here due to lack of space, see: CARRARA, Ângelo Alves. *A zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909)*. 1993. It is worth mentioning that the senator Bernardo Monteiro used all connections within his power to help Afrânio de Mello Franco and Xavier da Veiga during their research on Marlière. The research was carried out due to the interests of the authorities and with the collaboration of those who owned them favors.

137 About Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, see: FÁRIA, Maria Auxiliadora de; PEREIRA, Lígia Maria Leite. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República – o arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

138 Information about the city of Ubá during the second half of the 19th century and first half of 20th can be found in: UBÁ, Prefeitura. *Ubá cidade carinho: edição histórica*. Ubá: Disbrava, 1980.

cities have a square named after him.¹³⁹ In Cataguases, a bronze statue reminds people that the Frenchman drew the first lines that established the urban area of Santa Rita do Meia Pataca, the embryo of the municipality. There, his memory lives side-by-side with that of the powerful coronels of the family Resende, descendants of the official city founder.¹⁴⁰

Every year in the anniversary of Marlière's death, in the 5th of June, the city hall of Guidoal throws a big celebration in front of his grave. In these celebrations, poetries are recited, and the city's anthem is chanted. The anthem highlights, in a romanticized way, the Frenchman's image of a man worthy of veneration and "civic praise":

(refrão)

Ouço o Tambor dos cataguases a soar.
Ouço um estrépido de botas no ar,
Ouço o nome que a história há de guardar,
Marlière, Marlière, Guidoal é teu altar,

Do chopotó as águas serenas,
Banham amenas os arrozais,
Forma-se a vila, nasce a cidade,
Guido é o teu nome para a eternidade.

(refrão)

Ouço o Tambor dos cataguases a soar.
Ouço um estrépito de botas no ar,

139 In Ubá, for instance, the square named after Guido Thomaz Marlière was inaugurated during the administration of mayor Júlio Soares de Moura (1919-1923). Júlio Soares was the brother of Raul Soares de Moura, was the president of the State of Minas Gerais at the time. The definitive denomination was only given in 1938, in the administration of Ozanam Coelho, son of Eduardo Levindo Coelho, the politician who, in 1928, asked Antonio Carlos Ribeiro de Andrada for the construction of a proper tombstone, given the importance of the civilizer Frenchman. There are many loose documents in the archives of the city hall of Ubá (Upon the time of my research these documents lacked any type of references).

140 For more information about the genealogy and history of the founders of Cataguases, see: SILVA, Arthur Vieira Resende. *Genealogia dos Fundadores de Cataguases*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1934. Moreover, more recent information is given by: MAGALHÃES, Whashington. Um pouco de nossa história.

Ouço o nome que a história há de guardar,
Marlière, Marlière, Guidoal é teu altar,

Dobrem os sinos com alegria,
Que neste dia, tudo é fulgor,
Tudo são risos, luzes e flores,
Cantem louvores com todo ardor.¹⁴¹

Every time a leading public intervention was carried out, Marlière's name was mentioned. He was admired by many amateur historians —mostly physicians, lawyers or journalists involved in the State's politics and/or Mason lodges networks— who used their free time to immortalize the region's "ancient history". The use of his name in the mason lodges aimed to illustrate the hall of fame, an attempt to reinforce their excellence by mentioning the names of renowned past members.¹⁴²

The physician Manuel Basílio Furtado, who moved to the region of Sapé near Serra da Onça by the end of the 19th century, collected information about the region's flora and fauna, and also sought to contact Marlière's descendants, in the quest for biographical information. His research's results were sent to the Brazilian Geographical and Historical Institute (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; IHGB), and to Minas Gerais' public archive (Arquivo Público Mineiro). The first historiographical references to Marlière can be traced back to the 1830s when Brazilian intellectuals compiled information about the fauna, flora, and the Indians. One of the founders of IHGB, the canon Januário da Cunha Barbosa, mentioned Marlière in the institute's journal in 1839, three years after death. Cunha Barbosa was, at the time, withdrawing from politics to dedicate to sciences and history, and must have met Marlière in life, when he had an intense participation in masonry activities. His solutions to the current issues with the Indians were inspired by the Frenchman's ideas.¹⁴³ From that moment on, Marlière was seen as the role

141 Extracted from a flyer distributed at the time of the festivities of Sant'Ana. VIEIRA, Áureo Antunes. *Hino à Guidoal*. [s.l.]: Mineira de Comunicações, 1985.

142 Two recent examples are: GONÇALVES, Ari. *O segredo revelado de Guido Marlière*. Belo Horizonte: Lemi, 1978. MANGEROTTE, Eduardo. *Guido Thomaz Marlière*. Belo Horizonte: Loja Maçônica Guido Thomaz Marlière, 2000.

143 BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria Hoje o melhor systema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões: se conviria seguir o systema dos jesuítas,

model of a military man engaged in philanthropy. The myth of “civilizer, fair, ingenious and pacifier” hero was consolidated. Starting with Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, an IHGB’s council who wrote an article about him in the institute’s journal in 1855, many authors took interest in Marlière’s life in Minas Gerais.¹⁴⁴ The discourses supported the necessity of an integration policy and urged for the occupation of forests and backlands not yet under the full control of the Empire of Brazil. These ideas would appear frequently in the essays and memoirs published by IHGB’s journals in the second half of the 19th century.¹⁴⁵

In the Parliament, alternatives and projects to compensate the end of slavery with new occupation policies were being discussed. As we shall see, Marlière’s discourse proposed, as the leading solution to the end of slave trade and slavery in Brazil, the substitution of African “slave and shameful” work by the “paid and free” labor by the Indians. In addition, Marlière’s ideas represented a less violent form of contact with the “wild unsocial Indians”, whose territories he tried to explore and incorporate to the State’s administration and strategic control.

Upon the end of the Empire and installation of the Republican Regime, Marlière’s name was remembered again. In the beginning of the 20th century, the public archive of Minas Gerais, directed by Augusto de Lima, published hundreds of texts, dozens of articles and letters, and a small dictionary of indigenous languages written by Marlière in three editions of its journal (X, XI and XII). He hoped that, one day, Marlière’s name could be raised and compared to that of Tiradentes, in the hall of the state’s most famous heroes.

Later, in 1914, Afrânio de Mello Franco, a politician related to Minas Gerais’ elites, wrote the first biography: *Guido Thomaz Marlière: o apóstolo*

fundado principalmente na propagação do Christianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. n. , p-13-, 1840.

144 In reference to FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. A vida do índio Pokrane e sobre o francez Guido Marlière. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. n., p. 410-417, 1855.

145 About the IHGB and the strategies of the research it promoted see: FERREIRA, Lúcio M. Arqueologia e geoestratégia: as fronteiras imperiais e o uso das fontes arqueológicas. *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 24, p. 149-171, jan. 2001. For a broader view also refer to: LOPES, Maria Margaret. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos no século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n .41, p. 55-76, 2001.

das selvas mineiras.¹⁴⁶ In 1920, under the directorship of the Indian protection services (Serviço de Proteção aos Índios) an indigenous station was created in the Eme river and named Guido Thomaz Marlière. This station corresponded to the last remaining indigenous village of Marlière's time and was mainly composed of Krenak indians¹⁴⁷.

In the end of the 1950s, Oilian José, same author of *Indígenas de Minas Gerais* and *Historiografia Mineira*, published *Marlière, o civilizador*.¹⁴⁸ All biographies mentioned here, despite their merit and pioneering nature, have one thing in common: the romantism and factualism with which they approached the subject.¹⁴⁹ Their authors continued to value the white civilization as the pinnacle of human development, to recognize the indigenous societies as a center of primitivism and barbarity, and to neglect the Indians protagonists. In this way, the biographies reflect Marlière's thoughts and those of his fellows, who believed in the guardianship and "pacific inclusion" of the Indians. Behind the many ways of telling the story of Marlière's life within the forests of Minas Gerais, the evolutionist linear view prevailed, based on the idea that history would have an internal coherence, an ultimate sense of purpose. In the view of these biographers, his life history confirmed, above all, his vocations or primary mission: to become a "civilizer", an "advocate of Indians".¹⁵⁰

146 FRANCO, Afrânio de Mello. *Guido Thomaz Marlière: o apóstolo das selvas mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.

147 The maintenance of this station was kept despite the opposition of authorities of the Serviço de Proteção ao Índio (SPI), who wished to transfer the Krenak to the Pancas station, in the state of Espírito Santo. The marked resistance of the indigenous leaderships ensured that the territory was given to the Krenak and Pojixá. The sad history of the contact between the Indians and the managers of the Station Guido Marlière would be marked, decades later in 1967, by its conversion into a reformatory, the Reformatório Agrícola Indígena. PARAÍSO, Maria Hilda B. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1998, p. 420-. P.420.

148 JOSÉ, O., op cit.

149 Maria Celeste de Abreu, schoolteacher of Belo Oriente, compiled many information about Guido Thomaz Marlière in a book of historical research and memoirs of her hometown and Rio Doce valley. Her work also contains records of local tales and myths of the region of Parque Estadual do Rio Doce. Maria Celeste was self-taught and aimed nothing more than the aggregation of local memories and the literal interpretation of a few documents. The factualist and overly romantic portray of Marlière do not take away the merit of her compilation efforts, which were not part of an academic study. Cf. ABREU, Maria Celeste de. *Sertão bravo do Rio Doce*. Belo Horizonte: Central Park, 2002.

150 It is worth mentioning that, upon treating a man's life as a coherent description of successive chronological events with meaning and direction, these authors were

Once hated by the colonizers who dealt with ethnicities whose territories they wished to usurp, Marlière was now admired by the descendants of these very same colonizers, who then considered such native cultures extinct and as a mark of local primitive identity. Admitting the genocide that took place, and searching in the Frenchman an alternative, more pacific coexistence with the uncomfortable memory of the usurpation of land through wars, these elites romanticized his history in an interesting catharsis through writing.

FINAL THOUGHTS

[...] my next farewell to this Theater called World, which I calmly wait, as Voltaire; without desires, remorse, or scares.” Guido Thomaz Marlière, 1825.

Upon landing in the Brazilian coast, and, later, when travelling through forests and villages of the mountain hills of Minas Gerais, Guido Thomaz Marlière would encounter a changing society. The old colonial economy was becoming more dynamic and dealing with new possibilities, markets, and business, which became possible upon the transformation of Brazil into the house of the Portuguese Monarchy. Many foreigners disembarked in coastal cities like Rio de Janeiro to start new forms of commerce. European naturalists moved to Brazil hoping to expand the knowledge about the Portuguese America.

To them, there were limitless possibilities.

The east of Minas Gerais captaincy, a region covered by dense Atlantic Forest, became the refuge of several indigenous nations that refused to succumb to the Crown’s interests. The multi-ethnic society that formed there, with Luso-Brazilian colonizers coming from the mining areas and the Puri, Coroado and Botocudo Indians, served as a laboratory for the construction of several representations about men and nature in the Tropics. Between 1813 and 1829, Marlière commanded these territories and the Indians that lived there. He personally accompanied researchers, helping them and influencing

close to what Pierre Bourdieu called “biographical illusion” or “rhetorical illusion”, in his critique of biographers. BOURDIEU, Pierre. L’illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. N. 62/63, p.69-72, jun. 1986. This article was later translated to Portuguese and published 10 years later in: BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In. Ferreira, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

their perceptions.

Marlière's projects were hybrid products between the inherited French Enlightenment ideals and the unexpected realities that originated in the collisions of such multi-ethnic contact zone. His project, liberal and conservative at the same time, aimed at the abolition of slavery and the socio-economic inclusion of the Indians. The influence of the Enlightenment has not gone unnoticed. Unlike all great thinkers of his time, Marlière did get to execute part of his plans in the villages under his directorship. His administration planned the maintenance of part of the Indians' territory, a hypothesis that was later rejected by the State.

After obtaining a relative success in the task assigned to him, the Frenchman partly erased some suspicions that revolved around his name, and was successively assigned to broader projects. In 1815, Brazil was given the status of United Kingdom of Portugal, Brazil and the Algarves, and became the headquarters of Portugal's administration. At that time, many Europeans were already exploring the eastern Minas Gerais forests. Between 1813 e 1818, Marlière hosted many of them in his farm named Guido-Wald the German way of saying Guido's woods. Later, this expression would inspire the naming of the city Guidoal. His property was a mixture of residence and administrative office that innovated by employing free Indians to do agricultural, remunerated labor. Through these actions Marlière tried to make a point, showing how slavery was obsolete in the economic development of Brazil.

In 1818 and 1819 Marlière undertook his first travels through the backlands of the Rio Doce valley. He was at the service of the State that trusted him with new challenges. For months he was away from his residence, organizing the territories of the Military Divisions. He sought to stablish pacific dialogues with the angry Botocudos. In the surroundings of the nowadays Marlièria, or, further away, along the valleys that lead to the basin of Jequitinhonha river. From there, he wrote the newspaper "O Universal."

In 1829 he was reformed, amid political persecutions, accusations of corruption, motions, and personal disputes. He took refuge in his farm Guido-Wald, where he would continue to write and receive naturalists and intellectuals until his death in 1836, likely due to malaria.

Marlière was a man of his time. He was the protagonist of a "civilizatory" project that had slight traces of concessions to the indigenous societies and attracted the hostility of the Luso-Brazilian society during the early 1800s. By

understanding the images that he constructed of the world he lived in, we enter an universe of discoveries and uncertainties, and get to know a man who was built upon the encounters that took place in his journeys through the Brazilian forests. To accompany him and discover the peculiarities in his tracks, we need to leave behind all pre-judgments, a baggage that is unnecessary here.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. O. **A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário Francês no Brasil: Memórias e Histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836)**. 1. ed. Campina Grande-PB: EDUFCA, 2008. v. 1. 435 p.
- BOBBIO, Norberto. MANTTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1994. Ver também: GERBY, Antonello. **O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750 – 1900)**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- CAMBRAIA, Ricardo de Bastos. MENDES, Fábio Faria. **Políticas de Ocupação Territorial num Regime Escravista (1780-1836)**. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG, nº 6. p. 146, Julho 1989.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Rosseau: Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo: Comissão Pró Índio, 1992.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 1, 1994.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce: navegação Fluvial, acesso ao mercado mundial, guerra aos povos nativos e incorporação do território de floresta tropical por Minas Gerais 1800- 1845**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da USP, 2000. p. 118. (tese de doutorado).
- JOSEÉ, Oilian. **Marlière, o civilizador**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958.
- NEVES, Lúcia M. Bastos P. **Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c.1808-1810)**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2008. v. 1. 360 p.
- PAIVA, Adriano Toledo. **Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)**. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2010.
- RESENDE, M. L. C. **Gentios Brasileiros: índios coloniais nas Minas Gerais do século do ouro**. São Paulo: Hucitec, 2008. v. 1. 384 p.

PARTE III
**HISTÓRIA E CIDADES (DAS ARTES
E ASTÚCIAS DE VIVER O URBANO)**

3.1 – LAZER E PROTAGONISMO NO CLUBE GUARANY EM GURJÃO-PB (1960-1990)¹⁵¹

Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges

Keila Queiroz e Silva

Os questionamentos fazem parte da pesquisa historiográfica, assim muitas foram as perguntas que surgiram quando nasceu a ideia de falar sobre os clubes sociais na cidade de Gurjão¹⁵², tais como: quais eram esses locais? Quem frequentava? Quais as implicações políticas, sociais e culturais? as quais precisavam de uma série de respostas que só foram possíveis após cartografar as questões políticas, sociais, culturais e étnicas envolvidas naqueles ambientes.

Ambientes denominados de “Guarany”¹⁵³; o “Salão do Mercado” e a Fundac (Fundação Unida da Associação do Cariri). Neste momento, o intento é focar na edificação do Clube Guarany e na experiência de diversão dos moradores negros, mostrando os prazeres, as sensibilidades, subjetividades e práticas culturais dançadas ao som das marchinhas de carnaval ou do forró no Cariri Paraibano, fundamentados em fotografias e narrativas dos moradores que foram frequentadores do referido Clube.

O clube Guarany foi um espaço de lazer construído na década de 1960. Edificado por pessoas que “se sentiam excluídas das práticas de lazer dentro da cidade de Gurjão, uma vez que os menos favorecidos da cidade não tinha um espaço de recreação”¹⁵⁴, assim como os negros. Por esse motivo, houve a formação de uma associação que se empenhou em construir o ambiente de festividades. As atividades iniciaram no ano de 1962, ano da emancipação política da cidade, mas também, momento em “que foi criada uma associação civil sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, e sede no

151 O texto é parte da dissertação de mestrado, intitulada *Uma Cidade em Cores e Segregações Corporais Étnicas: Os Espaços de Lazer e Diversão em Gurjão e Seus Usos e Representações (1960-1990)* apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG) sob a orientação da professora Keila Queiroz e Silva.

152 Gurjão é uma cidade do interior da Paraíba, emancipada no ano de 1962, singular, pertencente à região imediata de Campina Grande e separada desta por 90 km de distância.

153 Durante a pesquisa foi encontrado o nome Guarany com duas grafias diferentes, Guarani e Guarany. Neste trabalho o uso da grafia será realizado de acordo com as fontes, sendo a grafia **GUARANY** mais frequente.

154 (MACEDO, 2017, p.39)

município de Gurjão-PB Estado da Paraíba, na Rua Professora Genuína Pessoa, 199, centro”.¹⁵⁵

A associação criada, apontava como finalidade “a utilização do espaço físico do clube pelos associados para realizar atividades recreativas e culturais, bem como para as reuniões dos sócios” e para além disso, se necessário “o empréstimo do espaço para a sociedade de Gurjão-PB e outras associações”, ela “se manteria através de contribuições dos associados e de outras atividades” esses “recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional”¹⁵⁶. O Clube, foi criado como um espaço especialmente para a população negra vivenciar momentos de festividades, diversão, dança, carnaval e forró, mas também que interseccionava questões étnicas e políticas da época.

Uma associação que envolvia uma diversidade de associados que se envolviam naquele ambiente, tendo em vista que, “para ingressar no clube, bastava apenas querer fazer parte deste, não havendo cobrança de taxas relativas à entrada de membros”, com relação à associação, era necessário o pagamento de “uma mensalidade fixa, e por essa razão, possuía uma carteirinha de sócio do local. Com o dinheiro, era possível manter o funcionamento do mesmo”¹⁵⁷.

O funcionamento do Guarany era garantido pela associação, em especial por Heleno¹⁵⁸, o qual não media esforços para a diversão e a alegria do ambiente. Um ambiente que envolveu com relação à sua nomenclatura alguns questionamentos, tendo em vista que o nome ora utilizado já havia sido utilizado nas regiões sul e sudeste e também na região nordeste em que diversos ambientes ligados ao lazer dos negros, já que “a marginalização e a discriminação a que os negros estavam sujeitos os levaram, também, a criarem suas próprias associações e, entre elas, as ligadas ao lazer”¹⁵⁹. Dentre estas, a associação que edificou o clube Guarany na cidade de Gurjão.

Um espaço que não representava um lugar exclusivo de Gurjão, uma vez que, se levarmos em consideração que existia no Brasil e na Paraíba uma

155 Estatuto da Associação do Clube Recreativo Guarany. É importante ressaltar que o centro citado é uma prerrogativa da maioria das casas de uma cidade de interior, sendo assim, mesmo que não estivesse próximo da área da Igreja e das primeiras casas, uma vez que era afastado desse local, ainda assim era denominado de centro.

156 Estatuto da Associação do Clube Recreativo Guarany

157 (MACEDO, 2017, p. 42)

158 Heleno Borges, foi um dos fundadores do clube Guarany e era um dos principais organizadores dos eventos que lá aconteciam.

159 (TANNO, 2011, p. 339).

diversidade de espaços de festividades negras com a mesma nomenclatura, há a possibilidade de pensar que existiu uma inspiração não só da construção do espaço a partir de uma associação, mas também na nomenclatura do lugar.

Tendo em vista que, havia um espaço de lazer que tinha uma relativa proximidade com Gurjão, ou seja, a cidade de Cabaceiras e que esta possuía um clube Guarani, um lugar que tinha uma divisão por cor fortemente marcada e um clube que foi construído no ano de 1939. Período bem anterior a década de 1960, mas provavelmente bastante conhecido, já que lá foi um espaço pelo qual passaram diversas atrações nacionais. Sendo, uma das inspirações para a construção realizada em Gurjão, tendo em vista sua construção bastante anterior e sua finalidade também para a população negra, isto, apreendendo que o clube Guarani de Cabaceiras,

Foi criado com intuito de evidenciar os espaços de diversão dessa população, antes colocada à margem. Tornou-se uma forma de enfrentar o racismo, criando espaço para as festividades protagonizadas por pessoas negras, impedidas de participar das festividades dos brancos¹⁶⁰.

Assim, o clube Guarani de Cabaceiras foi um espaço que para além deste intuito, também foi uma inspiração para outras localidades em que as pessoas negras sentiam a necessidade de resistir a separação por cor que ocorria nos ambientes ou espaços de festividades “brancas”. No caso de Gurjão em específico, existia o espaço do Salão do Mercado que era frequentado pelo pessoal “branco” e de elite, excluindo os negros que buscaram a construção de um espaço que autenticamente fosse deles e para seu lazer. Um espaço construído na década de 1960 e palco de diversas histórias.

O ESPAÇO DO LAZER NEGRO... ANTES E DEPOIS DO ABANDONO

Hoje em ruínas, o clube Guarany, já foi palco de muita animação. O espaço em que ele fora construído se localizava em uma área afastada da região central, onde estava a Igreja Católica e as primeiras residências, não fora construído em uma rua tão habitada, tendo em vista a recente emancipação da cidade naquele período. Segundo Paulino (2022) “eu já lembro dele construído, tinha

160 (SOUSA, 2022, p.138)

bem pouquinho casa naquela época, só tinha a casa da finada Chica de Zé Cosme, a de Ailton de Doralice, a de Mãe Santa que era aquela pegada ali no Guarany e a de Inácio Benjamin que era na frente”¹⁶¹.

A lembrança da depoente se relaciona ao período em que participava dos eventos, mas enumerando residências e pessoas da atualidade, uma ligação entre o passado e o presente. Importando destacar que, algumas dessas residências citadas, eram de pessoas ligadas à construção e às festividades no Guarany. Chica, como era popularmente conhecida, foi a pessoa que cuidou do clube até falecer, seu abandono veio inclusive após a sua morte, conforme relata o depoente

é porque assim, essa pessoa, Francisca Pereira de Lima, Chica de Zé Cosme, ela era uma pessoa que tinha muito cuidado com o Guarany. Ela quando estava em sacrifício pedia umas ajudas, a gente se juntava e fazia alguma coisa [...], mas ela veio a falecer uns anos ai atrás e houve um abandono do clube e tá caindo o que eu lamento muito, tá caindo”¹⁶²

A fotografia abaixo, foi capturada para o mapeamento feito pelo google *street view*, no ano de 2012, em que provavelmente se intensificou o abandono daquele espaço. Pela imagem fica visível ser um espaço bastante antigo, em que havia apenas a porta estreita e nenhuma saída de emergência. Há na lateral a bilheteria e perto do portão, duas janelas.

Um dos fatores essenciais para o abandono daquele espaço, foi uma questão que perpassou toda a sua história, ou seja, a política. Contudo, também a morte de uma pessoa que zelava pelo prédio e pela história do local e assim se “a vida das pessoas se modifica com a mesma rapidez com que se reproduz a cidade. O lugar da festa, do encontro quase desaparecem”¹⁶³.

Sendo assim, a morte de quem zelava pelo ambiente, levou ao abandono de um prédio histórico não por ser tombado, mas pelo tempo de construção, configurando-se em um prédio ao seu modo de uma história de que uma fração da elite sempre buscou esquecer, embora o Guarany tenha sido um clube na lembrança popular de todos, mas principalmente dos negros, em função de que esses eram os que mais usufruíam do espaço.

161 Entrevista concedida por Maria de Fátima Paulino em 9 de dezembro de 2022.

162 Entrevista com José Vicente Teixeira em 30 de maio de 2022.

163 (CARLOS, 2021, p. 19).

Fotografia 1: Fachada do clube Guarany em 2012.



Fonte: Google street view¹⁶⁴

Os negros que também moravam na área circunvizinha da diversão, uma vez que a depoente cita para além da casa da “finada Chica de Zé de Cosme”, a casa de Ailton era também a do brincante Ladislau, um dos primeiros sócios do clube. Portanto, foi perto do local de moradia dessas pessoas negras, no terreno doado por Manoel Garcia que o clube foi erguido, o prédio do “Guarany que era um clube pequeno ai depois aumentaram”¹⁶⁵.

Expansão que ocorreu devido ao crescimento da cidade, mas também a necessidade de comportar a quantidade de pessoas que frequentavam o lugar de uma forma confortável. Já que, antes da reforma, as pessoas ficavam sem ter um banheiro para utilizar, além de não poder beber dentro do espaço, dado que “lá dentro não tinha não o povo bebia fora, tinha umas mesas fora com bebida”¹⁶⁶. Só veio ter bebida quando o bar foi construído e ficava separado o espaço do bar com umas mesas e o espaço de dançar por parede, então quem ficava no local das bebidas não via o pessoal que estava dançando e vice-versa.

OS DESENTENDIMENTOS

As sociabilidades, ou seja, o encontro de muitas pessoas com um objetivo, seja ele qual for, tem a possibilidade de gerar entendimentos, mas

164 Google Street View, clube Guarany- Gurjão-Pb, Fotografia capturada em março de 2022. Acesso em: 23 de julho de 2022.

165 Entrevista concedida por Percilio Medeiros de Souza em 9 de dezembro de 2022.

166 Entrevista concedida por Percilio Medeiros de Souza em 9 de dezembro de 2022.

também desentendimentos, principalmente quando há muito orgulho e poder ou até mesmo bebida alcoólica relacionada. Sendo assim, um ambiente com pouca ventilação, bebida e muita gente reunida, era um palco de prováveis “confusões”.

“O Guarany era muito quente, as festas lá esquentavam ai dava briga”¹⁶⁷, quentura que não era só pela falta de ventilação do lugar, mas também pelo consumo de bebidas alcólicas. Assim, “no Guarany para esquentar era mais rápido, tem parede no meio porque quem tá bebendo não tá vendo quem tá dançando”, naquele ambiente existia o “canto de você beber só que tinha umas paredes entre esse espaço e o de dançar e umas passagens pra lá, quem tá bebendo não tá vendo quem tá dançando não, ai era separado e esquentava muito, quando dava muita gente, a ventilação era muito ruim”¹⁶⁸.

Isso gerava questões que resultavam em briga, às vezes por um rejeito de uma dança ou por algum estranhamento. “Uma vez teve uma briga lá, eu era moleque, mas o cara inventou de fazer uma briga lá, era mais zé de bibi, ai nós demos uma carreira desse cara, eu sei que o que ia mais perto dele foi eu, chegou ali, a casinha da gente era uma casinha de taipa mesmo”, a localização desta casa era ao final da rua do Guarany, “quando ele foi chegando perto igual com a casinha eu coloquei a perna no mocotó dele, ele caiu os outros que caiu atrás partiu encima ai eu deixei a briga lá e fui embora”¹⁶⁹.

As brigas perpassavam o ambiente do Guarany, “a porta que na época era na lateral era aberta direta para um beco que dava pra o beco da fachada¹⁷⁰, não tinha casa não e as portas ficava do lado de cima”, assim havia a oportunidade de correr, caso fosse possível fugir do ambiente do clube, tendo em vista o espaço descampado que existia após o limite da porta. Com relação aos desentendimentos “quem saísse primeiro levava vantagem”¹⁷¹, posto que havia uma dificuldade de sair por só existir uma porta no ambiente, então o

167 Entrevista concedida por Percilio Medeiros de Souza em 9 de dezembro de 2022.

168 Entrevista concedida por Jorge Luiz de Farias Ramos no dia 29 de novembro de 2022.

169 Entrevista concedida por Percilio Medeiros de Souza em 9 de dezembro de 2022.

170 O “Beco da fachada” é um espaço denominado de acordo com os documentos de Travessa Olinto Teixeira de Castro, porém nunca foi assim chamado, sendo popularmente conhecido por beco da fachada, visto que há uma história consensual entre os munícipes de que por volta dos anos 1960 o senhor Abílio matou esfaqueado o senhor Damião naquele espaço. Uma história difundida e que ficou fortemente presente no nome do espaço geralmente de bares e jogos.

171 Entrevista concedida por Percilio Medeiros de Souza em 9 de dezembro de 2022

primeiro a sair teria a oportunidade de ir mais longe e evitar uma “surra”.

Violência que muitas vezes não existia como evitar, em razão de que “eu lembro que uma vez teve uma briga lá que as mesas voaram”¹⁷², as mesas que eram o local das bebidas e não para servirem de armas dos brincantes, mas nisso se transformavam e gerava amedrontamento nos participantes, pois estes com dificuldade de escapar devido a existência de apenas uma porta apressavam-se para sair o mais rápido possível do ambiente.

Na lembrança daquele local, além das mesas “voadoras”, as pedras também foram uma arma, tendo em vista que “eu lembro de uma pedrada em um cara, ele tava assistindo o forró pela janela, uma janela que tinha para o lado da rua e ai levou uma pedrada e caiu”¹⁷³. Um homem que foi ferido por apenas querer dar uma “espiadinha” no local que acontecia tanto forró e certamente não foi o único ferido por algum motivo considerado pífio naquele ambiente.

É importante ressaltar que os divertimentos também se relacionam com os desentendimentos, assim como os mais diversos eventos que envolvem conflitos, como apontado por Stachuk e De Oliveira (2018), quando retratam os conflitos que ocorriam na cidade de Mallet no Paraná entre as décadas de 1925 e 1965. Tendo em vista que, assim como as festividades de Gurjão aqueles “momentos de lazer e alegria quebravam o ritmo do trabalho cotidiano, o que não significava que neles reinassem apenas a paz e a harmonia”, dado que embora o local fosse singular, era possível visualizar nos eventos “pessoas de diferentes origens e intenções”. Portanto, “por razões distintas, poderiam dar evasões a conflitos. Esses encontros, muitas vezes, eram ocasiões escolhidas para resolução de pendências e rixas antigas, pelos mais diversos motivos”¹⁷⁴.

O lazer construído naquele espaço não era sem conflito, em função de que “essas reuniões de sociabilidade abarcavam as possibilidades de encontro, mas também de conflito, bem como propiciavam o enfrentamento entre aquele que caluniou, roubou ou injustiçou, de alguma forma, no passado, e o ofendido em questão”¹⁷⁵. Isto, quando o evento contava com a participação de pessoas que já alimentavam rixas pessoais e escolhiam aquele momento para o “acerto de contas” que poderia ser por questões políticas ou também relacionadas a

172 Entrevista concedida por Jorge Luiz de Farias Ramos no dia 29 de novembro de 2022.

173 Entrevista concedida por Percilio Medeiros de Souza em 9 de dezembro de 2022.

174 (STACHUCK e DE OLIVEIRA, 2018, p. 194).

175 (STACHUCK e DE OLIVEIRA, 2018, p. 194).

cor da pele, quando acontecia de uma pessoa “branca” adentrar ao recinto.

O FORRÓ, O CARNAVAL E AS OUTRAS COMEMORAÇÕES NO CLUBE GUARANY

A palavra forró tem sua origem mais aceita a partir do termo “forrobodó”, de acordo com o proposto no Dicionário do Folclore Brasileiro, escrito por Câmara Cascudo (2012). Segundo o autor, “a sociedade que toma parte no nosso forrobodó ou forrobodança é mesclada; há de tudo”¹⁷⁶. Em um ambiente que combine com confusão, festa, música e bebida, diversão e arrasta-pé. Portanto, “Nascido em meio a irreverência, à ousadia, à necessidade de afirmação popular [...] ou do desejo de pura diversão das camadas mais humildes [...] se originou daí o que chamamos de forró”.

O forró, “uma dança tão criativa, cheia de requebros e comchambranças”, é também insinuante. Uma dança que se popularizou no Nordeste, foi disseminada

tanto pelas cidades do interior, quanto nas zonas do baixo meretrício, também no litoral, em arraiais improvisados, com os foles ou mesmo sanfonas, o zabumba e o triângulo, fazendo o nordestino vadiar no batecoxa até o dia clarear¹⁷⁷

Uma “vadiação” que chegou à cidade de Gurjão não só nas festas do salão do mercado, marcadas pela dança do forró e pela participação das pessoas “brancas” ou participes de uma elite política e econômica, “mas em todas as festas da cidade, em especial no Guarany. Local em que o forró e as festividades “tinha todo sábado, começava umas 7 horas da noite e ia até 5 da manhã, os tocadores eram os negros que também organizavam e tinha um Manoel de Parari¹⁷⁸ que era segurança e ficava lá na porta olhando quem entrava, naquele tempo todo mundo dançava muito”¹⁷⁹.

176 (CASCUDO, 2012, p. 413).

177 CÂMARA, Renato Phaelante. Forró: identidade nordestina. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12842480/forro-identidade-nordestina-fundacao-joaquim-nabuco> Acesso em: 26 de dezembro de 2022.

178 Parari atualmente é uma cidade da Paraíba localizada na região imediata de Sumé, mas no período era um distrito do município de São José dos Cordeiros e situa-se a uma distância de aproximadamente 44 quilômetros da cidade de Gurjão-Paraíba.

179 Entrevista concedida por Rita Emília de Lima no dia 10 de junho de 2022.

Era um período também em que a época de São João era sinônimo de forró e do “batecoxa”, mas não só essa época, em virtude de que havia festividades aos finais de semana com muito forró também e em que dançar era essencial nas festas deste clube, principalmente em se tratando das mulheres, tendo em vista que elas não pagavam para entrar no evento, os homens eram os pagantes de uma taxa chamada cota e isso “obrigava” a mulher a dançar, como relatado

eu sei que naquela época quando a moça dizia não, não vou dançar, eles diziam a pois não vai dançar comigo não vai dançar mais com ninguém, tirava do salão tinha que dançar com todo mundo, não podia dar corte não em ninguém não, as mulheres não pagavam quem pagava era os homens a cota, a gente não pagava, mas era obrigada a dançar com os caras sabe? ... e se fosse dançar com outro depois de não ter aceitado uma briga estava feita, se cortasse um não era para dançar com ninguém mais não. E dizia mais que se a pessoa não fosse dançar cortava o cabelo com uma faca¹⁸⁰

Sendo assim, o que fica perceptível era que para a mulher a questão era ou dançar com todos que chamarem ou não dançar com ninguém. Naquela época, com uma disputa de poder enorme entre os homens e o dinheiro deles em jogo, era um desrespeito não aceitar uma dança, portanto a mulher não podia escolher, poderia causar brigas, perder o cabelo ou até ser colocada para fora do forró como relatado. E, para além disso, os organizadores do forró “só deixavam as moças entrarem, naquele tempo eu ainda era nova eu entrava, mas tinha uma história aqui não entra mãe solteira”¹⁸¹, uma outra questão que atingia as mulheres, obrigadas a festejar de acordo com a lei de homens era não poder se divertir se você tivesse um filho sem ser casada.

Diante de tal fato, é possível observar, que os corpos das mulheres eram atravessados por uma violência na qual subordinava as figuras femininas, não permitindo a elas o direito de dançar com quem quisesse. Essa “regra” do clube era uma extensão de como as mulheres eram percebidas na sociedade, pois a elas cabia uma posição subalterna. Além disso, presumimos que a mulher solteira deveria ser recatada e estar dentro dos códigos morais de honra feminina, e assim, excluía as mães solteiras, enfatizando que os frequentadores do clube pertenciam a sociedade conservadora e sexista bem comum no período.

180 Entrevista concedida por Maria de Fátima Paulino em 9 de dezembro de 2022.

181 Entrevista concedida por Maria de Fátima Paulino em 9 de dezembro de 2022.

Assim, apesar das festividades organizadas e que ocorriam no espaço do clube demonstrarem uma limitação de comportamento para as moças, perfaziam um momento do lazer muito aguardado, uma vez que havia uma expectativa com relação a esses eventos, até os que eram improvisados com forró, como no caso a seguir.

Tinha um velhinho que morava no escorrega (um bairro de Gurjão), chamava Pedro Mendes, ele tocava uns forrós, pra tu vê a vontade da gente brincar, dançar, ele tocava forró no fole, no folinho que ele tinha oxente a gente fazia a festa, eu mais Bebê pequeno dançava uma rasteira de arrepiar, eu e Bebê pequeno, no fole de seu Pedro Mendes, dançava lá oxe era bom demais¹⁸²

Um dos artistas que costumava se apresentar no espaço, na simplicidade de seu instrumento que era capaz de fazer seus participantes dançarem “uma rasteira de arrepiar”, ou seja um insinuante forró que era também uma brincadeira, um lazer por vezes improvisado, mas que contava não só com o seu Pedro Mendes, mas também com “Joca de Oliveira, Antonio de Mimim¹⁸³ tocou muito, acho que seu Zé do Queijo, parece que tocou um forró lá também nessas épocas que a gente brincava¹⁸⁴.

No Guarany daquela época os artistas que tocavam “eram mais sanfoneiros, não é essas bandas como tem hoje não, era sanfoneiros, teve uma vez que teve um forró com um senhor com uma rabeça da banda do brejo também”. Uma experiência diferente para o nosso narrador que contou sobre o ambiente que frequentava dizendo que “era o clube dos negros antigamente, tinha o dos brancos e o dos negros, eu fui sócio dele ainda tem até a carteirinha e tudo, o do branco nesse tempo era lá no mercado, não tinha nem o clube ali da Fundac”. Constatando sua experiência de vivência no clube na década de 1970, período que viveu vários momentos e em que a organização do evento ficava a cargo de “Amadeus, Heleno Preto, esse povo quem tomava conta”¹⁸⁵.

182 Entrevista concedida por Maria de Fátima Paulino em 9 de dezembro de 2022.

183 O senhor Antônio Benjamim de Moraes, foi um artista e tocador de sanfona da cidade de Gurjão, sempre tocou em festas locais e espaços mais familiares. Foi organizador de uma banda que se chamava ABM, sua herança musical perpassou gerações e sua família também é bastante ligada a essa área, posto que sua filha atualmente é cantora da banda Mel com Cana.

184 Entrevista concedida por Maria de Fátima Paulino em 9 de dezembro de 2022.

185 Entrevista concedida por Percilio Medeiros de Souza em 9 de dezembro de 2022.

Pessoas já citadas anteriormente e que para além de construírem o clube, plantaram uma forte semente festiva de um lazer para seus amigos, mas também para a população especialmente negra e pobre do município de Gurjão, tocando inclusive na emoção de uma participante dos eventos que compôs a estrofe de uma canção dedicada ao lugar. “Uma vez eu fiz até uma música lá do Guarany, a gente brincando, na brincadeira, eu achava tão bom que uma vez eu fiz”. Conforme a letra a seguir.

“Chegou o São João da minha terra
Chegou o São João lá de Gurjão
Convido esta grande mocidade
Para a noitinha todos me acompanhar,
Nós vamos em busca do Guarany,
Onde podemos formar uma grande caipira,
Daí cada um com o seu par
Vamos todos balançar até o dia clarear,
Daí todo mundo balançando
Gritando por São João e
Deixando a barra quebrar”¹⁸⁶

Composição escrita por Maria de Fátima Paulino em décadas anteriores que frequentava assiduamente o Guarany e convidava outros conterrâneos para fazer a “barra quebrar” dançando o forró em um local que para ela sempre foi muito significativo enquanto um território negro, estes que são

espaços físicos habitados por pessoas negras. Mas, mais do que isso, são espaços simbólicos, repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes, a uma ancestralidade negra, a uma memória negra, a um modo de ser e estar negro¹⁸⁷

Tendo em vista que, o clube o Guarany, mesmo com seu abandono “ainda hoje o pessoal chama clube dos negros”¹⁸⁸. Foi desde sua construção um território construído por negros e frequentado por eles, dado que muitos pais

186 Entrevista concedida por Maria de Fátima Paulino em 9 de dezembro de 2022.

187 (VIEIRA, 2017, p.43).

188 Entrevista concedida por José Vicente Teixeira em 30 de maio de 2022.

não permitiam a presença de suas filhas no local e até filhos, alegando uma série de questões, dentre elas a “promiscuidade” do ambiente desmentida por seus frequentadores, a questão da pele, como também a rivalidade política, muitas vezes presente na organização das festividades na cidade de Gurjão.

Uma ideia que não condizia com a verdade na opinião de seus frequentadores, uma vez que estes relataram até que lá não era permitida a entrada de “mães que tivessem filhos, sendo solteiras”, o que apresentava regras que perpassavam não só mais a questão política ou a cor da pele, mas questões de ordem moral e patriarcal.

Esta que não podia “balançar até o dia clarear”, como o convite que a música fazia, nem participar do São João ou qualquer outro evento que ocorria no Guarany, em especial a dança das quadrilhas, também citada na música como “uma caipira”, referência a quadrilha improvisada realizada para a animação de todos e sem ensaios prévios. Esta que era uma tradição dos festejos.

Seja onde for comemorado o evento junino, sempre uma quadrilha estará se apresentando e marcando sua presença. É ela, inclusive, que ajuda a criar e a instituir todo um imaginário em torno da festa junina como uma “festa matuta” ou festa caipira¹⁸⁹.

Com relação à música, “a quadrilha matuta colaborou para que o forró se tornasse “a música típica” das festas juninas substituindo a valsa, a polca e o maxixe (ritmos predominantes até meados da década de 40), sobretudo com o sucesso de Jackson do Pandeiro e Luiz Gonzaga”¹⁹⁰, representantes da música que embalou as festividades e a trilha sonora de inúmeras quadrilhas.

A quadrilha que foi a representante das festividades juninas no Guarany, ela fazia o evento “brilhar” e ensaiada ou improvisada era um dos elementos convidativos para a participação da população. Naquele período de segregação dos espaços, onde as festividades nos clubes ficavam divididas, a quadrilha foi um elemento que de certa forma uniu, posto que, a festa “ficava dividida, tinha um São João lá e outro cá, a quadrilha de cá ia pra lá, se encontrar lá com os brancos já de madrugada, amanhecendo o dia, ai ia para lá se encontrar, ai terminava essas festas de manhã na rua”¹⁹¹.

189 (LIMA, 2002, p. 124).

190 (MENEZES NETO, 2008, p. 17).

191 Entrevista concedida por Percilio Medeiros de Souza em 9 de dezembro de 2022.

Nos clubes, não havia a união, mas a rua era um espaço público, portanto, um local que possibilitava o encontro entre todas as diferenças dos frequentadores dos espaços privados, isto ocorrendo já pela manhã, o encontro entre pessoas e entre quadrilhas, aquele era o momento em que se concluía a festa e os brincantes partiam para as suas residências. Aquele momento, ocorria geralmente na véspera de São João, ou seja, no dia 23 de junho, mas próximo a essa data, no mês seguinte, também acontecia uma outra festa, “a festa do milho, festa do milho sempre foi no final de julho e fazia festa também, junina, tudo junina, fazia dia 28 no final de julho”¹⁹².

Uma outra comemoração que tinha o forró como elemento central da festividade, assim como disputas de rainha do milho. Festividades que ocorriam na Gurjão daqueles tempos e que segundo Teixeira (2022), “foi se acabando, mas era muito bom”¹⁹³, não só o ato de dançar as quadrilhas, mas também o de frequentar as festividades e de dançar com um par sem ser na quadrilha e que era uma atividade muito requisitada, em todos os períodos do Guarany, até no período após os anos de 1980.

Um momento em que não havia mais tanto uma divisão por cor nas comemorações que aconteciam no Guarany, mas “arengas” políticas, que influenciavam muitas pessoas a frequentar ou não os espaços de festividades na cidade de Gurjão. Uma cidade que por ser um lugar em que as pessoas se conheciam entre si, a política sempre influenciava as ações e as divisões da população, o que não impedia a diversão ou o lazer de muitas pessoas.

Portanto, as danças, as festividades do Guarany eram embaladas por muito forró, as quadrilhas, as brincadeiras, mas nem só o forró tocava na sonorização das festividades que lá ocorriam, tendo em vista que a intenção era se divertir o ano inteiro. Sendo assim, havia a “obrigação” de outros tipos de eventos, em especial a comemoração do carnaval, um feriado festivo que era comemorado por todo o Brasil, como também em Gurjão. Este que foi um evento de início da vida musical de Oliveira (2002), um já citado exímio forrozeiro, mas que relata que “logo quando comecei a tocar, foi a concertina em um carnaval”, este instrumento “era um oito baixos, toquei em Gurjão, o chefe naquele tempo era Luiz Maracajá, toquei em um bar onde hoje é a delegacia, com a sandália torada”¹⁹⁴.

Assim, é possível pontuar que os carnavais aconteciam inicialmente nas ruas ou bares da cidade e posteriormente foram eventos que migraram para os espaços fechados, uma vez que ocorriam no mercado que realizavam o evento dos “brancos”, mas também no Guarany, local dos “negros” e em que as músicas ficavam a cargo não de Joca de Oliveira que aposentou cedo

192 Entrevista concedida por Paulo Teixeira no dia 20 de maio de 2022.

193 Entrevista concedida por Paulo Teixeira no dia 20 de maio de 2022

194 Entrevista concedida por João Marques de Oliveira no dia 14 de agosto de 2022.

segundo ele a vida carnavalesca. Porém, outros faziam música, tendo em vista que “tinha Inácio do Piston”¹⁹⁵ que tocava mais nos carnavais, carnaval é mais orquestra, dançava lá dentro do Guarany e depois saía pra rua”¹⁹⁶. As festas em geral “davam muita gente, o Guarany era cheio, lotado”¹⁹⁷.

Os carnavais eram muito animados, fantasias, roupas coloridas, confetes, dança, paquera e muita alegria corroboravam para a animação e a felicidade dos brincantes, porém as comemorações do Guarany, não se restringiam ao São João ou ao carnaval, uma vez que o prédio era uma estrutura permanente e podia receber outros tipos de eventos, como as festividades do sábado com a banda formada pelos próprios organizadores e posteriormente com as festividades organizadas no clube nas décadas de 1980 e 1990, em que houve uma diversidade de encontros com o objetivo da alegria, seja eles aniversários, amigos secretos ou outros.

Logo, a história do clube é de animação e de alegria, mas também atualmente de tristeza por seu abandono, inclusive dos seus brincantes e frequentadores assíduos de uma outra época. O espaço frequentado e organizado pelos negros, um local de lazer e diversão dos moradores negros deste espaço, corpos que a partir dos seus prazeres, sensibilidades e práticas culturais, dançaram não só o forró naquele espaço aos sábados ou nas festividades de São João, mas também foram partícipes de outros eventos como os carnavalescos, além da organização de eventos diversos.

Não só o forró foi o som primordial do clube o Guarany, embora este tenha sido fundamental, a banda formada pelos organizadores do local ou até por moradores que possuíam um baixo fizeram a alegria de algumas gerações de frequentadores que participaram dançando, bebendo, brincando e algumas vezes infelizmente se desentendendo, dado que as brigas compõem os rituais da sociabilidade.

O prédio atualmente em ruínas teve momentos de história, amor e os mais diversos sentimentos que seus frequentadores foram oportunizados de sentir. Um palco que não existe mais, porém protagonista de eventos diversos desde festas infantis, até confraternizações de final de ano em que a alegria principal era as trocas de presentes, um local escolhido, já que “se eu tivesse que escolher eu sempre preferia o clube Guarany para frequentar”¹⁹⁸. Ambiente em que se sentia à vontade para levar sua família e comemorar com ela aniversários, dias de mãe e outros eventos. Tanto para esta narradora

195 O Pistão é um instrumento musical de sopro confeccionado em metal, também conhecido como trompete.

196 Entrevista concedida por Percilio Medeiros de Souza em 9 de dezembro de 2022.

197 Entrevista concedida por Maria de Fátima Paulino em 9 de dezembro de 2022.

198 Entrevista concedida por Maria de Fátima Paulino em 9 de dezembro de 2022.

como para os outros participantes de tudo, cada lembrança destes momentos festivos fora essencial na sua história, mas também na história de Gurjão que foi contada não só por quem construiu ou denominou as ruas da cidade, porém e de forma principal das pessoas que escreveram o texto cidade, dançando, paquerando, se desentendendo ou simplesmente vivendo os momentos cotidianos e tecendo os fios de memórias que criam identidades locais. Essa é uma narrativa histórica de uma cidade vista de baixo, uma história contada à contrapelo (BENJAMIN apud SILVA: 2017) por moradores caririzeiros negros e populares, apresentando uma cartografia de Gurjão desenhada pelos excluídos que denunciam a segregação espacial cidadina e anunciam a capacidade inventiva e de resistência desses corpos subalternos urbanos, dando passagem à sua potência no viver citadino e ao mesmo tempo dando visibilidade ao seu patrimônio material e imaterial popular, convidando os leitores para um olhar horizontal e decolonial sobre a cidade.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9. Ed., 6ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2021. (Repensando a Geografia).
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 11. ed. ilustrada. São Paulo: Global, 2002.
- LIMA, Elizabeth Christina. **A fábrica do saber: a invenção da festa junina no espaço urbano**. João Pessoa: Ideia, 2002.
- MACEDO, Damiana de Farias. O Clube Guarany e a História do Lazer em Gurjão-PB (1960- 1980). In: SANTANA, Flávio Carreiro de. MONTEIRO, Luíra Freire. (Orgs.). **História: Tramas do Tempo, Impressões do Vivido**. João Pessoa: Ideia, 2017, os demais eram textos soltos, sem comprovação documental.
- MENEZES NETO, Hugo. **O balancê no Arraial da Capital: quadrilha e tradição no São João do Recife**. 2008, 155p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2008.
- SILVA, Keila Queiroz e. Os bairros dizem a cidade: o mapeamento do patrimônio cultural dos “outros” moradores urbanos. *Mnemosine Revista*. Vol.8, N.4 Dez. 2017.
- SOUSA, Fernanda de Farias. **Memórias e histórias das festas de outrora no município de cabaceiras, paraíba: relações étnico-raciais e sociabilidades nas festas de reis e no carnaval (1940–2018)**. 2022. 162 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2022.
- STACHUK, Angelica; DE OLIVEIRA, Oséias. “Bailes e Festas do Barulho”: Sociabilidades Tensas em Mallet-PR (1925-1965). **Cadernos de**

História, v. 19, n. 31, p. 193-193, 2018.

TANNO, Janete Leiko. Clubes recreativos em cidades das regiões sudeste e sul: identidade, sociabilidade e lazer (1889-1945). **Patrimônio e Memória**, v. 7, n. 1, p. 328-347, 2011.

VIEIRA, Sulamita. **Luiz Gonzaga**: nação em ritmo de baião. Arte para a nação brasileira. In: Arte para a nação brasileira / Manuel Domingos Neto, organizador. – Fortaleza: EDUECE, 2012.

3.2 – JOSÉ PINHEIRO: RELICÁRIO URBANO CULTURAL DE CAMPINA GRANDE-PB

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

INTRODUÇÃO

O bairro José Pinheiro, localizado na zona leste de Campina Grande, Paraíba, é um espaço urbano de grande relevância histórica, cultural e socioeconômica. Formado na década de 1950, o bairro surgiu a partir da expansão comercial da cidade e consolidou-se devido às iniciativas de José Pinheiro, um comerciante local cujo nome batiza o bairro. Ao longo dos anos, o José Pinheiro tornou-se um importante ponto de centralidade urbana, abrigando uma diversidade de atividades comerciais que sustentam seus moradores e atraem visitantes, evidenciando sua importância no cenário campinense.

Este estudo tem como objetivo analisar a influência do bairro José Pinheiro no contexto socioespacial de Campina Grande, considerando as suas múltiplas centralidades e os desafios enfrentados por seus habitantes. A pesquisa é fruto de trabalhos anteriores realizados pelo Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioespacial (GIDs), que identificaram uma tendência de descentralização na cidade e o surgimento de subcentros urbanos, com destaque para a área do José Pinheiro. Nesse sentido, o bairro é visto como um território emblemático das contradições socioespaciais presentes em Campina Grande, refletindo tanto o potencial econômico quanto as dificuldades associadas à violência e à insegurança.

Com uma forte vocação comercial, o bairro é palco de uma intensa dinâmica socioeconômica, que se revela nas atividades de pequenos e médios comerciantes, serviços de saúde, educação e lazer. No entanto, essas características positivas coexistem com problemas estruturais que afetam a qualidade de vida local, como a violência urbana, que coloca o bairro entre os mais violentos da cidade. Esse paradoxo entre o desenvolvimento econômico e os problemas sociais é um dos aspectos centrais que motivam a presente pesquisa.

A abordagem metodológica adotada combina técnicas qualitativas e quantitativas, incluindo a aplicação de questionários e entrevistas com moradores, comerciantes e líderes comunitários. O foco está em compreender como a centralidade do bairro contribui para o desenvolvimento urbano de Campina Grande, mas também como os contrastes socioterritoriais moldam a percepção e o cotidiano dos que ali vivem. A análise proposta buscou não apenas mapear as práticas comerciais e os fluxos urbanos, mas também investigar a relação do bairro com os processos históricos de segregação e fragmentação espacial que influenciam sua estrutura atual.

Em um contexto mais amplo, este texto oferece uma oportunidade de refletir sobre as dinâmicas de centralidade e periferação que caracterizam as cidades brasileiras contemporâneas.

Ao explorar o bairro como um microcosmo das transformações urbanas de Campina Grande, esta pesquisa buscou contribuir para uma compreensão mais ampla das relações entre espaço, sociedade e poder, evidenciando como as práticas espaciais locais revelam as complexidades da vida urbana e suas implicações para o planejamento e a gestão da cidade.

CAMINHOS PERCORRIDOS PARA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO BAIRO JOSÉ PINHEIRO

Devido à complexidade do tema, optamos pela adoção das técnicas da pesquisa quali-quantitativa para a apreensão dessas informações sobre o bairro, pautando-se na aplicação de questionários em áreas estratégicas e centrais do bairro, assim como também entrevistas com personagens importantes que marcaram a condição atual do bairro (moradores antigos, líder e ex-líder comunitário, professor e comerciantes) e por fim visita a órgãos que possam fornecer informações relacionadas ao desenvolvimento do mesmo.

A preocupação com a definição do método e dos procedimentos pauta-se no entendimento de que existe a necessidade de se definir os caminhos trilhados para que seja acessível a outros pesquisadores em prol da difusão do conhecimento (PARRA FILHO & SANTOS, 1998) sendo tais métodos considerados como um “conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado” (SPOSITO, 2004).

O método qualitativo emerge como uma opção de análise dos fenômenos sociais sob o prisma dos sujeitos envolvidos no mesmo. Sua vertente abarca a observação dos diálogos existentes tanto nos discursos diretos como indiretos, evidenciados por meio das entrelinhas destes, correspondendo, portanto, a uma importante forma de obter a realidade dos acontecimentos que vão além dos números codificados, resultantes de pesquisas quantitativas. Tais abordagens, no entanto, não se excluem. Ao contrário, podem juntar-se e favorecer estudos que englobem a realidade mais minuciosa do objeto a ser estudado (SANTOS, 2011 – relatório técnico).

De acordo com Sposito (2004), as orientações que sustentam o conhecimento científico podem ser divididas em três grandes métodos: o hipotético-dedutivo, que consiste na submissão do sujeito ao objeto, o fenomenológico-hermenêutico pautado na submissão do objeto ao sujeito e o método dialético-marxista que evoca a existência de uma reciprocidade de influências entre o sujeito e o objeto.

O método hipotético-dedutivo compreende o conhecimento científico como decorrente de experimentos e modelos racionais de interpretação de fenômenos, os quais, além de se repetirem e serem mensuráveis, podem ser igualmente investigados por outros pesquisadores. Já o fenomenológico-hermenêutico interpreta os fenômenos enquanto fatores sociais dependentes do próprio processo em que se dão as relações sociais. Finalmente, a dialética-marxista, alicerçada no materialismo histórico e dialético, compreende a relação sujeito-objeto em sua influência e interdependência. As atividades foram, portanto, trabalhadas segundo a triangulação de métodos de forma a atender a aspectos específicos de cada objetivo proposto.

Já no que diz respeito à análise dos eventos ocorridos entre 1930-1970 recorreremos às técnicas da pesquisa fenomenológica trabalhando com análise de discursos sendo as fontes primárias as reportagens de jornais junto ao IHGPB (instituto Histórico Geográfico da Paraíba), livros e a realização de entrevistas individuais junto a moradores que residem no bairro há 30 anos, período predefinido para se demarcar a criação de identidades com o espaço objeto de estudo.

Quanto à terceira perspectiva referente a delineamento dos tipos de centralidades, realizamos questionários e observação dos empreendimentos existentes de forma a subsidiar a confecção de um mapa de centralidades por serviços com auxílio da SEPLAN-CG (Secretaria de planejamento de Campina Grande) e tipos de relações de produção evidenciados no bairro. De tal modo, para obtenção e conclusão dos objetivos da pesquisa foram executadas as seguintes etapas:

A ORIGEM DO BAIRRO DE JOSÉ PINHEIRO E SUA REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL

Segundo registros do Jornal Diário de Pernambuco (1970), José Pinheiro,

morador que deu nome ao bairro, era proprietário de uma pequena venda onde comercializava alimentos, ervas, bebidas e outros utensílios sendo posteriormente transformado em Bodega. Ele também possuía um galpão que servia de abrigo para tropeiros que transportavam algodão e onde organizava festejos abertos à comunidade. Com o tempo, seu comércio prosperou e suas ações, festividades e conhecimentos homeopáticos se difundiram pela população de Campina Grande, transformando-o em uma figura de referência na cidade.

José Pinheiro atuou como professor e médico, tornando-se referência na localidade próxima à feira central ao criar galo para competição em briga de rinha:

Pois bem: qualquer pessoa lá do centro da cidade que queria melhorar também suas criações tinha que me procurar. – Para onde vai com esse cachorro? Vou para José Pinheiro. Para onde vai com esse porco? Vou para José Pinheiro. Para completar, aos domingos, comecei a providenciar brigas de galo aqui no meu “bairro”. Aí foi que pegou a tal história. Quem queria assistir a uma briguinha de galo tinha que vir para José Pinheiro. (Diário de Pernambuco, 1970, p.16).

Entre as condições geográficas evidencia-se a mobilidade, especialmente no que se refere ao deslocamento ao centro da cidade, caracterizando este bairro como espaço propício a difusão de uma ocupação territorial, conforme relatado pela própria pessoa de José Pinheiro (Jornal de Campina, 1953).

O fato é que entre os anos de 1930 e 1950, em decorrência dos benefícios trazidos com a implementação da ferrovia e da difusão da técnica de beneficiamento do algodão que passa a atrair migrantes (os tropeiros) para a cidade, Campina Grande vivencia um processo de reestruturação do seu espaço urbano, fato este que repercute na reestruturação dos bairros, sendo que alguns, entre os quais se destaca José Pinheiro, se tornam estratégicos ao desenvolvimento urbano da cidade.

O desenvolvimento do bairro José Pinheiro foi impulsionado por uma série de transformações urbanas na cidade, incluindo a expansão comercial do algodão, o aumento da produção e as reformas arquitetônicas promovidas pelo então prefeito Vergniaud Wanderley, sob a direção do engenheiro Lourival de

Andrade. Essas reformas modernizaram Campina Grande: antigos edifícios foram remodelados, novos prédios foram erguidos seguindo as tendências modernistas, avenidas foram alargadas, e as casas e cortiços sem saneamento foram removidos. Além disso, as zonas feirantes foram deslocadas para a área leste do centro, uma medida que visava ao desenvolvimento urbano (Almeida, 2002; SOUSA, 2003).

Quem quer que se detenha por algum momento a contemplar as realizações de ordem pública do Prefeito Vergniaud Wanderley em Campina Grande, não deixará de exprimir os seus aplausos a esse dinâmico administrador. Desde a sua primeira investidura no governo municipal desta cidade que podemos apreciar seu senso de realizador, de prefeito conducteur dos destinos de uma comunidade maximé do porte de Campina Grande (...). A verdade é que, diariamente, em vários pontos da cidade encontramos turmas de trabalhadores na execução de serviços mandados realizar pelo Prefeito Vergniaud. (Dantas J. Op. CIT. Sousa, Fábio, 2003. p. 75-76).

Essas mudanças contribuíram para consolidar o bairro como um centro de atividades populares, caracterizado pela forte presença do comércio local. A centralidade do bairro emergiu das práticas espaciais de seus próprios moradores, que encontraram nas potencialidades comerciais do bairro uma fonte de sustento. Assim, José Pinheiro tornou-se um exemplo do crescimento urbano movido pela interação entre suas tradições, o comércio e o espírito empreendedor de sua comunidade.

As diferentes concepções teóricas sobre centralidade e centro são indispensáveis para a análise urbana, pois a cidade é considerada um espaço de produção, circulação e consumo que segue uma lógica comercial, levando a uma centralização urbana, constituindo assim as áreas centrais, na articulação diferenciada de utilizações do solo. Segundo SILVA (2001), as áreas centrais constituem uma atração, expressando centralidades urbanas, que podem ser múltiplas numa mesma cidade e devem ser entendidas a partir dos fluxos que geram de pessoas, de automóveis, de capitais e de mercados. Portanto podemos entender a centralidade como um espaço urbano capaz de atrair pessoas, atração esta proporcionada pela busca de maior comodidade e

acessibilidade ou até mesmo busca por ampliação de acumulação.

Segundo Sposito (1991, p.6).

O centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo o ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela.

José Pinheiro caracteriza-se como um bairro popular destacando-se como um território contemporâneo aos outros bairros da cidade, segundo a classificação proposta por Pedrazzini (2006) ao participar da modernidade tecnológica, a da incoerência urbana denominada caos (no qual se evidencia a) reformulação do meio urbano desfeito pelo pensamento planejador e pela ausência do poder público.

REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL

A complexidade inerente à produção, consumo e apropriação do espaço urbano, conforme observamos na atualidade, teve sua origem no período pós-Revolução Industrial, quando as práticas desenvolvimentistas direcionaram o processo de ocupação e a vivência nas cidades, estabelecendo o modo de vida urbano como ideal. Isso originou significativas mudanças na configuração dos espaços, estimulando um processo dialético de agregação e segregação; superação e sobreposição; diacronia e sincronia, entre outros.

Dentre esses elementos, a compreensão da influência dos processos de segregação e fragmentação dos espaços urbanos — formas de reestruturação desses espaços — vem se destacando como um dos principais desafios para os pesquisadores dedicados ao estudo da cidade e do urbano. A imprecisão conceitual, associada à própria dificuldade de visualização e definição desses processos, reforça a necessidade de estudos aprofundados sobre o tema.

A pesquisa fundamentou-se na busca pelo entendimento das concepções de centralidade e suas repercussões em fatores urbanos, como o uso dos espaços

públicos e a violência urbana, que são os principais elementos responsáveis pela fundamentação teórica do texto. Esses argumentos sustentam-se na compreensão de que questões como a violência urbana e a redução do uso dos espaços públicos (Santos, 2011), associadas a um contínuo processo de segregação representado pelo aumento de condomínios fechados e novos empreendimentos em setores periféricos, além das novas centralidades baseadas na proliferação de centros comerciais, têm fomentado debates sobre o futuro da cidade e dos espaços intraurbanos.

Para melhor compreendermos essas observações, antes de nos aprofundarmos na temática, é necessário explicitar nossas concepções de espaço e urbano. Para espaço, compreendemos, segundo Santos (1997, p. 51), como “o conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” Nesse contexto, o espaço é entendido como o campo das relações ou ambiente onde a sociedade cria novos objetos ou recria os já existentes, através da materialização de suas práticas, expressando, assim, sua existência.

O urbano, por sua vez, se apresenta como o “lócus de reprodução da força de trabalho cuja dinâmica está vinculada ao modo de produção e associa-se às relações de poder particulares” (Souza, 2000), sendo, portanto, um produto social. Nesse contexto, o urbano corresponderia ao campo onde as relações sociais estão em constante ebulição. Embora o fenômeno urbano se manifeste em diferentes escalas, é na escala do cotidiano que as práticas se efetivam de forma mais complexa, sendo a escala da moradia ou das práticas sociais aquela que melhor expressa essas características, conforme observado por Seabra (2004, p. 191), ao conceber o urbano como “espaços profundamente recortados pela propriedade, divididos ou fracionados, e que estão funcional e estritamente articulados ao nível do cotidiano,” exemplificado pelo bairro José Pinheiro.

Dessa forma, ao falarmos de reestruturação urbana, podemos evidenciar pelo menos quatro conjunturas: a) econômica; b) social; c) política; e d) ideológica. Na conjuntura econômica, atrelada à evidente interferência do capitalismo na produção do espaço (Gottdiener, 1990; 1993), destaca-se a influência dos agentes imobiliários, que interferem no valor de uso do solo, condicionando ou selecionando quem deve, como deve e quando deve ocupar

determinado espaço. Na conjuntura social, observamos a reconfiguração socioespacial realizada pela luta de classes, com a classe dominante determinando, em certos períodos, as estratégias de desenvolvimento territorial, e segmentos da sociedade civil organizada definindo táticas específicas para participar dos debates sobre as dinâmicas socioespaciais dos bairros (Villaça, 2001; Castells, 2000). A Sociedade Amigos do Bairro (SAB) do José Pinheiro é um exemplo desse fenômeno.

Outra perspectiva para compreender a estruturação urbana é a política. O planejamento e o tipo de gestão (com o poder público atuando como produtor e moderador da configuração espacial) podem interferir significativamente nas mudanças ocorridas no espaço urbano. Nesse contexto, Lefebvre (2001) e Carlos (2001) fornecem importantes contribuições sobre a autonomia produzida pelas relações cotidianas na reconfiguração espacial.

O desafio de analisar o processo de reestruturação do espaço urbano reside, portanto, em compreendê-lo de acordo com a própria relação espaço-tempo, que reflete os movimentos dos eventos segundo uma lógica diacrônica (sucessiva) e sincrônica (simultânea).

Assim, o ponto-chave para a compreensão dessa relação decorre de uma historicidade refletida nas relações sociais materializadas, que são, ao mesmo tempo, coexistentes e superadas — a negação ou substituição do velho pelo novo, variando tanto horizontalmente numa perspectiva espacial sincrônica, quanto verticalmente, numa perspectiva temporal diacrônica.

Sob essa perspectiva, a produção e o consumo do espaço ganham sentido quando entendidos como processos de apropriação pelos diferentes sujeitos sociais que, sincrônica ou diacronicamente, acabam definindo as rugosidades (objetos e funções que “sobrevivem” ao longo do tempo) e o estabelecimento do “novo”, isto é, novas formas espaciais criadas para atender às demandas da atual conjuntura socioespacial.

Essas inquietações levam à constatação de que o problema urbano, atualmente, transcende questões teóricas ao se enraizar em outra, que, de acordo com nossa concepção, é ainda mais desafiadora: a questão prática, responsável pela difusão de um contínuo processo de segregação socioespacial.

Nessa perspectiva, a segregação se configura como “um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (Villaça, *idem*, p. 148). Esse processo

reflete a luta de classes em relação à localização no espaço, tornando-se o principal elemento de dominação social, política e econômica através do espaço (Villaça, 2001, p. 150). Nesse contexto, é evidente que a segregação reproduz a relação entre dominantes e dominados, relação fundamental para a estruturação e reestruturação do espaço urbano. Sobre essa relação, Santos (1986) oferece a seguinte contribuição:

A sociedade se transforma em espaço através de sua redistribuição sobre as formas geográficas, e isto ela o faz em benefício de alguns e em detrimento da maioria; ela também o faz para separar os homens entre si atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo um valor comercial: e o espaço mercadoria vai aos consumidores como uma função do seu poder de compra (Santos, 1986, p. 213).

Com base na contribuição de Santos, surge a questão: o que os consumidores compram no espaço? Concordamos com Villaça (2001) ao afirmar que o que se adquire é, essencialmente, a localização, uma vez que esta influencia diretamente a circulação e, conseqüentemente, impacta a própria distribuição espacial. Isso resulta na evidência da segregação como um reflexo da estruturação e reestruturação do espaço urbano.

Para concluir, é importante destacar que a segregação pode ocorrer de forma tanto voluntária quanto involuntária. No caso da segregação voluntária, determinados grupos sociais escolhem o tipo de espaço que desejam ocupar, territorializando suas relações. Já na segregação involuntária, uma determinada classe ou segmento social é praticamente compelido a ocupar um espaço não desejado.

Nesse sentido, é fundamental evidenciar que a segregação está diretamente relacionada aos processos de territorialização e desterritorialização de diferentes setores do espaço urbano. Ao mesmo tempo em que reflete o domínio (territorialização) de uma determinada classe, provoca a conseqüente desterritorialização dos dominados, resultando em processos de exclusão. Segundo Haesbaert (2004, p. 313), esses fenômenos configuram-se como “aglomerados humanos de exclusão”.

DINÂMICA URBANA E CONTRASTES SOCIAIS NO BAIRRO “ZÉ PINHEIRO”

A situação do bairro José Pinheiro está inserida em uma dialética complexa: por um lado, apresenta-se como uma área periférica no contexto urbano de Campina Grande; por outro, o processo de desconcentração revela a emergência de uma nova centralização ou centralidade. Dessa forma, José Pinheiro é frequentemente associado como o “bairro dos contrastes socioterritoriais”.

As mudanças evidenciadas no bairro têm como principal motor a centralidade produzida pelo comércio, refletindo uma tendência que se estende à própria cidade. Atualmente, o comércio campinense encontra-se em expansão, com diversos bairros adquirindo características de centro e atendendo cada vez mais às necessidades da população. Exemplos disso incluem os bairros das Malvinas, Liberdade, Prata, Bodocongó e o próprio José Pinheiro.

O bairro da Prata, próximo ao centro, destaca-se especialmente na área da saúde, abrigando numerosas clínicas. O bairro da Liberdade, por sua vez, é conhecido pela produção alimentícia, com uma grande oferta de restaurantes e lanchonetes, especialmente no período noturno. Em Bodocongó, observa-se um foco em serviços voltados para a construção civil e o setor automotivo, incluindo postos de abastecimento e lotéricas. Já as Malvinas, consideradas uma “cidade dentro da cidade” com cerca de 80 mil habitantes, possuem um comércio diversificado, ainda que limitado em certos aspectos, como a oferta de serviços de saúde, onde se destaca um hospital de abrangência regional.

Esses bairros são fundamentais para o crescimento econômico de Campina Grande, mas José Pinheiro se diferencia por sua história e identidade com o povo, o comércio, a cultura e uma motivação contínua para o desenvolvimento, ainda que possua uma “roupagem contraditória.”

O bairro evoluiu juntamente com a expansão comercial da cidade, enfrentou diversas disputas políticas e manteve-se acolhedor. Com um comércio vibrante, José Pinheiro atende à população em educação, saúde e serviços diversos. No entanto, também enfrenta desafios como a violência e a omissão das autoridades em cuidar de um patrimônio tão significativo para seus moradores.

José Pinheiro se consolidou como uma referência comercial na cidade, competindo, ainda que de forma não intencional, com outros bairros e até com o próprio centro. Seus moradores podem encontrar tudo o que precisam sem sair do bairro, como roupas, ferramentas ou serviços advocatícios. O bairro continua a se fortalecer, mesmo enfrentando sua maior dificuldade: o combate à violência, que gerou um estigma capaz de ofuscar sua rica história (PEDRAZZINI, 2006).

A complexidade inerente à produção, consumo e apropriação do espaço urbano, conforme observamos atualmente, teve origem no período pós-revolução industrial, quando práticas desenvolvimentistas passaram a moldar a ocupação das cidades e o modo de vida urbano como ideal. Isso desencadeou mudanças profundas na configuração dos espaços, promovendo uma dialética de agregação e segregação, superação e sobreposição, sincronia e diacronia.

No contexto de Campina Grande, o bairro José Pinheiro se insere dentro dessas relações de produção e apropriação do espaço, refletindo as dinâmicas dialéticas onde o indivíduo constrói e, simultaneamente, é subordinado à sua realidade. Segundo Lefebvre (2001), a cidade é produzida por meio de relações, tanto de ordem próxima (entre indivíduos ou grupos) quanto de ordem distante (regida por instituições). Nesse sentido, conforme Silva (2001), a cidade pode ser entendida como processos globais de transformação, em constante mutação (CARLOS, 2001).

José Pinheiro incorpora essa complexidade, identidade e as discussões teóricas apresentadas, mostrando-se um exemplo de como a centralidade pode influenciar o contexto socioespacial de Campina Grande.

De acordo com Gurjão (1999), a população de José Pinheiro precisou lutar por seus direitos na década de 1940 para organizar seu espaço e exercer sua cidadania, impulsionada pelo desenvolvimento do centro da cidade durante a gestão do prefeito Verniaud Wanderley. A revisão da literatura destaca a importância de compreender o dinamismo urbano das cidades, como Lefebvre (2001) enfatiza: a cidade é produzida por relações de proximidade e pela influência de instituições.

Na primeira fase desta pesquisa, foram aplicados quatrocentos questionários em áreas estratégicas para investigar a centralidade do bairro. Os resultados mostram que tanto moradores quanto visitantes reconhecem José Pinheiro como um espaço em competição com o centro da cidade no

que diz respeito às atividades comerciais. O bairro é visto por muitos como movimentado, atraente e cultural, mas também é temido por outros devido à violência. Segundo Santos (2011), José Pinheiro ocupa o quinto lugar no ranking de homicídios em Campina Grande, revelando o contraste na vida dos seus moradores.

Os moradores também relataram que a violência está associada à má ocupação das áreas de lazer, frequentemente descritas como “pontos de concentração de indivíduos problemáticos,” o que gera um constante sentimento de insegurança. Em relação aos serviços oferecidos, o comércio é visto como a principal força do bairro, seguido pela educação e, menos favorecida, a saúde, considerada negligenciada pelos poderes públicos.

O PAPEL DO BAIRRO JOSÉ PINHEIRO NA ESTRUTURA SOCIOESPACIAL DE CAMPINA GRANDE: ENTRE O COMÉRCIO VIBRANTE E A VIOLÊNCIA URBANA

Após a realização da primeira entrevista, foram aplicados os 400 questionários, com base na quantidade de moradores acima de 18 anos, que não necessariamente residem no bairro, mas que utilizam principalmente os serviços oferecidos. O questionário continha 16 questões, divididas em dois momentos: o primeiro voltado a questões pessoais, como renda familiar, profissão, local de origem e frequência de ida ao centro da cidade; o segundo focado no desempenho do bairro, acessibilidade dos moradores, características do bairro e atividades oferecidas. Dessa forma, foi possível obter dados quantitativos e extrair ideias que subsidiaram uma análise qualitativa dos resultados, bem como a efetivação dos objetivos da pesquisa e a formulação de tabelas, que serão demonstradas a seguir.

Com o uso desses procedimentos, buscamos analisar a influência do bairro no contexto socioespacial de Campina Grande, focando na dinamicidade do bairro, no que ele representa para a cidade e em toda a sua influência. Para a obtenção dos dados e das discussões presentes na pesquisa, optou-se pela metodologia quali-quantitativa, através da realização de entrevistas com moradores, professores e o presidente da SAB (Sociedade dos Amigos do Bairro), realizadas no próprio bairro e na Universidade Estadual da Paraíba, sendo todas devidamente autorizadas mediante Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido.

Os questionários foram aplicados em locais estratégicos: rua Campos Sales, Joana D'Arc, Maximiano Machado e na Vila Olímpica Plínio Lemos, escolhidos por serem, a princípio, os locais mais visitados e que provavelmente seriam os mais citados no questionário. Referente ao primeiro objetivo específico da pesquisa, que era mapear os tipos de empreendimentos comerciais no bairro e sua flexibilidade, foram identificados aproximadamente 250 estabelecimentos, divididos entre serviços, comércio, saúde e educação.

Observou-se também, com a ajuda dos questionários, que o bairro divide o espaço comercial com o centro da cidade, devido à sua localização na zona leste, a menos de um quilômetro. Constatou-se que a maioria dos empreendimentos comerciais, de grande e pequeno porte, faz parte de uma espécie de legado. Durante as visitas ao bairro, ficou evidente que os moradores não se envolvem com o bairro por mera obrigação; há uma paixão perceptível que atravessa gerações, passando de pais para filhos. Nota-se que o morador tem uma identidade formada junto com o bairro, construída com sua peculiaridade e satisfação.

Dos estabelecimentos mapeados no bairro, constatou-se uma grande variedade de opções para os moradores, como feirantes, cabeleireiros, farmacêuticos, cozinheiros, lojas de informática, de celulares e muito mais. É um local que atende a todos e atrai pessoas para consumir, sendo as principais áreas de concentração de comércio as ruas Campos Sales e Joana D'Arc, que se destacam pelo seu grande porte comercial, incluindo clínicas odontológicas, serviços bancários e educacionais, ainda que não sejam referências no setor.

A aplicação dos questionários evidenciou a importância das ruas centrais do bairro, com a rua Campos Sales sendo citada 354 vezes entre os 400 entrevistados, consolidando-se como o coração do bairro. Em seguida, a Vila Olímpica Plínio Lemos se destaca como um ponto de práticas saudáveis e de atração. Conforme evidenciado na coleta de informações e análise dos questionários, grande parte dos moradores utiliza os serviços oferecidos no bairro, que atendem às necessidades em termos de atendimento e acessibilidade comercial, como demonstrado nos gráficos e no mapa das centralidades apresentados a seguir.

Ao serem questionados sobre o local onde normalmente fazem suas compras, 364 entrevistados afirmaram ser no próprio bairro, 23 relataram

que compram tanto no bairro quanto em supermercados centrais, e 13 em mercados centrais. Com o primeiro objetivo específico alcançado, constatou-se que o bairro exerce forte influência no contexto socioespacial da cidade. Os estabelecimentos são fruto de uma história voltada para o comércio e para a expansão comercial de Campina Grande, que teve início em meados da década de 1940. As premissas referentes a tal fato serão apresentadas a seguir.

O segundo objetivo específico da pesquisa baseia-se na identificação dos eventos, ocorridos entre os anos de 1930 e 1970, que foram responsáveis por tornar José Pinheiro um espaço de centralidade. Para a realização dessa etapa, adotou-se o método de pesquisa qualitativa, com análise de livros, entrevistas e consulta à hemeroteca do IHGPB (Instituto Histórico Geográfico Paraibano). No instituto, foram realizadas consultas ao acervo com o objetivo de identificar eventos relacionados ao crescimento da cidade de Campina Grande e, preferencialmente, ao bairro José Pinheiro. Foram encontrados muitos noticiários de jornais que abordavam o desenvolvimento em âmbito estadual, com destaque para o jornal “A União”, que possui notícias de mais de um século, onde foram encontrados registros sobre Campina Grande e o comércio campinense, especialmente sobre a produção e o comércio de algodão. No entanto, foi evidenciado que não há jornais específicos da cidade de Campina Grande.

Inicialmente, pode-se afirmar que um dos acontecimentos responsáveis pela condição atual do bairro está relacionado à produção e ao comércio do algodão. Essa característica da cidade favoreceu muito o crescimento comercial e o desenvolvimento tanto político quanto administrativo. Em meados da década de 1930, Werniaud Wanderley, grande responsável por medidas desenvolvimentistas na cidade, assumiu a Prefeitura Municipal com o objetivo de promover crescimento acelerado. Como afirma Araújo (1997):

“Werniaud Wanderley, a partir de metade da década de 1930, inicia a reforma arquitetônica da cidade, sob a direção do engenheiro Lourival de Andrade. Segundo o mesmo, era necessário remodelar antigos edifícios, moldar os novos de acordo com os parâmetros modernistas, alargar avenidas onde residências particulares revelam o ‘gosto estético’, sendo necessário transferir para as áreas periféricas os cortiços e as casinhas ‘malcheirosas’ e sem saneamento das prostitutas. A cadeia e o cemitério também deviam ser mantidos à distância”.

Essas medidas desenvolvimentistas de Werniaud Wanderley movimentaram a cidade e geraram consequências, principalmente nas margens da cidade. A intenção era o desenvolvimento a todo custo, separando pessoas de baixo poder aquisitivo visando ao embelezamento urbano. Utilizar escritos da época evidencia o contraste, a motivação e as consequências dessas medidas. A partir das décadas de 1940-1960, a cidade entra em franco crescimento com a produção e o comércio do algodão, que provocaram uma reorganização do espaço urbano, destacando-se a formação de duas zonas industriais: uma ao noroeste da cidade (ao lado do eixo rodoviário da BR-230) e outra ao sudoeste, próxima à estação ferroviária (ao longo do eixo rodoviário da BR-104). Essa divisão do espaço urbano resultou do rápido processo de acumulação de capital ocorrido nessas décadas, conforme afirma Sá (1986).

Com base no desenvolvimento da cidade junto à prática comercial e nas medidas desenvolvimentistas, pode-se afirmar que o bairro de José Pinheiro foi fortemente influenciado por esses eventos de forma equivalente. A produção e o consumo do algodão trouxeram benefícios para toda a população e, principalmente, impulsionaram a atividade comercial de José Pinheiro. Até hoje, é possível encontrar lojas de tecidos e artesãos no bairro. As medidas de Werniaud Wanderley aproximaram a Feira Central (um dos maiores patrimônios da sociedade campinense, objeto de estudo nas áreas de Sociologia e Antropologia) do bairro, o que permitiu aos moradores utilizar a atração feirante para fomentar o movimento consumista.

Assim, pode-se identificar que os eventos comerciais entre 1930 e 1970 foram fundamentais para moldar a característica do bairro. Eles contribuíram significativamente para que o bairro desenvolvesse seu potencial comercial e se tornasse um espaço atrativo para moradia e comércio, um espaço de centralidade. Para delinear os tipos de centralidades existentes no bairro de José Pinheiro e suas relações com o contexto urbano de Campina Grande, utilizou-se o método quali-quantitativo. Com o apoio dos questionários e das observações, constatou-se que o bairro exerce centralidade no contexto socioespacial da cidade.

A primeira centralidade no bairro é a comercial. Conforme a aplicação e análise dos questionários, evidenciou-se que as áreas centrais exercem forte influência no cenário campinense, como as ruas Campos Sales e Joana D'Arc e a Vila Olímpica Plínio Lemos, que foram os locais mais citados.

Um fato importante é que essa centralidade se comprova no uso dos serviços existentes, uma vez que nem todos que consomem no bairro são moradores, como mostram os gráficos a seguir.

Comprova-se a importância do comércio e dos serviços não só para os moradores, mas também para os que residem na cidade. Essa centralidade comercial se confirma pelo fato de que o comércio procura sempre a área mais central para maximizar seus ganhos. Logo, nota-se que o comércio de José Pinheiro se beneficiou da reestruturação urbana e da centralidade existente na Feira Central, desenvolvendo-se a ponto de tornar-se um bairro central, que oferece atendimento e atende às demandas da população.

Pode-se afirmar que o bairro exerce uma centralidade comercial e atrai pessoas para consumir, como evidenciado nos gráficos elaborados a partir da análise dos questionários aplicados à população. No entanto, o que chama atenção na análise dos questionários é a importância da centralidade cultural e social, principalmente nas áreas citadas. Além do grande potencial comercial, existe uma centralidade cultural que caracteriza o bairro como ponto de encontro e lugar de pertencimento para quem o frequenta, conforme mostrado nos gráficos a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o bairro José Pinheiro, em Campina Grande, revelou sua centralidade como um importante núcleo de comércio, cultura e interação social na cidade. Mais do que um simples bairro, José Pinheiro é um símbolo dinâmico da vida urbana local, com uma história que remonta ao crescimento econômico das décadas de 1930 a 1970, período marcado pela ascensão da indústria do algodão. Esse contexto histórico foi crucial para a formação do bairro como um espaço central, moldado por reformas urbanísticas que favoreceram seu desenvolvimento comercial e social.

A aplicação de 400 questionários permitiu traçar um perfil detalhado dos frequentadores e evidenciou que José Pinheiro é um bairro multifacetado, caracterizado pela diversidade de serviços que vão de pequenos comércios familiares a grandes centros de atendimento, como clínicas e instituições de ensino. Esse caráter acessível e diversificado atrai não apenas moradores, mas também pessoas de outras partes da cidade, consolidando o bairro como um

ponto de centralidade econômica e social.

Além disso, entrevistas com moradores, comerciantes e líderes comunitários reforçaram que o bairro mantém um forte vínculo com seu passado, o que se reflete na continuidade das atividades comerciais passadas de geração em geração. Esse legado histórico cria uma identidade coletiva que fortalece as relações entre comerciantes e clientes, promovendo um ambiente de confiança e pertencimento.

A pesquisa destacou também o papel da Vila Olímpica Plínio Lemos, um importante centro de práticas esportivas e convivência que contribui para a vitalidade social do bairro. Esses espaços de uso coletivo desempenham um papel fundamental na construção do senso de comunidade, reforçando os laços sociais e fortalecendo a identidade de José Pinheiro como um lugar de encontros e experiências compartilhadas.

A centralidade cultural do bairro é reforçada por eventos e práticas comunitárias, como festas populares e feiras, que atraem visitantes de toda a cidade. Essa efervescência cultural, aliada à variedade de serviços, torna José Pinheiro um espaço único dentro do contexto urbano de Campina Grande, funcionando como um microcosmo das dinâmicas sociais e econômicas da cidade.

A localização estratégica do bairro, a menos de um quilômetro do centro da cidade, e sua boa infraestrutura de transporte também contribuem para sua centralidade, ampliando sua área de influência. Mesmo com essas vantagens, o bairro mantém características próprias que o diferenciam de outras áreas comerciais, como a presença de comércios familiares e um estilo de vida comunitário que conferem uma atmosfera distinta.

No entanto, o estudo identificou desafios que podem afetar a centralidade do bairro no futuro. Questões como a falta de investimentos em infraestrutura urbana, incluindo melhorias na iluminação pública, segurança e acessibilidade, foram apontadas pelos entrevistados como fatores críticos. Além disso, a expansão desordenada do comércio e a ausência de políticas públicas para preservação do patrimônio local representam ameaças à sustentabilidade do bairro.

Outro ponto de atenção é a saturação de alguns pontos comerciais e a intensa concorrência entre estabelecimentos, que podem prejudicar a qualidade de vida dos moradores e a atratividade do bairro. Para enfrentar esses

desafios, é essencial uma gestão urbana integrada que contemple não apenas o crescimento econômico, mas também a preservação das características históricas e culturais do bairro.

Para garantir que José Pinheiro continue a desempenhar seu papel de centralidade, é necessário implementar políticas públicas que incentivem o desenvolvimento sustentável, revitalizando espaços públicos, promovendo o comércio local e reforçando a participação comunitária. Essas medidas são fundamentais para preservar a identidade do bairro e garantir que ele continue sendo um espaço dinâmico e acolhedor.

Em conclusão, o bairro José Pinheiro é um exemplo notável de como a centralidade pode ser construída e mantida em um contexto urbano. Seu desenvolvimento histórico e sua vibrante vida comercial e cultural fazem dele um espaço de relevância ímpar em Campina Grande. A pesquisa demonstrou que a centralidade do bairro vai além da geografia, refletindo uma complexa rede de relações sociais e econômicas que conferem ao bairro uma vitalidade própria.

O caso de José Pinheiro ensina a importância de valorizar bairros que desempenham funções centrais nas cidades. Muitas vezes negligenciados em planejamentos urbanos focados exclusivamente no crescimento econômico, esses bairros são cruciais para a qualidade de vida urbana e para a construção de cidades mais integradas. A centralidade de José Pinheiro destaca o potencial dos bairros de se tornarem polos de desenvolvimento equilibrado, quando há uma combinação de comércio, cultura e vida comunitária.

Para o futuro, é essencial que Campina Grande continue a investir em José Pinheiro, reconhecendo sua importância histórica e potencial para o desenvolvimento urbano sustentável. Com uma abordagem que alie preservação e inovação, o bairro pode continuar sendo um referencial, contribuindo para o fortalecimento da identidade urbana da cidade e para a qualidade de vida de seus habitantes.

José Pinheiro é mais do que um bairro: é um reflexo da evolução de Campina Grande, onde história, economia e cultura se entrelaçam para criar um espaço urbano vibrante e significativo. Representa a capacidade das cidades de se reinventarem e a importância dos bairros como motores de transformação, oferecendo não apenas produtos e serviços, mas também um senso de pertencimento e comunidade. Além de suas ruas e comércios, José Pinheiro simboliza o espírito de uma cidade que honra seu passado, vive intensamente o presente e olha para o futuro com otimismo e determinação.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Vol. 48. São Paulo: Paz e terra, 2000, 590p. (coleção pensamento crítico) geográfico. São Paulo: Unesp, 2004. 217p.
- GOTTDIERNER, Mark. **Produção social do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1993. (Ponta 5)
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **O bairro de José Pinheiro: ONTEM E HOJE**. Governo do Estado da Paraíba, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: o “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, Henri.. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri.. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.
- PARRA FILHO, Domingos & SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998. 277p.
- PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Tradução Giselle Unti. Petrópolis, 2006. 23p
- SANTOS, Milton. **Natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS. Sâmara I. **Mapeamento da violência urbana em Campina Grande-PB**. UFCG, 2011.(relatório técnico. Grupo de Pesquisas Geográficas em Desenvolvimento Socioterritorial)
- SEABRA, Odette C. de L. **Territórios do uso: cotidiano e modo de vida**. In. CIDADES: Revista científica. Vol. 1, n.1, 2004. Presidente Prudente: grupos de estudos urbanos, 2004. P. 181-206.
- SILVA, W. R. da. **Centro e centralidade: uma discussão conceitual**. Formação, Presidente Prudente, n.8, p. 107-115, 2001.
- SOUZA, Marcelo L. de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino**

do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004. 217p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**. Presidente Prudente, v.10, p, 1-18, 1991.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: STUDIO NOBEL: FAPESP, 2001.

3.3 – A MEMÓRIA EM DISPUTA: O MUSEU DO ALGODÃO DE CAMPINA GRANDE-PB (1973-2013)

Severino Cabral Filho

INTRODUÇÃO

O Museu do Algodão de Campina Grande (MACG) foi criado por força do Projeto de Lei nº 24/73, de 13 de fevereiro de 1973, por iniciativa da vereadora Maria Lopes Barbosa, tendo sido inaugurado pelo prefeito Evaldo Cavalcanti Cruz, a 11 de outubro do mesmo ano, data festiva em que se comemora o Dia da Cidade.¹⁹⁹ Até então, o acervo que viria a compor o MACG pertencia à EMBRAPA – Setor Algodão (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), localizada em Campina Grande. Em junho de 2001, o Museu passou por um processo de restauração física e de ampliação do seu acervo. A ampliação do acervo deu-se graças ao empréstimo de equipamentos e máquinas pela EMBRAPA que, no ano de 2006, doou-os em definitivo ao MACG, passando, assim, a guarda de todo o acervo para a gestão municipal.

Analizando fragmentos da justificativa para a lei que criou o MACG percebe-se, desde logo, o direcionamento político, cultural e memorialístico que se pretendeu dar a essa instituição. Observemos:

A antiga Estação Ferroviária de Campina Grande tem, na sua existência, profundas ligações com a nossa história. Propriedade inicial da antiga ‘Great Western’, foi construída em função do algodão, riqueza que gerou a grande urbs campinense. Ferrovia eminentemente econômica foi responsável, em grande parte, diretamente, pelo nosso progresso, fazendo circular para os portos europeus e americanos, nosso principal produto e trazendo, na volta, as máquinas e o luxo das últimas novidades. Em épocas mais recentes Campina Grande foi, por volta da Segunda Guerra Mundial, a primeira praça algodoeira do mundo. [...] Demolir a Estação é destruir um pedaço de nossa história, numa cidade que nada tem de preservado para mostrar as gerações atuais. Cada construção que ligada ao passado é aniquilada da paisagem interrompe as visões de uma evolução, tão necessárias ao entendimento do passado e a justificativa do presente.

E conclui:

199 Vale destacar que 11 de outubro é a data em que Campina Grande foi elevada à categoria de cidade, ocorrida no ano de 1864.

Assim, preservando parte da nossa história e consequentemente criando mais um ambiente de cultura em nossa região... para que possamos erigir muito em breve o nosso Museu do Algodão, que será, por extensão, o próprio museu da História de Campina Grande.²⁰⁰

Este fragmento expressa uma tensão entre a preservação e a demolição da antiga estação – numa época em que já despontava fortemente na cidade a especulação imobiliária numa área que já se começava a valorizar em demasia. Expressa também um desejo de transformar a velha estação em um espaço de cultura para celebrar memória triunfante, cujas origens remontam a um tempo pretensamente áureo de riquezas e grandes ganhos com o comércio algodoeiro internacional.

A Estação Great Western Railway Brazil de Campina Grande, foi inaugurada em 2 de outubro de 1907, cujo ponto culminante da festa foi a chegada triunfal do primeiro trem à cidade, tendo sido transformada um espaço bem significativo material e simbolicamente, uma vez que essa edificação evoca os tempos em que a cidade passou a fazer parte do rol de cidades que poderiam julgar-se modernas por poder contar com esse precioso bem que significava um dos maiores avanços da técnica e da ciência; revolucionário por fazer desencadear novas representações acerca das categorias *tempo* e *espaço*. Portanto, não sem alguma razão, a Estação foi convertida em símbolo de grandeza ao qual a cidade é frequentemente associada.

Assim sendo, ligam-se, simbolicamente, com a instituição do MACG, dois signos de poder e modernização que reforçam a instituição de um padrão progressista de memória para a cidade: o trem e o algodão. Era daquele endereço que, nos tempos gloriosos do “ouro branco”, os milhares de fardos de algodão eram embarcados para o porto de Recife e, de lá, para a América e para a Europa – particularmente para a Inglaterra –, colocando Campina Grande em contato direto com o mundo. Dali, os endinheirados de Campina Grande viajavam a Recife para a realização de negócios ou a passeio.

Os organizadores do MACG, este espaço de preservação do passado da cidade, desejaram legar à Campina Grande um patrimônio capaz de alegorizar uma narrativa histórica de uma cidade que é afeita à tecnologia, sendo ainda gloriosa e triunfante. Trata-se de uma memória marcada ao mesmo tempo pelo 200 Projeto de Lei nº 24/73, de 13 de fevereiro de 1973, de autoria da vereadora Maria Lopes Barbosa. Agradecemos à Maria de Fátima Nóbrega de Sousa, diretora do Museu Histórico de Campina Grande, pela autorização para digitalizarmos a documentação referente à criação do Museu do Algodão de Campina Grande.

trabalho e, paradoxalmente, por um desejo de neutralidade técnica e política cujos principais dispositivos são as máquinas e os equipamentos, testemunhos materiais de uma época auspiciosa²⁰¹. Trata-se ainda do desejo de perpetuar na memória coletiva campinense um fausto econômico que, a rigor, teve uma duração curta, mas que de tal modo cristalizou-se no imaginário das elites de Campina Grande que deveria ser parte constitutiva de sua epopeia.

FOTOGRAFIA, PATRIMÔNIO, MUSEU E MEMÓRIA

Uma vez que a nossa crítica ao padrão de memória que o MACG instituiu derivou da análise de quatro imagens fotográficas dentre as que compõem o seu acervo, buscamos nas propostas de Boris Kossoy (2001), feitas a partir dos conceitos de *iconologia* e *iconografia*, as bases metodológicas para analisar as fotografias. Nesse sentido recorreremos aos conceitos de *iconografia* – que compreende a descrição das imagens fotográficas – e de *iconologia* – que diz respeito à análise dessas imagens, considerando o conhecimento histórico do período em que estas imagens foram realizadas²⁰². É certo que Kossoy tomou de empréstimo e utilizou como ferramenta teórica para o estudo da imagem fotográfica os postulados sobre iconografia e iconologia elaborados por Erwin Panofsky que, originalmente, os desenvolvera visando estudar a Arte realizada no Renascimento. Resumidamente, para Panofsky a *Iconografia* trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma; a *Iconologia* diz respeito a um método que pressupõe uma exata análise das imagens, estórias e alegorias, como requisitos essenciais para uma correta interpretação²⁰³.

Dialogamos ainda com a proposta metodológica esposada por Carlo Ginzburg (1990), advinda do *paradigma indiciário*, que nos permitiu uma abordagem mais profunda das imagens, na medida em que dispensamos uma maior atenção aos detalhes da composição fotográfica. O *paradigma indiciário* tem como base os *vestígios* presentes nas imagens fotográficas, sinais que poderiam ser negligenciados considerando o conjunto das imagens. Acompanhando estes vestígios acreditamos que podemos chegar a uma aproximação deste período histórico pela via da verossimilhança, procurando compreender as experiências cotidianas partilhadas neste universo. Isto nos permite pensar o verossímil como efeito ou possibilidade do real. Interessamos compreendermos existências humanas eternizadas nessas imagens e as suas relações com a sociedade da qual fizeram parte, e como esse conjunto

201 Sobre as origens históricas das instituições museológicas ver SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

202 KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.

203 Conferir PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo, Perspectiva, 2004, p. 47-87 (p. 47 e 54).

imagético é útil para pensarmos sobre o padrão de memória esposado pelo MACG. Nesse sentido, apresentamos a memória como sendo “um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (Le Goff, 1994: 476).

No tocante ao conceito de *patrimônio*, dialogamos com Françoise Choay para quem *patrimônio histórico* designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade

[...] constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos [...] *Patrimônio histórico remete a uma instituição e a uma mentalidade* (2001, p.11) [o grifo é nosso].

Considerando-se que o acervo que constitui o MACG compõe o patrimônio histórico da cidade de Campina Grande, mas cuja premissa que baliza a memória que deseja cristalizar é passível de crítica – ainda mais quando conhecemos a própria noção de trabalho social que permitiu o celebrado fausto algodoeiro, acreditamos que o culto que se celebra a esse patrimônio deve ser objeto do nosso questionamento uma vez que ele próprio “se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra” (CHOAY, 2001: 12).

Portanto, talvez seja o caso de perguntarmos qual o vínculo que tem o MACG com a realidade histórica que o seu acervo toma como referência e afixação. As primeiras impressões, ao analisarmos o conjunto das peças que compõem o acervo do MACG, permitem constatar que o negócio do algodão foi responsável pelo enriquecimento de uma parcela da elite local, mas permitiu a elaboração de um imaginário que difundia essa riqueza como sendo da cidade, legitimando uma irresistível aura de progresso e glória para Campina Grande. É a preservação de tal aura que o MACG pratica, cristalizando uma memória celebrativa que se nos apresenta marcada pelas ideias de progresso, desenvolvimento e modernização lineares e isentas de tensão social. Organizada de maneira cronológica, atesta a importância progressiva do negócio cotonicultor para a cidade, não para a sua elite comercial e industrial. A população pobre em geral é pouco ou quase nada representada pelo acervo ali existente: os equipamentos para pesagem e beneficiamento do algodão – dos mais primitivos aos mais modernizados pela tecnologia de fato atestam o

avanço tecnológico pelo qual passaram as empresas cotonicultoras da cidade. O mesmo pode ser dito com relação aos bens que serviram aos escritórios dessas empresas assim como às casas dos seus proprietários: cofres, máquinas de datilografia, telefones, relógios, louças e vitrolas ingleses, além de um setor mais recente que trata especificamente do algodão colorido, significando um ressurgimento da cotonicultura para a economia da Campina Grande do século XXI.

Quem manipulava os ferros de engomar que lá também estão? Quem preparava a comida servida naqueles pratos europeus tão caros? Quem os lavava? Nesse sentido, o MACG, por meio do seu acervo, nos apresenta uma cidade numa experiência histórica que “gira num mundo próprio, climatizado como passado lúcido e asséptico” (MENEZES, 1984/1985: p. 198).

Um museu pode e deve, por meio do seu acervo, apresentar uma narrativa histórica mais verossímil, compatível com a experiência histórica dos homens e das mulheres que se impõe representar.

Partindo desse pressuposto buscaremos analisar quatro fotografias que compõem o acervo do MACG contextualizando-as com a circunstância histórica na qual foram produzidas, considerando o pensamento dominante à época a respeito das ideias de modernização, progresso e desenvolvimento, ideias que não podiam passar ao largo da categoria trabalho nem dos trabalhadores que o realizavam. Trabalho e trabalhadores que, de alguma forma, já estavam sendo submetidos aos interesses dos modernizadores campinenses de então. Essa análise é importante porque é útil para a compreensão de como uma memória celebrativa, considerada como sendo da cidade, foi elaborada e institucionalizada pelo MACG.

Reflitamos sobre a fotografia nº 1, tomada no ano de 1934, cujo teor é especialmente comemorativo. A sua razão de ser aparentemente é o fardo de algodão número 50.000, prestes a ser exportado para Liverpool, Inglaterra, pela firma José de Brito & Cia., empresa considerada como uma das maiores exportadoras de algodão da região.

No fardo podemos ler algumas inscrições, com destaque para o número “50.000”, o seu possível peso 186 kg – um feito extraordinário apenas possibilitado pelas modernas prensas hidráulicas – e a palavra “Liverpool”, suposto destino daquela carga; também estão escritas as iniciais da empresa “J.B. & C”. Podemos ver, em pose, dezenove homens vestidos de terno e gravata, provavelmente proprietários e administradores da empresa, que cercam tão simbólico fardo de algodão, ícone de sua vitória.

De acordo com a legenda que acompanha esta imagem somos informados que a empresa responsável pelo enfardamento do algodão foi José de Vasconcellos & C. A mesma legenda informa que esta empresa era a maior do mundo em sua especialidade. Como se pode observar, a produção de superlativos já se insinua como uma estratégia para significar e valorizar Campina Grande a partir de uma atividade que a estava ligando à Europa.

FOTO 1: ACERVO DO MUSEU DO ALGODÃO DE CAMPINA GRANDE



Esta imagem também é importante porque nos apresenta aspectos do interior do espaço físico destinado ao trabalho, à transformação do algodão em produto de exportação; ela igualmente estabelece a distinção entre uma elite proprietária e administrativa e os trabalhadores daquela empresa. Olhando para o fundo da imagem poderemos ver a luz que entra no recinto através de três pequenas aberturas na parede, em forma de janelas, para a circulação do ar. A luz, ao incidir sobre a pilha de fardos de algodão, empresta-lhes um interessante destaque no conjunto da imagem: dota-a de uma espécie de halo brilhante, como deveria brilhar o ouro branco, essa alegoria da riqueza campinense. Além dos fardos de algodão podemos ver alguns homens – inclusive dois adolescentes à direita, próximos à parede – que somos tentados a imaginar que são trabalhadores, alguns dos responsáveis pela transformação do algodão nos fardos, através da manipulação dos equipamentos próprios para tal tarefa.

Temos, assim, a possibilidade de uma leitura interessante: no plano mais amplo, a internacionalização da cidade de Campina Grande através do vigoroso comércio algodoeiro mundial; as suas ligações com uma das maiores praças

comerciais da Terra e os consequentes lucros e glórias que esses negócios proporcionavam àquela parcela constituída pelos comandantes campinenses daquela atividade, representados no primeiro plano da imagem.

Por um momento o fardo de algodão nº. 50.000 é levado para a rua para ser apresentado a parte do povo campinense. Vemos ladeando o precioso emblema os mesmos capitães da indústria que posaram ao seu lado na foto anterior. Homens, mulheres e crianças, muitos talvez até trabalhadores da empresa e moradores do seu entorno, posam respeitosamente em torno deste fetiche da modernização industrial e comercial da cidade.

FOTO 2: ACERVO DO MUSEU DO ALGODÃO DE CAMPINA GRANDE



Podemos imaginar que esta fotografia deseja expressar a participação coletiva na produção deste bem; que ele significa o trabalho e a dedicação direta ou indireta de todos os que nela, mais ou menos perfilados, são representados. Ela também se torna expressiva porque pode significar a realização de um registro visual de algo tão significativo para a elite letrada de Campina Grande que desejava fazer crer, através da difusão dos seus ideais progressistas, que a riqueza ali produzida pertencia ao povo campinense, como se isto fosse possível. Não é exagero sugerir que o fotógrafo que a produziu tenha estado influenciado por esta premissa no ato de pressionar o obturador de sua câmera fotográfica.

A porta aberta da empresa deixa a impressão de que todos os presentes,

como uma família, de lá saíram, como se a empresa a sua casa fosse. No pátio de “casa” reúnem-se todos para a comemoração de um grande feito coletivo digno do registro para a posteridade através de uma fotografia, como poderiam fazer durante as comemorações familiares mais importantes. Uma festa.

Uma das coisas que parecem ter impressionado os fotógrafos que trabalharam em Campina Grande nesse período foram os mais variados tipos de maquinaria que aportaram na cidade. Símbolos aceitos como propulsores do progresso ensejado pela produtividade de suas atividades industriais e comerciais, assim como um alento para as suas obras infraestruturais, a maquinaria parece ter representado para aqueles produtores de imagens espécies de dispositivos para assinalar o desenvolvimento campinense. Isso é ainda mais visível quando o assunto é o beneficiamento do algodão, matéria prima e fator simbólico da riqueza de uma minoria privilegiada que capitaneava esta atividade industrial e comercial.

A fotografia nº 3 é bem significativa deste pensamento. Nela podemos sugerir a interligação, constituindo uma unidade, do equipamento automático, da racionalização e gerenciamento da produção e o produto acabado como sinais de progresso e riqueza. A máquina em questão, uma prensa hidráulica, é própria para o enfardamento do algodão que era negociado de Campina Grande com a Europa pelos idos dos anos 1930 e 1940. Em pose, cinco homens cujas roupas indicam serem diretores ou gerentes da produção. Em linha, numa postura séria e que enseja respeitabilidade, quatro homens dentre os quais um usa um terno completo. À direita, em postura descontraída, o outro componente da imagem repousa o braço esquerdo sobre a o mecanismo de fazer girar a prensa, enquanto a mão esquerda, cujo pulso ostenta um relógio, está colocada no bolso da calça. Podemos imaginar que a produção desta fotografia, a encenação que ela retrata, pode representar o estabelecimento da hierarquia nos níveis superiores, de organização e direção da empresa cuja razão social, infelizmente, não nos é dado conhecer. Os quatro homens que estão juntos, por certo querendo passar uma impressão de união e trabalho em equipe, em pose que conota respeito, talvez fossem subordinados àquele que parece segurar o “leme”, quem sabe o comandante daquela empresa.

FOTO 3: ACERVO DO MUSEU DO ALGODÃO DE CAMPINA GRANDE



O algodão é simbolizado por três fardos devidamente numerados e prontos para o embarque. Na composição da imagem foram organizados no primeiro e no último planos, como que a não querer deixar dúvidas sobre quem era a razão de ser da constituição daquele cenário. Homens e máquina operariam, portanto, para possibilitar e dar a forma final àquele símbolo que, uma vez produzido com o auxílio luxuoso de tão sofisticado equipamento técnico, significava riqueza, progresso e modernização.

Propomos, assim, que esta imagem nos permite vislumbrar aspectos caros aos ideais modernizadores que embalavam as mentes dos seus defensores em Campina Grande: a organização racional da produção em íntima vinculação com equipamentos técnicos, capazes de viabilizar uma maior produtividade, uma vez que esses maquinismos também significavam a impressão de ritmos mais velozes à produção, ampliando-a indefinidamente.

Como já sugerimos anteriormente, o transporte ferroviário é outro elemento que, no plano simbólico, tem jogado um grande papel para a elaboração e consolidação de uma memória coletiva para a cidade de Campina Grande. A legenda da foto 4 nos informa:

Personalidades campinenses, entre os quais senhores de algodão embarcando de trem para Recife, na antiga estação ferroviária de Campina Grande (Estação Velha, em dezembro de 1948). Da esquerda para a direita, aparece em terceiro plano o jornalista e historiador William Tejo.

Vejam os que, num esforço para promover uma improvável assepsia retórica na própria fotografia, a legenda a distorce: menciona apenas as personalidades locais. Uma rápida olhadela às marcantes diferenças entre os homens, as mulheres e as crianças eternizadas nesta imagem nos fará compreender que a Estação Great Railway Brazil de Campina Grande não pertencia apenas a sua elite, ela foi um ambiente que abrigou vivências múltiplas que historicamente se entrelaçaram nesse ambiente projetado para a efetivação do transporte em massa de homens e mercadorias.

A pose do estrato privilegiado dessa sociedade é bem significativa: a elite de pele mais ou menos clara para e esboça um discreto sorriso; as mãos, quando não seguram o chapéu, repousam longitudinalmente ou são voltadas para as costas ou suavemente cruzadas sobre o ventre – denotação de circunspeção, respeito e elegância. Estão muito próximos, unidos por sua condição privilegiada a formar uma família; estão tão próximos a ponto de se tocarem em sua formação para a tomada da fotografia; são íntimos.

FOTO 4: ACERVO DO MUSEU DO ALGODÃO DE CAMPINA GRANDE



A menina-moça, amparada por sua avó (ao que nos parece), reproduz, em seu vestido, em seus sapatos e em seu porte suave, a indumentária e o gestual de seu estrato social: a infância projeta por meio desse indício mais uma futura dama da sociedade campinense. O menino, não obstante usar calças curtas, exhibe uma camisa de mangas longas, meias claras e sapatos pretos, conforme aconselhava a boa moda de então. As crianças são, assim, iniciadas nas práticas socioculturais de sua categoria social. Sair de Campina Grande

para Recife acompanhando os pais para conhecer a metrópole nordestina pode ser caracterizado como um aprendizado essencial para os que deveriam substituir os pais nos negócios algum dia; ir a Recife era um exercício de cosmopolitismo, de práticas comerciais e de lazer que lhes deveria vir a ser banal num futuro bem próximo.

Mas a plataforma da estação GWRB em Campina Grande foi palco de experiências variadas, para onde muitos pobres acorriam em busca de algum ganho material, fosse por meio da realização de pequenos negócios, como a venda de doces e quitutes ou simplesmente para esmolar. Essas existências não podem nem devem ficar de fora desse projeto memorialístico. Para Walter Benjamin, numa fotografia com tal expressividade, existe “algo que não pode ser silenciado, que reclama com insistência o nome daqueles que viveram ali, que também na foto são reais”²⁰⁴. Essas pessoas, embora não convidadas, não se incomodaram nem se intimidaram em posar lado a lado dos representantes da elite econômica e intelectual da cidade, identificáveis por suas vestes e calçados impecáveis, prestes a embarcarem para a realização de negócios ou de ócios na bela Recife.

As experiências das demais pessoas que o fotógrafo registrou na imagem parecem-nos distintas: o homem postado em primeiro plano à esquerda segurando o poste, a julgar pela maleta que está a sua frente, deverá embarcar – muito embora não pareça ser um membro da elite campinense: a sua pose tosca o denuncia. Provavelmente seja apenas mais um entre as centenas de viajantes que ocupavam os vagões de “terceira classe” que gravitavam em torno da economia algodoeira, deslocando-se com certa frequência em busca de melhores oportunidades. Campina Grande recebia por essa época dezenas de famílias que para lá migravam em busca de melhores condições de vida, expulsas de suas terras por fatores climáticos ou que delas migravam para Campina Grande em virtude da propaganda havida a respeito das favoráveis condições econômicas desta cidade. Essa circunstância é muito bem descrita em trabalhos publicados por memorialistas²⁰⁵.

A criança de pele escura, descalça, suja, despenteada, sorridente e debochada, usa uma camisa aberta a exibir o seu frágil tronco, provavelmente um dos muitos meninos que viviam soltos pela Estação e pelas ruas da cidade, servindo como moleques-de-recados ou mendigando, alternando essas

204 Veja-se BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. In Obras Escolhidas III. Tradução de José Carlos Martins Barbosa. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 93.
205 Veja-se, por exemplo, MENDES, Manuel Pessoa. *O menino de Tracunhaém*. Brasília, Thesaurus, 1999.

atividades com mergulhos no Açude Velho, em cujas margens a Estação fora construída.

É muito interessante que essa fotografia registre dois personagens que foram antagonistas na Campina Grande de então: refiro-me ao menino debochado e ao bacharel em Direito Hortênsio de Sousa Ribeiro (o sexto homem a partir da esquerda), ardoroso defensor de um regime disciplinar no qual crianças de rua fossem objetos da filantropia ou dos cuidados do Estado, mas que fossem direcionados para uma aprendizagem profissionalizante ²⁰⁶.

Assim como a criança de camisa aberta, a senhora de pele escura, desgrenhada, com os seus cabelos mal cuidados protegidos por um lenço, talvez uma pedinte, certamente não embarcará à capital pernambucana. Ela é mais uma a compor uma categoria muito comum de pessoas que cotidianamente vagavam pelas ruas de Campina Grande a pedir esmolas, ou pode ser ainda uma das tantas “loucas” que compunham a cena urbana local desconcertando a paisagem ordeira e asséptica desejada pelos propagadores de um ideário modernizante para a cidade. Pessoas como essa senhora pulularam no imaginário dos campinenses de tal forma que se tornaram um “tipo humano” recorrente nas histórias contadas pelos memorialistas locais.

Essas duas criaturas são a antítese daquela elite que se orgulhava e se deliciava com os ganhos oriundos dos vultosos negócios com o algodão que os empresários campinenses realizavam com o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O repertório patrimonial e imagético de um museu pode e deve ser mais diverso no tocante à memória que este deseja instituir – ainda que se considere a natureza quase que exclusivamente temática do MACG. Reconhecemos que o acervo do MACG pode agregar mais ainda objetos que remetam diretamente aos homens e às mulheres pobres que trabalharam e que contribuíram para a vitoriosa epopeia dos negócios do algodão na cidade; da mesma forma, pode também dar a conhecer simbolicamente os conflitos havidos no mundo do trabalho. O MACG tomou o partido da memória dos cotonicultores de tal forma que por muito pouco não alija os trabalhadores deste processo. As máquinas, equipamentos e utensílios que ele guarda quase nada dizem sobre os homens e as mulheres que os manipularam. Portanto, cristaliza-se uma memória asséptica no que tange às tensões do mundo do trabalho. No caso do

206 Veja-se CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história*. Campina Grande, Editora da UFCG, 2009 (particularmente o capítulo “Modernização, Cotidiano e Cultura Material”, p. 71-131).

MACG, a memória dos trabalhadores é quase obliterada em benefício quase que exclusivo da memória de uma elite que toma para si a exclusividade das vitórias e dos sucessos do magnífico “ouro branco”. O lugar de proeminência ocupado pelos dirigentes empresariais campinenses no plano central das fotografias sob a guarda do MACG é muito expressivo dos sentidos que se quer dar a tal memória; os trabalhadores, quando fotografados, ocupam sempre um lugar secundário, subalterno, naqueles processos produtivos. Assim, concluímos que a existência dos trabalhadores e dos pobres em geral que viveram no entorno do grande negócio tem sido relegada ao esquecimento. Todavia, cabe ao historiador recusar tal padrão excludente de memória, pois, como sugere Le Goff (1994: 477), se a memória é o lugar onde cresce a história que, em retribuição, a alimenta, num movimento contínuo que objetiva ligar o passado ao presente e ao futuro, devemos estar atentos para que a memória coletiva seja construída como fator de libertação dos homens, não de sua exclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. In *Obras Escolhidas III*. Tradução de José Carlos Martins Barbosa. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história*. Campina Grande, Editora da UFCG, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo, Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo, Cia. das Letras, 1980.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Suzana Ferreira Borges. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- MENDES, Manuel Pessoa. *O menino de Tracunhaém*. Brasília, Thesaurus, 1999.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O museu na cidade X a cidade no museu. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 5 n° 8-9, Set. 1984/abr. 1985, pp. 197-205.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo, Perspectiva, 2004.
- SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

3.4 – FOTOGRAFIAS, ELITES E MODERNIDADE NA CIDADE DA PARAÍBA DO NORTE A PARTIR DAS PÁGINAS DA REVISTA *ERA NOVA* (1920-1930)

Marília Cristina de Queiroz
Joachin de Melo Azevedo Neto

INTRODUÇÃO

As fotografias revelam nossos rostos e corpos tais quais eram em outra época, nos aproximando daquilo que um dia fomos e que não conseguiríamos imaginar com precisão sem o registro fotográfico. São, portanto, dispositivos de memória, de rememoração: uma maneira de produzir lembranças para o futuro e registrar histórias nossas e dos outros para a posterioridade. A imagem fotográfica possibilita momentos reflexivos, saudosos ou agradáveis no âmbito do cotidiano quando, por exemplo, sentamos no sofá com nosso antigo álbum fotográfico em mãos para recordar momentos do passado, os quais jamais poderão repetir-se.

A imagem fotográfica sempre exerceu fascínio e até mesmo temor sobre a sociedade, despertando a cada dia o interesse de pessoas no mundo inteiro. O desejo era mútuo entre homens e mulheres de diferentes etnias e classes sociais de terem suas faces e seus momentos familiares eternizados. Mas o que de fato seria a Fotografia? Um fragmento do passado? Uma recordação? Representações? Janelas da verdade? Uma forma de autenticidade artística? Inúmeras são as classificações que os estudiosos designam para fotografia. Para o crítico literário Roland Barthes, em *A câmara clara: notas sobre fotografia*, essas imagens se esquivam das classificações rígidas. Isso se dá pelo fato de que: “aquilo que a fotografia reproduz até o infinito só aconteceu uma vez. Ela repete mecanicamente, o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente” (BARTHES, 1984, p. 13). Podemos reproduzi-la infinitamente em um pequeno pedaço de papel, dado aos avanços tecnológicos, mas será impossível retornar ao instante da tomada fotográfica, afinal não conseguimos retornar no tempo para repetir aquele registro imagético.

O tempo, os sujeitos, a paisagem e os objetos são congelados na fotografia e não na nossa vida. Dessa maneira, o momento da tomada fotográfica nunca será o mesmo. Quando seguramos em mãos os nossos registros fotográficos, estamos revivendo momentos únicos que vivenciamos ou que os outros viveram. Ver a imagem fotográfica é ter a certeza que aquilo que ela nos mostra um dia realmente esteve diante da câmera: “Essa Fotografia é real! Na Fotografia jamais posso negar que a coisa esteve lá. Há uma dupla posição conjunta: de realidade e de passado” (BARTHES, 1984, p.115).

Nossa própria interpretação perante os registros fotográficos consolida a veracidade do ato fotográfico passado. Interpretamos e narramos, no primeiro momento, o que está visível naquela fotografia atestando que o momento

de fato aconteceu, entretanto sabemos que uma imagem não nasce sem intenções: as mesmas são fabricadas por sujeitos marcados pelo seu próprio tempo histórico e são, sobretudo, representações sociais e culturais produzidas pelas sociedades em dado momento histórico. Conscientes disso, surgem mais questionamentos sobre a imagem fotográfica, como: O que há por trás dela? Suas intencionalidades? Para isso, é necessário de acordo com Barthes, “escrutar a imagem” (BARTHES, 1984, p. 148): ou seja, virar a foto, entrar na profundidade da imagem, revelar o que está invisível, acessar o que esse crítico literário chama de *Studium*²⁰⁷ da fotografia.

Os registros fotográficos emanam informações genuínas e importantes sobre os sujeitos e o mundo, tidas como fontes históricas as Fotografias têm muito a nos falar sobre a humanidade, contidas de sentidos que devem ser interpretados e desvendados. Na obra Sobre fotografia, a historiadora Susan Sontag sugere que devemos ter uma postura crítica diante da fotografia: “aqui está à superfície. Agora pensem, ou antes, sintam, intuem o que está por detrás, como deve ser a realidade se esta é a sua aparência” (SONTAG, 2004, p. 30). Sontag nos faz um convite: desvendarmos o que há por trás da fotografia. Ressaltando, entretanto, que para isso é necessário termos conhecimento da realidade representada na imagem, conhecimentos prévios não são suficientes, é essencial termos uma bagagem de leitura e estudos sobre o período retratado, pois o nosso desconhecimento poderá levar a múltiplos equívocos.

Desde seu surgimento, em 1839, a máquina fotográfica acompanha a humanidade, assumindo diferentes funções e tendo os mais variados usos nas sociedades, principalmente naquelas que adotaram a fotografia como uma forma moderna de representação. A qualidade da verossimilhança, ou seja: sua capacidade de copiar fielmente o sujeito e suas cenografias, foi seu grande trunfo em relação as demais formas de técnicas imagéticas existentes na época. Susan Sontag, em *Sobre fotografia*, problematiza como lidamos, usamos e nos relacionamos com as fotografias. No que se refere à maneira como os instantâneos agregam *status* social aos fotografados, a autora pontua que “comemorar as conquistas de indivíduos tidos como membros da família (e também de outros grupos) é o uso popular mais antigo da fotografia” (SONTAG, 2004, p.10). As câmeras passaram a compor a vida familiar, em um primeiro momento, capturando em suas lentes rostos e ritos sociais de determinados grupos sociais abastados.

Em todas as sociedades do mundo, determinados momentos da vida de seus membros são marcados por cerimônias, conhecidas como ritos sociais –

207 Segundo Barthes (1984), o conceito de *Studium* se relaciona diretamente com o inventário cultural, geralmente codificado, expresso da imagem fotográfica. A partir do *Studium* encontramos as intenções do próprio fotógrafo, e dos que solicitaram o registro fotográfico, espécie de contrato cultural entre criadores e consumidores. Reconhecer o *Studium* nas fotografias significa compreendê-las como um campo de estudo, um terreno de saber e da cultura de outrora, através dela obtemos informações sobre o passado.

os ritos marcam momentos especiais da vida social. Nascimentos, batismo, noivados, casamentos, formaturas, aniversários, entre outros, são fatos dotados de grande carga simbólica. Nas sociedades modernas, principalmente nas famílias de alto poder aquisitivo, todos esses ritos eram registrados pelas câmeras, como uma forma de representação e memória familiar, consciente que a fotografia preservaria fielmente aquele momento para o futuro.

A fotografia foi e ainda continua sendo utilizada como uma fonte de acesso para nuances do passado, forma de representação que abriu inúmeras possibilidades de estudo e abordagens, documento histórico que nos convida a descortiná-lo, a romper com os silêncios. É marca de uma temporalidade passada, que nos informa sobre determinados aspectos de outra época, mas também omite informações. É um indício temporal criado e construído que muito tem a nos falar: a fotografia não é restrita unicamente a cena retratada. Como nos esclarece Carvalho, Filippi e Lima:

Essas novas abordagens valorizam duplamente a fotografia porque dão ênfase não somente aos temas que nela aparecem retratados, mas à forma como esses temas são constituídos. Assim, os atributos técnicos e formais da imagem fotográfica assumem um papel relevante no entendimento de questões ligadas à noção de natureza, cidade, progresso, modernidade, infância, indivíduo, identidade, apenas para citar aqueles temas mais recorrentes. (CARVALHO; FILIPPI & LIMA, 2002, p. 11).

A fotografia tem uma pluralidade de sentidos que necessitam serem interpretados, consciente disso e envolvida com a História da Fotografia e suas possibilidades, descobrimos um “universo de representatividade” fotográfica nos acervos da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida. Nos acervos da referida instituição de pesquisa, localizada na cidade de Campina Grande-PB, buscamos pelo *corpus* documental que embasa este estudo. Encontramos fontes impressas e imagéticas que possibilitaram o andamento desse estudo disponíveis para consulta pública. As fotografias presentes nas revistas ilustradas das primeiras décadas do século XX, na Parahyba do Norte, destacam não só os ritos sociais, mas também a modernidade, a cidade, o progresso e, sobretudo, a infância (nessas revistas as crianças ocuparam um espaço de grande destaque). Essas fotografias viabilizaram o seguinte roteiro de investigação histórica: conhecer a cidade da Parahyba do Norte para além dos textos escritos, problematizando o seu processo de modernização e enveredando pelo campo dos estudos sobre norma familiar para compreender a importância dada a infância entre 1921 à 1930.

Salientamos que o recorte temporal desta pesquisa está ambientado nos

anos de 1921 à 1930: período marcado pela efervescência dos acontecimentos econômicos, sociais, políticos e culturais na História do Brasil, parte do país seguia o rumo do processo modernizador representado não só nas artes, na literatura, mas também na urbanização das cidades, que ganha novas formas e espaços, modificando o cotidiano e os costumes dos cidadãos. Veremos nessa delimitação temporal discursos (textos escritos – imagéticos) em torno de um projeto de construção de identidade de uma nação moderna, racialmente pura, sadia e higienizada, uma nação pretensamente civilizada aos moldes europeus.

A revista *Era Nova* surgiu na cidade de Bananeiras, no Estado da Parahyba do Norte, fundada pelo jornalista e literato Severino Lucena. Posteriormente, a Redação da revista foi transferida para a capital do Estado. De caráter noticioso e literário, a magazine *Era Nova* circulou entre os anos de 1921 à 1926, representando um símbolo de modernidade para as elites paraibanas. No impresso estão documentadas a cobertura jornalística e opinativa das obras modernizadoras do Estado, bem como parte do cotidiano e debates públicos que fizeram parte da citada conjuntura histórica.

A então cidade da Parahyba do Norte foi uma das capitais que se lançou nos rumos do “progresso” e da “modernidade”. Os ritos e códigos culturais de um Estado “atrasado” e “arcaico”, com forte enraizamento no universo rural, deveriam ser reprimidos pelas autoridades públicas, cedendo espaço para a defesa de uma sociedade paraibana moderna, industrializada e urbana. Esse projeto de modernidade desejado para a Parahyba ganhará notoriedade com a criação da Revista *Era Nova*, cujo primeiro exemplar data de 27 de março de 1921. Nossa definição para o recorte temporal dessa pesquisa para além do que já foi dito, está interligada sobretudo com a criação desse quinzenal ilustrado. Até então, nunca a fotografia fora tão divulgada em um veículo de imprensa no Estado da Parahyba como nessa revista, esse momento foi, sem sombra de dúvidas, um grande marco na mídia paraibana.

Seguindo o projeto de embelezar, modernizar e higienizar a Parahyba do Norte é iniciado o processo de demolição das estruturas antigas que supostamente impediam o progresso da cidade. Vejamos uma seção na *Era Nova* intitulada “A nossa urbs e o modernismo”:

Nesses anos se iniciou o movimento transitório de nossa *urbs*, acentuando nestes novos tempos de modo notável.

A cidade está mudando sensivelmente de aspecto. Perde a feição colonial para vestir a máscara uniforme da civilização.

Há quem se rejubile com isto e deseje que a mudança seja completa, radical. Não deve ficar pedra sobre pedra. Todos os prédios antigos devem ser demolidos, ou pelo menos transformados, vestidos à moderna, hediondez para a qual a estética já não tem qualificativo.

Para essa nevrose de modernismo não há remédio. Ela tem causas profundas, complexas e variadas.

Somos um povo sem raízes, sem tradições, sem história.

Como indivíduos e como nação vivemos somente o momento que passa. O passado e o futuro não são categorias da nossa sensibilidade. (ERA NOVA, N° 01, 1921, p. 06).

As revistas ilustradas têm grande importância para as investigações históricas, nos fornecendo em suas páginas imagens e textos com informações sobre determinado período da sociedade, as quais posteriormente poderão ser usadas como índice, marca de uma materialidade passada, fonte documental. Particularmente, veremos aqui que esse quinzenal constitui importante e riquíssima fonte iconográfica da sociedade paraibana das primeiras décadas do século XX.

Em se tratando da história das elites e suas estratégias de dominação social, o historiador Jeffrey Needell, em *Belle Époque tropical*, elaborou um criterioso estudo acerca da atuação administrativa das elites cariocas, entre 1898 até 1914, no qual constatou que a busca por enquadrar a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, nos moldes econômicos e culturais europeus gerou contradições sociais profundas. Referencial historiográfico importante para grande parte das reflexões tecidas aqui no sentido de que o Rio no qual “demolições na Cidade Velha rivalizaram com a destruição dos bairros proletários por Haussmann”, além da “ênfase na iluminação e na ventilação, por meio de ruas alargadas e novas vias”, que “foi fundamental em ambas as reformas” (NEEDEL, 1993, p. 57), acabou influenciando as políticas sanitárias e de urbanismo não só no eixo Sul/Sudeste, mas também a nível de Norte e Nordeste.

REFORMAS URBANAS, SOCIAIS E A ERA NOVA

O cenário urbano, e o gênero do retrato, desde o surgimento da fotografia em 1839, foram os principais campos de interesse dos fotógrafos – amadores e profissionais, o que se relaciona com o processo de modernização e urbanização que alguns países vivenciavam. As câmeras fotográficas foram “acionadas” para registrar e documentar as profundas e rápidas transformações das cidades e seus cidadãos. A prática fotográfica irradiou-se pelo mundo, e não demorou muito para chegar em solo brasileiro, ainda em 1840, as primeiras máquinas fotográficas aportaram no Brasil²⁰⁸. Capturando Imagens da cidade que surgia

208 Tirada em 17 de janeiro de 1840, a primeira fotografia no Brasil retratou o Paço da Cidade, no Rio de Janeiro. O registro foi feito com um daguerreótipo, desenvolvido em 1837 por Louis Jacques Mandé Daguerre.

com o processo de “regeneração”²⁰⁹ e consequentemente fotografando os cidadãos que desfrutavam dos símbolos da modernidade.

De acordo com Bertrand Lira, em *Fotografia na Paraíba: um inventário dos fotógrafos através do retrato (1850 a 1950)*, o referido Estado viu sua atividade fotográfica se expandir na segunda década do século XX, quando sua capital e algumas de suas cidades passam por mudanças importantes, principalmente com a instalação de obras contra as secas que cortaram a região, do litoral ao semiárido, com estradas rodoviárias e ferroviárias; obras de saneamento; reformas de prédios antigos; construção e reformas das praças; construções de prédios com padrões modernos; reforma do Palácio do Governo; abertura e alinhamento de ruas; instalação de energia elétrica; construção do Porto Varadouro e da Escola Normal. Todas essas ações tinham o intuito de modernizar a Parahyba, e foram amplamente divulgadas nas páginas da *Era Nova*.

Se as cidades são modificadas, consequentemente o cotidiano dos cidadãos também é remodelado, principalmente em se tratando de suas práticas culturais e de sociabilidades. O álbum de fotografia se tornou um objeto de grande representação e valor simbólico, no qual estão registrados todos os momentos importantes da vida familiar. Era o espelho no qual as famílias, abastadas ou subalternas, encontravam refletidas as imagens que pretendia ver e mostrar de si: a imagem ideal. Havendo uma metamorfose nesse período, todo o valor simbólico envolvido no álbum de fotografia familiar fora direcionado para jornais e revistas por meio das chamadas “colunas sociais”. Era desejo de alguns cidadãos terem suas faces e ritos sociais impressos em um ícone midiático moderno, sendo fundamental dar a melhor imagem de si mesmo. Por isso, os fotografados passavam por um processo ritualístico para a tomada fotográfica que envolvia poses, objetos, móveis, cenários, vestimentas, entre outros. Tudo era milimetricamente organizado pelo fotógrafo e pelo seu cliente e a arte fotográfica se tornou um novo *hobby* da elite paraibana.

Para Alômia Abrantes e Martinho Santos Neto, a *Era Nova* age como impulsionadora da modernização na Parahyba do Norte e de sua elite. Justamente, é nas fotografias publicadas por esse periódico que vemos a representação da *cidade moderna e do sujeito moderno*. No Estado, haviam classes abastadas ávidas em consumir novos símbolos do moderno. Vemos os rostos e ritos sociais dessas elites impressas na *Era Nova*, todos desejosos de comprovar a sua opulência de classe hegemônica. O fato de se ter uma fotografia impressa em um quinzenal que era consumido por uma elite social e intelectual da época, simbolizava que aquele retratado ou sua família pertenciam a classe dominante da sociedade.

209 De acordo com Nicolau Sevcenko, em *Literatura como missão* (2003), a expressão “regeneração” é por si só esclarecedora – remete a reestrutura; reforma; – finda com a imagem da cidade velha, colonial e insalubre, é o início do processo para destruir essa cidade, dando lugar a imagem de uma cidade moderna que caminha em prol do progresso.

Ícone do moderno para um público de classe média urbana, inclusive pelo seu aspecto gráfico: impressa em papel *couché*, exibia então uma aparência primorosa, sendo ilustrada com muitas imagens – prevalecendo os retratos de pessoas – e, por vezes, utilizando cores e fontes diversas no texto, além de grafismos e delicados desenhos que ornaram as páginas, e tons de sépia em várias fotografias. A Era Nova pode ser considerada uma precursora dessas práticas na imprensa brasileira. Além do que, sua impressão, de ótima qualidade para os padrões da época, garantia reproduções nítidas das fotografias, por vezes também fazendo uso do pictorialismo, caracterizado pelas técnicas de pintura sobre fotos. (ABRANTES; SANTOS NETO, 2011, p. 04).

Como seu próprio nome nos revela, a revista *Era Nova*²¹⁰ apresenta em suas páginas um caráter modernizador, uma nova época a ser vivenciada pela sociedade, “Era do moderno e civilizado”. Mas já adiantando que as páginas desse magazine dividiam espaço ainda com os pensamentos conservadores de críticos da modernidade. Era a linha tênue entre tradição e modernidade presentes nas folhas do quinzenal. A *Era Nova* se encontrava no mesmo nível de importantes revistas do Brasil, como, por exemplo, a renomada *Fon-Fon*²¹¹ carioca. Era nítida a intenção do seu *Corpus* Editorial em criar um periódico referencial para a Parahyba do Norte que atraísse não só os olhares das elites locais, mas também captasse o desejo dessas pessoas em ter suas faces e seus enlaces familiares impressos naquelas páginas:

[...] fica criada nesta revista uma secção especial onde serão estampados os retratos dos nossos amáveis leitores, mediante exclusivamente paga dos clichês. Aceitamos para estampar, retratos, vistas de cidades, de estabelecimentos, fábricas, residências, grupos,

210 O *Corpus* Editorial da revista nos remota a um lugar social: do da elite paraibana, constituída por intelectuais e parentes de políticos. Sob a direção de Severino Lucena (filho do então presidente da Parahyba, Solon de Lucena) e Guimarães Sobrinho, tendo como secretário e redatores Horácio de Almeida, Eptácio Vidal, José Pessoa.

211 Foi uma Revista ilustrada semanal brasileira fundada por Jorge Schmidt na cidade do Rio de Janeiro, circulando no país entre 13 de abril de 1907 até agosto de 1958, momento em que foi extinta. Essa revista tornou-se uma importante fonte histórica que registrou em suas páginas a vida sociocultural do Brasil e principalmente dos cariocas.

instantâneos de festas íntimas etc. (ERA NOVA, Nº 56, 1924, p. 11)

Acompanhando esse anúncio seguia uma tabela de preços informando aos leitores quanto custaria para ter sua foto estampada na revista. Uma fotografia de página inteira custaria 100\$000 (cem mil réis) quanto a fotografia de menor tamanho custaria 15\$000 (quinze mil réis). Ou seja, o retratado teria que desembolsar uma grande quantia em dinheiro para conseguir ter seu retrato na *Era Nova* e essa estratégia pecuniária servia, sobretudo, para reforçar o pensamento de pertencimento a elite paraibana.

Analisando cuidadosamente as edições da *Era Nova* perceberemos que todas suas capas eram estampadas com retratos da sociedade paraibana composta em sua grande maioria por mulheres, esbanjando beleza e graciosidade. Seções foram criadas para expor as fotografias dos seus leitores e de obras modernas no Estado, como a “Secção Pelos Sertões” e nela encontramos imagens de reformas pelos sertões paraibanos como também retratos da sociedade interiorana, mostrando toda sua opulência financeira. Outra secção importantíssima é a “Sociedade Parahybana”: nela contemplamos inúmeras imagens de cidadãos e famílias que pertenciam a “fina flor” da Parahyba do Norte.

As imagens da paisagem urbana e de cidadãos da Parahyba do Norte, na década de 1920, foram amplamente divulgadas pela revista *Era Nova*. É durante o início do século XX que os paraibanos contemplaram a expansão da prática fotográfica, na então capital do Estado. Todos os ambientes eram capturados pelas lentes da câmera fotográfica, documentando o processo de regeneração da cidade. Segundo Sontag, desde o início de suas atividades profissionais, “os fotógrafos não se impuseram a tarefa de registrarem um mundo em desaparecimento, como seus serviços foram utilizados por aqueles que apressaram seu desaparecimento” (SONTAG, 1986, p.75). Esses operários da imagem eram contratados geralmente pelos representantes dos municípios para fotografar todas as obras inauguradas com o processo de urbanização, documentando a Imagem não apenas para o presente, mas também para o futuro.

Como sugere também Bertrand Lira, esse ato foi marcado por uma intencionalidade: a imagem seria eternizada para o futuro juntamente com o nome do representante político que inaugurasse as obras de reformas urbanas em questão. Para os governantes, esse momento era sublime, único e necessitava ser registrado, confirmando sua realidade e um instante que nunca mais irá se repetir igualmente:

Esse poder de “prova” e de verossimilhança constitui o grande fascínio, desmesurado até, da fotografia sobre a humanidade. Como documento, dela se utilizaram quase

todos os administradores da esfera pública e privada. Ali estava a prova, para ser usada sempre que necessário, das obras levadas a cabo por determinado administrador ou governante. (LIRA, 1997, p.143)

Havia uma verdadeira obsessão de documentar a realidade, no caso, o processo de modernização e urbanização da cidade levadas a cabo pelos administradores das cidades. Mergulhando nas páginas da *Era Nova*, veremos um amplo número de fotografias que remetem a essa obsessão de documentar a “Regeneração” da Parahyba do Norte. Inclusive com a criação de edições focadas principalmente para esse tipo de divulgação, como a *Era Nova: Edições Especiais (1922)*: um compêndio de surpreendentes onze volumes, impressos para comemorar o Centenário de Independência do Brasil. Essa edição abordou obras tidas como importantíssimas para o Estado, formas de viver, costumes, hábitos, colunas sociais e contribuiu para consagrar alguns nomes de influentes políticos, médicos sanitaristas, intelectuais liberais e outros membros da alta sociedade.

Seguindo as trilhas abertas pela interpretação das fotografias enquanto fontes históricas, consideramos importante iniciarmos o trato metodológico desse estudo a partir das duas imagens dispostas abaixo:

Imagem I – Parahyba de Hoje



Fonte: *Era Nova, Edições Especiais: 1922*

A *Imagem I* representa para muitos apenas uma paisagem urbana passada onde cidadãos caminham normalmente, mas não para o historiador da cultura ou das mentalidades. Congelada pela câmera esse retrato muito nos informa, encontramos nele representações de um determinado tempo histórico e sua sociedade. Observamos a representação de uma área da cidade que dava alguns sinais do progresso vivenciados na capital paraibana. Os transeuntes vestidos com ternos e gravatas ou vestidos bem trabalhados são também símbolos do moderno, da regeneração. É nas ruas da cidade, principalmente nas áreas centrais das capitais brasileiras que aconteceu essa modernização de fachadas, de aparências. A Rua Duque de Caxias era uma área que carregava, já no período analisado, a característica de ser tida como uma rua histórica e importante pelos usuários da cidade, pois era a sede do Palácio da Redenção do Estado: um suntuoso prédio em estilo arquitetônico barroco que foi construído em 1856 pela Ordem Jesuíta e nela também habitavam comerciantes, industriais, professores, médicos, políticos e magistrados.

Em outro registro fotográfico dessa mesma localidade, nos deparamos com prédios importantes, de opulenta arquitetura rococó, como a sede do jornal *A União*²¹²:

Imagem II – Sede do Jornal *A União*



Fonte: *Era Nova, Edições Especiais, 1922*

212 O Jornal *A União* nasceu na Paraíba – é um veículo de comunicação, gráfica e editora pertencentes à Empresa Paraibana de Comunicação (EPC), fundado em 1893.

A fotografia do prédio do jornal *A União*, encontrada na seção “Parahyba de Hoje”, remete ao edifício que estava situado entre a Praça 1817 e a Rua Duque de Caxias. A águia que adornava a cúpula do imenso prédio era imensa e rica em detalhes, provavelmente de bronze, de asas abertas, reinando, de sua altura, sobre toda aquela área, em harmonia estética com os demais prédios históricos do entorno. Símbolo semiótico de nobreza, majestade, liberdade, agilidade e outras virtudes, tendo o seu significado frequentemente associado à inteligência, coragem e força, foi criada para ser eterna. Porém, nem a águia de bronze e até mesmo o prédio do periódico paraibano conseguiram resistir as reformas urbanas. A sede do jornal *A União* foi demolida em 1920, em conjunto com uma igreja da época colonial, para darem lugar a nova e aguardada Assembleia Legislativa. Para as equipes de engenheiros do prefeito Walfredo Guedes Pereira (1882-1954) e a Câmara de Vereadores, esse conjunto arquitetônico único de mais de quatro séculos tinha de ser modificado para dar lugar a prédios de *design* mais atualizado. Uma perspectiva que denuncia o desapareço dos governantes pelo patrimônio cultural que remetia ao passado colonial e imperial da urbe.

No mesmo diapasão dessa sinfonia da destruição, outras obras em estilo *Art decó*, *Art Nouveau* e Neoclássico foram sendo construídas a partir das ruínas de antigos casarões barrocos e rococó nas principais cidades brasileiras. Em São Paulo, podemos citar o Teatro Municipal, Palácio das Indústrias e o Mercado Municipal. No Rio de Janeiro, encontramos o Palácio Tiradentes, o Teatro Municipal e a Estação das Barcas. Retomando o cenário retratado nas *Imagens I e II*, encontramos outros símbolos do progresso, da cidade modernizada, para além das transformações na arquitetura aqui relatadas. Os postes de energia confirmam, em ambas as fotografias, a presença da iluminação elétrica que havia sido inaugurada na capital paraibana em 14 de junho de 1912.

A energia abrange uma rede de significados que remonta ao Iluminismo, nos quais a luz simbolicamente estaria associada a progresso e civilização, fundamental à sua configuração como mercadoria emblemática da *belle*

époque. Enquanto a escuridão, as sombras, estaria simbolicamente associada a uma civilização em atraso ou trevas. Componente essencial do progresso das cidades, a energia elétrica possibilitou o desenvolvimento das indústrias e a substituição do transporte público movido à tração animal pelos bondes elétricos. Conforme é possível deduzir a partir da presença de trilhos, na *Imagem I*, a eletricidade não apenas “clareou” as principais ruas da Parahyba do Norte, proporcionando uma vivência noturna dos cidadãos, mas também passou a possibilitar novas formas de deslocamento público e coletivo.

Segundo Amara Rocha, em artigo acerca do alto simbolismo que a luz elétrica agregou para o processo de modernização das principais cidades brasileiras: “A eletrificação integra o projeto de embelezamento e modernização urbana” (ROCHA, 1997, p. 65). A eletricidade foi uma das principais invenções do desenvolvimento científico-tecnológico do mundo contemporâneo e, portanto, obrigatória para as sociedades que buscavam a industrialização, transformando-se num referencial que demarca o modelo de cidade civilizada. Com a mesma, surgiram novos comportamentos, hábitos e costumes dos cidadãos. A paisagem urbana e a vida desses habitantes, principalmente daqueles que detinham bons poderes aquisitivos, foram modificados pela paulatina substituição de velas, candeeiros e lampiões a gás pelos sistemas modernos de iluminação. Esses instrumentos coloniais que em outrora eram encarregados de iluminar a cidade, casas, edifícios e os comércios passaram a representar o obsoleto.

Profundas foram as transformações propiciadas pela energia elétrica, transformações que rasgaram a paisagem de cidade colonial e a transformaram na *belle époque* brasileira e paraibana – transformações que mudaram a mentalidade dos cidadãos do século XX. O medo da noite sempre habitou o imaginário dos cidadãos desde tempos muito remotos. As ruas, becos e vielas depois do pôr do sol, eram lugares escuros e perigosos segundo as crenças populares. A maioria dos males aconteciam durante o período noturno: lobisomens, fantasmas e ladrões eram alguns desses perigos noctívagos que a população tanto temia. Além disso, era durante a noite que práticas libidinosas aconteciam em lugares públicos ou em casas de prostituição, com homens

e mulheres, tidos como indignos, supostamente maculando a honra das famílias, além de burlando valores morais e religiosos dominantes. Conforme a eletricidade foi “clareando” as ruas da cidade, o medo da noite deu lugar a curiosidade; a busca pelo novo. A rua tanto durante o dia, bem como a noite, tornou-se palco de cidadãos modernos desfrutando dos símbolos da modernidade tais quais praças, jardins, salões de dança, cinemas, cafeterias, entre outros.

Durante a análise dessas fotografias, percebemos justamente o alinhamento de calçamentos em forma de artérias e das construções. As ruas, casas e edifícios de uma paisagem urbana tipicamente colonial eram construídas totalmente desalinhadas umas das outras, não havia regras ou padrões para essas obras. O que só começou a mudar com a criação do Código de Postura: a partir dele o poder público municipal passou a delimitar regras públicas para os cidadãos da Parahyba do Norte. Conforme sugere Waldeci Ferreira Chagas, na tese *As singularidades da modernização da cidade da Parahyba do Norte nas décadas de 1910 a 1930*,

Segundo as determinações do Código de Postura, as casas deveriam ser alinhadas umas às outras, dispor de uma varanda lateral e um jardim entre a porta e o portão de entrada. A outra opção era construir a frente até o limite do terreno, de forma que se mantivesse o alinhamento e a perspectiva retilínea da rua. A intenção era assegurar a iluminação e a ventilação em todas as casas. Para aquelas consideradas irregulares, a recomendação era de que os seus proprietários procurassem a Prefeitura, retirassem a devida licença e fizessem as reformas necessárias; os proprietários seriam autuados se persistissem no erro, seriam multados por descumprir o Código de Postura. (CHAGAS, 2004, p. 136)

A intenção desse Código era construir uma feição moderna para as áreas centrais da cidade, proibindo a desorganização das ruas, das casas, edifícios e comércios. Construídas conforme as orientações desse documento oficial, as novas ruas e residências urbanas deveriam refletir o progresso vivenciado pela burguesia paraibana, criando uma imagem de ambiente moderno e

higienizado. Elaborado principalmente por autoridades policiais e médicos higienistas, o código delimitava o que os cidadãos podiam ou não fazer, sob pena de multas ou pagamento de serviços comunitários para aqueles que o descumprissem.

A partir da década de 1920, construções de casas de palhas, casebres e cortiços foram proibidos nos espaços centrais da cidade. Considerados como moradias insalubres, sujas, foco de doenças tais quais febre amarela, varíola, epidemias, as habitações dos pobres sempre foram tidas como um problema também para a administração colonial e imperial. Com essa regulamentação moderna, os cidadãos subalternos foram afastados das áreas centrais da Cidade da Parahyba. Essas pessoas e suas moradias eram vistas como perigosas para a saúde pública. Na revista *Era Nova* confirmamos esse “desaparecimento” da pobreza em suas páginas. A miséria e a exclusão social raramente são apresentadas no periódico e quando esses temas aparecem, são em forma de apelo para a caridade ou para apologéticas de benfeitorias feitas pelos mais abastados.

Como salienta Nicolau Sevckenko, na obra *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, acompanhar o progresso em se tratando da *belle époque* tropical significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, na qual “nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa (SEVCENKO, 2003, p. 29). Tentando seguir os padrões europeus de urbanização e modernização, a chamada regeneração carioca, durante a gestão do prefeito Pereira Passos e presidência de Rodrigues Alves, desencadeou transformações profundas na cidade que era tida como a grande vitrine das últimas tendências cosmopolitas no país.

O Rio de Janeiro, ao buscar imitar a Paris de Hausmann, difundiu esse modelo de reformas urbanas no qual as ruas precisavam se adequar com iluminação, calçamento, alargamentos, aberturas de novas e arborizadas avenidas, bondes elétricos e saneamento por questões de ordem e saúde públicas, mas também por razões econômicas. Construções importantes como

o Porto, rodovias e estradas foram erguidas para o transporte de mercadorias. Além disso, o processo de urbanização atrelado a industrialização atraiu para os centros urbanos litorâneos uma parcela crescente da população interiorana.

A *Era Nova* manteve uma postura editorial bastante otimista quando nos fala sobre a economia agrícola consolidada no Estado. No artigo “Parahyba do Norte”, publicado na Edição do Centenário da Independência, saldou o que considerava um “surto de progresso do nosso comércio, nas nossas indústrias, o que tem dado a evidência um incremento a mais considerável a todas as nossas fontes de riquezas públicas” (ERA NOVA, 1922, p. 25). De acordo com o periódico, o desenvolvimento urbano da Parahyba do Norte se inseriu em sistemas econômicos diferenciados nos quais o Estado foi guiado por uma economia agrícola – café, açúcar, algodão, tabaco, entre outros produtos. Entretanto para acompanhar o progresso aos moldes europeus, comércios e indústrias foram responsáveis por reorganizar essa economia. O capital financeiro não seria mais puramente agrícola. Em uma sociedade supostamente sintonizada com os últimos ditames do Mercado global, quem deveria se destacar como vanguardas produtivas são os setores comerciais e industriais.

É importante percebermos que esses produtos e práticas comportamentais modernas na Parahyba só chega por intermédio do Porto a partir do ano de 1935, data de sua inauguração. No recorte temporal aqui analisado essa modernização foi transportada para a capital paraibana por meio das ferrovias e rodovias – especialmente pelo trem. Analisando as publicações da *Era Nova*, a seguinte imagem propagandística despertou nossa atenção:

Imagem III



Fonte: (*Era Nova*, Edição Centenário da Independência, 1922)

A *Imagem III* apresenta uma ilustração que fornece uma síntese do panorama das reformas urbanas que a Parahyba do Norte vivenciou na década de 1920. Nela encontramos o trem, maquinário de grandes dimensões, movido a vapor, que em seus vagões transportava não só passageiros, mas também mercadorias símbolos da modernidade. Nas Estações, além do embarque e desembarque de pessoas e produtos, os usuários também tinham acesso a informações por meio de jornais, revistas e dos cidadãos que desembarcavam, principalmente vindos de centros irradiadores da modernidade como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo (Cf. ARANHA, 2010, p. 137-66). Atores sociais que, entre um gole de café e outro, com seus confrades, relatavam as novidades sociais, políticos e culturais dessas grandes cidades. Encontramos também a presença de um navio mercante em forte alusão as obras de construção do cais do Porto paraibano. Em outra parte da imagem, observamos a presença de uma indústria – setor essencial para o desenvolvimento urbano e econômico da cidade, pois delas saíram capital financeiro para as reformas de áreas centrais.

Em meio a tantas informações contidas na referida ilustração, percebemos que a imagem do político Epi²¹³ está ocupando o lugar superior da

213 Epi²¹³ Pessoa foi um dos nomes mais proeminentes da política brasileira do período. Nasceu na cidade de Umbuzeiro, em 23 de maio de 1866. Seus pais foram

montagem, ao lado de um anjo que está tocando uma trombeta e trazendo os louros da modernidade. A estética realista dessa bricolagem entre fotografia e desenho busca induzir os leitores a pensar que o processo de modernização vivenciado pela capital paraibana, além de ter acontecido graças a esse político, foi também providência divina. E de fato, Epiácio contribuiu bastante para o desenvolvimento do Estado, principalmente no período no qual foi presidente do Brasil. A edição comemorativa de *Era Nova* fez questão de enaltecer os feitos desse político paraibano nas suas páginas, seja por meio de fotografias ou artigos de opinião.

Epiácio apadrinhou obras importantes para as reformas urbanas e econômicas da Capital e de todo o Estado paraibano nas primeiras décadas do século XX. A cidade foi transformada em um imenso canteiro de obras, todas elas registradas pelas câmeras e publicadas nos meios de comunicação – principalmente na *Era Nova*, que acabou se tornando um tipo de veículo privilegiado de propaganda eleitoral desse influente político. Obras contra a seca como grandes barragens, estradas ferroviárias e rodoviárias, espaços educacionais, centros comerciais, edifícios modernos como os prédios dos Correios e Telégrafos: todos esses empreendimentos são registros frequentes no magazine e estão correlacionados com os autores sociais que foram seus idealizadores. A *Era Nova* retrata uma Parahyba do Norte robusta e se modernizando devido ao engajamento desenvolvimentista de suas elites, embora saibamos que todo esse processo histórico foi segregador e repleto de violências simbólicas, discursivas e institucionais contra os mais pobres.

A cidade incorporava uma série de transformações modernizadoras, para um embelezamento de fachada, conduzidas por oligarquias que faziam parte dos setores agrário, industrial e de profissionais liberais, além de alas do alto escalão do serviço público. Por exemplo, frequentar os comércios, as lojas e fazer compras foi deixando de ser um serviço restrito as mucamas de outrora. Pouco a pouco, esse costume foi se incorporando ao cotidiano das mulheres

o tenente-coronel José da Silva Pessoa e d. Henriqueta Barbosa Lucena. Entrou em 1882 para a Faculdade de Direito do Recife. Com a Proclamação da República, foi convidado por Venâncio Neiva para seu escritório no governo da Parahyba, logo que assumiu em dezembro de 1889. Assim, estava iniciada a carreira política de Epiácio Pessoa, que em 1890 era eleito deputado a Constituinte. **Epiácio Pessoa** ocupou cargos importantíssimos no Brasil e na Parahyba do Norte, como de Promotor Público na cidade de Bom Jardim, Deputado Federal, Senador da Paraíba, Ministro da Justiça, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Procurador-geral da República. Mas seu ápice foi em 1919, quando foi eleito o décimo primeiro presidente do Brasil: governando o país de 1919 a 1922.

e porque não dos homens? Veremos um leque de artigos modernos tanto para mulheres, homens e crianças no comércio das ruas da cidade. O novo cenário da Parahyba do Norte exigia novos figurinos, adereços, comportamentos. Em todas edições da *Era Nova* encontramos anúncios publicitários ou fotografias de comércios que possibilitam o sujeito ser moderno, o que abrange não só os objetos, vestimentas e artigos, mas também a higiene e o cuidado pessoal com a saúde.

Se a Parahyba do Norte estava caminhando nos trilhos da modernidade, seria essencial ter um parque municipal na cidade. É nesse contexto que é inaugurado o Parque Arruda Câmara. A área foi batizada com o nome desse conceituado botânico, médico e maçom paraibano que viveu entre 1752 e 1810. Sua origem remete ao ano de 1822, quando a então Provedoria da Fazenda autorizou a edificação de uma fonte em um pequeno bosque de Mata Atlântica onde fluía uma nascente de água. Passadas algumas décadas, esse espaço passou por um processo de expansão e, em 1889, chegou a ter quarenta e nove hectares. Entretanto, na gestão do então prefeito Walfredo Pereira, esse *locus* entrou na mira das reformas urbanas e, após todo um rápido processo de devastação ambiental e povoamento urbano de quase toda sua extensão, foi bastante reduzido e reinaugurado em 1921, como mais um símbolo de modernidade.

Imagem IV – Parque Arruda Câmara



Fonte: *Era Nova*, nº 80, 01/06/1925

Analisando a *Imagem IV*, percebemos um espaço arborizado, no qual a Mata Atlântica estava bem incorporada ao espaço urbano e era encontrada nas praças e parques, reforçando a ideia de que os cidadãos caminhavam contemplando o verde: hábito tido como saudável de acordo com médicos estrangeiros e brasileiros da época. Vemos nessa imagem a presença apenas de duas pessoas. Apesar da baixa qualidade da imagem, conseguimos identificar uma mulher parada na rua e bem próximo a mesma, um homem caminhando e usando os famosos paletós. Em sua cabeça repousava um chapéu, símbolo relacionado ao *status* social dos cidadãos. Entretanto, o que realmente se destaca nessa fotografia é a presença de um automóvel: um dos ícones mais importantes da industrialização do século XX.

A versão largamente aceita sobre a chegada do primeiro automóvel em terras brasileiras remete ao dia 25 de novembro de 1891, quando Alberto Santos Dumont (um dos precursores da aviação) desembarcou no Porto de Santos/SP com seu belíssimo Peugeot: um automóvel com motor de dois cilindros da marca Daimler. Um fato social que causou grandes expectativas na época. Paulatinamente, os automóveis foram chegando às ruas brasileiras principalmente depois da instalação da Ford, em 1919, no Centro de São Paulo. Os automóveis despertavam sensações contraditórias nas pessoas, tais quais curiosidade, estranhamento, admiração e naturalmente o *desejo* de possuir esse artefato tão moderno e tecnológico. Nicolau Sevcenko, em *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*, esclarece que em um contexto no qual era “pouco viável no seu uso, em vista do estado deplorável da maior parte das ruas suburbanas e estradas”, os carros passaram a ser vendidos em uma realidade onde “o transporte era maciçamente baseado nos trens, bondes, carroças, charretes, cavalos e mulas”. Sendo assim, os automóveis sempre foram encarados como um “brinquedo de ricos” (SEVCENKO, 1992, p. 74).

Podemos compreender então que o automóvel, nesse momento, foi anunciado nos catálogos de vendas como um produto de luxo, instrumento de poder e ostentação. Aquele que possuísse esse símbolo, sem dúvidas estaria nas escalas mais altas da sociedade. Na Parahyba do Norte, os sujeitos afortunados – políticos, médicos e grandes proprietários de terras, entre outros, logo buscaram adquirir um automóvel. E a imagem abaixo nos confirma isso. Os carros disputavam espaços com as charretes e bondes elétricos nas ruas centrais da capital. Como vimos anteriormente, as artérias centrais já estavam prontas para receber o automóvel e o bonde elétrico, com calçamento,

ampliadas e abertas, para os cidadãos desfilarem com esses modernos meios de transportes. Nas páginas da *Era Nova*, encontraremos inúmeros anúncios sobre essa caríssima novidade:

Imagem V – Anúncios Automobilísticos



Fonte: *Era Nova*, nº 09, 01/08/1921

Fonte: *Era Nova*, nº 83, 15/07/1925)

“Os mais afamados automóveis” eram algumas das expressões comerciais usadas para conquistar o público, como podemos observar mediante os anúncios da *Imagem V*. Em todas edições desse magazine, as propagandas publicitárias estavam presentes e dos mais diferentes gêneros: medicamentos, alfaiatarias, curtumes, lazer, perfumaria, hotéis, armazéns e como podemos ver aqui automóveis. Os periódicos funcionaram como indicadores de tendências da moda, comportamentos e valores para a sociedade brasileira. Conforme sugere Mônica Velloso, ao problematizar os magazines literários e de variedades no Rio de Janeiro da primeira República enquanto fontes históricas, “as revistas ajudam a forjar a moderna sensibilidade brasileira, seja fornecendo instruções e conselhos ao se colocarem como verdadeiras cúmplices dos leitores, seja veiculando percepções e conceitos intelectuais no intuito de equacionar brasilidade-modernidade” (VELLOSO, 2008, p. 214).

Os impressos anunciavam os símbolos da modernidade tanto em gravuras, fotografias, artigos de opinião, crônicas literárias, poemas, contos, reportagens e outras formas de texto. Nas ruas, os carros circulavam majestosamente e na imprensa eram anunciados como ícone do progresso e da tecnologia. Adquirir um automóvel era essencial para todo sujeito afortunado, seja no campo ou

na cidade. Todos os produtos anunciados na *Era Nova* eram direcionados para um público específico, ou seja: para as elites que compunham o que podemos entender hoje como classes médias e altas da Parahyba do Norte.

Outro ponto que merece destaque é o surgimento dos carros de alugueis. As charretes que transportavam as pessoas, gradativamente, foram substituídas pelos carros de alugueis ou bondes elétricos. O automóvel era considerado item chique e luxuoso. O veículo automotivo era aureolado pelo prestígio da mais moderna tecnologia europeia, estado-unidense e por ser tido como o mais vistoso objeto do consumo conspícuo. Símbolo sofisticado de poder, mesmo na mão de choferes e empregados de companhias. Era *chic* ser conduzido em carros próprios, de alugueis e bondes elétricos. Estamos diante de um novo hábito que modificou o cotidiano dos cidadãos. O desejo pelo automóvel será incorporado na mentalidade dos cidadãos, homens, mulheres e crianças, conforme podemos observar nas publicações da *Era Nova*.

Imagem VI – Senhorinha Maria do Céu Silva



Fonte: *Era Nova*, nº 01, 27/03/1921

Com o processo de modernização e urbanização, discursos de médicos higienistas, autoridades políticas, jurídicas e policiais, estabeleceram novos ajuizes de condutas destinados para mulheres tais quais viajar e passear sozinhas, realizar exercícios físicos: prática até então restrita aos homens, sair à noite para dançar, beber, flertar, vestir vestidos mais curtos. Conforme podemos também observar mediante fotografia acima, a mulher moderna desejava também aprender a *dirigir*. Na França, em 1889, a duquesa Anne d'Uzés tornou-se a primeira mulher do mundo a obter habilitação para dirigir. No mesmo ano, foi também a primeira mulher a ser multada por excesso de velocidade, trafegando a 15km/h em ruas onde o limite era de 12km/h. No Brasil, somente em 1932, Maria José Pereira Barbosa Lima e Rosa Helena Schorling se tornaram as primeiras mulheres habilitadas para dirigir um automóvel. Ou seja, a *Imagem VI*, que mostra Maria do Céu Silva dentro de um carro como se estivesse dirigindo faz parte de uma cena projetada, um simulacro que, ao ser registrado pela solenidade do ato fotográfico, circulou nas páginas de *Era Nova* como ícone de pertencimento dessa pessoa as classes sociais mais altas.

É interessante salientar que esse registro é a capa da primeira edição da *Era Nova*, marcando assim o debute desse magazine. Entendemos que em uma cultura extremamente patriarcal, tal qual a nortista, a ideia de que dirigir era uma tarefa unicamente masculina estava bem arraigada no cotidiano dos paraibanos. Ao veicular essa imagem como a ideal para chamar a atenção do público leitor da capital, a *Era Nova* estreou lançando uma capa que foi certamente polêmica por ser provocativa em face de hábitos e concepções de gênero mais conservadoras.

Em se tratando do estudo da fotografia enquanto fonte histórica, as fotografias aqui apresentadas nos permitiram descortinar aspectos do processo de modernização e urbanização da Parahyba do Norte. Conforme sugere Boris Kossoy, "(...) a imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como fonte histórica" (KOSSOY. 2001, p. 119). Deve-se, entretanto, ter em mente que o registro fotográfico mostra apenas um fragmento da realidade: um aspecto determinado. As fotografias impressas na revista *Era Nova* nos apresentam apenas uma parte da história da capital paraibana, ou seja: as áreas centrais e seu público frequentador. Eram essas áreas que recebiam todo o esforço e atenção do poder público para se modernizarem, enquanto os bairros suburbanos e proletários da cidade foram bastante negligenciados pelas autoridades locais.

CONCLUSÃO

Compreendemos que os primeiros anos do século XX foram de progresso industrial e comercial para uma parte das cidades brasileiras. Embora a Parahyba do Norte não tenha vivenciado essa experiência igualmente como nos moldes dos grandes centros urbanos do país, tais quais Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, nas terras paraibanas houve um notório desenvolvimento urbano, social e cultural. O processo modernizador não se restringiu a arquitetura dos edifícios, das novas obras e foi além, desencadeando modificações na mentalidade, práticas e condutas dos sujeitos. Pensar na cidade sob o prisma do fenômeno da modernização/urbanização significa ter de recorrer as mais diversas fontes de informação. Ao focar como a capital lidou com as reformas urbanas e “vestiu” os seus cidadãos com os signos do moderno, elencamos aqui a revista *Era Nova* e as fotografias divulgadas no magazine como indícios desse processo histórico.

REFERÊNCIAS

FONTES

ERA NOVA, n° 83, 15/07/1925.

_____, n° 80, 01/06/1925.

_____, n° 56, 1924.

_____. Edições Especiais (Centenário da Independência – 1922).

_____, n° 09, 01/08/1921.

_____, n° 01, 27/03/1921.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRANTES, Alômia; NETO, Martinho Guedes dos Santos. **Outras Histórias: cultura e Poder na Paraíba (1889 – 1930)**. João Pessoa: Editora UFPB, 2010.

ARANHA, Gervácio Batista. As estações de trem no Norte brasileiro como símbolos de um novo espaço-tempo. In: SOUZA, Clarindo Barbosa (Org.). **Cidades e experiências modernas**. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização da Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930**. Tese. Recife: UFPE/PPGH, 2004.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; FILIPPI, Patrícia; LIMA, Solange Ferraz

de. **Como tratar coleções de fotografias.** São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LIRA, Bertrand de Souza. **Fotografia na Paraíba: um Inventário dos fotógrafos através do retrato (1850 a 1950).** João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

NEEDELL, Jeffrey. **Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro da virada do século.** São Paulo: Cia das Letras, 1993.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

ROCHA, Amara S. de S. A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. **Revista de História Regional.** Vol. 2. n. 2. 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Sensibilidades modernas: revistas literárias e de humor no Rio de Janeiro da Primeira República. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). **Imprensa, história e literatura.** Rio de Janeiro: Edições Casa Casa de Rui Barbosa, 2008.

PARTE IV
HISTÓRIA E FONTES (DOS USOS
DAS FONTES E OUTRAS ARTES)

4.1 – NORDESTE DO BRASIL ENTRE 1930 E 1950 ATRAVÉS DOS CORDÉIS: O AMOR COMO RISCO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Thaís Costa de Almeida

Martha Priscila Bezerra Pereira

Este capítulo de livro é uma parte da dissertação intitulada “A representação do amor através da literatura de cordel no Nordeste: ‘o que o amor não fizer, não há no mundo quem faça’ (1930 – 1950)”.

O Nordeste do Brasil nesta época incluía as seguintes unidades da federação: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. E nessa fase, muito se escreveu sobre qual deveria ser o comportamento esperado para cada gênero.

Este trabalho tem como objetivo entender o amor como risco e como promoção da saúde no contexto dos escritos de cordéis no nordeste do Brasil entre 1930 e 1950.

Está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte “Procedimentos teórico-metodológicos” pretende-se entender melhor a fonte utilizada neste trabalho assim como os procedimentos teóricos e metodológicos utilizados na pesquisa. Na segunda parte “O amor no Nordeste do Brasil entre 1930 e 1950” traz um pouco do contexto histórico em que esses cordéis foram escritos. Na terceira parte “Resultados e discussão” são apresentados alguns exemplos de risco e promoção da saúde em três cordéis: ‘O boiadeiro do sertão e a filha do fazendeiro’; ‘O casamento do rato com a catita’ e; ‘A coragem de Juquinha pelo amor de Ivonete’

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nesta parte falaremos inicialmente da fonte principal utilizada para este trabalho – os cordéis, e posteriormente sobre os procedimentos utilizados neste trabalho.

O recorte do trabalho, de 1930 a 1950 foi escolhido devido ter sido o período em que a literatura de cordel mais circulou no Nordeste, segundo Ana Maria de Oliveira Galvão (Galvão, 2010). Esse período ficou conhecido como a época de apogeu dos folhetos, que chegavam pelas tipografias e nas feiras, nas fazendas, nas estações de trem, o que garantia uma circulação mais eficaz dos folhetos.

As tipografias estavam em esplendor nesse período, podemos destacar as tipografias²¹⁴ de João Martins de Athayde, Leandro Gomes de Barros e

214 Tipografia= impressão dos tipos, esses tipos seriam as fontes, ou a letra. Nesse período utilizavam essas letras em moldes de ferro, para imprimir as palavras (Quatrocor, 202-)

Francisco de Chagas. Segundo Rosilene Alves de Melo (Melo, 2019). João Martins Athayde foi o primeiro poeta a virar editor em 1909. Leandro Gomes de Barros e Francisco de Chagas fazem parte da primeira geração de poetas a viver da produção de folhetos. Alguns autores ajudaram a consolidar a impressão dos folhetos como acesso aos ‘prelos’²¹⁵.

O acesso as máquinas impressoras – os chamados ‘prelos’ – permitiu aos poetas se aventurarem na edição e na impressão dos folhetos e constituírem empresas, pequenas editoras, que imprimiam cadernos, orações, almanaques, livros de orações, jornais e folhetos (Melo, 2019, p. 5 e 6).

Os cordelistas dominavam a arte de narrar, criar histórias, colocando as ideias de mundo da sociedade que eles viviam, os discursos proeminentes da época como podemos ver a citação de Foucault quando fala do conhecimento dos rapsodos²¹⁶:

Um desses modelos arcaicos nos é dado pelos grupos de rapsodos que possuíam o conhecimento dos poemas a recitar ou, eventualmente, a fazer variar a transformar; mas esse conhecimento, embora tivesse por finalidade uma recitação de caráter ritual, era protegido, defendido e conservado em um grupo determinado, pelos exercícios da memória, muitas vezes bem complexos, que implicava; sua aprendizagem fazia estar ao mesmo tempo em um grupo e em um segredo que a recitação manifestava mas não divulgava; entre a palavra e a escuta os papéis não podiam ser trocados (Foucault, 2014, p. 37 e 38).

A partir dessa fonte – o cordel - utilizou-se os seguintes procedimentos metodológicos: a) Levantamento de referências; b) Levantamento documental - cordéis; c) Análise semiótica de imagens paradas e; d) Análise de discurso.

No **levantamento de referências** foram utilizados como principais autores os que falaram sobre a história dos cordéis (Galvão, 2010), sobre as características da escrita e do ato de ler na vida cotidiana (Certeau, 1998), sobre o amor (Priori, 2006), sobre risco e promoção da saúde (Pereira, Marinho e Afuso, 2019) e sobre análise de discurso (Foucault, 2014).

No que diz respeito ao **levantamento documental**, José de Assunção Barros (Barros, 2013) afirmou que no século XIX a história era escrita sob fundamentações dos ideais positivistas, os quais se utilizavam documentos oficiais com a história completa. Vários são os elementos dessa história dita positivista, nomes de pessoas importantes, datas, documentos escritos oficiais,

215 Prelo ou prensa= máquina tipográfica para imprimir (PRIBERAM, 2023).

216 Na Antiguidade era um poeta popular ou cantor que ia de cidade em cidade recitando poemas épicos. Homero era um Rapsodo (sentido figurado) poeta cujo canto parece sintetizar os acentos mais sensíveis a seu povo.

excluindo pessoas que eram consideradas sem história, pessoas simples, mulheres, entre outros.

Essas pessoas eram consideradas meras consumidoras do que a realidade lhes impunha, até que a ciência passa a observar que a história do documento não é completa ou nem mesmo a melhor versão dos fatos, e os caminhos se abriram para uma renovação historiográfica. Desta forma, houve uma multiplicação de possibilidades de fazer a historiografia, além disso os temas se diversificaram, como exemplos temos a história econômica, cultural, conceitual e ambiental.

Segundo Sandra Jatahy Pesavento (Pesavento, 2007), depois da década de 1970 emergiu a história cultural, onde ampliou-se os modos de se ver a história e a possibilidade de pensar conceitos como o imaginário. O conceito de imaginário é entendido pela autora como um conjunto de signos que dão sentido ao mundo, o imaginário não é visto como algo relegado a esfera da imaginação, da fantasia, mas como um artefato pelo qual o homem cria representações que são construídas socialmente e historicamente. Esse conceito nos guiará para reflexão do amor como uma construção histórica que será representada aqui nos folhetos de cordel, nossa fonte documental.

Dentre as mais variadas formas de expressar o amor, a literatura nos fornece subsídio para analisá-lo. Na literatura de cordel podemos perceber como o amor é visto, sentido e expressado em um tipo de literatura dita popular que nos fornece várias faces do amor e com esses folhetos são produzidos para serem consumidos pelos seus leitores.

Pesavento (2003) afirma que a história cultural possibilita histórias de vida das camadas populares e capta sensibilidades e subjetividades. O conceito de sensibilidades diz respeito às experiências individuais dos indivíduos e de suas subjetividades. Experiências sensíveis devem ser levadas a sério enquanto fonte, pois elas se encontram na materialidade e no que vai além da materialidade, que não pode ser tocado pelas nossas mãos.

O limite dessa análise do sensível é que esse passado é alcançado a partir do imaginário onde a narrativa e a ficção fariam parte desse processo (Pesavento, 2007).

Tratar das sensibilidades é tratar daquilo que afeta a nossa alma, é falar do que o outro sente, das instâncias dos sentimentos humanos, das sensações, que não são fáceis de lidar e só são possíveis pelos rastros deixados e pela busca de perceber neles como as pessoas se relacionavam com o seu tempo, com as paixões, com o que vinha de cima para baixo, é tratar sobretudo do que marca.

Na literatura de cordel os autores nos dão subsídio para pensarmos o sentimento do amor no imaginário e a sua representação. O amor é pensado e representado como algo que ultrapassa todas as fronteiras, como algo muito importante para a vida, de forma romantizada.

Pensar a ideia de um amor romantizado é levar em consideração do

que é composto esse amor romantizado, de que ele é feito, de que matéria é composto e quais suas sutilezas. Segundo Priore (2019) o amor romântico estaria ligado ao imaginário, ao que uma sociedade cria como representação desse amor.

Nas várias culturas esse imaginário vai assumindo identidades próprias onde cada cultura cria uma representação social do seu mundo, dos seus ideais, nesse sentido a cultura funciona como meio de expressar e de dar sentido a realidade, ela é simbólica (Pesavento, 2003).

Esse imaginário é visualizado através das representações que ajudam a entender os mecanismos de quais grupos impõem ou tentam impor suas concepções, valores, conflitos, classificações ou delimitações (Chartier apud Pacheco, 2005).

Nesse movimento de impor percebe-se a concepção de paisagens imaginárias que podem ser classificadas neste trabalho como paisagens de risco e de promoção da saúde (Pereira, Marinho e Afuso, 2019). Neste estudo a paisagem de risco estaria presente no cenário em que pessoas correm risco de vida ou de se machucar seriamente fisicamente na luta pelo amor, enquanto a paisagem da promoção da saúde ocorre no momento do perdão, do entendimento, de uma luta pela paz naquele grupo social apresentado no cordel.

A **análise semiótica de imagens paradas** foi realizada com base em Penn (2015) em que se realizou a análise denotativa (mensagem literal) para se proceder posteriormente a análise conotativa (significados e representações) e o mesmo foi apresentado de forma descritiva.

A **análise de discurso** tem relação com perceber através das entrelinhas dos versos, como pensava aquela sociedade, qual eram os discursos dominantes, a mentalidade e os ideais que as pessoas carregavam. Pois os discursos escondem formas e concepções do mundo que estão inscritos nas representações criadas pelo homem ao longo do tempo (Foucault, 2014).

A partir desse entendimento, infere-se que os diferentes lugares em que o amor está inserido, seja na cultura indígena, europeia, africana, etc, a concepção desse amor tem suas regras próprias.

Mas o que seria o amor? Como defini-lo? O amor seria um sentimento vivido pelas pessoas que pode ter várias formas. Segundo Mary Del Priore (Priore, 2006) o amor seria o ato de eleger alguém ou algo no coração. O amor estaria inserido dentro de uma determinada cultura, então dependendo das práticas culturais em que ele está inserido, dependendo do contexto histórico, dos espaços em que é vivenciado, ele muda, não é sempre o mesmo, sempre se transforma.

O amor dá sentido à vida, a torna mais colorida, é como a chama de uma fogueira, como o brilho de uma estrela que olhamos a noite. Amar é sentir -se bem com a pessoa amada, amar é aceitar defeitos e qualidades, amar é buscar palavras, gestos e formas de expressar o sentimento. Amar também é como

um sonho cheio de fantasias que nos fazem querer acordar todos os dias, é a promessa de felicidade.

O AMOR NO NORDESTE DO BRASIL ENTRE 1930 E 1950

O contexto trabalhado perpassa a Segunda Guerra Mundial, que causou várias transformações na sociedade brasileira, tanto econômicas, como nos comportamentos. O Nordeste do Brasil se constituía como uma região estratégica para os americanos que construíram bases navais no Estado do Rio Grande do Norte. Segundo Giovana Paiva de Oliveira (Oliveira, 2008) a vinda dos norte-americanos para Natal causou várias transformações no cotidiano dos cidadãos

A convivência com os gringos marcou os hábitos e os costumes da sociedade, introduzindo palavras do inglês no vocabulário, nos gestos e nas bebidas: *ok* (o polegar da mão direita para cima), *milkshake*, *coca-cola*, *cuba libre*, *blackout*, *cigarretes*, *my friend*, *all right*, *thank you*, e *hello*. A cidade de Natal viveu o seu momento de turbilhão: milhares de pessoas se deslocavam para a capital vindos de todos os lugares. Um grande contingente chegou à cidade motivada pelas secas no sertão do Estado, flagelados, mendigos que foram rapidamente abrigados em lugares distantes, na periferia pobre da cidade (Oliveira, 2017, p. 6)

Uma das formas de divertimento da época na cidade de Natal – RN eram os cabarês, que eram utilizados por homens da sociedade que buscavam encontrar nesses lugares divertimento. Os norte-americanos também circulavam nesses cabarês, um dos cabarês que tiveram mais destaque na época foi o de ‘Maria Boa’ que foi uma mulher que levou a cidade de Natal a viver uma época conhecida como ‘época de ouro’, onde todas as pessoas passavam para conhecer o lugar tão sofisticado, com mulheres elegantes e bem-educadas que eram conhecidas como ‘As meninas de maria’ (Gomes, 2020).

O Nordeste se constituía como uma sociedade patriarcalista que via o pai, como uma figura a ser respeitada, viver certos amores colocaria a moral e a honra da família em perigo, pois nessa sociedade havia regras a serem respeitadas, com a posição social dos enamorados que deveria ser a mesma, quando isso não ocorria, quando um pobre e um rico se apaixonavam isso se tornava um problema tendo que ser resolvido muitas vezes com a violência.

Falar do amor romântico é levar em consideração a sua difusão. Segundo Cipriano (2002), a difusão do amor romântico estaria relacionada à desordem paterna e consequentemente com a desmoralização da sociedade, como podemos ver na citação abaixo:

A desautorização da ordem paterna também era atribuída à divulgação do ‘amor romântico’, no início do século

XX, como um elemento desordenador da moralidade da família. Para os juristas e higienistas do início do século, o amor romântico conduziria as pessoas ao extremo de suas paixões, acarretando principalmente para o homem, a perda da sua racionalidade, impelindo-o a ações violentas, como assassinatos de suas mulheres, atitudes que colocariam em risco a constituição da família moderna (CIPRIANO, 2002, p. 10)

Nesse sentido a divulgação desse “Amor romântico” levaria os enamorados a cometer loucuras, o que colocaria em risco a instituição da família assim como a moral e a honra do pai, que era tão importante em uma sociedade patriarcal.

Desse modo, havia regras instituídas pela sociedade de como as relações amorosas deveriam ocorrer. Regras de boa conduta para os enamorados que deveriam seguir as regras da casa, do pai, mas que muitas vezes não ocorria, pois vários romances transgrediam as regras estabelecidas, ocorriam raptos consentidos criados como forma de táticas para viver os amores proibidos.

Segundo Rosemere Olimpo Santana (Santana, 2013), os raptos consentidos eram comuns no Brasil se configurando como uma tática elaborada pelos enamorados

Os raptos consentidos eram práticas muito comuns não só na Paraíba, como também em todo o Brasil. Desta forma, o raptos se configurava como uma tática para antecipar ou ‘forçar’ o casamento, que a família não desejava ou que não era possível ser realizado, como, por exemplo, quando o raptor era casado. Sendo assim, os casos de raptos consentidos abrem um leque de histórias. Estas não seguem um roteiro, nem uma única conduta. Mas são histórias de sujeitos que optaram por outros caminhos, que nem sempre eram os mais fáceis, mas o desejado (Santana, 2013, p. 12)

Segundo Michel de Certeau (Certeau, 1998) as táticas são utilizadas para subverter a ordem estabelecida e criar caminhos que são produzidos pelos sujeitos para driblar a realidade e as regras impostas.

Captar as representações de um sentimento como o amor na literatura de cordel, nos faz refletir sobre as sensibilidades, como nos afirma Pesavento (2005, p. 30):

As sensibilidades seriam, pois, as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de representação da realidade por meio dos sentidos, das emoções, da esfera da vida afetiva.

Essas sensibilidades estão presentes nos versos que narram as histórias de amor, que se torna possível graças a nova história cultural que permite o

estudo da representação de um sentimento.

Estudar os desdobramentos de um sentimento não é uma tarefa fácil, mapear o que acontecia nas relações amorosas é um desafio que nos impulsiona e nos leva a querer traduzir essas sensibilidades a partir de evidências (Pesavento, 2003), o que nos exige uma leitura do texto e do subtexto, ou seja, para entender o que poderia estar subentendido a partir da evidência documental, no nosso caso, o documento foi o cordel, precisamos entender as entrelinhas desse documento, a partir de pistas. É necessário considerar que as emoções fazem parte da humanidade, elas perpassam os tempos (Corbin, Courtine, Vigarello, 2020).

Essas emoções são sentidas de diferentes formas nas relações amorosas de homens e mulheres, que vão ter papéis diferentes no amor nas relações do amor romântico, que configuram as relações de gênero.

Para entendermos como o amor foi construído no ocidente, faz-se necessário apontarmos algumas questões de interesse acerca da história do amor e confrontar diferentes visões acerca desse sentimento.

O Brasil foi um país colonizado pelos europeus que trouxeram seus ideais de mundo, valores culturais que se misturaram com as práticas dos nativos que aqui viviam e dos povos africanos que foram trazidos como escravos para o país.

Dessa forma, o Brasil se constituiu principalmente pela mistura do branco, do negro e do indígena, se constituindo como a matriz que dera origem ao povo brasileiro. “Formado pela mistura de três raças: os corajosos índios, os estoicos negros e os bravos e sentimentais lusitanos” (Chauí, 2000, p. 6).

Ao chegar ao Brasil, o europeu percebeu várias coisas diferentes do mundo que ele conhecia. As mulheres se vestiam de forma estranha, mostrando partes do corpo consideradas impróprias para o europeu. Não só as formas de se vestir vão impressionar o estrangeiro que vem de fora, mas também hábitos e costumes diferentes, a forma de viver as relações amorosas por exemplo (Caminha, 2019).

A forma dos indígenas viverem o amor era diferente podendo variar de tribo para tribo, mas as características em comum eram que se constituíam pela poligamia, sendo considerada essencial para bravos guerreiros segundo Jean Marcel Carvalho França e Ronald Raminelli (França e Raminelli, 2009), sendo uma prática comum na sua cultura, os homens se casavam com várias mulheres inclusive da sua própria família, algo que nos é estranho, mas que para eles fazia parte da sua cultura, sua forma de viver.

Renato Nogueira (Nogueira, 2020) nos dá uma pista sobre como seria o amor para o povo africano, ou pelo menos parte dele em que ele cita o livro “O espírito da intimidade” de Somé, autor de origem Dagara e traz uma visão diferente da ocidental. Nessa visão, a garantia do bem-estar não seria algo de responsabilidade individual, mas algo que depende dos outros, para Somé o amor seria ‘uma emoção coletiva’.

Para os dagara²¹⁷ amar é escutar, a base do amor seria o conhecimento, sendo assim, o amor seria como um percurso de intimidade, comparado com a escalada de uma montanha, onde vai se conhecendo o outro pouco a pouco (Somé, apud Nogueira, 2020).

Nos tempos coloniais a igreja exercia forte influência nas questões do casamento, pois ditava regras do que era permitido na vida conjugal, as relações sexuais deveriam servir para procriar a espécie e não era aconselhável ter relações por prazer. O amor também não era visto como essencial em um casamento pois “o casamento só era legítimo se colocado a serviço da prole, da família. É coisa muito recente a igreja católica exaltar o amor conjugal” (Priore, 2010, p. 75).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No sertão nordestino o amor exala cores que podem ser expressas pelos cordelistas nos folhetos. Nesta parte do trabalho serão mostrados alguns casos que tem relação com a construção do entendimento de amor para o nordestino e cordéis que mostram um pouco do amor, seus riscos e como ele promoveria a saúde dos envolvidos caso tudo tivesse ocorrido da maneira correta para aquele período histórico.

A construção da identidade nordestina entre as décadas de 1930 e 1940, pelo Movimento Regionalista reflete no entendimento do que é o amor, legitimando quem deve ser amado e como deve amar e ser amado.

Segundo Albuquerque Júnior (2011), no início do século XX era preciso que as moças se libertassem das imagens das propagandas de revistas dos homens de Hollywood, dos mocinhos. Era necessário que elas valorizassem o vaqueiro, o homem do sertão, do Nordeste, percebendo suas qualidades e se deixassem apaixonar pelo que era da terra e não de fora.

Essa situação criava uma identidade de mulher e de homem que era percebida nos cordéis da época, exaltando a força do vaqueiro, do sertanejo, do nordestino que faria tudo por amor, pois o amor seria a força para a vida.

O BOIADEIRO DO SERTÃO E A FILHA DO FAZENDEIRO

No cordel ‘O boiadeiro do sertão e a filha do fazendeiro’, história de um boiadeiro que ao viajar a trabalho encontra a filha de um fazendeiro que se apaixonou por ele. Ela arma-lhe uma cilada, se mete no quarto do boiadeiro para obrigá-lo a casar-se, pois para a época lugares que sugerissem intimidade entre os enamorados colocaria a honra da moça e da família em perigo e a única solução de reparar a honra da família seria o casamento (figura 1).

Mas antes do boiadeiro cair nessa emboscada tinha deixado um grande amor, Juliana, por quem era estritamente apaixonado em sua terra natal. Mas o destino armara-lhe uma cilada e tinha colocado a filha do fazendeiro em seus aposentos e ela conta para o seu pai, que não gosta da situação. –“Este belo

217 O povo Dagara é um povo que se organiza em tribos e aldeias e reside no país denominado Burkina Faso (Somé, 2003 apud Machado, 2016, p. 37).

vaqueiro, foi dormir junto comigo”. O rapaz tentou explicar que era mentira, mas não adiantou muito, o fazendeiro colocou seus capangas para dar uma lição no rapaz e exigiu o casamento.

Depois de muita confusão, a jovem confessou ao pai que tinha inventado tudo, mas nada adiantou. O fazendeiro ainda continuou querendo o casamento, estava muito violento e as brigas continuaram, armas, socos e por fim os enamorados casaram-se e seguiram viagem para o sertão, seguindo em silêncio. A moça contou ao rapaz a história da sua vida, porque tinha mentido daquele jeito, pois era uma prisioneira de seu pai e contou do amor que sentiu ao ver o rapaz e o arrependimento que ela sentia. A noiva que o rapaz havia deixado, a Juliana, havia fugido com outro rapaz e o vaqueiro perdoou a emboscada que a moça havia preparado e resolveram ser felizes, pois o rapaz se comovera muito com a triste história da moça e toda a admiração, amor e afeto que tinha sentido quando vira a jovem pela primeira vez voltou, e assim foram felizes.

FIGURA 1. O BOIADEIRO DO SERTÃO E A FILHA DO FAZENDEIRO



Fonte: Canal do YouTube: imagens do sertão por Luís Carlos Espíndola.

A capa deste cordel com um homem (o boiaqueiro) sendo ameaçado por um grupo mostra a violência masculina em fazer valer a honra e nessa história estão apresentados: o rapto consentido de Juliana e um outro rapaz; como uma moça poderia escapar de um pai ruim; e apesar da mentira, o quanto ela busca

demonstrar inocência para conseguir o perdão do seu amado e assim viverem o seu ‘felizes para sempre’ hollywoodiano.

O CAZAMENTO DO RATO COM A CATITA

Analisando a capa do folheto “O casamento do Rato com a Catita” podemos observar cores e ilustrações, na capa há um rato e uma vaca nos mostrando que a história terá como personagens animais, as cores são em preto e branco, não há mais signos tratando-se de uma imagem mais simples (figura 2).

Analisada a imagem podemos analisar o texto do cordel “O casamento do rato com a catita” de João Martins Athayde, podemos ver como se configuram padrões de comportamento para os gêneros. Trata-se da história de amor entre dois animais – o rato e a catita que representam o mundo humano, onde ao começarem um relacionamento, o pai da catita permite o namoro desde que o rato a respeitasse e não tivesse relações sexuais com a catita, o que não acontece e a catita acaba engravidando, levando o rato a fugir e o pai da moça a procurar-lhe para reparar a sua honra.

Nesse cordel podemos perceber elementos de honra e moral como algo imprescindível para as relações de amor, onde a virgindade era vista como algo a ser preservado até o casamento.

O fato mostrou os riscos, tentando tirar como lição o que seria promotor da saúde: a honra, moral e virgindade.

FIGURA 2. O CAZAMENTO DO RATO COM A CATITA



Fonte: Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.

A CORAGEM DE JUQUINHA PELO AMOR DE IVONETE

No cordel, “a coragem de Juquinha pelo amor de Ivonete”, de autoria de Pedro Armando Santos, se pode ver que a capa traz a imagem de um homem e uma mulher abraçados olhando um para outro aparentando estarem apaixonados, logo podemos deduzir pela capa que se trata de uma história de amor (figura 3).

FIGURA 3. A CORAGEM DE JUQUINHA PELO AMOR DE IVONETE



Fonte: Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida.

Na história um rapaz e uma moça se apaixonam e marcam de se encontrar escondido dos pais da moça, que veem os beijos e abraços trocados pelos enamorados às escondidas.

Uma moça nesse contexto não deveria estar a sós com um rapaz trocando carícias e beijos, essas atitudes não eram consideradas corretas para uma boa moça. Quando ela chega em casa os seus pais perguntam onde ela estava e ela mente, eles repudiam a atitude da filha e como castigo seu pai a bate.

O enamorado ao passar pela casa percebe que sua amada está apanhando do pai e o chama para a briga disposto a brigar pela sua amada.

Percebe-se nesse cordel a violência do homem nordestino, disposto a brigar e a morrer, aparecendo como um ser corajoso representado no cordel pelo personagem “Juquinha”, e que podemos ver também em outros cordéis da época, onde a violência, a coragem e valentia aparecem como sinônimos do homem nordestino.

Juquinha e o pai da moça brigam, pois o rapaz ouvira a amada apanhando

e não gostou da situação, brigaram muito, com muitos golpes. Quando percebe que Juquinha está ganhando, o pai diz que tudo bem eles se casarem, porém o pai da moça estava mentindo, estava arrumando homens para abrigar com Juquinha no dia do casamento. Ivonete ouviu sobre a cilada e escreveu para seu amado, pedindo para busca-la e fugirem.

Na fuga os capangas encontraram os enamorados dormindo, pegaram a moça nos braços para roubá-la e Juquinha acorda e começa a brigar com os capangas, Ivonete também entra na briga. Os enamorados foram muito valentes e os capangas morreram na briga. Juquinha resolveu retornar para ver o pai da moça para mostrar ao velho que ele não era homem de fugir.

Depois eles fizeram as pazes. Podemos ver nessa história como a bravura do homem nordestino que não teme a ninguém é exacerbada pelo cordelista. O homem sertanejo aparece como valente e luta com todas as suas forças para defender o seu amor, ao ponto de assassinar os capangas. Afinal, o que mais nos torna valente do que a força de um grande amor?

Para se chegar a uma paisagem de amor que promove a saúde, houve vários tipos de risco, inclusive o da morte do casal. Por outro lado, percebe-se nitidamente um toque hollywoodiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O amor se manifesta de diferentes formas em todos os lugares. Dependendo de onde está inserido, esse amor assume costumes específicos do lugar.

O amor no Nordeste do Brasil entre 1930 e 1950 vivia uma mistura dos valores do amor europeu, com valores judaico-cristãos e influência celta e greco-romana; do amor indígena, no qual a poligamia e o uso de poucas roupas era visto como natural; do amor africano, em que havia uma relação mais igualitária entre homem e mulher e; o amor de Hollywood, que influenciou através dos filmes e pela imigração norte-americana em parte da região Nordeste, em especial, o Rio Grande do Norte na época da II Guerra Mundial.

Essa mistura mostra um esforço dos cordelistas em construir a identidade nordestina com seus valores e suas características físicas, valorizando os personagens que existiam no Nordeste e não os dos filmes de Hollywood, inclusive com a forma de se relacionar mais esperada para os valores mais locais. Porém, ao mesmo tempo, talvez sentindo que não tinham como deixar de mostrar a influência de outras culturas ou mesmo, para vender mais, utilizavam determinadas situações típicas de filmes norte-americanos no seu clímax para deixar o leitor ainda mais interessado.

Dentre os valores exaltados, a mulher deveria ser bela, pura e prendada, enquanto o homem deveria ser viril e forte. Saindo desse estereótipo, muitas eram as nuances de problemas na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5.ed. São Paulo – SP: Cortez, 2011.
- ALMEIDA, T.C. **A representação do amor através da literatura de cordel no Nordeste**: “o que o amor não fizer, não há no mundo quem faça (1930-1950). 2023. 96f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB, 2023. Disponível em: <https://www.prosaudegeo.com.br/files/ugd/e4bfdf/f89f9b9819774270bd7d4d4364a661c3.pdf>. Acesso em 02 set. 2024.
- ATHAYDE, J. M. **O casamento do rato e a catita**, Recife – PE, 1925.
- BARROS, J. D. **O campo da História**: espacialidades e abordagens. 9.ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2013.
- CAMINHA, P.V. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Petrópolis – RJ: Companhia das Letras, 1994.
- CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo -SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: as artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3.ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.
- CIPRIANO, M.S. **Histórias de botijas e os labirintos do universo assombroso na Paraíba**. Recife – PE: 2010, 275f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7596/1/arquivo842_1.pdf. Acesso em 03 set. 2024.
- FRANÇA, J.M.C.; RAMINELLI, R. **Andanças pelo Brasil colonial**: catálogo comentado (1503-1808). São Paulo – SP: UNESP, 2009.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo – SP: Loyola, 2014.
- GALVÃO, A.M.O. **Cordel leitores e ouvintes**. 2.ed. Belo Horizonte – MG: Ed. Autêntica, 2010.
- GOMES, Luiz Henrique. Conheça a história de Maria Boa, personagem icônica da segunda guerra mundial em Natal que completaria 100 anos em 2020. Natal – RN. **Tribuna do Norte**, 13/12/2020, notícia. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/natal/conheca-a-historia-de-maria-boa-personagem-iconica-da-segunda-guerra-mundial-em-natal-que-completaria-100-anos-em-2020/>. Acesso em 01 set. 2024.
- LEITE, J.C. **O boiadeiro do sertão e a filha do fazendeiro**. S/D.
- MELO, R. A. **Literatura de cordel**: historiografia, práticas e arquivos. Recife: Anpuh, 2019.
- MACHADO, E.R.S. **No caminho de Tikorô, um lagarto** cartografias do percurso do cuidado na educação: aprendendo com o povo Dagara e a filosofia ubuntu. 2016. 113f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba, 2016, Disponível em: <https://repositorio>.

ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8376/MACHADO_Elaine_2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 31 ago. 2024.

OLIVEIRA, G.P. A cidade do Natal/RN (Brasil) na II Guerra Mundial. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 17. **Anais [...]**. 2017. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/1545/1524>. Acesso em 01 set. 2024.

OLIVEIRA, G.P. **A cidade e a guerra**: a visão das elites sobre as transformações do espaço na cidade do Natal na II Guerra Mundial. Recife – PE: 2008, 243f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. 2008. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/2951/1/arquivo2303_1.pdf. Acesso em 01 set. 2024.

PACHECO, A. As implicações do conceito de Roger Chartier com as noções de hábitos e campo em Pierre Bourdieu. Simpósio Nacional de História, 23. **Anais [...]**, p. 1-6. 2005. Disponível em: <https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnaional/S.23/ANPUH.S23.0051.pdf>. Acesso em 01 set. 2024.

PAIVA, E. F. **História & Imagem**. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2004.

PENN, G. Análise semiótica de imagens paradas. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 13.ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015. P. 319-342.

PEREIRA, M.P.B.; MARINHO, G. E.; AFUSO, P.G. Práticas alternativas, complementares e integrativas em saúde na cidade de Campina Grande – PB: caracterização do setor privado de prestação de serviços. **Hygeia** – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 15, n. 33, p. 54-66, set/ 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/51665/27380>. Acesso em 05 set. 2024.

PESAVENTO, S.J. **História & História cultural**. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, S. J. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre – RS: Editora da UFRGS, 2007, p. 9-21.

PESAVENTO, S.J. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundo**, n. 3, p. 127-134, 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/229>. Acesso em 03 set. 2024.

PRIBERAM DICIONÁRIO. Prelo, 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/prelo>. Acesso em 04 mar. 2023.

PRIORE, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo – SP: Contexto, 2010.

PRIORE, M.D. (org.). **História do amor no Brasil**. 2.ed. São Paulo – SP: Contexto, 2006.

QUATROCOR. **Tipografia**, o que é? Como usar? 202-. Disponível em: <https://quatrocor.com.br/blog/tipografia-o-que-e-como-usar/>. Acesso em 04 set. 2024.

NOGUEIRA, R. **Por que amamos**: o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor. Rio de Janeiro – RJ: Harper Collins Brasil, 2020.

SANTANA, R. O. **Tradições e modernidade**: raptos consentidos na Paraíba (1920-1940). 2013, 219p. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense/ Programa de Pós-Graduação em História. Recife – PE, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1442.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

SANTOS, P.A. **A coragem de Juquinha pelo amor de Ivonete**. s/d.

CORBIN, A.; COURTINE, J.J.; VIGARELLO, G (org.). **História das emoções**: 1. da antiguidade às luzes. Petrópolis – RJ: Vozes, 2020.

4.2 – A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA PERNAMBUCANA PRESENTE EM LIVROS

Alcilia Afonso de Albuquerque e Melo

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objeto de estudo um resgate documental bibliográfico da modernidade arquitetônica pernambucana, produzido em formato de livro, entre os anos 70 à contemporaneidade.

O objetivo é resgatar essa produção, contribuindo para futuras análises historiográficas que poderão ser realizadas para a criação de uma base documental da modernidade arquitetônica pernambucana, regional e nacional-que vem a ser o primeiro passo de um trabalho de preservação cultural para ações de salvaguarda e conservação do acervo patrimonial.

Justifica-se tal proposta, devido ao vínculo da autora com o tema da modernidade arquitetônica pernambucana e nordestina, que vem sendo trabalhado desde o ano de 1998, sendo desenvolvidas pesquisas científicas em nível de mestrado, doutorado, além de orientações acadêmicas em nível de graduação e de pós-graduação, possuindo um engajamento com ações de ativismo patrimonial, e de produção cultural, produzindo livros autorais, organizando coletâneas. Esse trabalho fez com que houvesse uma aproximação da autora com a produção literária pernambucana, retomando trabalhos desconhecidos por grande parte de pesquisadores na atualidade.

Dessa maneira, percebe-se a necessidade em retomar tais obras, divulgá-las, a fim de que haja o (re) conhecimento em nível local, regional e nacional dessa produção, para inseri-la no circuito nacional, que fica muitas vezes restrito, principalmente, às produções dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A metodologia para a realização desse texto trabalhou com a pesquisa bibliográfica realizada através da coleta de dados a partir de artigos, monografias, dissertações, teses doutorais, entre outros, utilizando-se de um conjunto ordenado de procedimentos de busca vinculados ao objeto de estudo- os livros que trataram sobre a modernidade arquitetônica pernambucana- e que, por isso, não foi um processo aleatório, mas sim, um caminho que permitiu informações precisas e confiáveis a serem aqui apresentadas. Portanto, esse é um dos métodos de pesquisa que compara as opiniões e teses de diferentes autores que falem sobre o mesmo assunto, permitindo posteriormente, análises e conclusões sobre o tema.

A fim de dirimir dúvidas do leitor, esclarece-se que as obras selecionadas a serem aqui apresentadas, foram àquelas mais presentes nos trabalhos científicos/ acadêmicos acima citados, já reconhecidas em nível estadual por suas importâncias em cada momento, procurando-se ainda, realizar-se uma atualização de títulos dos livros que vêm sendo publicados nos últimos anos, e ainda pouco divulgados em rede nacional- como merecem, devido à importância que possuem na produção local.

Na seleção das obras literárias que serão aqui expostas, serão vistas informações básicas sobre cada livro, que de uma forma ou de outra, estiveram tratando direta ou indiretamente da modernidade arquitetônica pernambucana, construindo uma base inicial inédita para uma análise historiográfica futura.

Entre as obras selecionadas, encontram-se algumas que foram produzidas pela própria autora desse artigo, mas esclarece-se ainda aos leitores, que não se pretende realizar aqui uma retomada crítica da própria produção bibliográfica, “*uma autoanálise de minha produção pregressa e futura*” – e que, sim, é extensa e contínua, enfocando sempre a modernidade pernambucana, considerando que a estudo desde o ano de 1998, ininterruptamente. Entretanto, pretende-se relacioná-la com a existente, construindo-se uma linha do tempo dessa produção, relacionando-a com demais autores que também pesquisaram, e escreveram sobre o tema, observando-se dessa forma, a evolução das pesquisas, o avanço de informações e a importância do reconhecimento nacional do que já foi produzido em Pernambuco em prol da documentação da arquitetura moderna.

A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA LITERÁRIA SOBRE A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA PERNAMBUCANA

Após os esclarecimentos iniciais, será visto a seguir, informações coletadas sobre as principais obras literárias produzidas em Pernambuco e que são referências para todos que pesquisam e trabalham com a modernidade no Estado. A apresentação dos trabalhos seguirá uma ordem cronológica, para que assim, possa-se constatar a evolução da produção, observando-se ainda, lacunas temporais que houve, e quais as suas causas.

Dessa maneira, o resgate documental sobre a modernidade, em formato de livro- se inicia com a obra produzida pelo arquiteto pernambucano Armando de Holanda (1940-1979) - “Roteiro para construir no Nordeste. Arquitetura como um lugar ameno nos trópicos ensolarados”. (Holanda, 1976), onde o arquiteto explicou na introdução de seu livro (figura 1), que o “Roteiro”

foi resultante de suas observações realizadas durante oito anos atuando no Nordeste brasileiro, empenhado em criar ambientes para as mais diversas funções espaciais, projetando distintas tipologias arquitetônicas, transitando por obras residências unifamiliares, multifamiliares, institucionais públicas, como também, uma grande produção industrial (Afonso, 2023).



FIGURA 1: CAPA DO LIVRO “ROTEIRO PARA CONSTRUIR NO NORDESTE”

Fonte: Holanda, 1976.

Em 1976, Armando já havia projetado dezenas de residências, fábricas, edificações institucionais e havia concluído o projeto arquitetônico do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (1973-1975), composto de vários equipamentos, nos quais suas preocupações construtivas com a pré-fabricação e com as soluções climáticas estiveram sempre presentes.

O “Roteiro” proposto por Armando enfocava uma metodologia de projetar apoiado nos critérios de modernidade, atrelada a uma preocupação climática tropical. O autor pontuou nove princípios que foram tratados de forma objetiva e ilustrados com croquis e com textos no qual, sintetizou a importância de se adotar cada um desses critérios nos projetos arquitetônicos a serem desenvolvidos no Nordeste, entre eles: 1) Criar uma sombra; 2) Recuar os muros; 3) Vazar os muros; 4) Proteger as janelas 5) Abrir as portas; 6) Continuar os espaços; 7) Construir com pouco; 8) Conviver com a natureza; 9) Construir frondoso. (Holanda, 1976, p.7)

O professor Fernando Diniz Moreira, da UFPE/ Universidade Federal

de Pernambuco, em texto sobre o pensamento de Armando de Holanda relacionado ao morar bem (MOREIRA, 2019), disse que o livro “Roteiro” sintetiza princípios que eram comuns a toda uma geração de arquitetos que atuavam em Pernambuco, tendo sido uma importante reflexão sobre a relação da modernidade arquitetônica e o lugar no qual essa foi produzida:

Logo ao entrar no curso de arquitetura, em 1985, fui apresentado ao Roteiro para Construir no Nordeste de Armando de Holanda, um pequeno livro que era uma leitura essencial para os estudantes de arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE desde seu lançamento em 1976. Por meio de algumas estratégias – criar uma sombra, recuar as paredes, vaziar os muros, proteger as janelas, abrir as portas, continuar os espaços, construir com pouco, conviver com a natureza – o autor buscava ajudar estudantes e arquitetos a projetarem no Nordeste do Brasil. Só tempos depois é que pude compreender a real significância deste livro. Mais do que algumas estratégias para se chegar a um bom projeto, ele nos fala muito mais da relação entre arquitetura e natureza e do real significado da arquitetura moderna. (Moreira, 2019, s/p)

Ainda tratando-se das contribuições do livro, a professora Madalena Zaccara (2010) escreveu:

Nos anos 70, quando a concepção modernista de arquitetura e uso do solo no Brasil e na região refletia principalmente o racionalismo formal de Corbusier, Armando já se preocupava com o abandono das tradições construtivas do Nordeste. Sua publicação é uma antecipação da preocupação contemporânea com conceitos que priorizam a harmonia do espaço arquitetônico com o meio ambiente. (Zaccara, 2010, s/p)

O arquiteto e professor Geraldo Gomes da Silva, escreveu que “*as lições de Armando de Holanda fazem dele um autêntico mestre em arquitetura e a forma como as transmite é também tão bela na sua simplicidade que dispensa interpretações*”. (Silva, 1996, p.70): um manual claro, simples e objetivo.

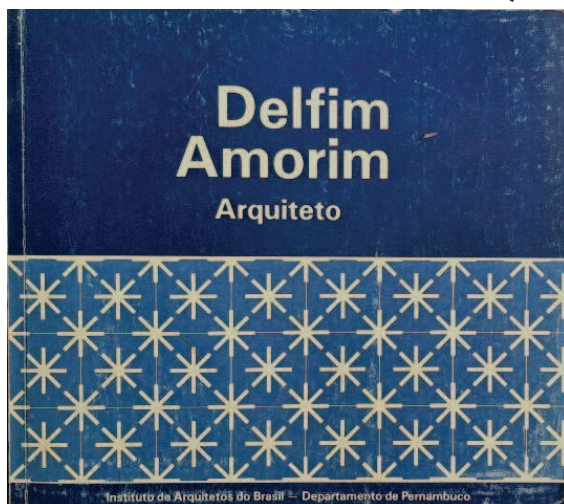
Recentemente, o livro foi reeditado por Montezuma e Marques (2018), realizando uma versão em inglês da obra na edição, podendo assim atingir um público estrangeiro sobre os princípios básicos para produzir uma arquitetura no Nordeste brasileiro. Desde seu lançamento, em 1976, o livro tem sido amplamente utilizado no ensino de projetos arquitetônicos por apresentar princípios ou critérios básicos para a produção de uma arquitetura de qualidade

na região.

Dando sequência às publicações, no ano de 1981, mais um trabalho de grande relevância foi publicado- “Delfim Amorim, Arquiteto” - tratando especificamente da obra do arquiteto português Delfim Amorim (ano-1972), resultante de uma iniciativa do Departamento de Pernambuco do Instituto de Arquitetos do Brasil/ IAB (Oiticica et al, 1981)

O livro foi trabalhado por uma equipe formada pelos arquitetos Djanira Oiticica, Geraldo Gomes da Silva, Luiz Amorim, Marcus Antônio Sales e Paulo Sérgio de Souza. Durante três anos, (1979 a 1981) um grupo de arquitetos e estudantes se dedicou a produzir o livro, que se tornou uma importante fonte secundária para a realização de pesquisas sobre a arquitetura produzida por Amorim (figura 2) e pela modernidade local.

FIGURA 2: CAPA DO LIVRO DELFIM AMORIM. ARQUITETO



Fonte: Oiticica et al.1981

O arquiteto e professor Geraldo Gomes era o presidente do IAB PE em 1981, e no prefácio da obra escreveu que o livro pretendia ser “*um inventário, não só das obras projetadas e construídas, como também dos textos que Amorim escreveu sobre arte, arquitetura e ensino*” (Oiticica et al.1981, p.5), o que, provavelmente, não esgotará o assunto, pois um de seus objetivos é, principalmente, estimular a discussão sobre a contribuição do arquiteto português para o desenvolvimento da arquitetura pernambucana. Dez anos depois, em 1991, comemorando os 40 anos do IAB PE, o livro foi reeditado e ampliado, e nesta segunda edição, o então presidente do IAB PE, e filho do arquiteto, Luiz Amorim- reafirma a importância desse livro, “*como um*

dos mais importantes registros produzidos sobre a obra de um arquiteto, no Brasil". (Oiticica et al.1981, p.7)

O livro foi trabalhado com um índice enfocando os seguintes tópicos: 1) o homem; 2) a arquitetura; 3) a obra; 4) o ensino; 5) pareceres elaborados por Delfim Amorim; 6) e contendo, finalmente, uma lista de obras elaborada pelo arquiteto em Portugal e no Brasil. O conteúdo gerou uma documentação importante para a compreensão e contribuição projetual desse mestre que deixou um grande legado para a arquitetura moderna pernambucana, tendo sido estudado constantemente por várias gerações.

Em meados dos anos 80, o arquiteto Edison Lima publicou "Modulando. Notas e Comentários. Arquitetura e Urbanismo" (Lima, 1985), realizando uma coletânea dos artigos que escreveu em jornais de Pernambuco, durante as décadas de 50 e 60, em formato de crônicas que se reportavam a temas e acontecimentos em torno da arquitetura, na época na qual, Lima dirigiu o IAB/ Instituto de Arquitetos do Brasil/ Seção Pernambuco- tratando-se portanto, de registros circunstanciais, vinculados à profissão de arquiteto, aludindo a fatos e personalidades atuantes naqueles anos cruciais para a modernidade pernambucana (figura 3).

Edison Lima graduou-se arquiteto em 1954, pela Escola de Belas Artes de Pernambuco/ EBAP, da antiga Universidade de Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco/ UFPE, e foi professor da mesma escola onde estudou, além de lecionar também, na Escola Técnica Federal de Pernambuco. Foi vice-presidente e presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil/ Departamento de Pernambuco no período de 1956 a 1959, quando organizou o V Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em Recife. Afonso (2008, s/p) escreveu que *"não houve em Recife, nos anos 50, um profissional que tenha se empenhado tanto em afirmar a profissão de arquiteto e divulgar a arquitetura na cidade, quanto Edison Rodrigues de Lima"*.

Publicou incansavelmente, trabalhos didáticos, técnicos e literários, e durante quase seis anos, manteve nos suplementos dominicais dos jornais "Folha da Manhã" e "Jornal do Comércio", uma página de arquitetura, cujos textos foram reunidos nesse livro (figura 3) que aportou informações de grande valor para a compreensão dos fatos arquitetônicos ocorridos nos anos 50 em Recife. Somente em 1985, pode organizar essa coletânea de seus próprios artigos, que serve de aporte teórico aos estudos da modernidade naquelas décadas de consolidação e difusão da linguagem moderna em Pernambuco.

FIGURA 3: CAPA DO LIVRO “MODULANDO. NOTAS E COMENTÁRIOS. ARQUITETURA E URBANISMO”



Fonte: Lima, 1985

Durante um espaço de 17(dezessete) anos, foi publicado um primeiro livro sobre a arquitetura moderna recifense, “Revolução na arquitetura: Recife, década de Trinta. Intervenções do Estado sobre a arquitetura e o espaço da cidade do Recife” (Afonso, 2002). O livro foi resultado de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no programa de pós-graduação em História da UFPE/ Universidade Federal de Pernambuco, entre os anos de 1998-2000, resgatando a origem da modernidade na cidade, concluída em 2001.

Dessa forma, o livro (figura 4) tratou sobre a história da implantação da arquitetura moderna na cidade de Recife, analisando a ingerência do Estado nesse processo, durante a gestão de Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1937), que adotou como ordem política, a utilização do ideário moderno nos projetos arquitetônicos estaduais, através da montagem de uma equipe de projetos liderada pelo arquiteto mineiro Luiz Nunes, que veio trabalhar no Recife, baseado nos princípios da Bauhaus e da Escola Carioca, onde realizou sua graduação. A proposta do livro foi contrapor arquitetura/ cidade; arquitetura/ política, procurando relacionar os diversos aspectos que envolveram essa relação naqueles anos.

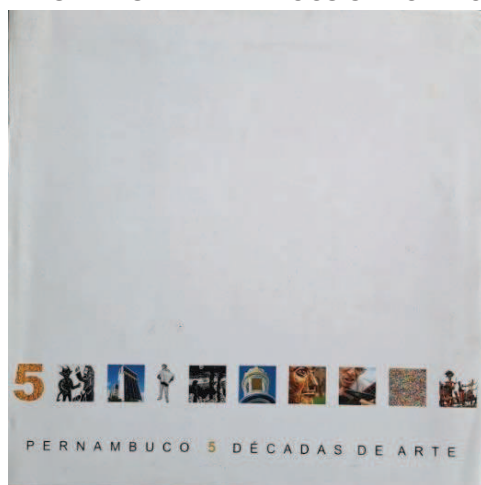
FIGURA 4: CAPA DO LIVRO “REVOLUÇÃO NA ARQUITETURA: RECIFE, DÉCADA DE TRINTA. INTERVENÇÕES DO ESTADO SOBRE A ARQUITETURA E O ESPAÇO DA CIDADE DO RECIFE”



Fonte: Afonso, 2002.

Na sequência, no ano de 2003, foi publicado o livro “Pernambuco 5 décadas de Arte” (Figura 5), que de fato, tratava-se de uma edição comemorativa e de luxo, patrocinada pela construtora Queiroz Galvão, para comemorar os cinquenta anos de fundação da empresa pernambucana, e foi patrocinado com apoio da lei de incentivo à cultura do Ministério da Cultura.

FIGURA 5: CAPA DO LIVRO “PERNAMBUCO 5 DÉCADAS DE ARTE”



Fonte: Rosenberg, 2003.

O livro foi coordenado por André Rosenberg, que convidou 4 (quatro) profissionais especialistas para participarem e produzirem capítulos dedicados às artes plásticas, arquitetura, música e arte popular, resgatando de forma resumida e sintetizada, uma produção de cinquenta anos que abarcava o recorte de 1950-2000. Foi uma boa contribuição, mas faz uma passagem muita superficial pelas décadas, de forma sucinta, pois seria um esforço hercúleo tentar sintetizar meio século da história dessas áreas específicas da modernidade pernambucana em um livro.

Coube ao arquiteto professor Luiz Amorim, a parte dedicada à arquitetura pernambucana produzida no recorte temporal (Rosenberg, 2003, p.59-125), que sintetizou informações sobre as principais obras, que foram ilustradas com fotografias antigas, além de outras produzidas para o livro, gerando uma boa documentação para iniciar estudos que pudessem ser aprofundados a partir dali.

Em 2006, O instituto cultural BANDEPE/ Banco do Estado de Pernambuco, com curadoria de Paulo Herkenhoff, publicou o livro “Pernambuco Moderno” (figura 6), resultante da exposição homônima que se dedicou a expor três áreas da modernidade pernambucana: as artes plásticas; a arquitetura e o urbanismo; e a literatura e o cinema. Para tal, trabalharam no projeto expositivo e bibliográfico o curador de arquitetura e urbanismo, José Luiz da Mota Meneses, e o de cinema e literatura, o jornalista Mário Hélio, ficando a área de artes plásticas a encargo de Herkenhoff.

FIGURA 6: CAPA DO LIVRO “PERNAMBUCO MODERNO”



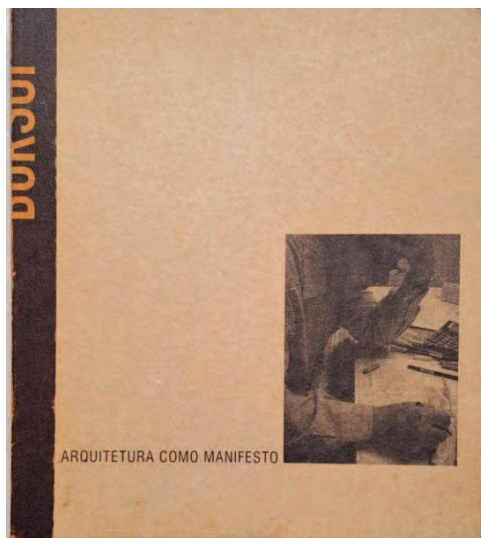
Fonte: Herkenhoff, 2006.

José Luiz da Mota Meneses, um experiente arquiteto, professor e pesquisador do patrimônio cultural pernambucano, escreveu o capítulo intitulado “O moderno e o modernismo em Pernambuco: arquitetura e urbanismo”, no qual em 20 (vinte) páginas, sintetizou os primeiros momentos de anseios da modernidade em Recife. Trata-se de uma rápida passagem pela historiografia, sem se aprofundar em nenhum tema específico, concluindo com o trabalho de Luiz Nunes desenvolvido em Recife nos anos. Esse livro pode ser classificado como um “livro catálogo” que explicava de certa forma, a exposição realizada pelo BANDEPE.

Ainda no ano de 2006, resultante também de um projeto expositivo sobre a obra do arquiteto Acácio Gil Borsoi, foi publicado um “livro catálogo”, com apoio do Funcultura/ Governo de Pernambuco, o livro “Acácio Gil Borsoi. Arquitetura como manifesto”.

A obra dividiu o trabalho do arquiteto por décadas, abarcando o recorte de 1950 à primeira década dos anos 2000, especificamente até o ano de 2006, expondo informações pontuais sobre uma seleção de projetos arquitetônicos, ricamente ilustrados, e com depoimentos do arquiteto. O livro teve a coordenação de Janete Costa, esposa e sócia de Borsoi, que juntamente com uma equipe de arquitetos colaboraram na produção da obra (figura 7).

FIGURA 7: CAPA DO LIVRO “ACÁCIO GIL BORSOI. ARQUITETURA COMO MANIFESTO”

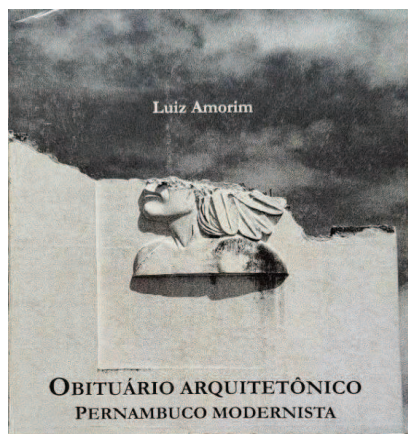


Fonte: Costa et al. 2006.

No ano de 2007, duas publicações se destacaram na área de arquitetura moderna pernambucana: O livro autoral de Luiz Amorim, *Obituário arquitetônico: Pernambuco modernista* (Amorim, 2007) e a coletânea organizada por Moreira (2007).

O livro autoral publicado por Luiz Amorim (figura 8) fez uma espécie de “pesar” pelo desaparecimento total, ou parcial, de exemplares significativos da produção arquitetônica, artística e cultural de passado recente, demonstrando como os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio arquitetônico, raramente reconhecem essa arquitetura recente. O autor dividiu o livro em: 1) notas precedentes e necessárias, 2) os sentidos da morte e da vida na arquitetura; 3) as mortes e seus óbitos: a morte prematura, da morte de nascença, da morte por vaidade, da morte por parasitas, da morte por abandono, da morte anunciada; 4) por outro paradigma de fazer cidades; 5) obituário; e finalmente, uma síntese em inglês da obra. Uma obra reflexiva, analítica e importante para as discussões sobre a conservação do patrimônio moderno pernambucano.

FIGURA 8: CAPA DO LIVRO “OBITUÁRIO ARQUITETÔNICO: PERNAMBUCO MODERNISTA”

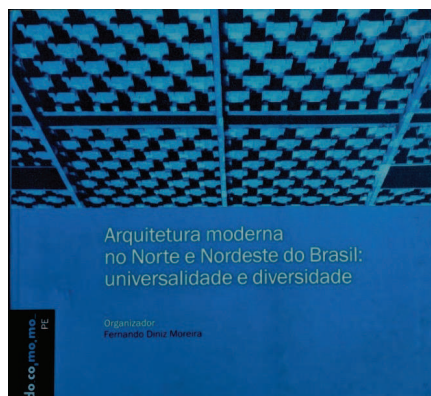


Fonte: Amorim, 2007.

O livro organizado pelo professor Fernando Diniz (Diniz, 2007) trata-se de uma coletânea de artigos selecionados (figura 9), que foram apresentados durante o 1º Seminário do Docomomo Norte Nordeste, realizado em Recife, em 2006, através de uma produção conjunta dos departamentos de arquitetura e urbanismo da UNICAP/ Universidade Católica de Pernambuco, UFPE/ Universidade Federal de Pernambuco, e CECI/ Centro de estudos avançados de conservação integrada. A obra contemplou 7 (sete) artigos sobre

Pernambuco, entre os 22 (vinte e dois) selecionados, sendo também, uma importante referência na área, pois trouxe artigos escritos por pesquisadores que enfocavam estudos de casos pernambucanos.

FIGURA 9: CAPA DO LIVRO “OBITUÁRIO ARQUITETÔNICO: PERNAMBUCO MODERNISTA”



Fonte: Moreira, 2007.

Somente após cinco anos, em 2012, mais duas obras foram publicadas e voltadas à divulgação da modernidade pernambucana, e ambas, frutos de pesquisas doutorais das autoras – Naslavsky (2012) e Afonso (2012), que estiveram trabalhando com suas investigações ao longo de anos, e que após um tempo, puderam retomar e revisitar os seus estudos, transformando-os em livros.

FIGURA 10: CAPA DO LIVRO “ARQUITETURA MODERNA EM RECIFE 1949-1972”



Fonte: Naslavsky, 2012.

A obra publicada por Naslavsky (2012) trata-se de uma espécie de síntese

de sua tese doutoral transformada em formato de livro (figura 10), composto de 178 (cento e setenta e oito) páginas, e dividido em partes: a) a primeira parte foi dedicada aos antecedentes da arquitetura moderna, tendo como recorte os anos de 1930 e 1950, onde foi visto de forma sucinta: 1) o legado de Luiz Nunes; 2) questões referentes à cultura, arquitetura e cidade; 3) a contribuição de Mario Russo; b) a segunda parte foi direcionada à obra de Amorim, Borsoi e arquitetos pernambucanos trabalhados no recorte de 1950-1960, mas também de maneira resumida, e analisando rapidamente uma obra referente a cada personagem; c) a terceira parte, repetiu os mesmos arquitetos, mas direcionando a mostra para os anos da produção realizada entre 1960 e 1972. O projeto foi beneficiado pela Lei de Incentivo à Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife, com apoio da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb) e parceria da Vital Engenharia Ambiental, e é bastante consultada pelos estudantes que iniciam seus estudos sobre a modernidade recifense.

Realizando estudos doutorais na Espanha, entre 2002 e 2006, Afonso em 2007, retornou ao Brasil e deu início às publicações brasileiras para apresentar e divulgar os resultados de suas pesquisas sobre a consolidação da modernidade recifense nos anos 50. Dessa maneira, Afonso (2012) publicou no exterior, pela EAE/ Editorial Academia Espanhola, em parceria com uma editora alemã, o livro *“La arquitectura moderna en Recife en los años 50. Los criterios proyectuales de la Escuela de Recife”*, composto de 384 (trezentos e oitenta e quatro) páginas, que foi produto da tese doutoral (Afonso, 2006) transformada em livro. A obra foi escrita em espanhol e comercializada pelo site Amazon, possuindo assim, uma grande visibilidade internacional (figura 11).

FIGURA 11: CAPA DO LIVRO “LA ARQUITECTURA MODERNA EN RECIFE EN LOS AÑOS 50: LOS CRITERIOS PROYECTUALES DE LA ESCUELA DE RECIFE”



Fonte: Afonso, 2012.

O trabalho resgatou os critérios projetuais da arquitetura moderna produzida em Recife nos anos 50, pelos arquitetos e professores Mário Russo, Acácio Gil Borsói, Delfim Amorim e Heitor Maia Neto, que produziram edificações voltadas para o clima tropical brasileiro, usando soluções, técnicas e materiais locais, resultando em um rico acervo moderno, e que vem influenciando às várias gerações, enfocando assim, o processo de consolidação de uma modernidade pernambucana.

O objetivo do livro foi comprovar a existência de uma “Escola do Recife” no cenário brasileiro, caracterizada pela busca em adaptar o vocabulário moderno à realidade tropical, com aspectos culturais, sociais, econômicos e principalmente climáticos muito específicos, que precisavam ser considerados para a adoção de uma arquitetura moderna na região Nordeste brasileira, esclarecendo sobre o papel desempenhado pelos arquitetos precursores dessa modernidade, como por exemplo, Mario Russo, Acácio Gil Borsói, Delfim Amorim e Heitor Maia Neto na formação dessa “Escola”, analisando suas contribuições para tal processo, com professores do curso de arquitetura da Escola de Belas Artes de Pernambuco/ EBAP e como, profissionais que atuaram na elaboração e execução de projetos.

O livro analisou ainda, as soluções projetuais e construtivas utilizadas naqueles anos por esses profissionais, que chegaram até os dias atuais,

contribuindo para a melhoria da arquitetura sustentável na região, e confirmando que a arquitetura moderna tinha uma preocupação com o “lugar”, diferente do que os críticos divulgavam.

Sem dúvida, esse livro foi o mais completo em termos de conteúdo, até aquele momento, pois trabalhou em seus capítulos, a modernidade recifense desde os anos 30, até os anos 50, enfocando a cidade e os principais acontecimentos que fortaleceram a implantação da linguagem moderna, além de tratar sobre os principais personagens, analisando em média, quinze projetos arquitetônicos de cada um deles, e relacionando essa produção, com os trabalhos de outros profissionais que atuavam na cidade, e não eram vinculados ao curso de arquitetura como docentes.

De 2012 a 2020, se passaram oito anos, sem haver a publicação de obras que enfocassem a modernidade pernambucana: um grande hiato literário. Entretanto, em paralelo, estavam sendo realizadas novas pesquisas pelos programas de pós-graduação, e gerando dissertações de mestrados, teses doutorais, que enriqueceram as produções bibliográficas que viriam à tona na sequência.

Dessa forma, apenas em 2020, Afonso que havia retornado à sua cidade natal em 2015, e retomado as pesquisas sobre modernidade recifense, pode participar e pleitear através de editais de fomento à cultura, apoio financeiro para a publicação de trabalhos que estavam represados, como por exemplo, o livro “Arquiteturas do sol: resgate da modernidade no Nordeste brasileiro” (Afonso, 2020), organizado pela autora durante o período da pandemia da covid.

A obra em formato de coletânea, selecionou artigos da própria organizadora, que convidou também, alguns de seus orientados da pós-graduação para divulgar projetos arquitetônicos de autores que aturam na arquitetura moderna nordestina produzida naqueles anos, chamando a atenção dos leitores para as soluções climáticas empregadas pelos arquitetos frente aos condicionantes geográficos nordestinos.

O título “Arquiteturas do sol” foi criado utilizando como referência, uma matéria escrita na revista francesa *L’architecture D’Aujourd’hui*, nos anos 50, que enfocava as soluções arquitetônicas e climáticas empregadas nos trópicos, de uma forma em geral. O subtítulo dado ao livro- “Resgate da modernidade no nordeste brasileiro” - demonstrou a procura em contribuir com o processo de documentação, conservação e difusão do acervo que vem correndo riscos graves de serem perdidos, esquecidos.

A obra foi dividida em quatro partes, enfocando: 1) Arquiteturas do sol, composta por cinco capítulos; 2) tectônica de modernidade, composta por cinco capítulos; 3) patrimônio industrial e modernidade, composta por seis capítulos; 4) documentação e conservação, composta por quatro capítulos. Um material documental rico composto em 410 páginas, compostas por análises textuais e gráficas gerando uma rica documentação sobre a modernidade nordestina, e que contemplou Pernambuco, com sete capítulos, dos vinte presentes na coletânea (figura 12).

FIGURA 12: CAPA DO LIVRO “ARQUITETURAS DO SOL: RESGATE DA MODERNIDADE NO NORDESTE BRASILEIRO”



Fonte: Afonso, 2020.

Nos capítulos sobre a modernidade pernambucana estão presentes, entre outras abordagens, as discussões de Armando de Holanda (Holanda, 1976), presentes na tese doutoral de Afonso (2006) que tratou sobre a consolidação da Escola de Recife, enfocando o tema sobre “Arquitetura do sol: soluções climáticas produzidas em Recife nos anos 50” (Afonso, 2020, pp.15/38), além do uso do cobogó na arquitetura moderna do Nordeste brasileiro, como patrimônio tecnológico construtivo (Afonso, 2020, pp. 39/54).

Nesses textos foram apresentados resultados de pesquisas sobre o tema da modernidade pernambucana e sua relação com o lugar, na qual ela foi produzida, chamando a atenção para a constante busca dos arquitetos locais em propor uma arquitetura mais relacionada aos condicionantes regionais, citando como exemplos, duas fábricas projetadas em Pernambuco por arquitetos que

atuaram no Estado: 1) a fábrica da Bombril (1979-1983) em Abreu e Lima, de autoria de Acácio Gil Borsoi e equipe; 2) a fábrica da Hering Malhas do Nordeste (1973-1978), de autoria de Hans Broos, e construída no município de Paulista, no bairro industrial de Paratibe.

Tais exemplares além de serem considerados patrimônios modernos, são também, patrimônios industriais e reconhecidos nacionalmente, por suas soluções projetuais que priorizaram as questões construtivas e climáticas.

Retomando as publicações locais, Gati e Naslavsky (2021) organizaram uma coletânea intitulada “Brasil, Nordeste, mulheres arquitetas: migrações, regionalismo e gênero” (figura 13), que possuiu como objetivo divulgar pesquisas inéditas realizadas sobre a atuação de arquitetas no Nordeste brasileiro, e se propondo a discutir as trajetórias profissionais das arquitetas no mercado de trabalho no qual a hegemonia masculina domina até os dias atuais, principalmente, na área projetual. Foram expostos na coletânea, estudos de casos dos Estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas e Maranhão, trazendo à tona, um tema contemporâneo, que enfoca o papel das mulheres no meio profissional, e no caso, no mercado de trabalho arquitetônico.

Na obra, foram pesquisadas algumas arquitetas pernambucanas que começaram as suas atividades durante o recorte da modernidade, tais como Janete Costa, Clementina Duarte, Zélia Melo, entre outras. Um trabalho importante para o empoderamento profissional feminino na região e no Estado que veio para preencher uma lacuna temática enfocando mulheres e modernidade.

FIGURA 13: CAPA DO LIVRO “BRASIL, NORDESTE, MULHERES ARQUITETAS: MIGRAÇÕES, REGIONALISMO E GÊNERO”



Fonte: Gati e Naslavsky,2021.

No ano de 2022 foi publicado outro livro autoral produzido por Afonso, “Modernidade arquitetônica tropical. Patrimônio arquitetônico moderno recifense e sua influência no nordeste brasileiro” (figura 14) - que através de projeto contemplado no Edital Funcultura Geral 2020-2021, do Estado de Pernambuco, pode produzir um livro composto de 500 páginas, sendo sem dúvida, o trabalho mais completo produzido sobre a modernidade recifense e sua influência em vários Estados brasileiros, escrito na língua portuguesa.

A obra foi composta por dezessete capítulos, divididos em duas partes: 1) a primeira, voltada à produção moderna arquitetônica recifense, composta por nove capítulos, enfocando a produção local realizada pelos profissionais precursores que atuaram na cidade, como profissionais liberais ou professores; 2) e a segunda parte, que está direcionada à difusão da modernidade recifense/pernambucana em estados nordestinos, sendo formada por oito capítulos, observando-se a influência da escola pernambucana nos estados da Paraíba, Ceará e Piauí - através de conexões profissionais.

FIGURA 14: LIVRO “MODERNIDADE ARQUITETÔNICA TROPICAL. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO MODERNO RECIFENSE E SUA INFLUÊNCIA NO NORDESTE BRASILEIRO”



Fonte: Afonso, 2022.

A primeira parte do livro enfocou temas como os princípios universais da modernidade, o cenário da arquitetura moderna no Brasil, Recife e a modernidade (cultura, sociedade e arquitetura), os princípios projetuais da Escola do Recife, analisando a biografia e as obras produzidas pelos arquitetos

Luiz Nunes, Mario Russo, Acácio Gil Borsoi, Delfim Amorim, Heitor Maia Neto. A pesquisa dessa parte havia sido realizada durante o doutorado em projetos arquitetônicos realizado pela autora na ETSAB/UPC (Afonso, 2006), tendo sido atualizada para os anos de 2020 e 2021, período de produção da obra publicada em fevereiro de 2022

A segunda parte do livro “Modernidade arquitetônica tropical. Patrimônio arquitetônico moderno recifense e sua influência no nordeste brasileiro” (figura 14) foi produzida nos anos de 2020 e 2021, tratando especificamente da difusão da modernidade arquitetônica recifense no Nordeste brasileiro, tratando de temas, tais como: os discípulos da Escola do Recife; mulheres e modernidade: resgate projetual de arquitetas que atuaram em Recife nos anos 50; a atuação interna e externa profissional de outros arquitetos que atuaram no Recife na modernidade; e as influências da arquitetura recifense em cidades dos Estados da Paraíba, Piauí, Ceará, para finalmente analisar e discutir a preservação do acervo arquitetônico moderno na cidade.

Essa obra possui uma abrangência e aprofundamento temático inédito e de bastante importância para os estudos e compreensão do processo de implantação, consolidação e difusão da arquitetura moderna que gerou um rico acervo patrimonial pernambucano.

Em 2023, Afonso convidou o arquiteto Ivanilson Pereira para organizarem uma coletânea nacional, resgatando obras simbólicas da modernidade arquitetônica brasileira, possuindo como título “Documentos da arquitetura moderna no Brasil” (Afonso e Pereira, 2023).

A obra teve a intenção de valorizar a cultura brasileira, nossa identidade, nossos profissionais, nossas obras e soluções, pois somente após tal reconhecimento e valorização interna, disseminada a todos os atores envolvidos no tema, por meio de um trabalho de conscientização e educação patrimonial sobre a modernidade, poder-se-á avançar para outras etapas de integração do patrimônio brasileiro, dialogando e nos conectando com outros países.

Para compor a coletânea “Documentos da arquitetura moderna no Brasil” (figura 15) foram convidados pesquisadores e professores que investigam a modernidade no Brasil e cada autor, individualmente ou em equipe, selecionou cinco obras de seus respectivos Estados, trazendo informações biográficas sobre cada profissional e uma breve análise sobre as edificações apresentadas. A proposta foi difundir a riqueza da produção dos diversos Estados, ampliando, valorizando e reconhecendo as diferentes produções de cada Estado.

FIGURA 15: CAPA DO LIVRO “DOCUMENTOS DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL”



Fonte: Afonso e Pereira, 2023

Pernambuco esteve presente com cinco obras simbólicas da produção moderna estadual: 1) Pavilhão Luiz Nunes (1936), de autoria de Luiz Nunes; 2) Instituto de Antibióticos (1953), com projeto de Mario Russo; 3) Seminário Regional do Nordeste (1962), projeto de Delfim Amorim, Marcos Domingues, Florismundo Lins e Carlos Correia Lima 4) Edifício Mirage (1967-1969), de autoria de Acácio Gil Borsoi; 5) Sede da Celpe (1970-1972), com projeto assinado por Reginaldo Esteves e Vital Pessoa de Melo.

O livro foi patrocinado pela Gestão do Docomomo Brasil (2022/2023) e foi distribuído impresso e gratuitamente para todos os filiados da associação. Foi realizada também uma versão em formato de e-book para demais interessados poderem ter acesso à obra, e disponibilizada gratuitamente no site do Docomomo Brasil.

Em junho de 2024, foi lançado mais um livro por Afonso (2024), intitulado “Patrimônio Industrial Arquitetônico em Pernambuco. Recortes tipológicos” (figura 16) que se propôs a realizar por primeira vez, um resgate do acervo arquitetônico industrial pernambucano, em suas distintas tipologias, iniciando pelo tema dos engenhos de açúcar, as fábricas têxteis, pátios ferroviários, porto marítimo, indústrias e a modernidade, entre outros. A proposta foi iniciar um trabalho de educação patrimonial sobre o tema do acervo arquitetônico industrial pernambucano, ainda que de forma incipiente, mas que abriu os caminhos para novas pesquisas e olhares sobre a área que urge por um trabalho conjunto de preservação.

FIGURA 16: CAPA E PARTE VI DO LIVRO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL ARQUITETÔNICO EM PERNAMBUCO



Fonte: Afonso, 2024.

Para tanto, o livro foi dividido em seis partes, e dezesseis capítulos, com 350 (trezentos e cinquenta) páginas, para que, de uma maneira didática e cronológica, fossem abordados temas e tipologias referentes ao acervo do patrimônio industrial pernambucano, sendo a sexta parte, composta de seis capítulos- enfocando o tema das indústrias e a modernidade, trabalhando um recorte temporal dos anos de 1930 aos anos de 1980, com a instalação de grandes fábricas contempladas pelo discurso governamental de desenvolvimento regional da SUDENE/ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

As pesquisas sobre a modernidade pernambucana avançaram referentes às tipologias arquitetônicas, e após estudos sobre residências unifamiliares e multifamiliares, prédios institucionais públicos, acabou abrangendo uma

produção arquitetônica industrial significativa entre os anos que abarcam as décadas de 60 e 70, após a criação da SUDENE, que proporcionou aos arquitetos que atuavam em Pernambuco e também, fora do Estado, uma boa demanda de projetos arquitetônicos industriais para as implantações dos parques industriais que se proliferaram por várias cidades nordestinas.

Portanto, nessa sexta parte do livro, foram trabalhados temas tais como: 1) o papel da SUDENE no desenvolvimento de obras industriais no nordeste brasileiro, e sua sede em Recife; 2) a obra da fábrica da Cilpe de autoria de Luiz Nunes e equipe, como antecessora do processo de industrialização da modernidade; 3) o trabalho do arquiteto Armando de Holanda na área de projetos industriais, expondo seus critérios adotados no desenvolvimento das fábricas, e o estudo de caso da Fábrica da Somassa em Petrolina; 4) análises arquitetônicas das fábricas da Hering Nordeste S.A. Malhas e da Fábrica da Bombril.

A produção exposta mostrou que esses projetos possuíam uma boa qualidade projetual e construtiva, com um olhar atento para as soluções arquitetônicas que procurassem uma melhoria do conforto climático desses espaços fabris. Observou-se ainda, que existe uma intensa lista de obras industriais por serem ainda pesquisadas, tendo uma lacuna que poderá ser preenchida com novas investigações acadêmicas que resultem futuramente em livros enfocando o acervo patrimonial moderno industrial.

Atualmente, está sendo finalizado por Afonso (2024), mais um livro que possui como título “Guia da arquitetura brutalista na RMR: resgate de um patrimônio arquitetônico. 1960-1970” (figura 17), que está sendo apoiado pelo edital do Funcultura/ Governo do Estado de Pernambuco 2023/2024. A proposta do livro é ser um guia dessa produção pernambucana, enriquecido com textos que embasaram a compreensão das obras, dividido em capítulos, para que, de uma maneira didática e cronológica, sejam abordados temas e tipologias referentes ao acervo do patrimônio brutalista pernambucano. Será lançado em maio de 2026.

FIGURA 17: CAPA DO LIVRO EM PRODUÇÃO “GUIA DA ARQUITETURA BRUTALISTA NA RMR: RESGATE DE UM PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO. 1960-1970”



Fonte: Afonso, 2024.

E finalmente, a mais recente obra que está pleiteando recursos para impressão através de editais, mas já se encontra produzida por Afonso (2023/24), intitula-se “Armando de Holanda: uma arquitetura local para os trópicos” (figura 18), que se propõe a resgatar parte da obra de um dos principais arquitetos pernambucanos que atuou nos anos 60 e 70, Armando de Holanda (1940-1979).

Armando nos deixou um importante legado teórico presente em textos escritos por ele e em seu livro “Roteiro para Construir no Nordeste: Arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados” (Holanda, 1976), bem como, um rol de obras arquitetônicas que compõe a sua produção arquitetônica, ainda pouco estudada e que vem sendo pesquisada ao longo de três anos, com tipologias industriais e institucionais socioculturais.

FIGURA 18: CAPA DO LIVRO EM PRODUÇÃO “ARMANDO DE HOLANDA: UMA ARQUITETURA LOCAL PARA OS TRÓPICOS”



Fonte: Afonso, 2024.

DISCUSSÃO

Após a exposição dos livros que foram e que estão sendo produzidos por professores, pesquisadores especialistas na área de modernidade pernambucana, observou-se que a importância da repercussão no meio acadêmico e científico desses títulos sempre possuiu uma grande importância, pois, considera-se que só se preserva o que se conhece. E, é através dessas produções que estão diretamente ligadas a um trabalho de educação patrimonial, que se pode constatar o valor dessas obras nesse processo, que acabam se alastrando entre estudantes, por exemplo, que aderem ao trabalho de ativismo patrimonial.

Um caso prático, foi a criação do projeto “Prédios do Recife”, idealizado e fundado com o objetivo de pesquisar, documentar e dar visibilidade ao patrimônio arquitetônico moderno da cidade, utilizando como plataforma, as redes sociais para sensibilizar a sociedade em preservar tais exemplares. Por meio de fotografias autorais, Maria Laura Uchôa Pires Batista, idealizadora da proposta, quando ainda era estudante de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pernambuco/ UNICAP, em 2016, deu início aos trabalhos, através da plataforma de rede social Facebook.

Em 2020, Pires lançou a campanha na “Catarse” para financiar a impressão de 500 exemplares do livro “Prédios do Recife”, volume 1, finalmente,

conseguindo a verba para a impressão, que foi resultado de um compilado de pesquisas fotográficas sobre vinte edifícios modernos da cidade do Recife (Batista, 2021). Em 2023, a autora lançou mais um volume (Batista, 2023), trabalhando com mais 11(onze) prédios modernos, agora com prefácio de Fernando Diniz, Professor Titular da UFPE, e colaborações dos profissionais Marina Russell (IPHAN) e Cristiano Borba (FUNDAJ).

Pires, mesmo sem formação como pesquisadora acadêmica, se engajou no ativismo patrimonial, e juntamente com outros colegas, como o arquiteto e designer Vinícius Lemos e equipe, produziu livros leves (figura 19), acessíveis e que foram bem aceitos pelo público em geral, que adquiriram as produções, se aproximando assim, das obras arquitetônicas selecionadas pela autora, e através desse (re)conhecimento, poderão se engajar no trabalho em prol da proteção e salvaguarda do acervo arquitetônico moderno.

FIGURA 19: CAPAS DOS LIVROS “PRÉDIOS DO RECIFE”, VOLUMES 1 E 2



Fonte: Batista, 2021 e 2023.

Iniciativas dessa forma, demonstram a importância da produção de livros para uma sociedade, bem como, da interlocução com mídias contemporâneas como redes sociais, que contribuem para proliferar o conhecimento e atingir um público mais jovem e que contribua com o trabalho de preservação cultural, com as discussões saindo dos “muros acadêmicos” e interagindo com a população de uma forma em geral, que precisa cada vez mais, participar das ações patrimoniais, se apropriando e contribuindo para a conservação dos bens culturais.

CONCLUSÃO

O tema é instigante, e esse artigo, de uma forma limitada, se propôs a iniciar esse olhar sobre a produção dos livros que trataram da modernidade arquitetônica no período de 1976 à atualidade, em Pernambuco. Certamente, algum título poderá não ter sido levantado na pesquisa, mas, a pesquisa continua, e estará sempre aberta para as contribuições de possíveis omissões.

Nesse artigo foram levantados 19 (dezenove) livros voltados para o tema da modernidade pernambucana, no recorte de 1976 a 2024, que buscaram contribuir com a documentação de base ao trabalho de preservação patrimonial, produzindo uma bibliografia de apoio a novos estudos e que foram resultados de diversas pesquisas ao longo desses anos.

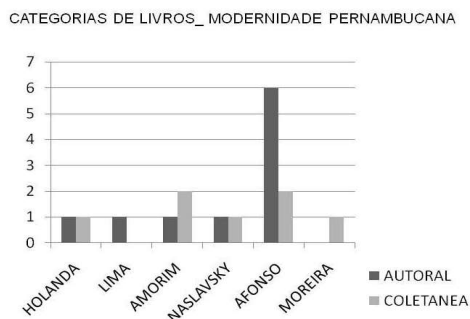
Analisando os resultados desse levantamento, observou-se que o livro de Armando de Holanda (Holanda, 1976), de certa forma, deu início no Estado, à discussão. Em seguida, a obra sobre Delfim Amorim (Oiticica et al, 1981) que por primeira vez, houve uma publicação dedicada ao conjunto da obra de um arquiteto português, mas que atuou de forma decisiva na consolidação da modernidade pernambucana. Na sequência, o livro de Lima (1985) que teve um papel fundamental para a compreensão do meio no qual a linguagem moderna se implantou na produção arquitetônica local durante toda a década de 50, pois o autor retomou seus artigos escritos naqueles anos e os organizou nessa coletânea.

Com o fortalecimento dos programas de pós-graduação no Estado, observou-se que jovens pesquisadores iniciaram uma produção resultante de suas pesquisas acadêmicas, procurando publicar seus trabalhos, experiências, vivências, para que a história da arquitetura moderna no Estado não estivesse limitada ao espaço acadêmico, presentes em suas dissertações ou teses doutorais, ou mesmo, publicadas apenas em periódicos científicos que não são acessados pelo público leigo em geral.

Dessa maneira, levantou-se que ao analisar quantitativamente a mostra,

o resultado obtido foi: 1) 8 (oito) publicações de autoria de Afonso, sendo 6(seis) autorais e 2 (duas) coletâneas, observando-se que a autora tem se dedicado de forma constante e contínua entre os anos de 2002 a 2024, demonstrando a área de interesse da pesquisadora e a permanência temática da mesma; 2) a presença de Naslavsky com 2 (duas obras), sendo uma autoral (Naslavsky, 2012) e outra, coletânea, desenvolvida em colaboração com Gati (2021); 3) Amorim, que está presente com um livro autoral (Amorim, 2007), uma contribuição em coletânea (Rosemberg, 2003) e outra, em organização de coletânea (Oiticica et al, 1981); 4) Moreira (2007), que organizou uma coletânea; 5) e os demais, que produziram obras pontuais, sem ter uma continuidade bibliográfica literária, mas com obras significativas como por exemplo, as produzidas por Holanda (1976) e por Lima (1985), conforme discutidas anteriormente (figura 20).

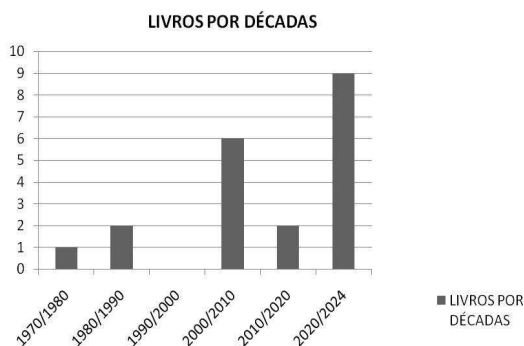
FIGURA 20: GRÁFICO DA ANÁLISE DE LIVROS PUBLICADOS POR AUTORES E POR CATEGORIAS



Fonte: Afonso, 2024.

Concluindo essa breve análise, observou-se ainda que a produção bibliográfica temática enfocada nesse artigo, foi crescendo de uma forma lenta, no final do século XX, com livros pontuais publicados nos anos 70 e 80. Nos anos 90 do século XX, nada foi encontrado, cenário que se alterou no início da primeira década do século XXI, com um bom crescimento literário, que foi incrementado ainda mais com o retorno da pesquisadora Afonso à sua terra natal, investindo na pesquisa sobre o acervo pernambucano e participando ativamente de editais para publicações. (figura 21)

FIGURA 21: GRÁFICO DA ANÁLISE DE LIVROS PUBLICADOS POR DÉCADAS



Fonte: Afonso, 2024.

Sabe-se ainda, das dificuldades financeiras que existem para o tema de publicações de livros no Brasil, e em Pernambuco, não se foge à regra. Certamente, existem muitas pesquisas concluídas em programas de pós-graduação por serem trabalhadas e transformadas em livros, mas os futuros autores necessitam se inserirem no processo de captação de recursos para produção cultural de suas obras. É um caminho longo, mas necessário, pois somente dessa forma, atualmente, é possível se publicar.

Dessa maneira, almeja-se com esse artigo, iniciar os estudos sobre a documentação patrimonial do acervo moderno no Estado, tendo focado especificamente a categoria de livros, mas podendo-se ampliar em outras pesquisas futuras, para abordagens de publicações de levantamentos de dissertações e teses temáticas, que juntamente com a publicação de artigos em periódicos, compõem um importante acervo documental sobre a modernidade pernambucana. Frisando-se que, é a documentação que baseia os trabalhos de preservação cultural de uma maneira em geral, e que apenas, tendo esse aporte teórico e gráfico, é que trabalhos de intervenção para a conservação física dos bens modernos- aqui tratados- poderão ser mantidos, e devidamente preservados.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Alcilia. **Revolução na arquitetura**: Recife, década de 30. Teresina: EDUFPI. 2002.140 páginas
- AFONSO, Alcilia. **La consolidación de la arquitectura moderna en Recife en los años 50**. 6 de dezembro de 2006.800 páginas. Tese doutoral. Volume 1 e 2. Departamento de projetos arquitetônicos da ETSAB/UPC, 2006.Barcelona, 6 de dezembro de 2006.
- AFONSO, Alcilia. A produção arquitetônica moderna dos primeiros discípulos de uma Escola. **Arquitextos**. São Paulo. Em rede: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.098/128/> 2008>. Acesso em 27/05/2024.
- AFONSO, Alcilia. **La Arquitectura moderna en Recife en los años 50**. Los criterios proyectuales de la Escuela de Recife. Saarbrücken Alemania: Lap Lambert Academic Publishing GmbH & Co. KG, 2012. 384 páginas.
- AFONSO, Alcilia (org). **Arquiteturas do sol**: resgate da modernidade no nordeste brasileiro. Teresina: EDUFPI, 2020. 410 páginas.
- AFONSO, Alcilia. **Modernidade arquitetônica tropical**: patrimônio arquitetônico moderno recifense e sua influência no nordeste brasileiro. 1 ed. Camaragibe, PE: Ed. da autora, 2022. 500 páginas.
- AFONSO, Alcilia. Armando de Holanda e a Indústria. O legado da arquitetura industrial produzida por Armando Holanda no Nordeste do Brasil. 1960-1970. Gijón: **XXV Jornadas Internacionales de Patrimonio Industrial de Incuna**. 2023.
- AFONSO, Alcilia. **Patrimônio arquitetônico industrial em Pernambuco**. Recortes Tipológicos. 1 ed. Camaragibe, PE: Ed. da autora, 2024. 350 páginas.
- AFONSO, Alcilia. **Armando de Holanda**: uma arquitetura local para os trópicos. Camaragibe, PE: Ed. da autora, 2024. (no prelo) 300 páginas.
- AFONSO, Alcilia. **Guia da arquitetura brutalista na RMR**: resgate de um patrimônio arquitetônico. 1960-1970. Camaragibe, PE: Ed. da autora, 2024(no prelo). 300 páginas.
- AFONSO, Alcilia e PEREIRA, Ivanilson. **Documentos da Arquitetura moderna no Brasil**. São Paulo: Docomomo Brasil. 2023.450 páginas.
- AMORIM, Luiz. **Obituário arquitetônico**: Pernambuco modernista. Recife: Gráfica Santa Marta. 2007. 212 páginas.
- AMORIM, Luiz. Arquitetura. Em Rosemberg, André (org). **Pernambuco 5 décadas de Arte**. Recife: Quadro publicidades e design, 2003. páginas: 58-125.
- BATISTA, Maria Laura. **Prédios do Recife**, volume 1. Recife: ed. da autora.2021.104 páginas.

- BATISTA, Maria Laura. **Prédios do Recife**, volume 2. Recife: ed. da autora. 2023.100 páginas.
- COSTA, Janete et al. **Acácio Gil Borsoi**. Arquitetura como manifesto. Recife: Ed. dos autores, 2006.99 páginas.
- GATI, Andrea e Naslavsky, Guilah. Brasil, **Nordeste, mulheres arquitetas**: migrações, regionalismo e gênero. Recife: Ed. UFPE, 2021. 176 páginas.
- HERKENHOFF, Paulo. **Pernambuco Moderno**. Recife: Bandepe, 2006.132 páginas.
- HOLANDA, Armando de. **Roteiro para construir no Nordeste**: Arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados. Recife, MDU/UFPE. 1976.51 páginas.
- LIMA, Edison R. **Modulando**. Notas e Comentários. Arquitetura e Urbanismo. Recife: Fundação de Cultura do Recife. 1985.185 páginas.
- MOREIRA, Fernando D. Armando de Holanda. A tradição do morar bem. Resenhas Online. **Vitruvius**. São Paulo. Em rede: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/18.207/7294/>> mar. 2019.
- MOREIRA, Fernando D.(org). **Arquitetura moderna no norte nordeste do Brasil**: universalidade e diversidade. Recife: FASA. 2007. 392 páginas.
- MONTEZUMA, Roberto; MARQUES, Isabel de Holanda (Orgs.). Cavalcanti, Armando de Holanda. Roteiro para construir no Nordeste / Guidelines to build in northeast Brazil. Arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados / Architecture as a pleasant place in the sunny tropics. 3ª Edição, Brasília, CEPE - Companhia Editora de Pernambuco, Família Armando de Holanda Cavalcanti, 2018. 100 páginas.
- NASLAVSKY, Guilah. **Arquitetura moderna em Recife 1949-1972**. Recife: E. da Rocha, 2012. 178 páginas.
- OITICICA, D. et al. **Arquiteto Delfim Amorim**. Recife: IAB, 1991.192 páginas.
- ROSEMBERG, André. **Pernambuco 5 décadas de Arte**. Recife: Quadro publicidades e design, 2003.230 páginas.
- SILVA, Geraldo Gomes da. “Armando Holanda: Arquiteto dos Alegres Trópicos”. **Revista AU –Arquitetura e Urbanismo**, N.º 69 (1996): 65-71.
- ZACCARA, Madalena. A arte de construir no Nordeste: um resgate. Em rede: http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_14/contemporanea_n14_15_zaccara.pdf. Ed.14 | Vol.8 | N1 | 2010.

4.3 – A QUESTÃO RELIGIOSA NA CORRESPONDÊNCIA DE MÁRIO DE ANDRADE E ALCEU AMOROSO LIMA (1925-1944): CONSIDERAÇÕES À LUZ DA HISTÓRIA, LITERATURA E CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira

Paulo Samuel Viana Castro

Maria Letícia Costa Vieira

Desde o final do século passado, os estudos literários e históricos vêm se debruçando nas produções literárias resultantes das trocas de correspondências. Dentro de tal campo, ganham notoriedade as missivas compartilhadas entre intelectuais do Brasil. De forma geral, os anos 1970 foram significativos na emergência dos estudos acerca dos intelectuais (SIRINELLI, 2003). Nesta esteira de personagens, tem destaque aqueles relacionados ao chamado modernismo brasileiro, acentuando escritores que, além de encontrarem na produção de romances e poemas uma forma de se expressarem, encontraram também nas correspondências uma maneira de dialogarem e constituírem laços que ultrapassam os limites daquilo que é considerado público.

No movimento modernista, muitos foram os intelectuais que possuíram robusta produção epistolar. Dentre eles é possível citar os três Andrades, Mário, Oswald e Drummond, além de outras personalidades como Câmara Cascudo, Manuel Bandeira e Tarsila do Amaral (Cf. OLIVEIRA, 2019). Neste artigo será abordado dois intelectuais em especial, o escritor paulista Mário de Andrade (1893-1945) e o crítico literário carioca Alceu Amoroso Lima (1893-1983), duas figuras notáveis da literatura e história brasileiras. O contato epistolar que ambos tiveram, compreende os anos de 1925 a 1944, totalizando a troca de 56 documentos, entre cartas e bilhetes. Tais documentos serão tomados como fonte de análise.

Como fonte histórica, as cartas constituem um terreno privilegiado

para entrar em um universo de relações, nem sempre ausente de conflitos. Nelas, é possível perceber, através daquilo que está escrito, uma articulada rede de intenções e sentimentos que partem de um indivíduo a outro, considerando que “a palavra constitui um meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito.” (MALATIAN, 2011, p. 196).

Nessa rede de relações construídas, tem-se a formação de vínculos que se alicerçaram na amizade. Tal laço afetivo é bastante comum nas correspondências trocadas entre os intelectuais modernistas citados. Entre Mário de Andrade e Alceu Amoroso Lima, isso não aconteceu de forma diferente, sendo a elaboração do corpo epistolar marcada por tensões e embates típicos de uma relação afetiva e sincera, estando o aspecto religioso em um lugar privilegiado entre os assuntos abordados (RODRIGUES, 2016).

Diferente do que comumente acontece, onde a troca de cartas é fruto de uma relação já construída, as correspondências trocadas entre Mário e Alceu não percorreram essa dinâmica. Ao contrário, suas primeiras cartas foram escritas sem um laço afetivo consolidado. Além disso, sobre a pesquisa a partir das correspondências, as cartas em questão constituem interessantes possibilidades que

Permitem capturar instantes fugidios, processos de metamorfose pessoal, momentos em que é possível visualizar vetores que conjugam simultaneamente movimentos de desprendimentos de si e autoelaboração, que são realizados no espaço intersubjetivo da escrita epistolar e da amizade (IONTA, 2011, p. 94).

De fato, a amizade construída entre os intelectuais em questão é perceptível em várias dimensões. Mário de Andrade, sendo um escritor, folclorista e poeta, tem desde os anos 20 articulada produção literária. De suas obras podemos destacar *A escrava que não é Isaura* (1925), *Amar, Verbo Intransitivo* (1927) e *Macunaíma* (1928). Foram justamente as obras de Mário que ligaram este a Alceu. Exercendo a função de crítico literário, com sua coluna no periódico *O Jornal*, Alceu fez uma análise apurada de algumas obras de Mário, o que levou o autor a afirmar ao crítico sua capacidade de “ler tão bem nas entrelinhas”. Toda essa motivação intelectual conduziu Mário de

Andrade a escrever para Alceu Amoroso Lima. Fato esse que se deu em janeiro de 1925 com a primeira carta enviada por Mário a Alceu, perdurando até 1944, um ano antes da morte do nosso autor de *Macunaima* (RODRIGUES, 2014).

Mesmo não sendo o único assunto abordado nas correspondências, o tema acerca da religião teve forte impacto. Impacto não somente no sentido de profundidade, mas também no que se referia à irrestritas divergências, cada um tendo sua visão francamente compartilhada. Tais falas, visões de mundo e representações sobre o universo religioso fornecem indícios que podem ser objetos de reflexões em diversos campos, não só por parte da história e dos estudos literários, mas também das ciências das religiões, sendo articuladas neste artigo com pequenos apontamentos, haja vista seu caráter limitado, bem como a abordagem proposta que se mostra fecunda.

A sinceridade e transparência no tratamento de temas sensíveis, como é o caso da religião, é percebida aqui como consequência da relação amigável, considerando que “Este estudo auxilia a pensar sobre a vida privada desses intelectuais, de forma singular, refletindo sobre a rede de sociabilidade intelectual para além do meio profissional, estendendo-se a relação de amizade” (Cf. OLIVEIRA, VIEIRA, 2021, p.4). Assim, é importante considerar esse aspecto porque o nível de interação entre os interlocutores, nas correspondências, era mediado pela forma como eles compreendiam o outro. Ao falar do tema amizade na escrita modernista, sobretudo a prática epistolar de Mário de Andrade, Monica Velloso afirmou que o “afeto pelos companheiros de vida deveria extrapolar o nível restrito das relações pessoais, induzindo ao processo reflexivo.” (VELLOSO, 2007, p. 206). Em inúmeras passagens observa-se uma relação bastante cordial e estimada entre os escritores, evidenciando também uma verdadeira “dimensão social da emoção.” (VELLOSO, 2007, p. 210).

É possível atestar tais afirmações nas cartas trocadas. Em uma delas, enviada por Mário no dia 29 de agosto de 1930, o remetente deixou evidente o sentimento de “admiração pelo homem nobre” que era Alceu e por quem tinha “mesmo verdadeira amizade” (MA, 29-VIII-1930, *apud*, RODRIGUES, 2018, p. 156). Antes disso, em carta enviada no dia 07 de fevereiro de 1928,

Alceu reafirmou a necessidade de dizer o quanto apreciava as cartas do amigo. Em outras missivas é possível perceber o sentimento afetuoso em ambos. Nas últimas cartas trocadas, a exemplo da missiva datada de 26 de dezembro de 1943, Alceu expressou bem sua amizade e seu apreço inalterável por Mário de Andrade. Tais demonstrações de afetos não se limitavam à intimidade das missivas pessoais, mas adentraram também o mundo público.

Em artigo publicado no *Diário Nacional* em junho de 1931, ao falar da personalidade de Alceu e sua relação com a crítica literária e o catolicismo, Mário de Andrade deixou explícito sua visão sobre o amigo, “cuja nobreza moral, cuja pureza de desígnios, cuja extraordinária erudição ninguém contesta mais”. Da mesma forma, Alceu, em texto elaborado para a missa de sétimo dia de falecimento de Mário de Andrade, lamentável fato ocorrido em 1945, escreveu: “O mais esforçado e sincero dos escritores. Um homem de bem, na mais pura acepção da palavra.” (LIMA, *apud*, RODRIGUES, 2018, p. 275).

Contudo, é interessante perceber que, mesmo com todas essas expressões públicas de cordialidade e afeto, Alceu não se considerava amigo íntimo de Mário de Andrade, como é possível observar em texto publicado dez anos após a morte do escritor paulista. Com todas as letras Alceu disse que não foi “dos que tiveram a sorte de ser dos seus íntimos amigos” (LIMA, *apud*, RODRIGUES, 2018, p. 295). De fato, os encontros presenciais não foram marcados pela frequência, assim como as trocas de missivas, que ainda foram poucas se comparadas com as trocadas entre Alceu e Drummond, totalizando 132 documentos.

Não obstante, o que se pode afirmar com clareza é a importância que as correspondências de Mário e Alceu possuem para o movimento modernista brasileiro, além de apresentarem elementos imprescindíveis para problematizar as formas de como se manifesta a relação desses intelectuais com o divino, temática tão latente nesses escritos, denominada neste artigo de “questão religiosa”. Essas importâncias aumentam, à medida que o próprio exercício da escrita não está totalmente desvinculado da construção das identidades religiosas que emanam da dimensão pessoal do indivíduo. Até por que, para o cientista das religiões, “os processos de construção de identidade

e da representação de Deus caminham juntos quando se trata de investigar o itinerário religioso de pessoas e grupos” (MASSIH, 2017, p. 104).

Na análise religiosa aqui empregada, não será utilizada uma metodologia das ciências das religiões em específica. O que se pretende é apontar, de maneira interdisciplinar, algumas reflexões pertinentes a campos distintos, mas que ao mesmo tempo dialogam. Como ponto de partida, é significativo notar que as manifestações religiosas presentes nas cartas de Mário de Andrade e Alceu Amoroso Lima se relacionam profundamente com o tempo e o espaço vivido. E mais do que isso, de forma fenomenológica, articulam-se com a adoção de sentidos, o que pode levar tais reflexões pessoais a caminhos diferentes, ocasionando embate de ideias, como acontece nas correspondências e nos intelectuais em questão (AQUINO et al., 2009).

“ENTÃO EU SOLTO UM GRANDE GRITO PRA DEUS ME ESCUTAR” - A EXPERIÊNCIA RELIGIOSA DE MÁRIO DE ANDRADE NAS CARTAS COM ALCEU AMOROSO LIMA

Partindo de uma abordagem literária, mas também em profundo diálogo com a história, tem-se os trabalhos de Leandro Garcia Rodrigues, organizador das correspondências que aqui estão sendo utilizadas e que foram publicadas no ano de 2018. Antes da reprodução editorial das citadas correspondências, tal pesquisador publicou algumas produções abordando a questão religiosa, intitulado pelo mesmo, no livro de “o problema de Deus”. Em um artigo específico sobre os intelectuais, Leandro, ao referir-se sobre a primeira carta em que o tema religioso aparece, já definiu o escopo pessoal e religioso de Mário:

Aqui Mário revela o ponto central da sua espiritualidade pessoal: acredita em Deus mas tem desgosto pela religião, isto é, crê no *religare* com o Sagrado, com o transcendental professado pelas religiões, mas permanece adomgático e não aceita as sanções próprias de qualquer sistema religioso (RODRIGUES, 2014, p. 158).

Na carta em questão, datada de 14 de julho de 1929, tem-se a primeira manifestação explícita sobre a religião. Nela, pode-se perceber alguns

elementos que ilustram claramente a questão religiosa em Mário de Andrade:

Alceu,

Talvez devido às amarguras, eu tenha exagerado um pouco o meu estado-de-espírito de agora. Nada de fundamental se modificou em mim e se você me permite chamar de “catolicismo” que sempre tive, continuo tendo. Não sei nem me deitar nem levantar sem essa carícia pra Deus e os nossos intermediários que é a reza. É certo que estou no momento atual numa irritação muito forte. Mas não é contra o Catolicismo. É principalmente contra os católicos. Os porquês são muito longos e já são vinte-e-quatro horas deste meu último dia de férias. Mas você também há-de sentir que existe hoje uma “moda católica” que, profícua ou não pros almofoadinhas dela, há-de irritar com nitidez um espírito como o meu. Minha produção si tem sido especialmente acatólica, pode ter certeza que é pela discrição sensibilizada com que me sinto na impossibilidade de jogar uma coisa pra mim tão essencial e tão elevada como a religião dentro dessas coisas tão vitais, terrestres e mundanas como as artes. Por isso apenas me limitei a respeitar uns gritos de sincero religioso e amarguras que saíram em versos e prosa minha. Na Paulicéia o “Religião”, a imitação do salmo de Davi e o que a circunda no “Carnaval Carioca”, as páginas amargamente irônicas sobre o catolicismo tradicional da família Sousa Costa no “Amar, Verbo Intransitivo” e quase que só (MA, 14-VII-1929, *apud*, RODRIGUES, 2018, p. 138-139).

Como já apontado por Leandro Rodrigues, é notório um distanciamento por parte de Mário da religião em si, isto é, do seu formato institucional, haja vista que seu contato com Deus, mesmo que de forma pessoal, ainda era uma realidade. No mesmo trecho epistolar, e ainda dentro dessa característica da instituição, é possível perceber outro dado importante. Elementos advindos de experiências religiosas com a Igreja católica persistiam, sendo notório em sua fala quando disse: “Nada de fundamental se modificou em mim e se você me permite chamar de ‘catolicismo’ que sempre tive, continuo tendo” (MA, 14-VII-1929, *apud*, RODRIGUES, 2018, p. 138). A grande questão é, que tipo de “catolicismo” seria esse? Até que ponto sua manifestação religiosa era medida pela do seu interlocutor, Alceu?

Indubitavelmente, Mário de Andrade não se apresentava como descrente. Se observar sua trajetória religiosa anterior, tomando como referência sua juventude, sua relação com o catolicismo foi algo não distante, como talvez possa parecer. Além de ter feito parte do coral de sua paróquia, por exemplo, era desejo do autor de *Amar, Verbo Intransitivo* “ser sepultado com o hábito da Ordem Terceira Carmelita, da qual era membro com profissão solene de votos.” (RODRIGUES, 2016, p. 122).

Partindo de uma análise apressada, é possível afirmar que Mario estaria entre aqueles católicos não engajados, ou seja, não alinhado com a base da fé cristã católica, articulada com a Doutrina e Magistério. Ademais, algo de sua relação com a religião católica, embora agora débil, se sobressaiu, sua ligação com Deus.

Atraídos por uma abordagem psicológica do fenômeno religioso, partilha-se da concepção de Eliana Massih quando esta diz que “a relação ou diálogo vivido com Deus passa pela história de vida em que há momentos de aproximação amorosa e desenvolvimento e outros de atrofia e paradas” (MASSIH, 2017, p. 109). Além disso, ao considerar o contexto abordado, observa-se uma manifestação religiosa que, se tomada por uma longa duração, apresenta-se dinâmica e até fluida. As correspondências, inseridas muitas vezes nessa longa duração, permitem observar essas nuances. Por outro lado, a relação com o divino, orientada por uma instituição religiosa, operava não só no campo mental, mas era expresso também na dimensão simbólica, como será possível perceber mais adiante em Alceu Amoroso Lima.

Nesse sentido, o próprio Mário deu testemunho de sua situação religiosa e de como isso se manifestava naquele 14 de julho de 1929. Conforme suas palavras, a irritação sentida não era “contra o catolicismo”, mas “principalmente contra os católicos”. Ou seja, a aurora de indignação manifestada na carta incidia sobre os indivíduos, e sem dúvida a relação entre eles muito explicava tal sentimento. Em resposta ao fragmento apresentado, como é possível perceber na carta de 17 de julho de 1929, Alceu escreveu:

Mário

Gostaria de trocar ideias com você a respeito, menos pelo fato em si, que permite evidentemente, uma grande

liberdade de interpretação e não compreender nenhuma matéria estritamente dogmática, ou mais pela posição qual do seu pensamento, de uma atitude, não somente quanto os católicos, mas sobretudo quanto o catolicismo. Estamos em um momento tão grave da nossa vida nacional e de nossa carreira individual que precisamos olhar a fundo esses problemas por vezes tão dolorosos e angustiantes.

Não quero, porém, abusar de sua confiança e acanhar e preocupar a quem talvez no momento não deseja ou possa dedicar tempo a esses problemas. Eu mesmo sei que não tenho qualidade, e sobretudo capacidade alguma para tratar disso, e que, no seu caso, o trabalho terá de ser interior, com a graça especial de Deus que até hoje nunca lhe faltou de todo. Abstenho-me, por isso, de entrar diretamente no que na carta tem de mais geral, reservando-me para o fazer algum dia, ou já, se você julgar oportuno.

Você bem sabe que nós, católicos não de moda mas de convicção e de drama interior, não podemos nunca nos recusar a debater esses problemas que são, para nós, de vida ou morte.

Limito-me a mandar-lhe algumas palavras que pronunciei recentemente e que você talvez queira contestar mais precisamente, por carta, se acaso se dispuser a entrar no assunto. Eu por mim, respeito demais a você e a seu pensamento – quer para passar adiante, deixando esse problema irresolvido, quer para ser indiscreto. Você dirá (AAL, 17-VII-1929, *apud*, RODRIGUES, 2018, p. 145).

Sobre o “ser católico”, as cartas parecem apresentar três categorias distintas. Em uma direção tinha-se Mário de Andrade, que já manifestou possuir um catolicismo específico – em carta mais a frente ele usou a expressão “paracatolicismo”; em outra tem-se os “católicos de moda”, visão compreendida por ambos; e, em uma terceira via, observa-se os católicos de convicção, estando Alceu representado. Tudo isso propõe um certo distanciamento entres os intelectuais, estando os católicos de moda nesse meio termo. Ao analisar tal missiva, Leandro Rodrigues concluiu, que:

Para Alceu, ser católico não era uma opção confortável, ao contrário, era uma espécie de exercício interior e deflagrador de crises existenciais, dúvidas, questionamentos, ou seja, a experiência da fé era

também a experiência da descoberta, da busca, da ânsia em relação a Deus, da sede pelo Infinito – tudo isso metabolizado numa constante luta com o mundo moderno, secularizado, ateu ou agnóstico, antireligioso em muitas manifestações, daí a noção de “drama interior” (RODRIGUES, 2014, p. 159).

Como é possível visualizar na citação acima, Leandro Rodrigues compreendeu o ser católico como uma espécie de relação dialógica, marcada sobretudo por um exercício interior. Tal drama interior, ainda na mesma reflexão, se deu em alinhamento com o mundo moderno, marcadamente antirreligioso. Na resposta de Alceu presente na carta do dia 17 de julho de 1929, citada anteriormente, embora o remetente se mostrasse prudente quanto a discussão, partilha-se aqui da visão que o crítico literário carioca possui de seu amigo. Se na primeira carta apresentada, a indignação de Mário recaiu especificamente sobre os indivíduos, nesta Alceu a estendeu para um território maior, ou seja, “não somente quanto os católicos, mas sobretudo quanto o catolicismo”. A experiência pessoal, em ambos, é compreendida também em relação a um projeto nacional de catolicismo, isto é, a um contexto em específico.

No ano seguinte, mais precisamente em 16 de agosto de 1930, Mario enviou uma carta a Alceu contendo aspectos interessantes dessa relação. A missiva iniciou discorrendo sobre a dedicação da obra *Marco da Viração* a Alceu. Em um trecho Mário chegou a escrever:

A bem dizer o “marco da viração”, às vezes menos poética, não sei, porém mais digna de quem com tanta nobreza e grandeza elevou no Brasil o domínio espiritual seu e dos outros. A bem dizer o “Marco da Viração” não tem nada que possa comprometer diretamente você, em especial no seu catolicismo que é a parte mais nobre e intratável de sua personalidade. Porém entre o catolicismo intratável (quero dizer: sem acomodações) de você e a tibieza do meu entram tantas personagens no espetáculo que alguma gente pode cobrir as faces com as mãos, sujar-se de cinza benta e gritar de escândalo. (MA, 16-VIII-1930, *apud*, RODRIGUES, 2018, p. 149-150).

Neste fragmento, Mário pareceu cavar mais profundamente o fosso

existente entre seu catolicismo e o de seu amigo Alceu Amoroso Lima. Dessa vez, a questão religiosa se manifestou respeitavelmente, inclusive ressaltando a relação de Alceu com a igreja católica como uma característica elogiável. Na carta do ano seguinte, esta mesma noção de catolicismo singular, experienciado por Mário, foi expressa. Desta vez, Mário, diante do autoquestionamento se era católico ou não, respondeu: “aqui é que eu escapulo de suas garras, que seriam inefavelmente ferozes se eu tendesse pro catolicismo. Porém, eu não tendo pra ele, eu venho dele.” (MA, 26-I-1931, *apud*, RODRIGUES, 2018, p. 166-167).

Da mesma forma, até aqui não é possível inferir que essa relação de distanciamento de Mário com o catolicismo, bem como sua aproximação de maneira íntima com Deus, se fizeram de forma confortável e sem muitos conflitos interiores. Muito pelo contrário. Na carta enviada no dia 17 de junho de 1943, ou seja, mais de uma década daquela apresentada anteriormente, o tema da questão religiosa reaparece novamente. A referida missiva é emblemática quanto a posição de Mário de Andrade. Desta vez, tal temática se mostrou, por parte de Mário, de forma mais dura.

A civilização vai mudar, Tristão. A Civilização Cristã chamada, e que não sei se algumas vezes V. não confunde um bocado com Cristo, está se acabando e vai ser um capítulo da História. Tão lindo como o dessas igualmente nobilíssimas civilizações da Antiguidade, o Egito, a China, a Grécia. Com a Cristã nós demos um passo a mais, apenas um passo a mais do amilhoramento terrestre do homem e da sociedade humana. Se nem tudo foi pra melhor, o todo foi incontestavelmente pra melhor. É a civilização que vem ainda há-de ser fatalmente um passo a mais, e um todo melhor. Tudo isto nada tem que ver com o outro mundo. Nem eu sei nem quero a morte da Igreja imortal e o desaparecimento da religião nem a sempre por demais próxima chegada do Anticristo. Mas não haverá o perigo pra muitos e pra você, de preferir a Igreja a Deus? Eu não ignoro não os perigos dos meus argumentos para o meu para-catolicismo em que me debato. Serão argumentos do Diabo. Ou serão argumentos do orgulho. Mas eu quero bater a uma porta mas essa porta não pode se abrir porque os que estão lá dentro não podem interromper o Te-Deum. Então eu solto um grande grito pra Deus me escutar. E como eu quero que ele me escute, ele me escuta. Mas ainda não pude soltar o grande grito e

me sinto sozinho. Por que os que deviam vir a mim, por que eu não vou a eles, não vêm até mim. E eu não sei se há-de haver tempo para eu soltar o grande grito (MA, 17-VI-1943, *apud*, RODRIGUES, 2018, p. 197-198).

Nesta carta, trocada com Alceu Amoroso Lima nos últimos anos da correspondência, Mário pareceu fazer um desabafo. “Mário tinha clareza da presença de divindade na sua vida e no seu eu, ele não estava só (como sempre repetia a Alceu), simplesmente tinha liberdade de não querer institucionalizar esta presença.” (RODRIGUES, 2014, p. 160). Contudo, o conflito aí parece estar instaurado. Até que ponto, em nossa religiosidade, não confundimos Cristo com as instituições? Sem uma identidade dogmática religiosa, é possível Deus nos escutar? Sem dúvida, esses questionamentos faziam parte do horizonte reflexivo de Mário de Andrade.

Na mesma carta, Mário deixou claro que temia o que a religião católica poderia ocasionar. Segundo ele, “o catolicismo tem esse, pelo menos, perigo, de ser, além de uma Ideia, uma religião” (MA, 17-VI-1943, *apud*, RODRIGUES, 2018, p. 197). O que indica uma crítica não só com à religião católica, professada por Alceu, mas com as religiões, que colocam suas ideias em prática, que tendem a conduzir um pensamento dogmático muitas vezes intolerante. São essas as formas claras que Mário se manifestou religiosamente e, conseqüentemente, suas motivações.

Embora exista toda uma discussão entre a diferença dos conceitos “religião” e “religiosidade”, podendo serem considerados de diversas formas, no caso de Mário de Andrade, o conceito de “experiência” pode exprimir bem suas relações com o domínio religioso. Aqui entende-se por domínio religioso todos os artefatos que envolvem as manifestações religiosas, podendo ser elas a Igreja, o “catolicismo”, os “católicos”, e o próprio amigo Alceu Amoroso Lima, não sendo medidas, claro, por um mesmo parâmetro. É aí que entra o conceito de experiência, modelando as diversas formas de se relacionar com aquilo que pertence ao domínio religioso. Portanto, “a experiência religiosa pode também se apresentar diabólica ou desintegradora quando a emoção é pessimista, e, em lugar de consolações, há desolações.” (RODRIGUES, 2008,

p. 46).

“O CATOLICISMO NÃO É UMA PRISÃO” - ALCEU AMOROSO LIMA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Embora as manifestações religiosas de Mário de Andrade e Alceu Amoroso Lima, através de suas correspondências, se mostrem imbricadas, convém melhor pontuar a religiosidade do crítico carioca. Esta última apresenta-se bem peculiar, haja vista o caráter público que o catolicismo de Alceu alcançou. Alceu Amoroso Lima é considerado, por muitos pesquisadores, um dos maiores pensadores católicos do século XX. O historiador Cândido Moreira Rodrigues é um desses pesquisadores. Alceu, após sua conversão ao catolicismo, se tornou um dos maiores intelectuais leigos durante quatro décadas do século XX (RODRIGUES, 2013).

Seu aparecimento no cenário literário se dá de forma concreta no ano de 1919, quando atuou no periódico *O Jornal*. É nesta atuação que adota o pseudônimo de Tristão de Athayde. Também nesse percurso trilhado na vida literária, estabelece um contato com o movimento modernista. Entretanto, sua “reconversão” à Igreja católica foi um acontecimento crucial para sua vida. Seu processo de iniciação ao catolicismo se deu sob forte influência de Jackson de Figueiredo, também por intermédio da troca de missivas. Segundo Cândido Moreira Rodrigues, “sua correspondência com Jackson de Figueiredo tem início em 1919, e vai até o final de 1928, ano de sua conversão ao catolicismo.” (RODRIGUES, 2013, p. 17).

Jackson de Figueiredo é notório no cenário católico conservador brasileiro nas duas primeiras décadas do século XX. Já como católico engajado, e após a morte de Jackson, Alceu Amoroso Lima adentra ainda mais nas instituições católicas de seu tempo. A exemplo, podem ser citadas o Centro Dom Vital, criado sob regência de Jackson e com apoio do arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, e o periódico *A Ordem* (RODRIGUES, 2009). Ambas as instituições, dirigidas por Alceu a partir de 1928, serviram como referência no debate intelectual católico, marcadamente apologético.

São crescentes as produções acadêmicas que têm Alceu Amoroso

Lima como objeto de estudo, delineando inclusive sua trajetória religiosa. Neste artigo, chama-se a atenção para o seu lugar no catolicismo que, em muitas passagens, é rechaçado por Mário de Andrade. Até porque, nos estudos sobre a religião, pressupõe-se que mesmo em um ambiente coletivo, “a vivência individual é dada de forma diferente para cada ser, conforme fatores psicológicos, sociológicos, atividades pessoais, educação etc” (RODRIGUES, 2008, p. 45).

A troca de correspondências entre Mário e Alceu, que se deu entre os anos de 1925 a 1944, se insere muito bem nesse período de engajamento. A fim de assinalar alguns aspectos de como a religião se manifesta em Alceu, toma-se como base duas cartas em especial, aquelas enviadas nos dias 24 de março e 24 de junho do ano de 1943. Logo nos componentes que estruturam a carta, percebe-se elementos que traduzem a forma como a experiência religiosa operava nas mudanças simbólicas do indivíduo. Em ambas, junto à data, tem-se a sobreposição do calendário litúrgico da Igreja católica sobre o calendário civil. Isso também acontece em outras missivas.

Na carta de março, por exemplo, a data é acompanhada pela referência à solenidade da “Anunciação”. Da mesma forma, na carta de junho, Alceu fez referência à Festa de São João Batista, celebrada na mesma data. Embora esses componentes se constituam como simples detalhes, a cosmovisão religiosa atuava justamente nessa relação sujeito-mundo, dotando de significados o natural da vida cotidiana. Não obstante, em um trecho presente na primeira carta citada, enviada em março de 1943, Alceu escreveu da seguinte maneira:

Também não concordo, naturalmente, com a condenação sumária de todo crítico católico. O catolicismo não é uma prisão. Há 15 anos me converti, ou, antes, voltei a compreender a Verdade cristã depois de 20 anos de indiferença e agnosticismo. Nesses 15 anos, com a maior sinceridade lhe posso dizer - não me sinto mais tolhido do que quando era livre, como você. Se erro ao julgar os poetas, como v. diz de modo sumário, ou se não compreendo isto ou aquilo nas obras que julgo, o defeito é pessoal, não é da minha adesão a verdade. Você pode contestar essa verdade. É mesmo com tristeza que vejo você partir. Mas se v. se afasta da Igreja Católica é por que tem lá suas razões. (AAL, 24-III-1943, *apud*,

Nesta passagem, onde Alceu abordou também a crítica levantada por Mário sobre sua incapacidade de compreender poesias, é possível notar um distanciamento, por parte do remetente, entre a natureza individual de cada fiel e a Igreja portadora da “verdade”, sendo os defeitos pessoais do crítico carioca não diretamente associado ao seu credo. O afastamento de Mário da Igreja, para Alceu, parece ser decorrente justamente da não adesão total a essa “verdade”.

Na mesma carta, Alceu chegou a escrever: “a Igreja, de cuja a vida procuro participar, me abre os olhos para a obrigação de respeitar a verdade toda”; o que confirmou a imagem que o mesmo possui de sua religião, como orientadora de pensamento e de decisões, haja vista ter ela um magistério que interfere nas diversas realidades da atividade humana, seja ela pessoal ou social. Entre essas e outras questões, aparecem assuntos como a atuação do catolicismo na formação do Brasil, bem como algumas ponderações por parte de Alceu das críticas elaboradas por Mário. Na carta de junho do mesmo ano, 1943, Alceu iniciou dizendo:

Sim, meu caro Mário, é sempre tempo de v. soltar “o grande grito”. A despeito de sua confessada “incompreensão”, a despeito de suas raivas pessoais, a despeito de tudo o que sua carta revela contra nós e contra mim, particularmente, estou mais junto de você do que você pensa (AAL, 24-VI-1943, *apud*, RODRIGUES, 2018, p. 203).

A referência inicial, sobre “soltar o grande grito”, tinha forte ligação com a carta enviada por Mário em 17 de junho de 1943, abordada no tópico anterior. Contudo, é interessante observar que Alceu se colocou próximo ao amigo à medida em que compreende a trajetória religiosa como espaço para dúvidas e descobertas. Mais à frente, Alceu chegou a dizer com mais clareza que sua forma de proceder se alinhava com sua crença religiosa. Ele disse isso referindo-se às críticas infundadas de Mário, que por ele são tratadas aqui com mansidão, até porque, segundo ele, ao olhar para Jesus, “duas vezes em toda a sua vida ele usou do chicote” (AAL, 24-VI-1943, *apud*, RODRIGUES, 2018,

p. 205).

Além de Jackson de Figueiredo ser citado como exímio católico, nessa mesma carta Alceu abordou a Igreja em uma perspectiva sociopolítica mais ampla, em resposta ao definhamento da “civilização cristã” levantada por Mário. Segundo Alceu, o cristianismo não morrerá, “uma forma de cristianismo, sim”. Mas não o cristianismo”. Essa posição de Mário, assim como a resposta de Alceu, como pode ser notado nesses fragmentos, se articulava também com o período vivido, sobretudo, o projeto nacional em curso que pretendia a intelectualidade católica, estando Alceu Amoroso Lima inserido.

O Centro Dom Vital, por exemplo, foi uma das formas encontradas com a finalidade de restaurar a cristandade fragilizada por ideologias antirreligiosas acometidas na sociedade desde séculos anteriores. No contexto brasileiro, uma atuação ímpar foi a do cardeal da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme. Segundo Leandro Rodrigues, “o cardeal via no Centro a possibilidade de resgatar boa parte da intelectualidade perdida no forte indiferentismo religioso que reinava no país” (RODRIGUES, 2009, p. 12).

Alceu Amoroso Lima foi um desses intelectuais vistos com capacidade suficiente para ser referência na condução desses órgãos de “recriação” do Brasil – ou, “missão civilizadora” (RODRIGUES, 2013, p. 16). Inclusive, sua presença foi marcante não somente no território brasileiro, mas também na Europa e na América Latina como um todo. Tanto é que, por conceber uma certa aversão a esse projeto católico, Mario de Andrade se distanciou de Alceu, passando aproximadamente dez anos sem trocar correspondências. Período esse no qual Alceu desempenhou mais intensivamente sua campanha anticomunista (RODRIGUES, 2013).

Ao iluminar, mesmo que de forma superficial, a vida religiosa de Alceu Amoroso Lima, percebe-se com maior nitidez seu posicionamento e conseqüentemente algumas motivações para os embates com seu amigo Mário de Andrade. Além do mais, evidenciando que a dinâmica religiosa é fluida e se apresenta em mutação, Alceu não permaneceu com uma visão

cristalizada e conservadora como a que se percebia nesse momento das trocas de correspondências. Ao contrário, nos últimos anos, antes de seu falecimento, observa-se um outro Alceu, já progressista e aberto à modernidade. Além de ser impossível desvincular do catolicismo essas rupturas presentes em Alceu, o Concílio Vaticano II terá uma influência singular nessa nova postura (Cf. RODRIGUES, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, seria possível a realização de outras abordagens envolvendo a questão religiosa e as correspondências trocadas entre Mário de Andrade e Alceu Amoroso Lima, como por exemplo as percepções que cada um dos indivíduos possuía do outro. Dessa forma, a utilização das fontes poderia ser alargada tomando, além dos documentos privados, produções públicas, como artigos e textos. Esta análise propôs a fazer uma abordagem mais ampla, destacando aspectos em que a manifestação religiosa foi mais sentida e, ao mesmo tempo, pode ser melhor dialogada com outros saberes.

Embora existam autores que defendam uma experiência religiosa na qual o homem religioso tende a fazer uma distinção entre o espaço sagrado e o profano, as fronteiras podem ser transpostas a outros espaços, revelando uma dinâmica às vezes difícil de ser apreendida em sua totalidade. Nesse campo, o que se sabe, é que as atitudes religiosas “ocupam um espaço considerável na vida, influenciando inúmeras decisões e comportamentos.” (AQUINO et al., 2009, p. 233).

Se por um lado a prática religiosa tem sua configuração heterogênea no mundo dos sentidos, onde cada indivíduo se relaciona com o campo religioso utilizando-se de processos psíquicos e discursivos, por outro, as correspondências oferecem caminhos para perceber como essa multiplicidade é apresentada no texto epistolar. Nos estudos com as correspondências, o conceito de “sociabilidade” é bastante empregado por melhor definir essa rede de relações em que o texto e contexto entrecruzam-se. Essa noção de lugar de sociabilidade não só explica uma rede ampla de organização intelectual, mas

também articula “um microcosmo de relações afetivas (de aproximação e/ou de rejeição), [aspecto que] tem-se afirmado como de particular utilidade para tais análises.” (OLIVEIRA, 2017, p. 129).

Como pôde ser constatado, foi essa interação, entre uma ampla rede de organização e um microcosmo de relações afetivas, que foi privilegiada, encorpando esse aparato teórico-metodológico à experiência religiosa de cada indivíduo evocado. Mario de Andrade e Alceu Amoroso Lima, “são figuras complexas” (RODRIGUES, 2014, p. 155). Ambos são de “grande formação intelectual e forte sensibilidade artística”, o que por si só demonstra largos caminhos que podem ser trilhados ao serem observados.

Além do mais, a práxis de utilizar olhares próprios de diferentes campos disciplinares contribui de maneira significativa nos diversos estudos nos quais o indivíduo é seu objeto. Tanto Alceu Amoroso Lima como Mário de Andrade, eram dotados de dimensões que os envolviam e os situavam no universo dos sentidos. As diferentes formas de compreensão religiosa, bem como os percursos históricos trilhados por cada um, incidem sobre as formas de representação escrita, sejam elas manifestadas no corpo epistolar, sejam na literatura modernista como um todo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **Correspondência**: Mário de Andrade & Alceu Amoroso Lima. Organização, introdução e notas Leandro Garcia Rodrigues. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.

AQUINO, Thiago Antônio Avellar de. CORREIA, Amanda Pereira Moreira. MARQUES, Ana Laura Câmara. SOUZA, Cristiane Gabriel de. FREITAS, Heloísa Carolina de Assis. ARAÚJO, Izabel Ferreira de. DIAS, Poliana dos Santos. ARAÚJO, Wilma Fernandes de. Atitude Religiosa e Sentido da Vida: Um Estudo Correlacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2009, p. 228-243. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200003. Acesso em: 16 set. 2020.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. (R. Fernandes, Trad). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

IONTA, Marilda. A escrita de si como prática de uma literatura menor: cartas de Anita Malfatti a Mário de Andrade. **Revista de Estudos**

Feministas, 2011, p. 91-101. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2011000100007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2020.

MALATIAN, Teresa. “Cartas: Narrador, Registro e Arquivo”. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 195-221.

MASSIH, Eliana. A construção narrativa da representação de Deus. **REVER - Revista de Estudos da Religião**, 2017, p. 103-122. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/32710>. Acesso em: 11 set. 2020.

OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de. A Correspondência de Joaquim Inojosa com José Américo de Almeida e Luís da Câmara Cascudo: Memórias do Movimento Modernista em Pernambuco (1966-1974) In: ARAÚJO. Humberto Hermenegildo de (Org.). **Cartas de escritores: vida literária em epistolografia “modernista”**. Natal: EDUFRN, 2017, p. 127-161.

OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de. **Correspondência Modernista e Regionalista de Luís da Câmara Cascudo (1922-1984)**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019, 244p.

OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de. VIEIRA, Maria Leticia Costa. “Aí vai meu coração para você”: redes de sociabilidades intelectuais modernistas na correspondência de Mário de Andrade e Tarsila do Amaral. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v.14, n.1. 2021.

RODRIGUES, Cândido Moreira. Introdução. In: RODRIGUES, Cândido Moreira. **Aproximações e conversões: o intelectual Alceu Amoroso Lima no Brasil dos anos 1928-1946**. São Paulo: Alameda, 2013, p. 15-20.

RODRIGUES, Cátia Cilene Lima. Psicologia da religião na investigação científica da atualidade. **História e Sociedade**, 2008, p. 36-71. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/429>. Acesso em: 9 set. 2020.

RODRIGUES, Leandro Garcia. **Alceu Amoroso Lima: Cultura, Religião e Vida Literária**. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009, 206p. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=14031@1>. Acesso em: 9 set. 2020.

RODRIGUES, Leandro Garcia. Mário de Andrade e Alceu Amoroso Lima – correspondência, (des)harmonia e vida literária. **Letras de Hoje**, 2014, p. 154-162. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/15551>. Acesso em: 15 set. 2020.

RODRIGUES, Leandro Garcia. Tristão de Ataíde e os três Andrades - o problema de Deus. **Cultura e Comunidade**. 2016, p. 105-127. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/>

P.19832478.2016v11n19p105. Acesso em: 14 set. 2020.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: **Por uma História Política**. René Rémond (Org.), trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Entre o sonho e vigília: o tema da amizade na escrita modernista. **Tempo**. Niterói, RJ: 2009, p. 205-224. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100011. Acesso em: 10 set. 2020.

4.4 – MIA COUTO: O TECELÃO DE FIOS HISTORIADOS – REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES NEGRAS NA LITERATURA AFRICANA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Antônio Clarindo Barbosa de Souza

Karla Dayana Cardoso Veríssimo

Antonio Emílio Leite Couto, grandemente conhecido pelo pseudônimo de Mia Couto é moçambicano, nascido na cidade de Beira, em 1955. Atualmente é um dos autores africanos mais conhecidos e reconhecidos mundialmente. Suas obras alcançaram patamares de grande difusão, tendo sido ganhador do Prêmio Camões (2013) e já neste ano de 2024 do Prêmio FIL de Literatura (Guadalajara, México), além de inúmeros outros prêmios e o título de professor Honoris Causa e de Sócio Correspondente da Academia Brasileira de Letras (eleito em 1998). Para além de todos os títulos e honrarias, Mia Couto é, sobretudo, um contador de Histórias, um tecelão das palavras e sua experiência de vida foi quase toda ela vivida em um país esfacelado pelo colonialismo e pela guerra civil que ocorreu após a Independência de Moçambique, em 1975.

Moçambique, durante muito tempo, viveu intensos conflitos coloniais e sociais. Couto participou ativamente em alguns destes conflitos como membro ativo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Biólogo de profissão, Mia Couto chegou a iniciar estudos em Medicina, além de enveredar pelo jornalismo. A política e o jornalismo o ganharam quando das lutas pela independência de seu país. Todavia, foi como biólogo que passou a exercer sua arte de escrever. Em suas viagens por Moçambique ele se depara com inúmeras histórias que lhe inspiram a fazer das palavras uma arte de tecitura.

Atualmente é o autor africano mais traduzido no exterior. Suas obras são envoltas em muita poesia e tradição. Escritor e inventor de palavras, Mia Couto leva para o mundo a visão de uma África desconhecida pelo mundo, uma África em que a poesia dá o tom. Suas produções literárias compõem-se de contos, romances, crônicas e poesias. Podemos citar dentre suas obras mais conhecidas: *Terra Sonâmbula* (2002), *Vozes Anoitecidas* (1987), *A Confissão da Leoa* (2012); *O outro pé da Sereia* (2006) e a mais recente trilogia *As areias do Imperador*, composta respectivamente por *Mulheres de Cinza* (2015); *Sombras da Água* (2016) e o *Bebedor de Horizontes* (2018).

Moçambique, sua terra natal, está localizada na costa oriental da África, país que por muito tempo foi colônia portuguesa tendo sua independência conquistada em 1975, após inúmeros conflitos. É nesse contexto de intensas disputas que Couto apreende, sistematiza e conta suas histórias, transformando assuntos delicados (como o papel da mulher na sociedade em questão) em verdadeiras sagas encantadoras e envolventes por meio de sua escrita literária²¹⁸.

Uma das particularidades que chama atenção em suas obras é a escolha que ele faz por inserir personagens femininos em seus enredos. As mulheres compõem grande parte das narrativas de Couto. É curioso o uso que ele faz da figura feminina em suas obras. A partir de tal escolha podemos enveredar por um caminho de como perceber como essas personagens femininas são representadas.

A mulher africana, assim como a mulher em toda sociedade, teve durante muito tempo que exercer um papel de submissão. Todavia, atualmente podemos perceber que tais mulheres conquistaram espaços que antes não lhes eram permitidos. É importante compreender que muitas sociedades africanas ainda procuram, na contemporaneidade, manter vivas algumas tradições locais. São justamente essas tradições que jogam as mulheres em silenciamento e apagamento, mesmo diante da conquista feminina por inúmeros direitos em outras partes do mundo.

É a partir desta realidade que Couto discute em suas obras questões de gênero, mitos, tradições, política e outras questões sociais. Diante de questões como estas, Stuart Hall (2006, p. 52) nos diz que:

Há a narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias das literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. (HALL, 2006, p. 52).

É brincando com as palavras,²¹⁹ dando-lhes novas ressignificações, que 218 A literatura de Mia Couto é envolta de poesia e delicadeza nas palavras. De uma maneira poética podemos detectar em muitas das obras do referido autor um tom de denúncia social. O cotidiano de povos de diferentes culturas dentro de Moçambique é revelado com cuidado em cada linha escrita por este tecelão de fios historiados.

219 Uma das fortes marcas de sua literatura é o uso que é feito da invenção de novas palavras (neologismos) com objetivo de dar novos sentidos a questões dentro de suas obras. Percebemos isto como uma estratégia para prender os leitores, encantando-os e

o autor transmite uma extrema sensibilidade e amor por seu povo e por sua cultura própria. Com fortes questões inerentes a seu contexto social, Couto nos presenteia com uma escrita poética em que a mulher torna-se protagonista de sua história, utilizando-se de estratégias e perspicácia para alcançar seus objetivos. Falando sobre as obras de Couto, Fernanda Cavacas destaca que:

(...) a obra literária do escritor moçambicano Mia Couto e o seu enquadramento no contexto sociopolítico e literário-cultural de Moçambique faz compreender a importância da sua obra como resultado e como factor de construção da identidade nacional moçambicana, veiculada pela língua portuguesa imbuída de culturas variadas, força de coesão e de construção de uma matriz cultural moçambicana. (CAVACAS, 2006, p.57).

Portanto, é possível perceber que as obras do autor aqui em discussão possuem uma riqueza ímpar sobre questões sociais que estão fortemente presentes na cultura africana e moçambicana em particular. Destacado isso, utilizaremos neste artigo trechos de algumas de suas obras na intenção de analisar como a mulher negra moçambicana se comporta diante de diversas situações criadas dentro do enredo literário.

O TECELÃO E AS MULHERES

Percebemos a escolha do autor em dar ênfase à figura feminina dentro de suas obras como uma tentativa de permitir que as mulheres obtenham o direito à expressão, mesmo que apenas dentro da literatura. Com extrema sensibilidade, podemos conhecer por meio da escrita de Couto, a realidade social à qual a mulher moçambicana está exposta, tendo seus papéis ainda fixados dentro de uma sociedade fortemente patriarcal. Apesar de em algumas cenas ele apresentar a mulher como submissa e até constrangida por seu lugar no mundo, nota-se que é apenas um artifício linguístico para, mais à frente, ele mostrar que esse era um mecanismo de resistência das mulheres em um mundo machista.

Destacamos um forte tom de denúncia nas obras de Couto, em que as mulheres ainda são tratadas de acordo com uma visão colonial, patriarcal e conservadora. A realidade da mulher negra nas obras deste autor vai de encontro ao que Tatiana Alves (2009, p.01) afirma ao relatar que “com relação à mulher negra, assiste-se a um movimento de dupla exclusão, uma vez que ela representa a minoria marginalizada em um grupo já é socialmente excluído”. permitindo que temas sociais sejam tratados com delicadeza e poesia.

Ou seja, a mulher negra foi silenciada não apenas por um movimento, mas sim por diversos. Ela foi silenciada por ser mulher, por ser negra e por ser colonizada. Porém, ela aparece na obra de Mía Couto como portadora de mais de uma identidade. Frágil e submissa, contudo inteligente e sagaz a ponto de torcer as regras masculinas impostas para o seu melhor viver em sociedade.

Por vezes, o autor vai trazer das tradições tribais as afirmações positivas sobre o lugar da mulher no mundo real a partir do imaginário.

Deus já foi mulher. Antes de se exilar para longe da sua criação e quando ainda não se chamava Nungu, o atual Senhor do Universo parecia-se com todas as mães do mundo [...] Todos sabemos, por exemplo, que o céu ainda não está acabado. São as mulheres que, desde há milênios, vão tecendo esse infinito véu. (COUTO, 2012; p.13)

Porém, na mesma obra, *A confissão da Leoa* (2012) ele cita um ditado senegalês que procura delimitar o lugar feminino.

O verdadeiro nome da mulher é sim. Alguém manda: “não vais”! E ela diz: “eu fico”. Alguém ordena: “não fales”. E ela permanecerá calada. Alguém comanda: “não faças”. E ela responde: “eu renuncio”. (COUTO 2012; p.41)

É esse sujeito feminino, marcado pelas interdições e desafiante das normas estabelecidas, que permeia o universo literário das obras de Mía Couto. A mulher tem destaque em suas obras assumindo papéis de uma “submissão” camuflada. Ou seja, podemos perceber que elas conseguem, por meio de artimanhas, burlar um sistema social que todos julgam opressor. As mulheres conquistam seus objetivos por meio de estratégias que lhe permitem (re) escrever seu destino. Poderemos analisar isto com mais profundidade a seguir. Todavia, em várias passagens de seus livros, ele coloca nas bocas de suas personagens, a consciência desta exclusão e apagamento, embora seja como denúncia e não como aceitação pacífica.

Na noite anterior, em nossa casa a ordem tinha sido ditada: as mulheres permaneceriam enclausuradas, longe dos que iriam chegar. Mais uma vez nós éramos excluídas, apartadas, apagadas. (Couto, 2012; p.43 ACDL)

Por outro lado, em certas ocasiões as mulheres, como a Mwadia, de *O outro pé da Sereia* (2006), é capaz de afrontar os homens, principalmente um curandeiro, embora logo recue, sabendo que é mais sensato fingir-se de

dominada.

Mwadia sorriu, sem esconder alguma desconfiança. O curandeiro enrugou a voz, realçando o tom de desagradado.

– Você está a duvidar, comadre?

– Deixe, Lázaro. Não me dê importância.

– Há muito que queria dizer isto, Mwadia Malunga: ficou muito tempo lá no seminário, perdeu o espírito das nossas coisas, nem parece uma africana.

– É preciso não esquecer quem somos...

– E quem somos, cumpadre Lázaro? Quem somos?

– Você não sabe?

Mwadia baixou o rosto, sentindo que tinha ido longe demais. Uma mulher não se confronta daquela maneira, olhos nos olhos, voz na voz. Pediu desculpas, o curandeiro parece nem ter escutado, ocupado em fazer render a despedida. (COUTO, 2006; p.46)

O OUTRO PÉ DA SEREIA: ASTÚCIA E SAGACIDADE FEMININA

O enredo da obra transcorre em torno da queda de uma “estrela” próximo à casa de Mwadia e seu marido Zero Madzero. Ao enterrar tal estrela Zero encontra uma imagem (estátua) enterrada às margens de um rio, a qual se encontra apenas com um de seus pés. Temente que seu marido morra por uma “maldição” por ter encontrado a imagem, Mwadia volta a sua antiga localidade chamada Vila Longe com o objetivo de encontrar um lugar adequado para colocar a imagem sagrada. Toda história se desenrola nessa localidade, onde se desenrola a trama, trançada em dois tempos distintos.

O livro é dividido em dezanove²²⁰ capítulos, nos quais as histórias vão se mesclando em duas temporalidades. Uma no século XVI e a outra no século XXI (ano de 2002). É a jovem Mwadia que faz a ponte entre sua temporalidade e o século XVI.

É interessante destacar que ao longo da história Mwadia percebe o lugar de submissão perante os costumes e valores que uma sociedade com fortes traços patriarcalistas e conservadores lhe quer colocar. Todavia, ao longo da trama podemos observar algumas artimanhas utilizadas por ela e outras personagens femininas na busca por garantir visibilidade e protagonismo social.

220 Manter a palavra de tal maneira foi uma escolha da editora que preferiu deixar intacta a expressão do português moçambicano de Mia Couto.

Em quase todas as partes do mundo a sociedade impõe aos indivíduos comportamentos e regras que devem ser seguidas. Durante muito tempo as mulheres, principalmente as negras, foram colocadas em papéis específicos que é para Chartier (2010, p.47) um ponto a se considerar “na atenção sobre os mecanismos que fazem os dominados interiorizar sua própria inferioridade e ilegitimidade”. Podemos observar que durante muito tempo a mulher permanece silenciada por uma cultura opressora, e de certa forma, acaba interiorizando tal silenciamento.

Todavia, o que percebemos nesta obra de Couto é uma mulher que, por meio de estratégias, burla as regras sociais que a oprimem. Podemos iniciar nossa análise destacando um trecho da obra em que Mwadia quebra regras da tradição local.

A mulher enlouquecera? Ali, na floresta dos antepassados, onde as mulheres eram proibidas, ela se estava fazendo maior que seu tamanho? (...) (COUTO, 2006, p.35).

O que podemos destacar sobre este trecho é a atitude de desobediência de Mwadia à tradição que determinava que durante o luto a mulher não podia despir-se na água nem diante do marido. Podemos perceber que ela não transgredia as regras de maneira agressiva, mas sim de uma maneira estratégica que aparenta aos olhos de seu marido uma loucura pelo seu ato desafiador. Mais adiante esta personagem constata que a figura da mulher exercia certo “temor” sobre os homens, pois quando ela se despia em suas atarantadas vistas ele exigia dela total imobilidade. Essa metáfora sexual contrapõe a mulher que deveria ficar inativa versus o homem que deveria sempre tomar a iniciativa, embora fosse fraco e débil.

Ela se despia e se deitava de lado na cama. O marido demorava-se na contemplação do seu corpo.

– Você está em fase de *nua* cheia, dizia ele, voz atabalhoada pelo fervilhar da paixão.

Ela fazia tenção de o tocar, mas ele ordenava que não se mexesse. Mulher despida haveria de estar quieta. Se assim não fosse, o desejo dele escapava, volátil como um perfume derramado. Mwadia perguntava-se pela razão daquela exigência de imobilidade. Agora, ela sabia. Zero Mdzero sentia medo. Esse medo que os homens nutrem das mulheres, desses antigos demônios que apenas o gesto feminino pode soltar. (COUTO, 2006, p.36).

Aqui Mwadia percebe que a mulher exerce um poder sobre o homem, e que o mesmo foge dela por causar-lhes perturbação. Este trecho torna-se importante por permitir analisar que a mulher, dentro da obra, avalia sua situação e diante dos atos masculinos ela nota que é possível mudar sua condição social, pelo menos pontualmente.

A ficção nos permite identificar e analisar vozes que durante muito tempo sofreram com o jugo do silenciamento social. Couto insere essas vozes na obra, acrescentando ao enredo os valores culturais da sociedade moçambicana. Como nos diz Cândido (2014, p. 35) a obra literária e o contexto ao qual se refere torna-se uma junção de iniciativa individual do (a) autor (a) e das condições sociais nas quais ele(a) está inserido(a). Isso permite que muito do que se passa socialmente seja inserido pelo (a) autor (a) em seus escritos; o que nos possibilita compreender marcas culturais que lhes pertencem²²¹.

Dando continuidade ao estudo da obra, destacamos um trecho que muito nos chama atenção.

A decisão, em Mwadia, já tinha sido tomada. Ela mesma iria à vila em representação do marido. (COUTO, 2006, p.45).

Notamos nesse trecho que a mulher assume o papel de protagonista, usando como artifício o discurso de “ajudar” o marido. Todavia, o que percebemos não é uma mulher que busca realmente ajudar seu marido, mas sim libertar-se e aventurar-se, voltando para sua antiga vila, onde reencontra seus familiares e amigos. Isso fica bem claro, pois ao longo do desenrolar da história esta personagem procura obter notícias de cada parente e amigo que encontra na vila, quando assume a tarefa de arranjar um lugar adequado para colocar a encontrada imagem.

Uma marca muito forte que Couto destaca é a da identidade cultural. Como já dito anteriormente Moçambique passou por um intenso e longo período colonial e as marcas deste acontecimento se refletem muito bem na personagem de Mwadia, quando em uma passagem ela ouve que perdera sua africanidade.

Há muito que queria lhe dizer isto, Mwadia Malunga: você ficou muito tempo lá no seminário,

221 Isto é exatamente o que Roger Chartier destaca em sua obra *A história cultural: entre práticas e representações*. Quando fala sobre o conceito de representação destaca que as práticas sociais de determinadas sociedades são dados a ler por meio da literatura. O autor de cada obra vai representar seu contexto social proporcionando que se conheça valores culturais e morais nos quais o mesmo está inserido. Bem como perceber as relações sociais que são predominantes em seu tempo.

perdeu o espírito das nossas coisas, nem parece uma africana. (COUTO, 2006, p.46).

Percebemos o conflito existente entre os valores tradicionais e os absorvidos durante a colonização. Muitas sociedades africanas têm a mulher como principal transmissora dos costumes. Quando Mwadia (aparentemente) perde esses traços culturais passa a representar mudanças que perturbam a ordem social do lugar. Esta questão sobre a identidade cultural é exposta por Stuart Hall (2006, p.13) quando afirma que ela, a identidade:

É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um *eu* coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

Seguindo a análise da obra, destacamos outro trecho que possibilita uma boa discussão sobre como as mulheres em Couto percebem sua situação e a todo momento buscam alternativas para modificá-la.

Mwadia Malunga prosseguia por atalhos virgens, as pegadas sendo engolidas pela mobilidade das areias soltas. Era isso que ela requeria da caminhada: fazer com que o passado emudecesse, sem eco nem rasto. Apagar as horas e os dias, apagar as cicatrizes do passado. (COUTO, 2006, p.67).

Tal trecho nos mostra uma mulher buscando um novo futuro para si. Para isso, ela percorre novos caminhos na tentativa de que o esquecimento lhe seja um alívio para dores do passado que não lhe permitem viver um presente. Uma vida de silenciamento e submissão agora dava lugar a novas descobertas durante o caminho. Ao levar a imagem para sua antiga vila, a personagem se despe de seu passado, buscando novos caminhos que lhe proporcionem viver um novo presente.

Outra personagem feminina que ganha voz dentro do enredo de *O outro pé da Sereia* é Luzmina, tia de Mwadia, que percebe a educação como caminho para a liberdade da sobrinha.

A esperança de Luzmina não era apenas que a sobrinha ganhasse educação. Era que ganhasse vocação. E que fosse para freira, que era um modo de sair não apenas daquele lugar, mas de fugir de sua própria fatalidade. (COUTO, 2006, p.84).

Tornar-se freira seria aos olhos de Luzmina um caminho para a liberdade

de sair de um ambiente em que a mulher tinha seu destino determinado pelas tradições. Sair desse meio social possibilitaria para a sobrinha escrever uma história diferente da que muitas mulheres de sua família foram sujeitas. Uma tentativa sutil de transformar e ser autora de sua própria vida. As mulheres têm total consciência de seu papel social imposto como de submissão, o que não quer dizer que tal situação seja vista com bons olhos por elas, e que tais personagens não busquem maneiras de libertar-se do jugo pesado que era (e ainda é) ser mulher em uma sociedade patriarcal e machista.

A mãe de Mwadia, Dona Constança, também é uma personagem que nos informa muito sobre a consciência da mulher sobre seu papel social. Em uma das passagens da obra ela nos revela algo interessante.

Para Constança, a sofrida mãe, o namoro nem era um mal vindo. Mwadia sempre dissera que não queria ficar na vila, recusava-se sujeitar-se aos poderosos locais, ao chefe do posto, ao chefe do partido, ceder-lhes favores, deitar-se com eles (...). (COUTO, 2006, p.86).

Como podemos detectar no trecho acima, nem sempre as mulheres seguiam o que lhes era incumbido de fazer. Isso demonstra que existia uma resistência por parte delas às normas sociais locais. As formas de resistência poderiam ser as mais diversas possíveis. Para Mwadia (nossa personagem em destaque) sair da vila seria a única opção que tinha para não sujeitar-se ao que muitas mulheres de seu meio social acabavam por fazer (por inúmeros motivos), quando cediam favores, muitas vezes sexuais, aos homens detentores de poderes. Esta personagem encontrou no casamento²²² um caminho para fugir do destino que lhe esperava se continuasse em sua vila.

Podemos ainda perceber esta visão do casamento como garantia de liberdade quando Constança (mãe de Mwadia) faz uma revelação sobre o motivo que a levava a casar-se com um inimigo tribal de sua família

(...) porque eu queria soltar-me, sair das cadeias que me prendiam. (COUTO, 2006, p. 176).

Mais uma vez o casamento assume o papel de caminho para a libertação

222 Abrimos aqui uma discussão muito interessante sobre esta questão matrimonial. Durante muito tempo o casamento foi visto para a mulher como alternativa de libertação do que lhes era imposto pela família. Todavia, a mulher passava a ser prisioneira de uma nova situação, pois muitas vezes o marido é quem impunha novas regras de silenciamento e submissão. Para melhor consulta sobre esta questão, obras como as de Michelle Perrot (Minha história das mulheres) e Mary Del Priore (História das mulheres no Brasil) possibilitam ampliar este campo de discussão.

da mulher. Porém, o que nos chama atenção é a atitude transgressora de Constança. Ela buscara casar-se com um homem que era de uma tribo inimiga com a intenção de assumir as rédeas de sua vida e escrever seu próprio destino. Longe de ser um personagem frágil e submisso, encontramos nesta personagem muito protagonismo e perspicácia. E, apesar de seu nome apontar para certo conformismo – Constança – (Mia Couto mais uma vez brinca com as palavras) para nos apresentar uma mulher que não é dada ao conservadorismo. Precisa ir, sair, libertar-se, mesmo tendo que enfrentar um casamento sem amor.

Continuando a analisar a personagem Constança, a mesma é forte e muito consciente de sua situação. Em uma das passagens do livro²²³ esta personagem relata a sua filha e uma estrangeira que um sonho sempre lhe visitava todas as noites, no qual ela comemorava com festa seu período de menopausa. Isso provoca muito espanto a todos os que estão na festa²²⁴. Todavia, Constança relata que ao não mais sangrar começava a ser mulher de verdade. Vemos nesta sua atitude a necessidade de mostrar alegria por um momento novo pelo qual passara. Ela agora estaria liberta do jugo de ser vista apenas como procriadora e geradora de filhos. Poderia agora ser vista apenas como mulher e, mais importante, como pessoa livre do condicionamento fisiológico.

Posteriormente, Constança faz uma revelação para sua filha²²⁵. A matriarca revela que para driblar a solidão causada pela ausência dos homens do pequeno vilarejo, as mulheres tinham relações sexuais entre si. Constança afirma: “É o que lhe digo: os homens daqui são péssimos amantes”. (COUTO, 2006, p. 178). Esta revelação nos mostra que as mulheres amavam-se sexualmente não apenas como uma estratégia para burlar a solidão, mas também como uma maneira de se sentirem amadas por completo. A ausência masculina que Constança destaca, no nosso entender, não se refere apenas à ausência física, sexual, mas principalmente ao carinho, cuidado e amor que elas não obtinham dos maridos. Aplacar tal solidão só seria possível nos braços das semelhantes a si, que sofriam do mesmo mal.

Como falamos no início desta análise, a obra se passa em dois tempos distintos (século XVI e século XXI). Mwadia é direcionada por seu tio a interpretar o papel de uma mulher que incorpora em si os espíritos dos

223 COUTO, Mia – O outro pé da sereia; São Paulo, Companhia das Letras; 2006; 171-172.

224 Na obra a mulher que encerra seu período fértil é vista com maus olhos, pois não poderá mais ter filhos, gerar novos descendentes ao marido.

225 COUTO, Mia. op. cit; p. 178.

antepassados²²⁶. Para interpretar tal papel de maneira mais real possível a jovem busca em documentos antigos do século XVI que estariam guardados em sua casa na biblioteca do seu padrasto, as informações necessárias para tal atividade. Ao debruçar-se sobre a leitura de documentos e livros a jovem Mwadia cria um mundo paralelo ao seu no qual ela realmente poderia existir.

Agora, ela sabia: um livro é uma canoa. Esse era o barco que lhe faltava em Antigamente. Tivesse livros e ela faria a travessia para o outro lado de si mesma. (COUTO, 2002, p. 238).

A leitura (estudo no Convento religioso branco de língua portuguesa) era uma das características que diferenciavam Mwadia das outras jovens de Vila Longe. Foi por meio dos estudos que ela conheceu novos mundos nos livros, e isso nutria nela a vontade de libertar-se das amarras sociais que lhe prendiam dentro da tradição de submissão e silenciamento.

Mesmo diante de uma sociedade que exige muito da mulher e proibir-lhes determinadas ações, as mulheres que destacamos aqui neste trabalho burlam, por meio de muita sagacidade, algumas proibições a papéis que lhes são impostos. É o que vemos neste trecho a seguir.

(...) Porque as duas mulheres deram de imediato, a volta à interdição. Mwadia subia e trazia uma carrada de livros. Na cozinha, enquanto fingia ocupar-se de afazeres culinários, Constança continuou escutando e inventando fantasias. (COUTO, 2006, p.240).

Mesmo sendo proibida pelo marido de fazer leituras no sótão da casa, pois ele julgava que isso fazia com que ela não se dedicasse aos afazeres domésticos, Constança busca um novo meio de burlar a interdição do marido. Mesmo diante da restrição que foram dadas às mulheres buscaram novos caminhos para saciar suas vontades, e assim poder existir em devaneios proporcionados pelas leituras, que lhes possibilitavam fugir de suas duras realidades.

Notamos que mesmo diante de uma escrita literária masculina, as personagens femininas não são passivas e dominadas. Elas buscam, por meio de brechas e oportunidades, modificar sua situação mesmo dentro de um contexto que percebemos ser repressor e machista.

A personagem Mwadia é quem costura as duas temporalidades existentes

226 Na cultura moçambicana a relação com os parentes mortos e os espíritos destes é uma questão de respeito. Na obra a jovem Mwandia interpreta para dois turistas americanos o papel de receptora de espíritos que iriam revelar um passado buscado por estes dois pesquisadores americanos.

no enredo do livro. É a figura feminina que caminhou pelas histórias dos diferentes personagens, exercendo o papel de protagonista. É, por fim, a verdadeira tecelã de fios remendados. E embora costurar, tecer e fiar sejam tidas em algumas sociedades como tarefas eminentemente femininas, no jogo de palavras “coutianas” elas ganham outra dimensão, pois são as mulheres que organizam e comandam as ações no mundo, de homens e de mulheres, de santas e de sereias, de vivos e mortos.

Ainda na trajetória discursiva de Constança temos mais uma revelação feita à sua filha. Mwadia descobre o real motivo que levava sua mãe a engordar. Diante dos ataques violentos de espancamentos que o marido lhe direcionava, a senhora viu no ganhar de peso um alívio para as dores das pancadas. Uma estratégia utilizada para enfrentar a violência a qual estava exposta, não tendo como recorrer a outros meios que lhe garantisse proteção contra o marido. (COUTO, 2006; p.322-323)

Ao findar o livro somos apresentados à real história que rodeia a personagem Mwadia. Depois do assassinato de seu marido (Zero Madzero), a jovem isolara-se em uma região afastada que nomeou de Antigamente. Vivendo sozinha criou a fantasia de viver ao lado de seu então falecido marido. O que podemos compreender disso é uma mulher que buscou criar uma vida imaginária que fosse a vida que ela realmente desejava. Buscando ser feliz fantasiando uma realidade para si.

Dentro de um contexto em que são exigidos e atribuídos à mulher inúmeros papéis, vemos Mwadia criar sua própria história mesmo diante da reprovação da mãe, família e amigos.

(...) Essa fantasia que Mwadia criara, inventando de Zero estar vivo, isso era, para ela, mais que compreensível. Afinal, aquela era a sua maneira de ser amada, o seu único modo de sentir viva. (COUTO, 2006, p. 327).

No fim do livro percebemos toda a história que Mwadia poderia ser apenas um conjunto de devaneios seus. A verdade é que ela era uma mulher criando seu próprio meio de viver com seus ausentes (familiares mortos). Sozinha na estrada da vida, a jovem mulher tece suas histórias, emendando fios cheios de linhas e pontas soltas que a auxiliam na difícil carga que é viver.

A CONFISSÃO DA LEOA: AS MULHERES E SUAS ESTRATÉGIAS

Mais uma das obras em que Mia Couto coloca a figura da mulher como protagonista. O enredo do livro gira em torno de uma pequena vila chamada

Kulumani. A história é narrada em primeira pessoa, alternando entre as falas de Mariamar e do caçador Arcanjo Baleiro. Em tal vila passa a acontecer ataques de leões em que apenas as mulheres são as vítimas. Couto nos informa no início do livro que tal acontecimento fora realmente verídico. Os ataques de leões ocorreram em uma vila e a partir dos relatos dos moradores o autor inspirou-se a escrever a obra aqui em discussão. Logo nas primeiras notas do livro Couto explica esta questão dos ataques reais dos leões:

Em 2008, a empresa em que trabalho enviou quinze jovens para atuarem como oficiais ambientais de campo durante a abertura de linhas de prospecção sísmica em cabo Delgado, no Norte de Moçambique. Na mesma altura e na mesma região, começaram a ocorrer ataques de leões a pessoas. Em poucas semanas, o número de ataques fatais atingiu mais de uma dezena. Esse número cresceu para vinte em cerca de quatro meses. (COUTO, 2012, p.7).

Couto cria, a partir de relatos reais, uma história que se mescla entre ficção e realidade. Tal característica vai de encontro ao que Chartier afirma que “(...) a ficção é um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele”. (CHARTIER, 2010, p.24)

Obra publicada em 2012 no Brasil pela Companhia das Letras, *A Confissão da Leoa* está repleta de histórias e confissões que garantem um tom poético à obra. Mais uma vez a escrita de Couto nos permitirá refletir sobre as condições da mulher. É pelas divagações de Mariamar e Arcanjo Baleiro que toda a história vai ganhando corpo. Pela narração dos dois vamos analisando como a situação da mulher se constrói dentro da história.

Já nas páginas iniciais do livro a mãe de Mariamar faz uma declaração sobre como ela percebe sua situação...

- Há muito que não vivo. Agora, já deixei de ser pessoa. (COUTO, 2012, p.20).

Destacamos essa fala de Hanifa Assulua (mãe da personagem principal Mariamar), por percebermos a angústia contida em sua declaração. A mulher fora silenciada pelas tradições locais e as cobranças sociais. Diante disso, ela se utiliza de algumas artimanhas para melhorar sua situação ou para resistir às imposições. É o caso do trecho abaixo, em que notamos a personagem adotando atitudes ousadas.

No côncavo do quarto, minha mãe se entregou a ousadas carícias como se o seu homem realmente lhe comparecesse. (COUTO, 2012, p.21).

Diante da ausência do marido a mulher busca satisfação própria, numa caminhada de encontro ao prazer e a quebra de tabus, onde temos a figura feminina assumindo uma ousada atitude de rebeldia contra as tradições²²⁷. Podemos ver tal atitude quando mais à frente na obra diz que: “Ao fazer amor naquele dia – e mais ainda ao fazer amor consigo mesma – Hanifa Assulua ofendera os nossos antepassados.” (COUTO, 2012, p.22). Uma atitude que nos permite analisar o quanto a mulher na obra de Couto não se apresenta como uma simples executora de tarefas domésticas. Vemos estas mulheres também como transgressoras das regras vigentes que as colocavam em silenciamento e esquecimento social. Mulheres que percebem muito bem sua situação. Como podemos ver no trecho a seguir.

(...) Num instante, estava refeita a ordem do universo: nós, mulheres, no chão; o nosso pai passeando-se dentro e fora da cozinha, a exhibir a posse da casa inteira. De novo nos regíamos por essas leis que nem Deus ensina nem o Homem explica. (COUTO, 2012, p.26).

Tal trecho foi um dos que nos chamou maior atenção. Aqui a mulher se questiona diante do papel que lhe foi imposto. Papéis que lhes foram delegados e pré-determinados pela suposta autoridade masculina. A mulher não aceita de forma passiva as imposições que lhe são atribuídas. Ao questionar a autoridade exercida pelo masculino, ela demonstra estar ciente de sua situação no contexto social mais amplo. Esse questionamento vai de encontro ao que Simone de Beauvoir afirma quando diz que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino. (BEAUVOIR, 1980, p. 09).

Quando Mariamar questiona o papel da mulher, ela está indo ao encontro do pensamento de Simone de Beauvoir, pois para ela os papéis impostos à mulher foram ditados pela sociedade. Ao longo da história o público feminino foi absorvendo essas imposições, sendo silenciado e apagado socialmente. Seguindo a análise da obra, a mãe de Mariamar faz outro desabafo que nos

227 No próprio livro o autor nos explica que devido à morte de sua filha a personagem de Hanifa Assulua deveria manter o luto. Quando alguém morre na vila, todos estavam proibidos de manter relações sexuais em respeito ao luto. Porém, em uma atitude de rebeldia e transgressão de regras a mãe de Mariamar fez amor consigo mesma.

direciona a compreender a realidade da mulher naquela sociedade.

Nós todas, as mulheres, há muito que fomos enterradas. Seu pai me enterrou, sua avó, sua bisavó, todas foram sepultadas vivas. (COUTO, 2012, p.43).

Neste trecho Hanifa Assulua demonstra total noção da posição que a mulher ocupa dentro de seu contexto social. A mulher é mais uma vez silenciada, asfixiada por uma cultura que reconhecemos machista e predominantemente masculina. Identificamos claramente um afogamento, ocultação de desejos e muita tristeza nas falas das personagens femininas. Elas se questionam a todo instante dentro da obra sobre a autoridade masculina que é exercida sobre si. A mulher sem voz nem vez acaba por ser “sepultada viva”. Seguindo nossa análise temos aqui um trecho interessante da obra:

(...) Todos acreditam que são leões machos que ameaçam a aldeia. Não são. É esta leoa, delicada e feminina como uma dançarina, majestosa e sublime como uma deusa, é essa leoa que tanto terror tem espalhado em todas as vizinhanças. (COUTO, 2012, p.55).

Ao se deparar com a leoa, que possivelmente estaria atacando as aldeias, Mariamar percebe a fragilidade masculina em enfrentar uma fera que, diferente do que imaginavam, era fêmea. Esta personagem identifica o poder feminino diante de uma determinada situação. Longe de serem totalmente submissas as personagens dentro da obra buscam a todo momento brechas que proporcionem alívio ao jugo que carregam socialmente. Vejamos outro trecho que nos mostra a situação da mulher:

Vai-se libertando da roupa, enquanto se aproxima, rastejante e baboso. Estranhamente, não o receio. Para meu próprio assombro, toda eriçada, avanço sobre Maliqueto, gritando, cuspiendo e arranhando. Entre temor e espanto, o polícia recua e constata, horrorizado, os fundos rasgões que lhe causei nos braços. (COUTO, 2012, p.58).

Ao ser quase vítima de um estupro, nossa protagonista Mariamar incorpora características semelhantes às de uma leoa para tentar proterger-se e livrar-se da situação a qual estava exposta. Diante de um meio social que percebemos machista e sexista, a mulher necessita incorporar o espírito de verdadeiras feras para sobreviver aos constantes ataques masculinos. Observamos que mais uma vez a mulher se utiliza de estratégias sutis que permitam romper as amarras que durante muito tempo lhes prenderam.

Seguindo nossa análise destacamos um trecho da obra em que a mulher revela uma situação interessante.

(...) Numa terra em que a maioria é analfabeta, causa estranheza que seja exatamente uma mulher que domina a escrita. (COUTO, 2012, p. 88).

Em tal relato observamos uma conquista feminina. Mesmo dentro de uma sociedade repressora ela conquista uma poderosa arma: a escrita. E Mariamar ainda reitera dentro da obra que “Num mundo de homens e caçadores, a palavra foi a minha primeira arma.” (COUTO, 2012, p.89). A escrita²²⁸ torna-se para estas mulheres um trunfo de vitória diante de tamanha repressão e silenciamento, e principalmente para sujeitos como as mulheres que ocupam posições tão escanteadas. Seguindo nosso estudo, outro trecho nos expõe a visão que Naftalinda (mulher do prefeito) tem sobre a situação das mulheres na aldeia.

Fingem que estão preocupados com os leões que nos tiram a vida. Eu, como mulher, pergunto: mas que vida há ainda para nos tirar? (COUTO, 2012, p.115).

Esta fala de Naftalinda é proferida em um ambiente ao qual é proibido o acesso para mulheres, conhecido como Shitala. Este espaço é reservado apenas aos homens. A fala de tal mulher neste ambiente reforça a nossa percepção de resistência feminina diante das imposições que lhe são atribuídas. Além de nos mostrar que a mulher tem consciência de condição limitada pelas regras sociais. Todavia, mesmo tendo esta percepção, as personagens buscam, a todo instante, sobreviver a partir das limitações impostas por grupos sociais que as controlam e moldam suas condutas. Podemos perceber no trecho a seguir outra circunstância em que a mulher busca com astúcia solucionar o impasse.

O que se passou aqui sabe o que foi? Uma emboscada. Hanifa quer matar-me. (COUTO, 2012, p.141).

Este trecho chama bastante atenção na obra por explicitar o quão a mulher é engenhosa dentro da narrativa. Diante de vários abusos sexuais e morais causados por seu marido aos quais Hanifa e suas filhas foram expostas, a matriarca buscou por meio de uma emboscada fazer com que o marido Genito

228 Principalmente em um país como Moçambique que segundo dados da Unesco de 2015-2016 ainda é composta por quase metade de sua população de analfabetos. O domínio da escrita é uma verdadeira vitória diante de dados estatísticos tão negativos, principalmente para a mulher.

Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002461/246143por.pdf>> Acesso em: 12/11/2017 às 08:00 hs.

fosse morto pelo caçador. A morte do marido traria para si a liberdade tão almejada. Libertar-se das privações sofridas pela tradição que a colocava em submissão, buscando aflorar e exercer os desejos e sonhos que sempre reprimiu. Além de todo o silenciamento em que a mulher vive, ainda destaca-se a violência física/sexual.

(...) Depois de ser violada, a moça tinha-se convertido num vashilo, um desses seres sonâmbulos que atravessam as noites. Assim, exposta e solitária, ela se entregou à voracidade dos leões. Tandí tinha-se suicidado. (COUTO, 2012, p.175).

A violência sexual é uma realidade para as personagens desta obra. Diante de tamanha brutalidade ao ser “devorada” por vários homens, ser literalmente devorada pelos leões, tornou-se um alívio para a jovem Tandí. Podemos notar que a mulher assume neste momento a direção de sua vida. Longe de serem mulheres totalmente submissas, as mulheres como Tandí buscam as soluções para as turbulências e imposições às quais elas estão expostas.

Em busca de novos caminhos e fugindo das repressões do pai, as filhas de Hanifa Assulua acabam por encontrar a morte nas garras dos ferozes felinos que aterrorizavam a aldeia. Em uma das falas²²⁹ de Hanifa, ela revela que a crueldade do marido tirou-lhe a felicidade de saborear a companhia de suas quatro filhas. Pois como Mariamar revela: “(...) O crime foi outro: durante anos, meu pai, Genito Mpepe, abusou das filhas.” (COUTO, 2012, p.187). Com a intenção de escapar à autoridade, controle e abuso paterno, três das quatro filhas foram mortas pelos leões (leoas) no momento em que buscavam libertar-se fugindo pelos caminhos da aldeia. Constatamos aqui, mais uma vez, que a mulher busca meios para escapar ao condicionamento do próprio sistema cultural, político e econômico ao qual estão sujeitas.

As mulheres assumem sutilmente a direção de suas vidas, mesmo em um contexto cultural que as reprimem, que as condicionam a não ousar ser, e quando ousam ser é dentro de alguns limites. Como podemos verificar no trecho a seguir:

A suspeita de que, oculta na minha doce aparência, morasse a fera que o iria devorar. (COUTO, 2012, p. 184).

Neste trecho Mariamar revela o temor masculino diante da mulher. Os homens temiam a mulher, por isso de todas as maneiras buscavam reprimi-las por meio de imposições, silenciamentos e controle. Além disso, percebemos que as próprias mulheres compreendiam o quão inquietos ficavam os homens
229 COUTO, 2012, p.177.

diante de qualquer desvio de conduta da figura feminina. Vemos isso quando Naftalinda adentra a Shitala e enfrenta as autoridades masculinas expondo sua opinião sobre a situação das mulheres da aldeia. Os homens ficam sem reação e a única atitude que eles tomam é tentar silenciar a fala da mulher. Observamos ainda outros meios pelos quais as mulheres procuram aliviar suas condições dentro de tal contexto, como o que verificamos em uma das falas da mãe de Mariamar.

Após duas de suas filhas serem violentadas pelo próprio pai (Genito Mpepe), Hanifa teme pela situação de Mariamar encontra a solução, focando em fazê-la morrer. A morte seria, na visão da mãe, um alívio diante do jugo de viver sendo abusada sexual e moralmente. Percebemos com isso uma atitude sagaz da mãe, que pretendia apenas salvar sua filha da dolorosa vida a qual elas estavam sujeitas²³⁰. Bem como a própria Mariamar faz revelações de artimanhas que lhe permitiam burlar o contexto de repressão no qual ela estava imersa:

Na realidade, foi no escuro que me revelou o que sempre fui: uma leoa. É isso que sou: uma leoa em corpo de pessoa. (COUTO, 2012, p.235).

Assumir o papel de leoa faria com que estas mulheres conseguissem livrar-se das regras e normas machistas às quais elas estavam sujeitas. Mariamar confessa que as mulheres da aldeia eram as verdadeiras leoas. Os leões (leoas) da história atacavam única e exclusivamente às mulheres, como uma tentativa de salvar através da morte as suas iguais daquela vida miserável e de sofrimento, a qual os homens as sujeitavam. Seria mais um estratagema destas mulheres que ao longo da história verificamos passar por inúmeras situações de silenciamento, imposições, opressões e apagamento social²³¹.

Esta atitude de atacar apenas as mulheres se justifica quando Mariamar afirma que “Todas as mulheres já estavam mortas. Não falavam, não pensavam, não amavam, não sonhavam.” (COUTO, 2012, p.240). A morte física seria justificada pela morte simbólica que tais mulheres já vivenciavam em seu contexto social.

Ao nos depararmos com as páginas finais do livro²³² somos expostos à explicação de que Mariamar na verdade estaria louca. Porém, podemos identificar que diante de tamanho sofrimento e imposições que relegam a

230 COUTO, 2012, p.189.

231 COUTO, Mia – op.cit., p.239. Nesta página Mariamar confessa ser ela a leoa que atacara as mulheres da vila. A passagem da história que dá nome à obra.

232 COUTO, Mia – op.cit., p.248. Aqui Mariamar é tida como louca.

mulher ao esquecimento, a loucura pode ser percebida como uma arma para sobreviver à dura realidade na qual estas mulheres estavam inseridas. Todavia, ao final do livro temos o caçador Arcanjo Baleiro, reconhecendo o poder que a mulher exercia na vida do homem quando diz: “De um e do outro lado da despedida, naquele rasgar de mundos, são as mulheres que costuram a minha rasgada história.” (COUTO, 2012, p.250). A mulher assume o papel de tecelã de histórias. Isso nos foi possível observar ao longo da obra. As mulheres mesmo diante de inúmeras imposições e apagamentos conseguem por meio de artimanhas reescreverem suas histórias, tecendo novos caminhos para si em suas relações com os homens.

“COSENDO” AS DUAS OBRAS

Com uma sensibilidade extrema, Mia Couto nos lança dentro do texto diante mulheres em situações que recriam experiências de vida, dramas, sonhos e devaneios que compõem a realidade de muitas mulheres nos conflitos cotidianos da sociedade. Mulheres construídas dentro de ditames sociais machistas. Todavia, as narrativas de Couto estão recheadas de atitudes femininas em que mesmo timidamente a mulher torna-se protagonista em atos, diálogos e pensamentos. As imposições sociais pelas quais passam as mulheres “coutianas”, permitem-nos compreender que a literatura de tal autor vai ao encontro ao que destaca Roger Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 2002, p.17).

Segundo Chartier, a representação do social permite-nos compreender a reprodução de práticas sociais de cada contexto. Isso é o que verificamos dentro das duas obras de Couto aqui analisadas, com o intuito de perceber esta representação do mundo social de Moçambique em que as mulheres estavam (e de certa forma ainda estão) inseridas.

Articulando-se de maneira que possibilite dar voz e lugar à mulher, Mia Couto nos coloca diante de situações em que as mulheres moçambicanas são silenciadas por comportamentos e credíncias impostas por sua cultura. Todavia, entendemos que este comportamento de apagamento da mulher não se resume

apenas ao contexto moçambicano/africano, mas estende-se por todo o mundo.

O apagamento social pelo qual as mulheres passam retrata o quão invisíveis elas são em um meio em que impera o poder masculino. Essas mulheres são subjugadas não apenas pelos seus maridos, mas também por seus pais, avós e autoridades governamentais. Numa sociedade em que o público feminino não tem vez e nem voz, seria necessário muita coragem e astúcia para driblar e se libertar das amarras sociais masculinas.

Analisar a construção desses personagens dentro deste exemplar específico da literatura africana de língua portuguesa nos permite alcançar percepções acerca dos problemas sociais que assolam as mulheres em muitos países africanos. Mulheres que são subjugadas aos interesses masculinos inseridas em culturas secularmente repressivas e cruéis. Não tentamos aqui fazer duras críticas às culturas alheias. Todavia, buscamos observar como a persistência de tais costumes sociais reprime e isola a mulher, bem como elas se comportam estrategicamente para burlar tais imposições.

Percebemos nos dois livros uma denúncia social sobre a vida das mulheres de algumas aldeias africanas, em especial as moçambicanas, onde se passam as histórias relatadas nos livros. Essa atitude de Couto em inserir a figura da mulher na literatura africana de língua portuguesa corrobora o que José D'Assunção fala quando diz que:

(...) o texto também pode ser examinado do ponto de vista das intenções ou das motivações pessoais do autor que o produziu, ou daqueles que se apropriam imputando-lhes novos sentidos. (BARROS, 2010, p.136).

As mulheres das obras são corpos sem alma a vagar pela vida. São seres que não conhecem a felicidade e estão sujeitas a violências físicas e morais. As tradições e os costumes sociais reprimem principalmente a mulher. Elas são obrigadas a respeitar e seguir normas que as tornam tão submissas que em certo momento elas se comparam a “ninguém”.

Sabemos que estas representações sobre as mulheres negras trabalhadas por Couto em muito se distanciam da representação que foi dada a estes sujeitos na literatura brasileira durante muito tempo. Foram criados estereótipos que perduram até os dias atuais em nossa sociedade. A mulher sempre vista como ser submisso, dócil, amável e com papéis já determinados, sempre foi reproduzido não apenas na literatura brasileira, mas também na internacional. Desconstruir esta visão, há tempos plantada na sociedade, torna-se um desafio árduo e necessário. Constatado isso, sugerimos sempre a leitura de tais obras

com um olhar carinhoso e fraterno para com as personagens femininas, pois elas não apenas vivem e sobrevivem em condições extremas, mas lutam pela vida, enquanto tecem sonhos.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de - O segundo sexo; 1980,

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1989.

CAVACAS, Fernanda Maria Correia Lisboa de Almeida

- Mia Couto: um moçambicano que diz Moçambique em português; Lisboa; 2006 (Dissertação de Mestrado na Universidade Nova de Lisboa - 1994)

COUTO, Mia - O outro pé da Sereia; São Paulo : Companhia das Letras; 2006.

COUTO, Mia - A Confissão da Leoa; São Paulo : Companhia das Letras 2012.

HALL, Stuart - Identidade Cultural na Pós-Modernidade; RJ : DP&A, 2006

PERROT, Michelle - Minha história das mulheres; Rio de Janeiro : Editora Contexto. 2ª edição 2007

PRIORE. Mary del - História das mulheres no Brasil; Rio de Janeiro : Editora Contexto. 2ª edição 2004.

